



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

DINÂMICAS DA NACIONALIZAÇÃO DE PARTIDOS E SISTEMAS
PARTIDÁRIOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA: Da análise comparativa
ampla ao estudo de caso de Moçambique (1994 - 2019)

Jaime Madeira Guiliche

Doutoramento em Ciência Política

Orientadores:

Doutora Edalina Rodrigues Sanches, Investigadora Principal,
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Doutor André Freire, Professor Catedrático,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

DINÂMICAS DA NACIONALIZAÇÃO DE PARTIDOS E SISTEMAS
PARTIDÁRIOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA: Da análise comparativa
ampla ao estudo de caso de Moçambique (1994 - 2019)

Jaime Madeira Guiliche

Doutoramento em Ciência Política

Orientadores:

Doutora Edalina Rodrigues Sanches, Investigadora Principal,
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Doutor André Freire, Professor Catedrático,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

DINÂMICAS DA NACIONALIZAÇÃO DE PARTIDOS E SISTEMAS
PARTIDÁRIOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA: Da análise comparativa
ampla ao estudo de caso de Moçambique (1994 - 2019)

Jaime Madeira Guiliche

Doutoramento em Ciência Política

Júri:

Doutora Clara Afonso de Azevedo de Carvalho Piçarra, Professora
Associada com Agregação, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor José Jaime Macuane, Professor Associado, Universidade
Eduardo Mondlane

Doutora Teresa Paula de Almeida Cravo, Professora Associada,
Universidade de Coimbra

Doutora Cláudia Generoso de Almeida, Professora Auxiliar,
Universidade Nova de Lisboa

Doutora Ana Lúcia Sá, Professora Auxiliar, ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa

Doutora Edalina Rodrigues Sanches, Investigadora Principal,
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Outubro, 2025

Índice

Lista de figuras e ilustrações	iii
Lista de Tabelas	iv
Lista de siglas e abreviaturas	vi
DEDICATÓRIA	ix
Agradecimentos.....	x
Resumo	xii
Abstract	xiii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – ESTUDOS SOBRE NACIONALIZAÇÃO DOS PARTIDOS E DOS SISTEMAS PARTIDÁRIOS	12
1.1. Nacionalização dos partidos e sistemas partidários: da conceptualização à medição empírica	13
1.2. Teorias explicativas da nacionalização dos partidos e sistemas partidários	20
1.2.1 Explicações alternativas.....	27
CAPÍTULO II – METODOLOGIA.....	28
2.1. Questões de pesquisa e objetivos.....	28
2.2. Desenho de pesquisa misto	29
2.2.1 Componente quantitativa do estudo.....	31
2.2.2. Componente Qualitativa do Estudo.....	41
2.3. Visão global do desenho de pesquisa explicativo sequencial	45
2.4. Abordagem teórica	47
2.4.1. Institucionalismo, clivagens políticas e construção do Estado em África	47
CAPÍTULO III – PARTIDOS E SISTEMAS DE PARTIDOS EM ÁFRICA: ORIGENS E EVOLUÇÃO.....	53
3.1. As lutas pelas independências e as origens dos partidos	55
3.2. A difusão dos regimes de partido único	60
3.3. O multipartidarismo e os tipos de sistemas partidários.....	65
CAPÍTULO IV - PADRÕES DE NACIONALIZAÇÃO DOS PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS AFRICANOS	75

4.1. Tendências de nacionalização	75
4.2. Fatores explicativos da nacionalização.....	83
4.2.1 Primeira etapa: análise da nacionalização de partidos políticos.....	83
4.2.2 Segunda etapa: análise gráfica da nacionalização de sistemas partidários	88
4.3. Conclusão	96
CAPÍTULO V – MECANISMOS DE NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA E DOS SISTEMAS PARTIDÁRIOS: O CASO DE MOÇAMBIQUE	98
5.1. Contextualização histórica.....	99
5.1.1 A independência e o regime de partido único: a formação do partido-Estado	99
5.1.2 Oposição política, instabilidade regional e o eclodir da Guerra Civil	104
5.1.3. Uma transição dupla para a paz e o multipartidarismo: atores, clivagens e (des)continuidades	110
5.2. Nacionalização dos partidos em Moçambique: mudanças e continuidades na era multipartidária	124
5.3. Explorando dimensões explicativas da nacionalização em Moçambique.	136
5.3.1. A evolução da estrutura organizativa e/ou ideológica dos partidos ...	136
5.3.2. As clivagens territoriais e ligações partidos e cidadãos	154
5.4. Financiamento dos partidos político e nacionalização	167
5.4.1. Financiamento partidário e eleitoral	167
VI. CONCLUSÃO.....	186
6.1. Linhas de pesquisa futura	190
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	192
Anexos:.....	215
Anexo A1 - Lista de entrevistados em Moçambique	216
Anexo A2 – Mapa de Moçambique	219
Anexo A5 – Nacionalização dos Partidos Políticos por província (1994-2019).....	225
Fonte: Elaborado pelo autor	225
Anexo A6: Modelo de Regressão Logística com treshhold mais baixo (considerando partido nacionalização igual ou superior a 0.5)	226

Lista de figuras e ilustrações

Figura 1: Desenho de Pesquisa Misto Explicativo Sequencial	30
Figura 2: Desenho da pesquisa explicativa sequencial	47
Figura 3: Nacionalização do sistema partidário na África Subsaariana.....	76
Figura 4: Comparação do número de partidos nacionalizados e não nacionalizados por país.....	77
Figura 5: Nacionalização dos partidos incumbentes ao longo do tempo e nacionalização dos partidos da oposição ao longo do tempo	80
Figura 6: Nacionalização dos sistemas partidários em relação ao tipo de democracia e financiamento político	89
Figura 7: Experiência de alternância de poder (1994-2019).....	91
Figura 8: Nacionalização dos sistemas partidários em relação ao tipo de democracia e alternância de poder	92
Figura 9: Nacionalização dos sistemas partidários em relação ao sistema de governo e o tipo de parlamento	93
Figura 10: Nacionalização dos sistemas partidários em relação ao sistema de governo e tipo de democracia	94
Figura 11: Resultados eleições legislativas (1994 – 2019).....	122
Figura 12: Tendência dos índices de nacionalização dos partidos em Moçambique	125
Figura 13: Tendência dos índices de nacionalização do sistema partidário por província	127
Figura 14: Nacionalização partidária - partido FRELIMO (1994-2019).....	129
Figura 15: Nacionalização partidária - partido RENAMO (1994-2019).....	132
Figura 16: Nacionalização partidária – partido MDM (1994-2019)	135
Figura 17: Grupos étnicos em Moçambique	157
Figura 18: Ligação entre os partidos e a sociedade (Moçambique e África Subsaariana)	161
Figura 19: Grupos de apoio ao partido FRELIMO (1994-2019).....	162
Figura 20: Grupos de apoio ao partido RENAMO (1994-2019)	163
Figura 21: Grupos de apoio ao partido MDM (2014-2019)	164
Figura 22: Contacto entre parlamentares e cidadãos	165
Figura 23: Contacto entre partidos políticos e cidadãos	166
Figura 24: Fundos do Estado alocados aos partidos para as eleições legislativas e das assembleias provinciais (2004)	174

Figura 25: Fundos do Estado alocados aos partidos para as eleições legislativas e das assembleias provinciais (2009)	174
Figura 26: Fundos do Estado alocados aos partidos para as eleições legislativas e das assembleias provinciais - 2014.....	176
Figura 27: Fundos do Estado alocados aos partidos para as eleições legislativas e das assembleias provinciais - 2019.....	177
Figura 28: As principais fontes de financiamento de campanhas do partido FRELIMO (1994-2019)	178
Figura 29: As principais fontes de financiamento de campanhas do partido RENAMO (1994-2019).....	179
Figura 30: As Principais fontes de financiamento de campanhas do partido MDM (1994-2019).....	181

Lista de Tabelas

Tabela 1: Tipologia de nacionalização partidária.....	18
Tabela 2: Nacionalização - operacionalização e dimensões explicativas.....	18
Tabela 3: Esquema explicativo da nacionalização	30
Tabela 4: Hipóteses, variáveis independentes e controlos.....	32
Tabela 5: Características dos países incluídos na etapa quantitativa	37
Tabela 6: Número de partidos políticos analisados por país	40
Tabela 7: Entrevistas conduzidas em Moçambique.....	45
Tabela 8: Modelo de análise explicativo da pesquisa.....	46
Tabela 9: Movimentos de libertação na África Subsaariana.....	56
Tabela 10: Operacionalização dos modos de acumulação do poder	63
Tabela 11: O início da terceira vaga de democratização, 1975 e 1995.....	66
Tabela 12: Características dos países com altos índices de nacionalização de sistemas partidários.....	78
Tabela 13: Características dos países com baixos índices de nacionalização de sistemas partidários.....	79
Tabela 14: Nacionalização partidária em países com sistema de partido dominante	81
Tabela 15: Modelo explicativo de nacionalização dos partidos (regressão logística)	84

Tabela 16: Sumário dos resultados obtidos	95
Tabela 17: Resultados eleições presidenciais em Moçambique (1994-2019).....	116
Tabela 18: Eleições Legislativas em Moçambique (1994-2004): votos (%) e total de assentos (por província)	119
Tabela 19: Órgãos do partido FRELIMO	141
Tabela 20: Quadratura do poder em Moçambique na era multipartidária (1990-2019)	144
Tabela 21: Órgãos do partido RENAMO.....	150
Tabela 22: Órgãos do partido MDM.....	152
Tabela 23: Distribuição de fundos públicos aos partidos políticos – 1999 (MZN)	173

Lista de siglas e abreviaturas

AD	Aliança Democrática
ADACD	Aliança Democrática dos Antigos Combatentes
AGP	Acordo Geral de Paz em Moçambique
ALIMO	Aliança Independente de Moçambique
ANC	African National Congress
AR	Assembleia da República
ARENA	Partido de Reconciliação Nacional
BIS	Bloco para a Inserção Social
CDU	Congresso dos Democráticos Unidos
CEDE	Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento
CIP	Centro de Integridade Pública
COSATU	Congress of South African Trade Unions
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CRI	Índice de Desigualdade Regional Cumulativa
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Frente Alargada da Oposição
FC	Financiamento de Campanhas Eleitorais
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GL	Grupos Linguísticos
GR	Grupos Religiosos
ICDR	Índice Cumulativo de Desigualdade Regional
JPC	Juntos Pela Cidade
MBG	Frente Unida para Mudança e Boa Governação
MDM	Movimento Democrático de Moçambique
MJRD	Movimento da Juventude para Restauração da Democracia
MONARUMO	Movimento Nacional para Recuperação da Unidade Nacional
MPLA	Movimento Popular para a Libertação de Angola
MLG	Modelos Lineares Generalizados
MPD	Movimento Patriótico para a Democracia
NCNC	National Convention of Nigeria and Cameron
NP	National Party
NP	Nacionalização Partidária
NSP	Nacionalização de Sistemas Partidários
OSC	Organizações da Sociedade Civil

ONG	Organização Não Governamental
PADELIMO	Partido Democrático Liberal de Moçambique
PAHUMO	Partido Humanitário de Moçambique
PAICV	Partido Africano pela Independência de Cabo-Verde
PAIGC	Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo-Verde
PALMO	Partido Liberal de Moçambique
PASD	Partido Social Democrata Independente
PASOMO	Partido de Ampliação Social de Moçambique
PAZS	Partido de Solidariedade e Liberdade
PDD	Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento
PEC	Partido Ecologista
PIB	Produto Interno Bruto
PIMO	Partido Independente de Moçambique
PLD	Partido de Liberdade e Desenvolvimento
PN	Partido Nacionalizado
PNS	Party Nationalization Score
PPD	Partido Popular Democrático de Moçambique
PPLM	Partido para o Progresso Liberal de Moçambique
PAREDE	Partido de Reconciliação Democrática
PARENA	Partido de Reconciliação Social de Moçambique
PARESO	Partido de Renovação Social
PRDS	Partido de Reconciliação Democrática Social
PT	Partido Trabalhista
PUMILD	Partido Unido de Moçambique da Liberdade Democrática
PUR	União para a Reconciliação
PVM	Partido os Verdes de Moçambique
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
RENAMO-UE	Renamo - União Eleitoral
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SD	Standard Deviation/Desvio Padrão
STAE	Secretariado Técnico de Administração Eleitoral
SOL	Partido Social Liberal
SWAPO	South West Africa People's Organization
UE ¹	<i>União Europeia</i>

¹ EU – União Europeia (coligação de 27 países)

UE	<i>Coligação de Partidos Políticos União Eleitoral</i>
UD	<i>União Democrática</i>
UDF	United Democratic Front Timeline
UM	Partido União para a Mudança
UMO	União Democrática da Oposição
UNITA	<i>União Nacional para a Independência Total de Angola</i>
USAMO	<i>União para a Salvação de Moçambique</i>
USASP	<i>Partido União Africana para a Salvação do Povo de Moçambique</i>
V-Dem	Varieties of Democracy
ZANU-PF	Zimbabwe African National Union- Patriotic Front

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese aos meus pais:

Jaime (*in memoriam*) e Micaela, meus mentores e eternas fontes de inspiração.
São e serão sempre os guias dos meus passos.

Agradecimentos

A elaboração de uma tese de doutoramento requer momentos de isolamento, reflexão e intenso trabalho intelectual, mas também interação com colegas, orientadores e especialistas no tema em estudo. Acima de tudo, exige uma enorme capacidade de resiliência. Ao alcançar o final desta jornada, sinto-me imensamente grato por todo o apoio que recebi ao longo dos anos de desenvolvimento desta pesquisa.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha mais profunda gratidão à Professora Edalina Sanches, minha orientadora de tese, pela sua dedicação incansável, paciência, orientação e pelos valiosos contributos proporcionados ao longo de todo o processo. A sua competência técnica, rigor analítico, apoio constante e encorajamento foram fundamentais e funcionaram como uma bússola para que a conclusão desta tese fosse possível.

Ao Professor André Freire, meu coorientador, expresso a minha eterna gratidão. A sua orientação, ensinamentos e apoio foram essenciais para o meu desenvolvimento académico. O Professor André deixou-nos antes da conclusão e defesa da minha tese, no entanto, a sua influência continuará sempre presente no meu trabalho e na minha trajetória. Que a sua alma descanse em paz!

Agradeço também à Direção do Instituto de Bolsas de Moçambique, na pessoa do seu ex-Diretor, Professor Octávio de Jesus, e da atual Diretora, Dra. Carla Caomba, pelo apoio constante desde o início da minha jornada académica. O vosso apoio e confiança foram fundamentais para que eu pudesse continuar com a minha formação.

Os meus agradecimentos estendem-se, igualmente, aos meus professores no ISCTE-IUL: Filipa Raimundo; Ana Lúcia Sá; Ana Belchior; Luís Nuno Rodrigues; José Santana Pereira, Ana Espírito Santo, Paulo Pedroso e João Miguel de Carvalho, por todo o ensinamento e apoio durante o curso de Doutoramento. Agradeço também ao Professor Marco Lisi pelas sugestões e recomendações de literatura durante as provas públicas de aprovação do projeto de tese e os subsequentes relatórios de progresso.

Os meus agradecimentos vão ainda para o corpo técnico e administrativo do ISCTE-IUL, que me ofereceu apoio constante e esteve sempre disponível, nos momentos em que mais precisei, desde a minha chegada à Lisboa. Agradeço, de forma especial, aos bibliotecários, que desempenharam um papel essencial na identificação e busca de materiais bibliográficos fundamentais para a realização da pesquisa.

Aos meus professores em Moçambique, que me proporcionaram o suporte necessário durante todo o processo de investigação, em particular aos Professores

Eduardo Siteo, José Jaime Macuane, Adriano Nuvunga, João C. G. Pereira e Zefanias Matsimbe, vai o meu sincero agradecimento por me servirem como fonte de inspiração.

Aos meus colegas e amigos de longa data: Hélder Jauana, Justino Quina, Uacy Mandamule, José Malaire Jeque, Ângelo Cardoso, Ndalo (em memória), Fernando Ribeiro, Zeferino Pintinho, Domingos Alberto, Hilário Paulo e Leonardo Leal, agradeço pelo apoio incondicional, pela amizade e pela motivação que me proporcionaram momentos de equilíbrio ao longo desta jornada.

À minha mãe Micaela e aos meus irmãos, Beto, Pedro e Maninha, sou imensamente grato pelo constante apoio familiar e pela vossa presença. Vocês são pilares fundamentais na minha vida.

Por fim, porém, não menos importante, agradeço de forma especial à minha esposa, Karla Eneida: Karla, a tua paciência, compreensão e apoio incondicional foram cruciais para que eu pudesse superar os desafios desta jornada; não haveria conquistas sem o teu suporte constante!

A todos vocês, expresso os meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

Resumo

O estudo da nacionalização dos partidos e dos sistemas partidários tem sido um tema central na Ciência Política, nas últimas décadas. Este trabalho analisa a dinâmica e fatores explicativos da nacionalização partidária em África, entre 1994-2019, partindo de uma análise comparativa ampla, ao estudo de caso de Moçambique, considerado paradigmático por apresentar um nível médio de nacionalização do sistema partidário (NSP) e significativa variação na nacionalização dos partidos (NP). A investigação desenvolve e testa o argumento inicial de que quatro fatores explicam as dinâmicas de nacionalização: características dos partidos (ser ou não incumbente), dimensões históricas e estruturais (i.e., clivagens etnolinguísticas e religiosas formadas no período colonial e cristalizadas durante e após esse período) e a captura do Estado (controlo de recursos financeiros e dos mecanismos de descentralização) por elites, maioritariamente, oriundas dos antigos movimentos de libertação. Estas expectativas são testadas em 27 países da África Subsaariana recorrendo a uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos. A análise empírica baseia-se em dados eleitorais, análises estatísticas, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Em primeiro lugar, medem-se os níveis de nacionalização dos partidos (NP) e dos sistemas partidários (NSP), identificando-se padrões relevantes. Em segundo lugar, testam-se hipóteses explicativas, demonstrando-se que os partidos incumbentes tendem a ser mais nacionalizados e que fatores como a diversidade étnica e linguística, o financiamento partidário e a estrutura do Estado (ser federalizado) influenciam a probabilidade de nacionalização. Os resultados evidenciam a importância das clivagens e identidades políticas cristalizadas no território, ao longo de diferentes conjunturas históricas, e ainda da agência dos partidos. Contudo, a nacionalização, em África e em Moçambique, em particular, é condicionada pela natureza contestada dos resultados eleitorais, frequentemente postos em causa pela oposição, e por estratégias clientelistas que favorecem o partido incumbente no acesso a recursos e na definição da agenda política, reforçando a sua vantagem no processo de nacionalização.

Palavras-chave: Nacionalização Partidária, Nacionalização de Sistemas Partidários, Democratização, África Subsaariana, Moçambique.

Abstract

The study of the nationalization of parties and party systems has been a central theme in Political Science in recent decades. This thesis analyses the dynamics and explanatory factors of party nationalization in Africa between 1994-2019, with an in-depth look at the case of Mozambique, considered paradigmatic because of its level of nationalization of the party system (NSP) and significant variation in the nationalization of parties (NP). The research develops and tests the initial argument that four factors explain the dynamics of nationalization: party characteristics (being or not being incumbent), historical and structural dimensions (i.e. ethnolinguistic and religious cleavages formed in the colonial period and crystallized during and after that period) and the capture of the state (control of financial resources and decentralization mechanisms) by elites, mostly from the former liberation movements. These expectations are tested in 27 sub-Saharan African countries using a combination of quantitative and qualitative methods. The empirical analysis is based on electoral data, statistical analyses, documentary research and semi-structured interviews. Firstly, the levels of nationalization of parties (NP) and party systems (NSP) are measured, and relevant patterns are identified. Secondly, explanatory hypotheses are tested, showing that incumbent parties tend to be more nationalized, and that factors such as ethnic and linguistic diversity, party funding and the structure of the state (being federalized) influence the likelihood of nationalization. The results highlight the importance of political cleavages and identities crystallized in the territory over different historical conjunctures, as well as the agency of the parties. However, nationalization in Africa and Mozambique is conditioned by the contested nature of electoral results, which are often challenged by the opposition, and by clientelist strategies that benefit the ruling party in accessing resources and setting the political agenda, reinforcing its advantage in the nationalization process.

Keywords: Party Nationalization, Nationalization of Party Systems, Democratization, Sub-Saharan Africa, Mozambique.

INTRODUÇÃO

Os partidos políticos desempenham um papel fundamental no funcionamento e na dinâmica das democracias representativas. São responsáveis por diversas funções, desde a integração, socialização e mobilização do eleitorado, a agregação de interesses coletivos, a elaboração de programas políticos, o recrutamento de candidatos a cargos públicos à coordenação da ação governamental (Farelo e Lopes, 2002; Sartori, 2018; Sanches, 2021).

Neste contexto, torna-se relevante não apenas estudar os partidos como unidades isoladas, mas também os sistemas partidários, que refletem as interações resultantes da competição interpartidária (Sartori, 1976). Ambos, partidos e sistemas partidários, constituem um objeto clássico de estudo da ciência política e podem ser investigados de várias maneiras, seja no que se refere à sua formação e funcionamento, seja nas classificações e tipologias.

Esta tese foca-se na análise da nacionalização dos partidos e dos sistemas partidários, uma área de reflexão ainda pouco explorada no contexto da África Subsaariana. Os primeiros estudos sobre nacionalização partidária datam da segunda metade do século XX, principalmente nos contextos ocidentais, com destaque para o Reino Unido (Rose e Urwin, 1975) e os Estados Unidos (Schattschneider, 1960; Stokes, 1965; Stokes, 1967; Katz, 1973; Claggett, Flanigan e Zingale, 1983; Claggett, 1987).

O conceito de nacionalização abordado nesta tese refere-se à homogeneidade do apoio eleitoral dos partidos nas diferentes regiões ou à ausência de diferenças regionais significativas no sistema partidário (Bochsler, 2006, 2009). Este conceito tem sido aplicado em diversos contextos políticos (Caramani, 2004; Morgentern, Swidle e Castagnola, 2004; Chhibber e Kollman, 2004; Bochslers, 2006, 2009; Morgenstern, Smith e Trelles, 2016; Morgenstern, 2018; Golosov, 2022) sendo mais ou menos consensual, ainda que, empiricamente, existam várias formas para a sua operacionalização. Além de estudos de caso, também foram desenvolvidos estudos comparativos que marcaram a agenda de investigação sobre este tema até aos dias atuais, incluindo vários países europeus (Caramani, 2004, 2005, 2007), da América Latina (Jones e Mainwaring, 2003) e da Ásia (Hicken e Selway, 2011).

No entanto, a tradição de análise sobre este tema no contexto africano ainda é incipiente (Wahman, 2015; Golosov, 2014, 2016) deixando ainda muitas questões em aberto, relativamente às dimensões explicativas deste fenómeno. Este é o caso de alguns dos fatores explorados nesta tese, nomeadamente: a diferenciação entre os níveis de nacionalização entre os partidos (ser ou não incumbente); dimensões histórico-estruturais (i.e. clivagens etnolinguísticas e religiosas formadas e cristalizadas ao longo do tempo) e a captura do

Estado (controlo de recursos financeiros e de mecanismos de descentralização) por elites, maioritariamente, dos antigos movimentos de libertação.

As questões que orientaram este estudo subdividem-se em dois níveis: quantitativo e qualitativo.

Nível Quantitativo

1. Qual é o grau de nacionalização dos partidos e sistemas partidários na África Subsaariana?
2. Que fatores explicam as variações, ao longo do tempo, entre os países?

Nível Qualitativo

3. Sob que condições se reproduz a mecânica de nacionalização dos partidos e sistemas partidários?

Por forma a responder às questões acima apresentadas, esta tese propõe a articulação entre dois planos analíticos, que são: os estudos sobre a nacionalização dos partidos e dos sistemas partidários, com ênfase nas suas dinâmicas, tipos de medição e explicações, e os estudos sobre a política partidária em África. A intersecção entre estes campos teóricos visa ampliar a discussão e oferecer uma compreensão mais profunda do objeto de investigação.

Em África, os estudos sobre partidos ganharam novo ímpeto com a 3ª vaga de democratização (Huntington, 1991)², iniciada no final dos anos 1980 e início de 1990, que foi marcada por mudanças profundas nas constituições de muitos países. Com a chegada da 3ª vaga, os direitos políticos e as liberdades cívicas expandiram-se, pelo menos, formalmente criando espaço para instituições políticas democráticas, como é o caso da realização de eleições multipartidárias. No entanto, embora as eleições se tenham institucionalizado, os partidos políticos, em África, continuam, de maneira geral, a ser caracterizados por desafios, tais como o baixo nível de institucionalização, fraqueza ideológica, organizacional e societal, sendo frequentemente pouco enraizados na sociedade (Van de Walle e Buttler, 1999; Lindberg, 2006; Salih e Nordlund, 2007; Basedau e Stroh, 2008). No entanto, outros estudos demonstram um panorama de maior variação da nacionalização (Sanches 2018, Riedl, 2014).

²O termo “Terceira Vaga” foi adotado por Huntington (1991) para designar movimentos simultâneos que conduziram países não democráticos para regimes democráticos. O processo de transição foi impulsionado pela Revolução dos Cravos, que derrubou a ditadura em Portugal em 1974. Posteriormente, estendeu-se para a América Latina nos finais dos anos 70 e no início dos anos 80. Com o fim da Guerra fria e o colapso da antiga União Soviética nos finais dos anos 80, a opção por regimes democráticos tornou-se um desafio para a maioria dos estados ao nível mundial.

Diferentes pesquisadores têm demonstrado que as eleições multipartidárias resultaram, em grande medida, em sistemas partidários dominantes (liderados por partidos históricos que conduziram as lutas de libertação), predominantemente em regimes híbridos, parcialmente livres ou autoritarismos competitivos (Bogaards, 2001; Suttner, 2006; Carbone, 2007; Levitsky e Way, 2010; Doorenspleet e Nijzink, 2013). Além disso, as reformas políticas no continente não conseguiram garantir a proteção constitucional dos princípios democráticos básicos como a efetiva separação de poderes e as liberdades civis e políticas. Deste modo, esta tese adota uma análise que, para além dos aspetos formais, toma também em conta as dinâmicas informais (lógicas clientelistas) que permeiam as relações entre estados e partidos, essenciais para compreender as determinantes da nacionalização e as vantagens que os partidos incumbentes obtêm com o controlo dos recursos do Estado.

No que diz respeito à nacionalização, o estudo de Wahman (2015) tornou-se uma referência incontornável. O autor analisa as variações entre os partidos de 26 países africanos, identificando os fatores correlacionados com a nacionalização. Wahman (2015) destaca, particularmente, a diferença da nacionalização entre os partidos incumbentes e os partidos da oposição, abordando como os fatores sociais, institucionais e geográficos moldam as perspetivas de nacionalização de maneira distinta, dependendo do estatuto de incumbente. Relativamente à dimensão étnica, o estudo desafia investigações anteriores sobre o favoritismo étnico e o impacto negativo da heterogeneidade no fornecimento de bens públicos. Pesquisas anteriores indicavam que os líderes africanos tendiam a favorecer os seus próprios grupos étnicos e que a distribuição geográfica de recursos era mais concentrada em países etnicamente diversos (Kasfir, 1979; Ishiyama, 2011; Hoffman e Long, 2013). O autor defende ainda que, apesar da fragmentação étnica influenciar na nacionalização, os seus efeitos são diversos. Se a fragmentação étnica e a urbanização afetam, principalmente, a nacionalização de partidos da oposição, os incumbentes permanecem nacionalizados, mesmo em condições estruturais desfavoráveis, eventualmente, por estes mobilizarem e controlarem outros recursos e capitais.

Por sua vez, Golosov (2014) contribui com a identificação e análise dos fatores que facilitam ou dificultam a nacionalização dos sistemas partidários em 80 países, com foco nas estruturas sociais e arranjos institucionais. Numa pesquisa mais recente, ao analisar uma amostra de 43 países da África Subsaariana, Golosov (2016) define dois objetivos para a sua investigação. Em primeiro lugar, apresenta dados empíricos sobre a nacionalização em sistemas partidários, estruturados em regimes livres ou não. Em segundo lugar, ele desenvolve e demonstra empiricamente os níveis de nacionalização do sistema partidário, considerando variáveis como o fracionamento etnolinguístico, os efeitos do sistema eleitoral, a fragmentação partidária e as características do regime. Os resultados mostram que, de forma geral, a nacionalização dos sistemas partidários na África Subsaariana é relativamente

baixa, embora a diferença em relação a outras regiões em desenvolvimento do hemisfério oriental, da Ásia e do Pacífico, da Europa do Leste e da antiga União Soviética, seja modesta. Entre as variáveis analisadas, o fracionamento etnolinguístico destaca-se como fator importante, mas sublinha que a nacionalização partidária em África é fortemente condicionada pelos efeitos do sistema eleitoral; segundo, existe uma associação negativa entre a nacionalização do sistema partidário e o número de partidos no sistema; em terceiro lugar, a natureza dos regimes políticos é essencial para compreender a nacionalização do sistema partidário (por exemplo: níveis mais baixos de democracia estão associados a níveis mais baixos de nacionalização do sistema). O presidencialismo reduz a nacionalização do sistema partidário se as estruturas de concorrência partidária nas eleições presidenciais e legislativas forem assimétricas, mas não o contrário.

A literatura sobre política partidária africana, especialmente em relação à nacionalização, é ainda escassa (Coleman e Rosberg, 1964; Elischer, 2013; Wahman, 2015; Golosov, 2014, 2016). Esta tese contribui para aprofundar o entendimento dessa temática nos países da África Subsaariana, onde predominam sistemas de partidos dominantes, em regimes híbridos ou autoritarismos competitivos (Pempel, 1990; Bogaards, 2008; Bogaards e Boucek, 2010; Doorenspleet e Nijzink, 2013), e também em contextos de instabilidade político-militar. Espera-se que este estudo amplie a literatura sobre a nacionalização de partidos (NP) e de sistemas partidários (NSP) em contextos não ocidentais e fora da América Latina, contribuindo para enriquecer a literatura existente na ciência política.

Essencialmente, o objetivo deste estudo é melhorar a compreensão das condições em que a estrutura dos estados influencia a dinâmica de NP e NSP. Especificamente, pretende-se:

- a) Analisar comparativamente e longitudinalmente o grau de NP e de NSP na África Subsaariana. Este objetivo visa mapear e descrever as tendências de nacionalização num conjunto de países, desde a introdução de eleições competitivas, tanto ao nível dos partidos enquanto unidades isoladas, quanto ao nível dos sistemas partidários como um todo. Será, assim, possível detetar variações intra país (partidos e sistemas) e ao longo do tempo;
- b) Identificar os fatores que influenciam o grau de NP e dos NSP nos diferentes países observados. Com este objetivo, pretende-se explicar as variações observadas selecionando um conjunto de variáveis explicativas propostas ou inferidas a partir da literatura consultada;
- c) Aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno da NP e NSP. Para isso, o estudo combina diferentes métodos de forma iterativa e utiliza o estudo de caso de Moçambique para explorar a relação entre o processo de construção do Estado e os níveis de nacionalização, tanto do partido incumbente, quanto da oposição;

- d) Contribuir para a literatura sobre a nacionalização dos partidos e sistemas partidários na África Subsaariana.

A pesquisa desenvolve e testa o argumento inicial segundo o qual quatro fatores explicam as dinâmicas de nacionalização: características dos partidos (ser ou não incumbente), dimensões históricas e estruturais (i.e., clivagens etnolinguísticas e religiosas formadas no período colonial e cristalizadas durante e após esse período) e a captura do estado (controle de recursos financeiros e dos mecanismos de descentralização) por elites, maioritariamente, dos antigos movimentos de libertação. Na componente quantitativa, serão analisados dados eleitorais de 27 países africanos, entre 1994 e 2019. Esta amostra inclui regimes livres, parcialmente livres e autoritários, permitindo observar a nacionalização de partidos e sistemas partidários em regimes com diferentes graus de democraticidade/autoritarismo.

Nesta etapa, começaremos primeiro por medir a nacionalização com base em dados de eleições legislativas, respondendo assim à primeira questão de pesquisa. Os dados demonstram existir uma ampla variação intra país e entre países em termos de NP e NSP (Ver Capítulo IV).

De seguida, a pesquisa testa quatro hipóteses explicativas sobre nacionalização. A análise realizada revela que os partidos incumbentes estão mais nacionalizados, o que impacta positivamente a nacionalização do sistema partidário. Em segundo lugar, a diversidade etnolinguística e religiosa tem efeitos heterogêneos. Apesar de, teoricamente, em contextos marcados por elevada heterogeneidade etnolinguística e religiosa, os partidos tenderem a ser menos nacionalizados, o que pode impactar negativamente na nacionalização do sistema, nesta tese o efeito destas variáveis teve efeito quase nulo. Ainda assim, os dados corroboram investigações anteriores que consideram que o efeito dessa diversidade tem pouca influência em relação aos partidos incumbentes se comparados com a oposição (Wahman, 2015). Em terceiro lugar, a estrutura administrativa (ser unitário ou federal), afeta a nacionalização da seguinte forma: os estados federais tendem a apresentar níveis inferiores de nacionalização em comparação com os estados unitários, o que pode contribuir para a formação de partidos de base regional e sistemas partidários fracamente nacionalizados. Em quarto lugar, o financiamento misto, tendencialmente, fortalece a capacidade de nacionalização dos partidos e, consequentemente, dos sistemas partidários. No que diz respeito aos controlos, o crescimento económico, a competição eleitoral (alternância no poder), a natureza do parlamento (unicameral ou bicameral), o sistema de governo (presidencialista, semipresidencialista ou parlamentar), o nível de democracia (livre, parcialmente livre e não livre) e a dimensão demográfica (população total), revelaram-se, de modo geral, significativas na explicação da NP e NSP.

De seguida, desenvolvemos a fase qualitativa deste estudo, em que a análise se concentra no caso de Moçambique, focando-se em dimensões como a organização e ideologia dos partidos, clivagens territoriais e ligações entre partidos e cidadãos e o financiamento político. Como justificado adiante, estas dimensões são apontadas na literatura como sendo importantes para compreender como funcionam os sistemas partidários e, em particular, a nacionalização. Moçambique é um estudo de caso paradigmático. Como ex-colónia portuguesa, conquistou a sua independência em 1975 após uma década de luta armada. Em 1977, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) transformou-se em partido político com uma orientação marxista-leninista, implementando um modelo económico centralmente planificado, que foi abandonado em 1983 (Cahen, 1993; Brito, 2019). Após a independência, o país entrou num período de guerra civil entre o governo da FRELIMO e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), que culminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992. A aprovação de uma nova constituição, em 1990, introduziu bases para a transição para o multipartidarismo que, posteriormente, evoluiu para a instalação de um sistema de partido dominante, com a FRELIMO vencendo todas as eleições gerais desde então.

O desempenho eleitoral da FRELIMO tem sido concentrado em algumas regiões, como o Norte e o Sul, enquanto a RENAMO manteve uma base de apoio principalmente no Centro e Norte, e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), na região Centro, com especial destaque para a cidade da Beira. Embora a FRELIMO tenha dominado, formalmente, os resultados eleitorais, os processos foram, historicamente, marcados por fortes contestações da oposição, incluindo a eclosão de conflitos armados e focos de instabilidade social, especialmente após a descoberta de recursos naturais no país (Macuane, Buur e Monjane, 2018; Sanches, 2018; Sanches e Júlio, 2021).

Selecionamos o caso de Moçambique por ser um exemplo paradigmático. Um caso paradigmático é aquele que, além de estar inserido num conjunto de elementos relevantes, se configura como um modelo representativo dentro dessa categoria. Em outras palavras, este não apenas ilustra, mas também exemplifica de maneira central o que é considerado relevante (IEP³; Mills, Durepos e Wiebe, 2010). Assim, ao selecionar o caso de Moçambique, a tese visa explorar explicações adicionais não cobertas pela análise quantitativa, incluindo a dimensão da engenharia institucional, que explica a interação entre as instituições formais e informais, além de outras variáveis utilizadas na fase quantitativa, como a organização e

³ Internet Encyclopedia of Philosophy (IEP) – disponível em: <https://iep.utm.edu/paracase/> -
acedido a 13 de Janeiro de 2025.

ideologia dos partidos, clivagens territoriais, os vínculos entre partidos e cidadãos, e financiamento partidário

As dimensões analisadas no estudo de caso são enriquecidas por vários tipos de dados. Por um lado, foram realizadas 32 entrevistas com três grupos de atores: elites políticas/figuras públicas; órgãos de administração eleitoral; académicos, jornalistas e organizações da sociedade civil/organizações não-governamentais. Estas entrevistas ajudaram a captar as diferentes perceções sobre o fenómeno e auxiliarão na interpretação dos resultados, quer na fase da análise quantitativa, quer na qualitativa. Por outro lado, e complementarmente, usaremos dados quantitativos de fontes como o *Afrobarometer* e o *Varieties of Democracy* (V-Dem), nomeadamente as variáveis que medem a institucionalização partidária e a relação entre partidos e cidadãos, para analisar de que forma estes fenómenos se relacionam com a nacionalização. Estudos existentes demonstram que, quer a institucionalização, quer as ligações partidos-cidadãos, sejam elas de base identitária (assente em clivagens territoriais, por exemplo, étnicas, linguísticas e territoriais), sejam de base programática ou clientelar, influenciam as dinâmicas partidárias (Lupo, 2008 e Cheeseman et al., 2014).

A análise do caso de Moçambique materializou-se através da exploração de três dimensões: evolução organizativa e ideológica dos partidos; clivagens territoriais e ligação entre partidos e cidadãos e, financiamento partidário. A análise demonstrou que o partido FRELIMO, devido à sua trajetória enquanto movimento de libertação e posterior transição para partido político em 1977, apresenta maiores chances de se nacionalizar, como resultado da sua implantação territorial desde o período pós-colonial, muitas vezes, graças à sobreposição entre partido e Estado, sendo a relação entre a FRELIMO e os eleitores, muitas vezes, alicerçada numa base clientelista. Em contraste, os partidos da oposição, em particular a RENAMO, um antigo movimento de guerrilha, construíram a sua base de legitimidade de natureza militar, com especial destaque para as regiões Centro e parte do Norte de Moçambique. Este partido é muitas vezes desafiado a encontrar outras fontes de legitimidade que estejam para além da dimensão militar, o que, em parte, desafia as possibilidades de alargamento da sua capacidade de nacionalização. Por fim, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), possui níveis de nacionalização significativamente inferiores aos dois maiores partidos políticos do país (FRELIMO e RENAMO), a sua maior inserção observa-se, essencialmente, na província de Sofala, em particular no município da Beira, local considerado o bastião deste partido.

Assim, a pesquisa oferece uma compreensão detalhada da nacionalização partidária e do sistema partidário em Moçambique, destacando a interação entre fatores históricos, políticos e estruturais que moldam o comportamento dos partidos e suas relações com os cidadãos, bem como o impacto das condições políticas no processo de nacionalização.

Contribuições e características inovadoras da tese

Estudar a nacionalização dos partidos e sistemas partidários é fundamental, pois oferece uma expressão direta da relação entre partidos e cidadãos ao longo do território. Dado que este tema é ainda pouco explorado, especialmente no contexto africano, o mesmo torna-se particularmente relevante, destacando-se até ao momento as pesquisas de Wahman (2015) e Golosov (2014, 2016). Adicionalmente, a complexidade do tema e as diversas interconexões das variáveis explicativas são amplamente reconhecidas. Um grupo de pesquisa foca em variáveis como diversidade étnico-linguística, extensão territorial, clivagens económicas e instituições (Caramani, 2004; Bochsler, 2005; Wahman, 2015, Golosov, 2014, 2016), enquanto outros estudos agregam variáveis relacionadas à divisão político-administrativa (Federação/Estado Unitário), sistema partidário, sistema eleitoral e volatilidade eleitoral (Jones e Mainwaring, 2003).

Assim, esta pesquisa busca agregar valor, com os seguintes contributos: Primeiramente, os resultados empíricos revelam uma grande variação nos padrões da nacionalização intra país. Estes resultados são também únicos e podem inspirar pesquisas futuras. Por exemplo, alguns efeitos variam, dependendo do tipo de regime (ou qualidade da democracia). Há efeitos heterogêneos das variáveis de diversidade etnolinguística e religiosa que tanto forçam como diminuem a nacionalização. Adicionalmente, a aplicação do coeficiente de Gini (Bochsler, 2010) numa amostra mais alargada oferece à ciência política mais um contributo para o estudo da nacionalização de partidos e sistemas partidários em contextos africanos.

Em segundo lugar, destaca-se pela abordagem metodológica, que combina dois métodos: quantitativo, na fase comparativa ampla, e qualitativo, na fase do estudo de caso. Esta combinação conferiu maior robustez à análise, permitindo uma exploração mais aprofundada das variáveis envolvidas. Em terceiro lugar, a combinação das variáveis para a análise que fortaleceu a compreensão empírica das principais determinantes da nacionalização dos partidos e sistemas partidários. Através da análise do estudo de caso, a tese aprofundou a compreensão das variáveis que explicam o objeto de estudo, especialmente, no que diz respeito à organização e ideologia dos partidos, clivagens étnico-linguísticas e regionais, ligações entre partidos e cidadãos e financiamento partidário.

Em quarto lugar, contribui para a pesquisa sobre partidos e sistemas partidários em África. A tendência dominante na literatura tem estado focada na análise das características dos sistemas partidários (Riedl, 2014; Osei, 2012; Sanches, 2010, 2014, 2018), sem dar a devida atenção à nacionalização dos partidos como unidades isoladas (Wahman, 2015). Com efeito, estudos anteriores sobre a África concentraram-se mais na análise dos processos de transição, nas características dos sistemas partidários e na classificação dos partidos incumbentes como dominantes sem, no entanto, aprofundar a questão da nacionalização dos

partidos no continente (Van de Walle, 2001; Chabal e Daloz, 1999; Crawford, 2011; Elischer, 2013). Esta pesquisa agrega, na sua análise, a observação da nacionalização (tendo em conta os partidos incumbentes ou não), utilizando uma abordagem comparada, que abrange regimes com naturezas diferentes (regimes livres, parcialmente livres e não livres).

Em quinto lugar, a escolha de dois níveis de análise: o nível partidário e o nível do sistema partidário. A distinção entre ambos é crucial do ponto de vista empírico, pois, enquanto o foco no nível partidário permite captar as dinâmicas particulares de funcionamento dos partidos como unidades isoladas (Bardi e Mair, 2008), a análise do sistema partidário concentra-se na interação entre os partidos. Esta tese combina ambos os níveis, trazendo uma análise mais detalhada e abrangente. Além disso, a pesquisa utiliza uma nova forma de medição da nacionalização, baseada no coeficiente de Gini invertido, desenvolvida por Bochsler (2005), que permite analisar, tanto a Nacionalização Partidária (NP), quanto à Nacionalização dos Sistemas Partidários (NSP).

Em suma, esta tese oferece contribuições importantes para a compreensão da nacionalização partidária e do sistema partidário em África, apresentando uma análise detalhada e metodologicamente rigorosa que pode servir como base para futuras pesquisas sobre o tema. Portanto, se esta gerar novos debates e aprofundar a reflexão sobre a nacionalização, especialmente no contexto africano, terá cumprido o seu objetivo de enriquecer o campo da ciência política.

Estrutura da Tese

Esta tese está dividida em seis capítulos. O capítulo I efetua uma revisão da literatura abrangente sobre o conceito de nacionalização, abordando, tanto a nacionalização dos partidos, quanto a dos sistemas partidários. São discutidos os estudos pioneiros até as pesquisas mais recentes sobre o tema. Dentre as contribuições destacadas, encontra-se o trabalho de Schattschneider (1960), que associou o grau de nacionalização à possibilidade de alternância de poder nos Estados Unidos. Além disso, é dada atenção à estruturação conceitual de Caramani (2004), que propôs tipologias úteis para a análise da nacionalização. No campo da mensuração, a contribuição de Bochsler (2005; 2006; 2010) foi essencial, especialmente, no que diz respeito ao cálculo da nacionalização utilizando o coeficiente de Gini. As pesquisas de Wahman (2015), Golosov (2014, 2015) no contexto africano também são destacadas. Este capítulo informa a nossa escolha de medição de nacionalização (Bochsler, 2006, 2010) e permite identificar as principais explicações existentes para a variação deste fenómeno. São também formuladas as quatro hipóteses do estudo, que irão orientar a fase quantitativa e o argumento a testar na fase qualitativa do estudo.

O capítulo II descreve a metodologia adotada para a pesquisa, começando pela definição das questões de pesquisa e do quadro teórico que sustenta a análise. Nele, são definidas todas as etapas do estudo, a seleção dos casos, a operacionalização das variáveis dependentes, independentes e de controlo e ainda as fontes e dados utilizados para testar os argumentos da tese. Na fase quantitativa, responde-se às questões: *a) Qual é o grau de nacionalização dos partidos e sistemas partidários na África Subsaariana? b) Que fatores explicam as variações ao longo do tempo entre os países?* com base em 242 observações resultantes da comparação de 27 países e, na fase qualitativa, à questão *c) Sob que condições se reproduz a mecânica da nacionalização dos partidos e sistemas partidários?* com base num estudo de caso de Moçambique.

O capítulo III oferece uma contextualização histórica dos partidos e sistemas partidários no continente africano, iniciando-se com o período das lutas pela independência. A análise aborda a subsequente difusão dos regimes de partido único, passando pelas reformas de democratização e pela introdução do multipartidarismo, e examina, de forma preliminar, as implicações desses processos na dinâmica da nacionalização dos partidos e sistemas partidários em África.

O capítulo IV é o primeiro de dois capítulos empíricos e propõe-se responder às duas primeiras questões de pesquisa: 1. Qual é o grau de nacionalização dos partidos e sistemas partidários na África Subsaariana? e 2. Que fatores explicam as variações ao longo do tempo entre os países? Será apresentado um estudo comparativo sobre a NP e NSP em 27 países africanos. A análise começa com uma breve contextualização política dos países incluídos no estudo, começando pela independência, a transição para o multipartidarismo e a consolidação dos partidos dominantes. Com base nesse contexto histórico, são estabelecidas as premissas para a comparação do nível de NP e NSP nos 27 países, tomando em consideração fatores como a estabilidade e consistência da oposição. A análise assume quatro fatores que explicam as dinâmicas de nacionalização: características dos partidos (ser ou não incumbente), dimensões históricas e estruturais (i.e., clivagens etnolinguísticas e religiosas formadas no período colonial e cristalizadas durante e após esse período) e a captura do estado (controlo de recursos financeiros e dos mecanismos de descentralização) por elites, maioritariamente, dos antigos movimentos de libertação. São também introduzidas as variáveis de controlo para conferir maior robustez as análises: desempenho macroeconómico, tipo de parlamento, total de população, tipo de democracia e alternância de poder.

No capítulo V, é abordada a terceira questão de pesquisa: Sob que condições se reproduz a mecânica de nacionalização dos partidos e sistemas partidários? Procede-se, assim, à realização de um estudo de caso centrado em Moçambique, com o objetivo de explorar os mecanismos que sustentam os padrões de NP e NSP identificados no capítulo

anterior. Este estudo contribui para a literatura sobre o continente africano, tendo em conta que, até ao momento, não existe uma investigação sistemática dedicada à nacionalização de partidos e sistemas partidários neste contexto específico.

Foram consideradas as seguintes dimensões analíticas: a organização e ideologia dos partidos, clivagens territoriais, os vínculos entre partidos e cidadãos, e financiamento partidário. A análise demonstrou a relevância destas dimensões para a explicação dos processos de nacionalização partidária.

No caso moçambicano, apesar da significativa heterogeneidade etnolinguística no território, este fator não se revela determinante, por si só, na explicação da nacionalização de partidos (NP) e sistemas partidários (NSP). Contudo, os resultados do processo de nacionalização em Moçambique são desafiados por dois fatores principais: (i) a natureza frequentemente contestada dos resultados eleitorais pela oposição devido a alegadas irregularidades; e (ii) a prevalência de estratégias clientelistas que colocam o partido incumbente numa posição privilegiada, tanto no acesso a recursos, como no controlo da agenda política, fatores que beneficiam diretamente o partido incumbente no processo de nacionalização.

No capítulo VI, discutem-se os principais resultados do estudo, analisando as suas implicações teóricas e empíricas, e apresentam-se sugestões para futuras investigações. Conclui-se que as dinâmicas de construção do Estado no continente africano, as clivagens territoriais e etnolinguísticas, bem como o acesso e controlo de recursos pelos partidos incumbentes e os contextos de guerra civil, são fatores centrais para a compreensão da NP e da NSP. Este capítulo também apresenta algumas propostas de investigações futuras, com potencial de aprofundar a temática em estudo, tais como o impacto do financiamento partidário e os seus mecanismos de transparência e prestação de contas, como elemento que impacta na nacionalização. Finalmente, aprofundar estudos que relacionam a nacionalização dos partidos e sistemas partidários na melhoria de políticas públicas e na construção da democracia.

CAPÍTULO I – ESTUDOS SOBRE NACIONALIZAÇÃO DOS PARTIDOS E DOS SISTEMAS PARTIDÁRIOS

Neste capítulo, revisitamos as abordagens conceituais da nacionalização partidária, seus indicadores e formas de medição. Inicialmente, é feita uma revisão dos estudos pioneiros sobre o tema, que se concentraram, principalmente, nas democracias ocidentais, estendendo-se posteriormente a outras regiões, como a América Latina, até alcançar os estudos mais recentes sobre a realidade africana.

Desde os anos 1960 que a ciência política tem vindo a analisar a evolução histórica dos sistemas eleitorais e partidários, assim como a nacionalização partidária. Na evolução do conceito de nacionalização partidária, destaca-se a noção de homogeneização territorial do comportamento eleitoral, tanto em termos de participação quanto em termos de apoio aos principais partidos políticos (Caramani, 2004). Sendo, portanto, que a dimensão geográfica de apoio a um partido, que constitui um aspeto essencial da nacionalização, influencia a política de várias maneiras, incluindo o modelo de competição eleitoral, a representação política, a distribuição de recursos públicos e a formulação de políticas públicas. Além disso, a nacionalização também determina como os interesses específicos de diferentes regiões ou localidades são tratados num contexto nacional (Caramani, 2004; Wahman, 2015).

O conceito de nacionalização partidária possui cerca de meio século de desenvolvimento académico, com as suas primeiras análises datando da década de 1960, particularmente, a partir de estudos originários das democracias ocidentais. Destacam-se, nesse contexto, os trabalhos realizados nos Estados Unidos (Schattschneider, 1960; Stokes, 1965; Stokes, 1967; Katz, 1973; Claggett, Flanigan e Zingale, 1983; Claggett, 1987) e na Inglaterra (Rose e Urwin, 1975). Nos anos seguintes, novas pesquisas ampliaram o foco geográfico e incluindo estudos sobre a América Latina (Neto e Cox, 1997; Cox, 1999; Jones e Mainwaring, 2003), comparações entre Europa e outras regiões (Caramani, 2000, 2004; Lago e Montero, 2010; Bochsler, 2010), análises comparativas entre os Estados Unidos e outros países (Jones e Mainwaring, 2003; Chhibber e Ken Kollman, 2004; Morgenstern, Swindle e Castagnola, 2009; Morgenstern, 2018) e pesquisa sobre a Ásia (Hicken e Selway, 2011).

O crescente interesse por análises mais estruturadas e contextualmente fundamentadas contribuiu, significativamente, para o refinamento conceitual da nacionalização partidária. Além disso, houve um deslocamento no foco da análise, que passou a considerar os partidos como unidades observacionais isoladas, sem com isso negligenciar o estudo dos sistemas partidários de forma integrada. Esse movimento também impulsionou melhorias nas metodologias de medição empírica da nacionalização, incluindo a avaliação dos seus efeitos, como, por exemplo, na formulação de políticas públicas e na distribuição de recursos em

função das preferências eleitorais dos grupos relevantes em diferentes regiões do território (Caramani, 2005, 2007; Swindle e Castagnola, 2009; Morgenstern, 2018; Hicken e Selway, 2011; Jones e Mainwaring, 2003; Lago e Montero, 2010).

Este capítulo faz uma revisão do estado da arte sobre a nacionalização partidária e de sistemas partidários, desde os estudos pioneiros às pesquisas contemporâneas.

1.1. Nacionalização dos partidos e sistemas partidários: da conceptualização à medição empírica

O conceito de nacionalização partidária surge em meados do século XX, com Schattschneider (1960), no livro *The Semi-Sovereign People: A Realist's View of Democracy in America*. Ao analisar o sistema partidário dos Estados Unidos, entre 1896 e 1932, Schattschneider, constata que a nacionalização se referia ao processo de transição da política setorial para a política nacional, caracterizando-se por um comportamento eleitoral homogêneo em todo o território do país. Segundo o autor, a nacionalização podia ser medida empiricamente utilizando o desvio padrão da votação em cada distrito eleitoral. O desvio padrão mede a variação dos votos em relação à média nacional, sendo que partidos com baixo desvio padrão são considerados mais nacionalizados, pois o seu apoio está mais distribuído de forma uniforme ao longo do território (Schattschneider, 1960).

O estudo de Schattschneider mostrou que, durante grande parte do período analisado, o sistema partidário dos Estados Unidos foi dominado pelo Partido Republicano, com o seu apoio concentrado no Noroeste e Centro-Oeste, enquanto o Partido Democrata dominava o Sul. A partir das eleições de 1932, o padrão de concentração territorial de votos mudou, com o Partido Democrata a conquistar a presidência após mais de 30 anos de domínio Republicano. Esse processo de mudança resultou numa maior homogeneização eleitoral, comparado ao período anterior. A erosão do padrão de concentração territorial ocorreu de duas formas: primeiro, por meio de uma homogeneização territorial das atitudes e comportamentos políticos e, segundo, por um deslocamento vertical em que questões organizações e alianças políticas que antes eram locais passaram a ter uma dimensão nacional (Schattschneider, 1960).

Os trabalhos pioneiros de Schattschneider foram, posteriormente, complementados por contribuições significativas de outros teóricos, tais como Stokes (1965, 1967) e Katz (1973). O foco dessas pesquisas consistiu no aprimoramento da metodologia para medir, empiricamente, os fatores que influenciam as mudanças na distribuição dos votos partidários dentro dos distritos eleitorais. Ambos autores defendem que a nacionalização ocorre quando

as questões políticas que determinam mudanças nas votações entre as eleições são idênticas em todos os distritos, mesmo que produzam resultados diferentes em regiões distintas (Stokes, 1965, 1967; Katz, 1973). A nacionalização, assim, é entendida como um fenômeno no qual eventos locais podem influenciar o comportamento eleitoral nacional, sendo indicadores como desemprego, greves trabalhistas, eventos criminais, questões climáticas e outros fatores locais determinantes para a dinâmica do voto (Katz, 1973)

Apesar das diferenças de perspectiva entre Stokes e Katz, ambos concordam que a nacionalização é influenciada por eventos locais que podem afetar a política a nível nacional. Por exemplo, um evento como um motim pode ser um fenômeno local, mas se a maneira como o motim é controlado afeta a confiança dos eleitores na capacidade do governo de lidar com situações semelhantes, ele pode se tornar um fator nacional com potencial de influenciar os resultados eleitorais em todo o território (Stokes, 1965, 1967; Katz, 1973).

Em 1975, Rose e Urwin realizaram uma pesquisa inovadora sobre a nacionalização, ao comparar 19 países europeus, observando os efeitos da formação do Estado, democratização e industrialização nas estruturas territoriais do voto. Os autores propõem três formas de medir a nacionalização: primeira, calculando o desvio padrão do voto em relação à média regional; segunda, utilizando o índice de variação do voto e, por fim, aplicando o Índice Cumulativo de Desigualdade Regional (ICDR)⁴, que toma em consideração as influências das diferenças no tamanho da população eleitoral nas unidades territoriais. Rose e Urwin concluem que, em sociedades onde as principais divisões sociais são irreconciliáveis, como as de classe e regionalismo, cada eleição tende a produzir uma resposta semelhante ou quase idêntica, uma vez que os partidos apelam a lealdades políticas estáveis. Por outro lado, em sociedades marcadas por múltiplas divisões sociais, há uma maior probabilidade de pressões cruzadas, o que pode levar os eleitores a mudar de preferências eleitorais de uma eleição para outra. De forma mais concreta, a força dos partidos políticos como instituições sociais, fornece, pelo menos, potencialmente, uma explicação geral.

A proposição geral de Rose e Urwin (1975) é que, onde os partidos políticos são altamente organizados, em seu próprio nome ou em virtude de laços institucionais com igrejas, sindicatos ou outras instituições, haverá muito pouca volatilidade, apesar de estruturas sociais extremamente complexas. Pelo contrário, onde os partidos políticos estão fracamente organizados, as flutuações e tendências no apoio partidário serão maiores, refletindo a incapacidade dos políticos para conquistar o apoio numa base persistente ao longo do território.

⁴ O ICDR é calculado subtraindo a proporção de votos em cada unidade subnacional da proporção de eleitores registados naquela unidade, somando os resultados absolutos e dividindo por dois (Rose e Urwin, 1975).

Na década de 1980, as pesquisas sobre nacionalização ganharam um novo impulso com contribuições importantes de Claggett, Flanigan e Zingale (1983) e Claggett (1987). Estes autores aprofundaram a análise sobre a nacionalização nos Estados Unidos, abordando duas outras dimensões conceituais: a nacionalização como convergência do apoio partidário nas subunidades geográficas e a nacionalização como uniformidade nas respostas eleitorais nas unidades geográficas. A pesquisa destes autores concluiu que, embora a nacionalização seja frequentemente definida como uma maior uniformidade nas respostas eleitorais em todo o território, isso não implica uma homogeneização completa do comportamento de todos os indivíduos, mas sim uma semelhança nas proporções de eleitores com comportamentos distintos em diferentes áreas geográficas (Claggett, Flanigan e Zingale, 1983; Claggett, 1987).

A última década do século XX e o início do século XXI foram marcados por um aumento significativo de estudos sobre nacionalização, abrangendo países de diversas regiões do mundo. Contudo, o crescente interesse por este conceito tem gerado um debate intenso sobre os seus componentes e a melhor forma de operacionalizá-los. Persistem ainda algumas ambiguidades no uso do termo, especialmente no que tange à distinção entre a nacionalização dos partidos e dos sistemas partidários, bem como entre a nacionalização da oferta partidária e o comportamento eleitoral (Morgenstern et al., 2009).

Uma maneira prática de organizar as propostas existentes foi realizada por Neto e Cox (1997), Cox (1999), Jones e Mainwaring (2003), Caramani (2004), Bochsler (2010), Hicken e Selway (2011) e Morgenstern (2018). Os autores distinguem a nacionalização estática/distributiva da nacionalização dinâmica. A primeira refere-se ao grau de homogeneidade na distribuição de votos dos partidos entre os diferentes distritos de um país (Brady et al., 2000), enquanto a segunda mede a consistência no aumento ou diminuição dos votos ao longo dos distritos (Brady et al., 2000). De acordo com estas definições, um sistema partidário é considerado nacionalizado quando a distribuição de votos é homogênea e quando os partidos perdem ou ganham votos de maneira consistente em todos os distritos eleitorais.

A nacionalização estática é aquela que recebe mais atenção na operacionalização. O seu estudo foca em questões fundamentais relacionadas à política e representação, como a construção do Estado e a integração das regiões, a distribuição dos recursos governamentais e os movimentos separatistas (Morgenstern, 2018). De acordo com Cox (1999), a nacionalização estática é calculada pela diferença entre o número efetivo de partidos a nível nacional e o número médio de partidos efetivos em cada distrito. Isto é, quanto menor essa diferença, maior a nacionalização.

Jones e Mainwaring (2003), os primeiros a fornecerem dados empíricos sobre a nacionalização fora das democracias consolidadas, argumentam que a nacionalização (estática) tem implicações significativas para a estabilidade democrática e que, em contextos

com alta nacionalização, os partidos são mais unificados, afetando, tanto a política legislativa, quanto as políticas públicas. A nacionalização é, portanto, vista como um indicador da força do alinhamento partidário e da relação entre eleitores e partidos.

Caramani (2004) propõe o índice de presença territorial para medir a nacionalização dos sistemas partidários na Europa. Para o efeito, o autor compilou uma base de dados com informações sobre a quantidade de eleitores e votos válidos, entre outras variáveis, em 17 países da Europa Ocidental. As análises de Caramani destacam a importância de fatores como o desenvolvimento do estado de bem-estar, a massificação da comunicação eletrônica e a transformação dos partidos em “*catch-all parties*” para a nacionalização dos partidos. Para o autor, estes fatores não são suficientes para explicar a nacionalização, enfatizando questões como a diversidade étnica e religiosa.

No contexto europeu, a crescente integração política nacional contrasta com a fragmentação territorial do voto, impulsionada por diferenças nas trajetórias de formação do Estado e nas clivagens sociais (Caramani, 2004). Em relação aos fatores culturais, Caramani (2004) destaca a importância das clivagens religiosas e etnolinguísticas para a diversidade de votação regional na Europa. Nesse sentido, ele defende que os dados eleitorais são uma ferramenta útil para analisar essas configurações territoriais, permitindo comparações entre países e o estudo histórico da evolução da nacionalização. Além disso, o comportamento eleitoral é considerado um indicador importante das atividades políticas de massa, proporcionando um meio para reconstruir a história das estruturas territoriais europeias.

Caramani (2004: 36) distingue ainda três dimensões da nacionalização, que não devem ser confundidas:

- *Homogeneidade de apoio*: a nacionalização é vista como um processo de convergência nos níveis de apoio partidário, resultando num comportamento eleitoral mais uniforme entre os diferentes distritos. Esta dimensão é associada à nacionalização dinâmica, que foca na consistência das variações no apoio eleitoral entre os distritos.
- *Fonte ou nível das forças políticas*: refere-se à tendência dos eleitorados de se apoiarem em forças políticas nacionais, em vez de locais. As forças políticas nacionais têm um impacto mais forte e crescente sobre o comportamento eleitoral, ao passo que as forças locais ou regionais têm influência menor.
- *Tipo de resposta*: a nacionalização é medida pela uniformidade das respostas eleitorais a estímulos políticos nacionais. Isso significa que, se um partido cresce ou perde apoio, esse movimento ocorre de maneira consistente em todo o país.

A mensuração da nacionalização, conforme as abordagens de Jones e Mainwaring (2003) e Lago e Montero (2010), varia entre 0 e 1, embora as fórmulas e pressupostos

utilizados sejam distintos. Jones e Mainwaring (2003) separam a nacionalização dos partidos da nacionalização dos sistemas partidários, calculando a primeira com base no coeficiente de Gini, enquanto a segunda é obtida multiplicando-se o índice de nacionalização de cada partido pela sua votação nacional. Lago e Montero (2010), por sua vez, utilizam o '*local entrant measure*' que considera, tanto a proporção de votos a nível nacional, quanto a proporção de lugares em cada distrito.

Bochsler (2010) propõe uma versão estandardizada do índice de nacionalização, tomando em consideração o número e o tamanho das unidades territoriais. Este modelo busca superar os problemas das medidas anteriores, que não consideram as variações territoriais. Para Bochslers (2004), a nacionalização reflete a homogeneidade do apoio eleitoral dos partidos nas regiões e a ausência de diferenças regionais significativas no sistema partidário.

Neste sentido, Bochslers (2006, 2010) observa que, nas novas democracias da Europa Central e Oriental, a estrutura étnica e as restrições do sistema eleitoral desempenham papéis cruciais na definição do grau de nacionalização partidária. Os partidos relacionados a minorias étnicas tendem a ser menos nacionalizados, atuando principalmente em áreas onde essas minorias são predominantes. Em contrapartida, partidos com majorias étnicas ou com composição étnica mista são mais nacionalizados. Portanto, a nacionalização partidária está relacionada à estrutura de clivagens, especialmente étnicas, que podem diminuir ou aumentar o grau de nacionalização, dependendo da estrutura social e regional da área em estudo.

De acordo com Morgenstern (2018:21), o elevado nível de nacionalização estática, por exemplo, não terá o mesmo impacto na democracia ou na estabilidade do regime em todos os casos, porque o nível de nacionalização dinâmica seria uma variável indefinida (ou deixada de fora). Por exemplo, ambas as dimensões são necessárias para mostrar a importância da economia para uma eleição num determinado distrito/círculo eleitoral. A dimensão estática pode implicar diferenças em termos de importância relativa da pobreza, classe, etnia e nacionalismo no voto, enquanto a dimensão dinâmica mostra o peso relativo da mudança das condições económicas no voto e se todos os distritos reagem à mudança de forma semelhante. Portanto, as nacionalizações estáticas e dinâmicas desempenham papéis distintos no processo político. Embora estejam interligadas, elas exigem uma operacionalização cuidadosa das variáveis para que se possa avaliar com precisão o impacto da homogeneização territorial no comportamento eleitoral e nas estratégias políticas.

A tabela abaixo apresenta a análise da tipologia de nacionalização partidária, tal como proposta por Morgenstern (2018).

Tabela 1: Tipologia de nacionalização partidária

Nacionalização Dinâmica			
		Alta	Baixa
Nacionalização Estática	Alta	Nacionalizado	Instável
	Baixa	Desequilibrado	Focalizado localmente

Fonte: Morgenstern (2018:31). A typology of Party Nationalization

A divisão das duas dimensões da nacionalização partidária em categoria “alta” e “baixa” gera uma tipologia simples 2x2. Morgenstern (2018) identifica as combinações de nacionalização estática e dinâmica, classificando os partidos em cinco categorias: nacionalizado, focalizado, localizado localmente, desequilibrado e instável.

Críticos da nacionalização estática argumentam que o apoio homogêneo pode também surgir a partir do uso de estratégias específicas adaptadas a regiões ou distritos, o que exigiria candidatos mais personalistas e autônomos. Essa possibilidade desafia a ideia de que a nacionalização estática é totalmente homogênea e pode ser reinterpretada como uma forma de nacionalização com um grau de personalização ou foco regional (Morgenstern, 2018).

A tabela 2 resume as opções metodológicas adotadas nos estudos discutidos, considerando a medida de nacionalização, o número de casos observados e/ou o período de análise, além das variáveis explicativas utilizadas.

Tabela 2: Nacionalização - operacionalização e dimensões explicativas

Autor	Medida de Nacionalização	Dimensão da Nacionalização	Países/período de análise	Variáveis explicativas	Unidade de análise	Efeito esperado na nacionalização	Medida de variação
Jones e Mainwaring (2003)	Coeficiente de Gini	Dinâmica	17 Países (15 da América Latina + Canadá e EUA)	Federação/estado unitário; Sistema Partidário; Sistema Eleitoral; Volatilidade Eleitoral	Partidos e sistemas partidários	Nacionalização estática	0 e 1
Caramani (2004)	Desvio Padrão (SD)	Dinâmica	17 Países europeus 1815-1999	Clivagens políticas; Economia; Instituições	Sistema partidário	+ Clivagens – nacionalização	
Bochsler (2006, 2010)	Coeficiente de Gini		16 Países da Europa Central e Oriental	Clivagens étnico-regionais	Partidos e sistemas partidários	+ Diversidade étnica – nacionalização + Descentralização – nacionalização	0 e 1

Morgenstern, Swidle e Castagnola (2009)	Coeficiente de Gini	Estática/distribucional e dinâmica	28 Países	Presidencialismo vs parlamentarismo	Partidos Políticos	Parlamentarismo + nacionalização dinâmica	0 e 1
Golosov (2014)	Desvio Padrão (SD)	----	80 Países	Federação/estado unitário; Presidencialismo; desempenho macroeconómico; Sistemas eleitorais	Sistemas partidários	+ Descentralização – nacionalização + Diversidade etnolinguística - nacionalização	
Wahman (2015)	Coeficiente de Gini	Estática/distribucional	26 Países africanos	Fracionamento étnico, tamanho da área geográfica, urbanização	Partidos e sistemas partidários	+ Acesso a recursos do Estado + nacionalização	0 e 1
Golosov (2016)	Índice de Nacionalização Partidária (índice de concentração de Herfindahl-Hirschman)		43 Países	Sistema eleitoral, fragmentação etnolinguística Fragmentação do sistema partidário e do regime Presidencialismo	Sistemas Partidários	+ Fracionamento etnolinguístico – nacionalização	0 e 1

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos estudos de Jones e Mainwaring (2003); Caramani (2004); Bochsler (2006, 2010); Morgenstern, Swidle e Castagnola (2009); Wahman (2015) e Golosov (2014, 2016).

Conforme mencionado, com a evolução da operacionalização do conceito de nacionalização partidária, o coeficiente de Gini tem vindo a revelar-se como a principal ferramenta utilizada na medição da nacionalização, devido à sua capacidade de aferir as desigualdades na distribuição dos votos, considerando o número e as características das unidades territoriais. Além de ser amplamente utilizado nas pesquisas sobre nacionalização partidária, o coeficiente de Gini facilita a comparabilidade entre diferentes contextos, o que o torna uma escolha metodológica recorrente.

Neste estudo, o coeficiente de Gini será utilizado para comparar 27 países africanos, abrangendo um total de 242 observações, no período de 1994 a 2019. A escolha desse indicador visa garantir uma análise robusta e comparável da distribuição do apoio partidário nesses contextos. As variáveis explicativas utilizadas para aprofundar a compreensão do fenómeno serão abordadas na seção seguinte, onde será detalhada a sua operacionalização.

1.2. Teorias explicativas da nacionalização dos partidos e sistemas partidários

Existem várias teorias que procuram explicar a nacionalização partidária. Jones e Mainwaring (2003) destacam a relação entre o grau de descentralização do Estado e os níveis de nacionalização dos partidos e sistemas partidários. Eles argumentam que, quanto maior o grau de descentralização, menores são as chances de os partidos e sistemas tornarem-se nacionalizados. Essa perspectiva é complementada por Boschler (2006, 2010) e Caramani (2004), que incorporam variáveis relacionadas à diversidade etnolinguística como fatores que impactam a nacionalização. Segundo estes autores, uma maior diversidade étnica e linguística tende a reduzir a nacionalização, uma vez que partidos com forte concentração em grupos étnicos minoritários tendem a ser mais regionalizados e restritos às áreas dominadas por essas minorias.

Bochsler (2006, 2010), acrescenta ainda maior rigor analítico na forma de medição da nacionalização de partidos e sistemas partidários através da aplicação do coeficiente de Gini. Este inovou no seu método de análise ao permitir comparar a nacionalização partidária, mesmo que o número de unidades territoriais, com base nas quais são obtidos os dados eleitorais, varie substancialmente entre os países a comparar. A robustez do seu indicador de medição foi conformada através da análise efetuada com dados da Europa Central e Oriental ao demonstrar que não existem diferenças sistemáticas entre os resultados se a medida for calculada com base num conjunto de dados que inclua muitas unidades territoriais (Bochsler, 2010). As contribuições de Bochler (2006, 2010) foram importantes na forma como a nacionalização de partidos e sistemas partidários passou a ser encarada nos estudos empíricos.

Wahman (2015), ao estudar o contexto africano, introduz uma variável pouco explorada na literatura sobre nacionalização, o acesso e controlo dos recursos públicos. Para Wahman, devido ao maior acesso aos recursos do Estado e ao desenho institucional específico, os partidos incumbentes aumentam as suas chances de se nacionalizarem. Isso ocorre não apenas porque conseguem controlar as instituições públicas, mas também porque as políticas e projetos desenvolvidos por esses partidos são frequentemente vistos como iniciativas dos seus respetivos partidos, influenciando diretamente o apoio eleitoral ao nível territorial.

Com base nas teorias expostas, foram formuladas hipóteses de pesquisa para testar o grau de nacionalização dos partidos políticos e dos sistemas partidários. A pesquisa parte da premissa de que a variação da nacionalização tem sido uma área ainda pouco explorada na pesquisa sobre nacionalização em África. Entre os estudos mais recentes sobre o continente, destaca-se o de Wahman (2015), em que se argumenta que as estruturas sociais e os fatores institucionais estão intimamente correlacionados ao nível de nacionalização. Em países com

baixa magnitude média de distritos eleitorais, grandes territórios, elevado fracionamento étnico, baixo desempenho democrático e baixo nível de urbanização, os partidos tendem a ser menos institucionalizados e, conseqüentemente, menos nacionalizados. Há também argumentações que indicam que a regionalização da política partidária decorre de políticas públicas sub-ótimas (Franck e Rainer, 2012).

Golosov (2014) contribui com a identificação e análise dos fatores que facilitam ou dificultam a nacionalização dos sistemas partidários em 80 países, com foco nas estruturas sociais e arranjos institucionais. A sua análise mostra a existência de uma relação inversa entre o grau de descentralização e a nacionalização. Isto é, os graus mais altos de descentralização política, como as federações e estados descentralizados, exercem um forte efeito negativo sobre a nacionalização do sistema partidário. A análise mostra que o impacto do federalismo de curto prazo é prejudicial para a nacionalização do sistema partidário, enquanto o federalismo de longa data pode, com o tempo, desenvolver padrões altamente nacionalizados de competição partidária. Outro fator destacado por Golosov, que interfere na nacionalização, está relacionado com a qualidade da democracia, considerando que os sistemas eleitorais podem contribuir para os níveis de nacionalização (sendo os sistemas eleitorais proporcionais mais favoráveis à nacionalização).

Numa pesquisa mais recente, ao analisar uma amostra de 43 países da África Subsaariana, Golosov (2016) define dois objetivos para a sua investigação. Em primeiro lugar, o autor apresenta dados empíricos sobre a nacionalização em sistemas partidários, estruturados em regimes livres ou não. Em segundo lugar, desenvolve e demonstra empiricamente os níveis de nacionalização do sistema partidário, considerando variáveis como fracionamento etnolinguístico, efeitos do sistema eleitoral, fragmentação partidária e características do regime. Os resultados mostram que, de forma geral, a nacionalização dos sistemas partidários na África Subsaariana é relativamente baixa, embora a diferença em relação a outras regiões em desenvolvimento, do hemisfério oriental, da Ásia e do Pacífico, da Europa do Leste e da antiga União Soviética, seja modesta.

Entre as variáveis analisadas por Gosolov (2016), o fracionamento etnolinguístico destaca-se como fator importante, embora o autor considere que a nacionalização partidária em África é fortemente condicionada pelos efeitos do sistema eleitoral. O autor mostra a existência de uma associação negativa entre a nacionalização do sistema partidário e o número de partidos no sistema, bem como o fato da natureza dos regimes políticos ser essencial para compreender a nacionalização do sistema partidário⁵.

⁵ Por exemplo: níveis mais baixos de democracia estão associados a níveis mais baixos de nacionalização do sistema. O presidencialismo reduz a nacionalização do sistema partidário se as estruturas de concorrência partidária nas eleições presidenciais e legislativas forem assimétricas, mas não o contrário.

A literatura analisada permite extrair algumas teorias-chave para explicar o fenómeno da NP e da NSP. A primeira hipótese relaciona o nível de nacionalização partidária entre os partidos incumbentes e partidos da oposição. A incumbência aumenta radicalmente os recursos disponíveis para atrair elites locais com identidades variadas e permite fazer campanha fora dos centros urbanos, mesmo em vastos espaços geográficos. Embora a diversidade étnica e as condições geográficas adversas devam complicar o processo de criação de partidos da oposição nacionalizados e criar incentivos para apelos mais regionais, esses fatores devem afetar muito menos os partidos incumbentes (Wahman, 2015). Basicamente, Wahman (2015) considera que, embora o fracionamento étnico tenha um impacto global negativo na nacionalização dos partidos, os partidos incumbentes conseguem manter níveis de nacionalização semelhantes em contextos etnicamente diversos e homogêneos. Em outras palavras, a fragmentação étnica e a urbanização afetam principalmente a nacionalização de partidos da oposição, enquanto os incumbentes permanecem nacionalizados, mesmo em condições estruturais desfavoráveis. Teoricamente, os partidos incumbentes dispõem de maior acesso a recursos, quer materiais, quer institucionais, que concorrem para o reforço da sua capacidade de se nacionalizarem. A hipótese principal a ser testada é a seguinte:

H1: Os partidos incumbentes têm níveis mais elevados de nacionalização do que os partidos da oposição.

Outra linha explicativa relevante relaciona clivagens etnolinguísticas e territoriais. De acordo com essa abordagem, a NP e a NSP são explicadas pelo grau de diversidade étnica de uma sociedade. Assim, sociedades mais etnicamente diversas tendem a possuir partidos com um grau menor de inserção nacional (Bochsler, 2006; Golosov, 2014; Wahman, 2015). Contudo, Bochler (2006) argumenta que essa variável tem mostrado ser de menor importância para explicar a dinâmica partidária naquela região (Wahman, 2015; Golosov, 2014). No contexto africano, o presente estudo desenvolve a expectativa de que a diversidade etnolinguística seja um fator determinante para o grau de nacionalização, dadas as características específicas dos estados africanos. Essa abordagem teórica sustenta a nossa segunda hipótese de trabalho:

H2: Quanto maior o grau de diversidade etnolinguística no território, menor o nível de nacionalização dos partidos e sistemas partidários.

Para testar esta hipótese, como explicamos mais adiante, temos em conta o efeito da fragmentação etnolinguística, religiosa e territorial. A hipótese central é que sociedades com

maior diversidade étnica tendem a ter partidos com um grau de inserção nacional mais baixo. Isso ocorre porque partidos focados na representação de grupos étnicos específicos ou com uma forte presença em determinadas regiões territoriais podem ter dificuldades em se tornar nacionalizados. Esse fenômeno foi observado em estudos realizados em países da Europa Central e Leste, onde as divisões estruturadas pelo legado comunista influenciaram a nacionalização partidária, ainda que as diferenças nas clivagens sociais e ideológicas afetem, tanto o desenvolvimento dos partidos, quanto a escolha institucional, influenciando as estratégias de vinculação dos partidos e o comportamento dos eleitores. Em África, essas variáveis possuem grande potencial explicativo, mesmo em contextos onde o voto não é claramente estruturado em torno de identidades étnicas, mas está frequentemente relacionado a divisões regionais e históricas ligadas ao processo de formação dos estados (Bochsler, 2006; Wahman, 2015; Riedl, 2014; Golosov, 2014).

Diversidade Etnolinguística e Religiosa: A diversidade etnolinguística e religiosa é medida por três variáveis principais: estrutura étnica, linguística e religiosa. Esta abordagem teórica foi explorada em diversos estudos anteriores, como os de Golosov (2015) e Wahman (2015), que identificam a diversidade populacional como uma variável significativa para entender os partidos e sistemas partidários. O alto fracionamento étnico, como discutido por Ordeshook e Shvetsova (1994), tende a aumentar a fragmentação eleitoral, o que pode dificultar a nacionalização dos partidos. A fragmentação linguística, frequentemente associada à diversidade étnica, também influencia as preferências eleitorais e pode resultar numa distribuição mais dispersa dos votos. Além disso, a fragmentação religiosa, apesar de ser um fator pouco explorado na literatura sobre nacionalização, será incluída nesta pesquisa, dada a sua relevância em muitos estados africanos, onde as diferenças religiosas podem afetar a coesão política e a nacionalização dos partidos. A interação entre esses fatores será analisada para entender como eles afetam a distribuição do voto e a nacionalização partidária.

A terceira abordagem explicativa foca no desenvolvimento das estruturas do Estado, com ênfase no grau de descentralização governamental. Estudos anteriores indicam que, de maneira geral, níveis elevados de descentralização estão associados a uma menor nacionalização, o que favorece a formação de partidos locais ou regionalizados, especialmente em contextos de grande fragmentação etnolinguística (Bochsler, 2006; Golosov, 2014). Embora esses argumentos apresentem resultados robustos em análises empíricas, a hipótese proposta para esta investigação articula esse fator com a complexidade do debate sobre a descentralização em África (Van de Walle, 2003; Boone, 2003; O'Neill, 2005; Riedl & Dickovick, 2013).

Estrutura Administrativa do Estado: o conceito de estrutura administrativa do Estado descreve o grau de centralização ou descentralização de um sistema político, sendo

fundamental para a análise da nacionalização partidária. Teoricamente, existe uma estreita relação entre o nível de centralização ou descentralização do Estado e as probabilidades de nacionalização dos partidos e sistemas partidários. A forma mais profunda de descentralização é observada em estados federados, nos quais ocorre a devolução de poder aos níveis locais, ampliando as possibilidades de decisão autónoma sobre os destinos regionais e aproximando os serviços públicos dos cidadãos (Golosov, 2014). Por outro lado, os estados unitários, que predominam no continente africano, apresentam diferentes mecanismos de descentralização, dependendo das particularidades constitucionais de cada país. Esta variável será analisada com base nas distintas configurações administrativas dos estados africanos e seu impacto na nacionalização partidária.

Muitas vezes, as mudanças legais não geraram os supostos benefícios políticos e administrativos da descentralização, sendo que um dos problemas é que as expectativas de reforma, frequentemente, não se baseiam numa análise detalhada dos contextos rurais em que a reforma foi implementada (Boone, 2003). A partir disso, é possível extrair dois elementos fundamentais para a análise. Em primeiro lugar, observa-se que regimes autoritários podem descentralizar mais do que regimes democráticos, especialmente em sistemas hegemónicos, onde as reformas descentralizadoras são implementadas. Assim, quando um regime autoritário percebe a possibilidade de consolidar o seu poder por meio da descentralização, pode expandir a sua influência até ao nível local, promovendo uma iniciativa descentralizadora ampla e significativa (Riedl & Dickovick, 2003). No entanto, os autores não sugerem que todos os regimes autoritários adotem a descentralização, uma vez que muitos optam pela hipercentralização como estratégia predominante. Por outro lado, em contextos em que os regimes enfrentam desafios significativos à sua legitimidade central, a descentralização surge como uma estratégia adaptativa, permitindo a manutenção e o enraizamento do poder. Em sistemas partidários dominantes mais democráticos, a lógica inverte-se: os pontos de apoio eleitoral subnacionais tornam-se uma ameaça maior ao futuro dos incumbentes do que uma oportunidade de expansão do poder. A isso soma-se o argumento de Boone (2003), segundo o qual a fraqueza do Estado é um fator determinante nas ações estratégicas, pois regimes fracos têm fortes incentivos para acomodar a autoridade local (ou impedir o seu surgimento) se esta puder constituir uma ameaça ao seu poder.

Em segundo lugar, Riedl e Dickovick (2003) argumentam que sistemas partidários altamente fragmentados e profundamente localizados tendem a descentralizar-se menos do que sistemas mais coerentes, uma vez que carecem de uma base sólida de apoio local e de um impulso estratégico de cima para baixo, apesar de frequentemente haver um consenso amplo sobre a necessidade de reformas descentralizadoras. Por exemplo, a extensão relativamente maior da descentralização no Gana, em comparação com o Benim, não se

deve ao desejo dos políticos, mas ao fato de os funcionários eleitos associarem os incentivos para a descentralização às conexões políticas necessárias para viabilizar a reforma.

O estudo de Lago-Peña e Lago-Peña (2010), que analisa a relação entre descentralização e nacionalização do sistema partidário em 17 países da Europa Ocidental entre 1945 e 1998, conclui que a correlação entre essas duas variáveis é modesta ou nula. No entanto, os autores apontam que essas conclusões fornecem uma base para investigações adicionais. A primeira sugestão é a de adotar medidas mais sofisticadas de nacionalização, considerando, não apenas o impacto da descentralização fiscal e política na oferta partidária nos distritos, mas também na descentralização interna dos partidos nacionais. Uma segunda linha de pesquisa seria focar na nacionalização dos partidos e não do sistema partidário como um todo, reconhecendo que alguns partidos podem exibir maior flexibilidade em relação ao nível de descentralização. Para Lago-Peña e Lago-Peña (2010), a maior parte do impacto da descentralização tende a afetar partidos subnacionais ou étnicos, e não os partidos nacionais.

A partir das reflexões destes autores, esta pesquisa considera que a relação entre descentralização e nacionalização é relevante, especialmente no contexto africano, onde há escassez de estudos sobre o tema. Embora partidos locais e étnicos sejam proibidos na maioria dos países africanos devido às restrições constitucionais (Bogaards, Basedau e Hartmann, 2013), a análise das dinâmicas de descentralização e seus impactos na nacionalização dos partidos (NP) e dos sistemas partidários (NSP) mostra-se pertinente, dada a fragmentação etnolinguística, as assimetrias regionais e as iniciativas descentralizadoras, muitas vezes concebidas para a resolução de conflitos ou para reforçar o poder do incumbente no nível local (Boone, 2003; O'Neill, 2005; Lago-Peña e Lago-Peña, 2010; Riedl & Dickovick, 2013). A natureza dessa relação pode, portanto, influenciar o curso das reformas descentralizadoras (Boone, 2003). Diante disso, a hipótese formulada para esta pesquisa é a seguinte:

H3: Quanto maior o grau de descentralização, menor o grau de nacionalização dos partidos e sistemas partidários.

Tanto a H3 como a H4 desenvolvem os pressupostos do Estado africano enquanto principal gatekeeper de recursos económicos e políticos (Cooper, 2018; Cheeseman, Bertrand e Husaini, 2019). Após a independência, os regimes africanos enfrentaram o desafio de desenvolver recursos dentro dos limites das fronteiras nacionais com menos meios do que os regimes coloniais. Com muitas variações, os estados africanos tentaram combinar uma estratégia de desenvolvimento nacional com a manutenção do seu próprio poder. A soberania deu-lhes um recurso privilegiado para explorar a interface entre as instituições ricas e poderosas fora do país e as estruturas mais fracas de produção e comunicação no interior

(Cooper, 2018), e logo como instituição central para compreender o processo de nacionalização. Em primeiro lugar, o acesso ao estado permite acesso a recursos que podem ser utilizados para a consolidação das estruturas partidárias no terreno, para o estabelecimento de relações mais sólidas com os cidadãos, para conduzir campanhas eleitorais mais competitivas e para construir (ou comprar) lealdades políticas (Sanches 2018, Rield 2014, Lebas 2011). Em segundo lugar, os partidos incumbentes, ao controlarem o acesso aos recursos do Estado, têm maior capacidade de formar coligações multiétnicas, uma vez que conseguem oferecer compensações financeiras, especialmente por meio de estratégias clientelistas, para incorporar aliados locais, incluindo autoridades tradicionais. Essas estratégias exigem recursos substanciais, normalmente indisponíveis para os partidos da oposição (Basedau e Stroh, 2012; Arriola, 2013; Wahman, 2015).

A teoria proposta relaciona-se também com o processo histórico de construção dos estados africanos e ao controlo de recursos pelo partido incumbente e fundamenta a seguinte hipótese:

H4: O financiamento público de campanhas eleitorais tende a reforçar a capacidade de nacionalização dos partidos e sistemas partidários.

Financiamento de Partidos e Campanhas Eleitorais: O financiamento de campanhas eleitorais é uma variável emergente, mas crucial, para a análise da nacionalização partidária. Nas últimas décadas, as campanhas eleitorais passaram a exigir recursos financeiros substanciais, essenciais para garantir visibilidade e apoio eleitoral. Este financiamento é, portanto, um fator determinante para a inserção dos partidos políticos no território, permitindo-lhes alcançar uma maior quantidade de eleitores. No entanto, a origem desses recursos pode ser problemática, especialmente em contextos onde o financiamento ilegal e clientelista prevalece. O financiamento público, embora importante para equilibrar a competição eleitoral, pode também levar os partidos a recorrerem a fontes ilícitas ou a práticas clientelistas, o que afeta diretamente a distribuição de recursos e a dinâmica eleitoral (Check et al., 2019).

Cada uma destas hipóteses será empiricamente testada com base num conjunto de variáveis que sintetizamos no quadro abaixo e descrevemos com mais detalhe na metodologia.

1.2.1 Explicações alternativas

Para além das explicações acima citadas, que se ligam diretamente com as nossas hipóteses principais, é importante considerar explicações alternativas. Com base na revisão da literatura, identificamos vários potenciais fatores que devem ser tidos em conta na análise da nacionalização. O primeiro é o desempenho macroeconómico. A expectativa teórica é que os estados com maiores índices de crescimento do PIB *per capita* possam apresentar níveis mais altos de nacionalização, especialmente no que se refere aos partidos incumbentes. Estudos como os de Mainwaring (1999), Caramani (2004) e Golosov (2015) associam a proliferação de partidos regionais à falta de desenvolvimento político e social. Assim, espera-se que os países com maiores índices de desenvolvimento económico apresentem um grau de nacionalização mais elevado, refletindo um sistema partidário mais integrado.

O segundo fator é a alternância de poder, frequentemente visto como um indicativo da qualidade democrática de um Estado. Em sistemas onde a alternância de poder se torna uma prática consolidada, os processos de transição política são naturais e previsíveis, reforçando a estabilidade do sistema partidário e favorecendo a nacionalização dos partidos. Por outro lado, em contextos nos quais a alternância é limitada ou inexistente, a transparência e a legitimidade dos processos eleitorais podem ser questionadas, o que reduz a probabilidade de nacionalização dos partidos de oposição. Pela escassez de estudos que reflitam sobre essa matéria, esta pesquisa assume-a como uma hipótese exploratória, pois encontram-se elementos suficientes para supor que a alternância de poder afete a nacionalização, já que os partidos deixam de ter acesso aos benefícios do Estado. Assim, a alternância de poder será analisada aqui como um fator crucial para entender as dinâmicas de competição partidária e a consolidação dos sistemas partidários no continente africano e sua influência na NP e NSP.

Finalmente, foram incluídas variáveis de controlo como o sistema de governo, o tipo de parlamento (unicameral ou bicameral), a natureza institucional ou do regime (classificado em democracias livres, parcialmente livres e não livres), e a densidade populacional. Estas variáveis, embora não desempenhem um papel central na formulação das hipóteses, oferecem um contexto adicional que pode ajudar a explicar as variações nos níveis de nacionalização dos partidos e sistemas partidários. Elas serão incluídas nos modelos de regressão para controlar possíveis efeitos externos que possam influenciar os resultados.

O capítulo seguinte, que trata da metodologia, explora as opções metodológicas adotadas, o alcance analítico da pesquisa e as limitações enfrentadas ao longo do estudo.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA

No capítulo anterior, foi feita a sistematização dos principais estudos sobre a nacionalização partidária e dos sistemas partidários, abordando os seus níveis de análise, bem como os indicadores mais utilizados para a sua medição. A dissertação sobre o estado da arte da nacionalização agrega valor, tanto em termos de objetividade conceitual, quanto no aperfeiçoamento dos mecanismos de mensuração, destacando as suas vantagens e desvantagens, além de explorar a natureza das investigações, estudos de caso e pesquisas comparativas. Este capítulo, estruturado em sete seções, concentra-se na forma como as questões de pesquisa foram desenvolvidas. A seção 2.1 apresenta as questões de pesquisa e os objetivos, enquanto a seção 2.2 delinea as linhas gerais do desenho de pesquisa misto, que inclui duas etapas quantitativas e um estudo de caso que explora a análise qualitativa. A seção 2.3 aborda a componente qualitativa, com o estudo de caso de Moçambique. A seção 2.4 apresenta as fontes consultadas durante a coleta de dados. A seção 2.5 oferece uma visão global do desenho de pesquisa explicativo sequencial. Finalmente, a seção 2.6.1 trata da abordagem teórica, que explora o institucionalismo com o objetivo de analisar o desenho institucional formal e não formal, as clivagens e a construção do Estado em África.

2.1. Questões de pesquisa e objetivos

Três questões principais nortearam esta pesquisa: Qual é o grau de nacionalização dos partidos e dos sistemas partidários na África Subsaariana? Que fatores explicam as variações ao longo do tempo entre os países? E a terceira, de carácter qualitativo, e explorada no contexto de Moçambique: *Sob que condições se reproduz a mecânica de nacionalização dos partidos e dos sistemas partidários?*

A tese apresenta o seguinte objetivo geral:

- Analisar comparativa e longitudinalmente o grau de NP e de NSP na África Subsaariana

Especificamente:

- a) Mapear as tendências de nacionalização nos países da África Subsaariana.
- b) Identificar os fatores que influenciam o grau de NP e da NSP nos diferentes países observados.
- c) Descrever as diferenças nos níveis de NP e NSP nos países estudados e explicar as variações observadas.
- d) Aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno da NP e NSP

- e) Contribuir para a literatura sobre a nacionalização dos partidos e sistemas partidários dentro e fora de África.

Esta investigação desenvolve e testa o argumento segundo o qual quatro fatores explicam as dinâmicas da NP e NSP: as características dos partidos (ser ou não incumbente), dimensões históricas e estruturais (i.e., clivagens etnolinguísticas e religiosas formadas no período colonial e cristalizadas durante e após esse período) e a captura do estado (controlo de recursos financeiros e dos mecanismos de descentralização) por elites, maioritariamente, dos antigos movimentos de libertação. Para desenvolver a análise nesta tese é adotado um modelo de desenho de pesquisa misto, combinando variáveis quantitativas e qualitativas na análise.

2.2. Desenho de pesquisa misto

Nas últimas três décadas, os métodos mistos têm-se consolidado como uma abordagem de destaque nas ciências sociais, pela capacidade de integrar análises quantitativas e qualitativas, permitindo que os dados numéricos adquiram significado e profundidade através de interpretações qualitativas (Creswell e Clark, 2007; Fearon e Latin, 2008; Sanches, 2024). Desenhos de pesquisa mistos permitem a coleta e análise de dados, tanto quantitativos, quanto qualitativos num único estudo, com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais ampla e precisa do fenómeno investigado (Creswell et al., 2003).

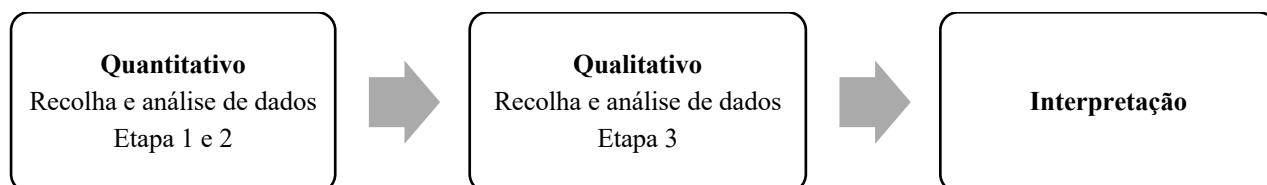
Este método oferece diversas vantagens, conforme sistematizado por Sanches (2024). A primeira vantagem é a *triangulação*, que possibilita verificar se se obtêm os mesmos resultados utilizando métodos e dados diferentes. A segunda vantagem é a *complementaridade*, que permite usar um método para aprimorar o outro e para descrever ou explicar diferentes aspetos de um mesmo fenómeno. A terceira vantagem é o *desenvolvimento*, já que os resultados de um método podem contribuir para melhorar o outro. A quarta vantagem é a *iniciação*, ou seja, a capacidade de explorar paradoxos e contradições nos dados e formular novas questões. Finalmente, o método misto permite a *expansão* do entendimento, proporcionando uma visão mais abrangente e profunda dos fenómenos sociais e políticos.

A justificação para o uso do método misto nesta pesquisa reside no facto de que, nem os métodos quantitativos, nem os qualitativos, isoladamente, são suficientes para capturar a complexidade do fenómeno da NP e da NSP, tomando em consideração o número de casos observados e a natureza das variáveis mobilizadas para a analisar o objeto em estudo.

A literatura sobre métodos mistos propõe vários tipos de desenho de pesquisa. Neste estudo, será adotado o desenho *explicativo sequencial*, cujo objetivo é explicar os resultados

da análise quantitativa (tanto os resultados significativos quanto os não significativos, ou mesmo aqueles que se desviam das expectativas teóricas) por meio de dados qualitativos (Sanches, 2024: 162). Desta forma, a análise quantitativa serve para identificar padrões, enquanto a análise qualitativa permite refinar a explicação e compreensão dos resultados, explorando os pontos de vista dos atores-chave e os contextos de forma mais profunda (Ivankova, Creswell e Stick, 2006).

Figura 1: Desenho de Pesquisa Misto Explicativo Sequencial



Fonte: Adpatado pelo autor de Sanches (2024); Creswel et al (2003; 2015); Creswell e Clark (2006a)

A tabela 3 apresenta o esquema explicativo da nacionalização, relacionando as hipóteses com as variáveis independentes, assim como com as variáveis de controlo. A tabela também ilustra os mecanismos causais para a compreensão do estudo de caso qualitativo:

Tabela 3: Esquema explicativo da nacionalização

Variáveis dependentes	NP e NSP
ESTUDO 1	
Hipóteses	Variáveis Independentes
H1: Os partidos incumbentes têm níveis mais elevados de nacionalização do que os partidos da oposição	Incumbente versus oposição
H2: Quanto maior o grau de diversidade etnolinguística no território, menor é o nível de nacionalização de partidos e sistemas partidários.	Grupos etnolinguísticos e Religiosos
H3: Quanto maior o grau de descentralização menor o grau de nacionalização dos partidos e sistemas partidários	Tipo de divisão Político Administrativa (Grau de descentralização)
H4: O financiamento público de campanhas eleitorais tende a reforçar a capacidade de nacionalização do partido incumbente em detrimento da oposição.	Financiamento Político/Campanhas Eleitorais.
Hipóteses Alternativas	Variáveis de Controlo

	Desempenho macroeconómico
	Existência ou não de Experiências de Alternância de Poder
	Sistema de Governo
	Estrutura Parlamentar (unicameral ou bicameral)
	Natureza institucional ou tipo de regime (democracias livres, parcialmente livres e não livres)
	Total da população
ESTUDO 2	
Mecanismos causais	Organização e ideologia dos partidos, clivagens territoriais, os vínculos entre partidos e cidadãos e financiamento partidário

Fonte: Elaborado pelo autor

2.2.1 Componente quantitativa do estudo

Etapa 1: Medir Nacionalização (Variável dependente)

Esta fase visa medir a nacionalização dos partidos e sistemas partidários em 27 países da África Subsaariana, com o objetivo de responder à seguinte questão: *Qual é o grau de nacionalização dos partidos na África Subsaariana?* O estudo realiza uma análise longitudinal da dinâmica de nacionalização dos partidos e sistemas partidários na região, com base numa combinação das contribuições teóricas de autores como Janda (1980), Basedau e Stroh (2008), Bochsler (2013), Randall e Svasand (2014) e Wahman (2015). A escolha destes autores justifica-se pelo facto de, por um lado, as suas pesquisas são recentes e, por outro, oferecem indicadores claros de operacionalização dos conceitos de nacionalização.

A análise centra-se na operacionalização da nacionalização estática/distribucional para medir e interpretar a nacionalização dos partidos e sistemas partidários na África Subsaariana. Os indicadores utilizados para mensurar a nacionalização combinam critérios estabelecidos, principalmente, por Morgenstern, Swindle e Castagnola (2009) e Bochsler (2013), com adaptações para tornar a explicação mais acessível e inteligível. A medição do índice de nacionalização partidária e dos sistemas partidários baseou-se no modelo proposto por Bochsler (2009, 2010), utilizando o coeficiente de Gini, um coeficiente comumente utilizado para quantificar desigualdades de riqueza numa sociedade. Neste contexto, é adaptado para medir a heterogeneidade na distribuição territorial dos votos de um partido

político, bem como no sistema partidário. A fórmula desenvolvida por Bochsler (2010) tem a vantagem de pesar índice de nacionalização em função das unidades territoriais.

$$PNSw = 2 \cdot \frac{\sum_1^d \left(v_i \cdot \left(\sum_1^i p_j - \frac{p_i}{2} \right) \right)}{\sum_1^d v_i \cdot \sum_1^d p_i}$$

Quando há homogeneidade dos votos (nacionalização perfeita) este índice assume o valor de 1 e, quando existe extrema heterogeneidade (baixa nacionalização), este índice aproxima-se de 0. Elevada nacionalização, significa então que o partido tem votos mais ou menos idênticos em cada unidade territorial; enquanto baixa nacionalização indica que os votos estão concentrados em algumas unidades territoriais, refletindo uma menor nacionalização (Bochsler, 2010). Para calcular os níveis de variação da nacionalização partidária, utilizamos as fórmulas (ficheiro excel) disponibilizadas por Daniel Bochsler⁶. Em termos de dados, recolhemos resultados de eleições legislativas entre 1990 e 2019 através das seguintes fontes: *sites* das comissões eleitorais nacionais, bases de dados sobre eleições em África, relatórios de observação eleitoral, entre outros. Os dados, como demonstraremos mais adiante, permitiram observar padrões longitudinais intra e entre países e, ainda, compreender, especificamente, o caso de Moçambique.

Etapa 2: Explicar Nacionalização

Após medir a variável dependente, iremos investigar a nossa segunda questão de investigação: *Que fatores explicam as variações na NP e na NSP ao longo do tempo e entre países?* Para tal, testamos as hipóteses de acordo com as variáveis independentes listadas na tabela 4.

Tabela 4: Hipóteses, variáveis independentes e controlos

Hipótese	Variável	Operacionalização ⁷	Fonte de dados
Variável dependente			
$PNS = 1 - Gi = \sum (1-Gi(P))$	$pN = 1 - \sum(Gi(P))pN$	Varia entre 0 (baixa nacionalização) e 1 (elevada nacionalização)	Dados eleitorais
Operacionalização das variáveis independentes para teste de hipóteses			

⁶ <http://www.bochsler.eu/pns/>.

O site não se encontra disponível de momento, mas o ficheiro excel, já com as fórmulas incluídas, foi extremamente útil para o cálculo automático da nacionalização de partidos e sistemas partidários

⁷ Na estimação do modelo, foram criadas variáveis dummy para o caso das variáveis binárias (0 e 1). Para o caso de variáveis com mais de 3 categorias, variáveis dummies, são apresentadas no apêndice metodológico desta tese.

H1	Partido incumbente	Varia entre 1= partido incumbente e 0 = partido da oposição	Dados eleitorais
H2	Diversidade etnolinguística	Variável numérica	Base de dados do Instituto Nacional de Estatística; World Bank, UNDP
	Diversidade religiosa	Variável categórica (C =Católica; M = Muçulmana, H = Hindú, T = Tradicional e O = Outros) ⁸	
H3	Estrutura administrativa: centralização ou descentralização governamental	Varia entre 0= unitário, 1=federado	Base de dados CIA World Factbook ⁹ e Constitute Project ¹⁰
H4	Financiamento de Campanhas	1 = Público, 2=privado, 3=público-privado	Base de dados comissões nacionais de eleições
Operacionalização das variáveis de controlo			
Crescimento económico	Desempenho macroeconómico (média do PIB: 1990-2019)	(Biliões USD)	World Bank; UNDP; FMI
Competição eleitoral	Alternância de poder	0 = Sim, 1= Não	Base de dados comissões nacionais de eleições e African Elections Database ¹¹
Natureza institucional	Parlamento (unicameral ou bicameral)	1 = Unicameral, 2 = bicameral	Variável X da base de dados V-DEM
	Sistema de governo	1 = Presidencialista, 2 = semipresidencialista e, 3 = parlamentar	Constituições dos respetivos países
	Democracia (livre, parcialmente livre ou não livre)	0 = Menor grau de liberdade, 4 = maior grau de liberdade. (para cada um dos 10 indicadores de direitos políticos e 15 indicadores de liberdades civis) ¹²	Freedom House
Demografia	Total populacional	Tamanho da população	World Bank, UNDP

Fonte: Elaborado pelo autor

A H1 será testada através da variável independente “*Partido no Poder*” medida entre 1= partido incumbente e 0 = partido da oposição. A H2 é medida com base na variável “*Diversidade etnolinguística e religiosa*” operacionalizada com base na variável numérica e categórica, respetivamente. A variável categórica (Diversidade religiosa), assume as iniciais de cada grupo relevante (C =Católica; M = Muçulmana, H = Hindú, T = Tradicional e O = Outros - categorias religiosas menos importantes na estrutura demográfica dos países). Os dados relevantes foram acedidos através da base de dados dos institutos nacionais de

⁸ Sendo que as outras categorias religiosas menos importantes na estrutura demográfica dos países foram agrupadas na categoria de “O = Outros”.

⁹ Aceder a base de dados CIA World Factbook através do link: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>

¹⁰ Constitute Project - <https://www.constituteproject.org/>.

¹¹ A database of election result in Sub-Saharan Africa. Disponível em: <https://africanelections.tripod.com>.

¹² Ver: <https://freedomhouse.org/countries/freedom-world/scores> - consultado a 22 de setembro de 2024.

estatísticas (ou entidade correspondente), *World Bank* e *UNDP*. A H3 será testada com base na variável “*Estrutura Administrativa: centralização ou descentralização governamental*”, medida entre 0 = unitário e 1 = federado, obtido através da base de dados da CIA World Factbook¹³ e das constituições dos respetivos estados¹⁴. Finalmente, a H4 será medida através da variável “*Financiamento de partidos políticos*” operacionalizada em 1 = público; 2 = privado e 3 = misto, com dados obtidos através das comissões nacionais de eleições. As variáveis de controlo são medidas da seguinte forma: o desempenho económico enquanto crescimento do PIB em biliões USD (Banco Mundial), a estrutura do parlamento através da variável V-Dem (1= unicameral, 2 = bicameral); Sistema de governo (obtido através das constituições dos respetivos países), medidos em 1 = presidencialista, 2 = semipresidencialista e, 3 = parlamentar. Democracia (livre, parcialmente livre e não livre), medida através da base de dados da *Freedom House*, variando em 0 = menor grau de liberdade e, 4 = maior grau de liberdade). Por fim, os dados demográficos (tamanho da população) obtidos através da base de dados do Banco Mundial.

Para testar as hipóteses, foram utilizados modelos de regressão logística binária. A regressão logística binária é uma técnica estatística que estima a probabilidade de ocorrência de um evento específico, em que a variável dependente é de natureza dicotómica (Leite et al., 2012). Esta abordagem é particularmente útil para calcular as probabilidades de um evento ocorrer com base num conjunto de variáveis independentes, denominadas variáveis preditoras. A regressão logística binária pode ser vista como um caso particular de modelos lineares generalizados (MLG), onde a variável dependente assume apenas dois valores possíveis, 0 ou 1, representando, por exemplo, insucesso e sucesso.

De acordo com Hosmer e Lemeshow (2000), a regressão logística binária, tradicionalmente, relaciona um conjunto de variáveis independentes a uma variável dependente, que pode assumir dois estados possíveis: 0 ou 1. Embora a variável de medição da nacionalização seja, na sua forma tradicional, uma variável contínua, ela será convertida numa variável binária para atender aos objetivos desta pesquisa e facilitar o contraste entre os casos.

Neste estudo, as variáveis dependentes serão denominadas Partido Nacionalizado (PN) e Nacionalização do Sistema Partidário (NSP), que assume duas categorias: “Sim” para partidos com um índice de nacionalização igual ou superior a 0,80, e “Não” para partidos e sistemas partidários com índices abaixo desse valor. As variáveis independentes incluem o partido no poder, grupos etnolinguísticos, grupos religiosos, estrutura administrativa, financiamento político ou de campanha, e as variáveis de controlo desempenho

¹³ Para mais detalhes aceder: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>

¹⁴ <https://www.constituteproject.org/>

macroeconómico, tipo de parlamento, total de população, tipo de democracia e alternância de poder.

Devido à natureza categórica das variáveis independentes, suas categorias ou níveis foram devidamente referenciados, considerando-se o primeiro nível de cada variável como o nível de referência. Desta forma, medição da nacionalização e sua relação com os fatores explicativos, será feita através de dois modelos: primeiro, através da análise de regressão logística binária que permitirá estimar a probabilidade de um partido ser nacionalizado com base nessas variáveis preditoras, permitindo compreender como diferentes fatores influenciam a nacionalização partidária em contextos africanos. A segunda etapa, irá basear-se na análise gráfica de interação que procura estabelecer uma análise comparativa dos sistemas partidários que compara as características sociodemográficas, políticas e económicas dos países alvo do estudo, produzida através da plataforma de análise de dados *R*. A opção pela análise gráfica justifica-se pela necessidade de respeito do princípio de parcimónia, em que as variáveis dependentes devem ser num número ótimo. Entretanto, para o caso desta pesquisa, a amostra de 27 países não se tornaria elegível para a aplicação do modelo logístico para relacionar a variável dependente - VD (Sistemas Partidários) com as variáveis independentes em que se apresentam em número superior. Metodologicamente, quanto maior o número de observações, melhor se justifica a aplicação do modelo logístico, tendo-se, portanto, optado pela combinação do modelo logístico para a VD (Partidos Políticos) e a VD (Sistemas Partidários) pela aplicação do modelo gráfico para explicar a sua relação com as variáveis independentes.

Como será ilustrado na Tabela 5, os dados abrangem 27 países e um total de 242 observações, analisadas numa perspetiva longitudinal. Este número de observações é estatisticamente relevante, fornecendo uma base robusta para a realização de generalizações sobre a nacionalização partidária na região.

Por fim, a análise da regressão possibilitará não apenas a quantificação do nível de variação ou homogeneização da nacionalização dos partidos e sistemas partidários no continente, mas também fazer a ponte para uma análise aprofundada do caso específico de Moçambique, destacando as particularidades desse contexto em relação à nacionalização partidária e dos sistemas partidários.

Seleção dos casos

A amostra foi composta por 27 países africanos, cuja experiência democrática é relativamente recente, resultante da terceira vaga de democratização, cujas primeiras eleições realizaram-se no início da década de 90, o que justifica o recorte temporal da pesquisa que cobre o período da inauguração de eleições multipartidárias em muitos dos países, até as eleições,

relativamente mais recentes. Observa-se que a dinâmica política pós-colonial desenvolveu, maioritariamente, sistemas de partidos dominantes, controlados quase que na sua generalidade por antigos movimentos de libertação. A seleção baseou-se em países que compartilham semelhanças históricas significativas e apresentam um desempenho democrático atual comparável. Para além do respeito pelos critérios previamente definidos para a seleção dos casos, o acesso a dados relevantes para a medição dos indicadores também desempenhou um papel determinante. Pois, observa-se uma dificuldade significativa de acesso a base de dados sistematizadas para a maioria dos países da África Subsaariana, o que condiciona a disponibilidade de informação fiável para o desenvolvimento de pesquisas no continente.

A Tabela 5 apresenta o conjunto de países observados nesta pesquisa. Esses países foram escolhidos pelas suas características peculiares. As diferenças incluem a classificação do desempenho democrático, com a presença de regimes não livres, regimes híbridos ou parcialmente livres, além de democracias liberais, sendo estas últimas menos frequentes no continente, o que confere à amostra uma ampla variedade de contextos.

Esta abordagem comparativa proporciona uma análise abrangente das tendências de nacionalização dos partidos e das possíveis explicações para essas dinâmicas no contexto africano. Além disso, observa-se uma variação significativa em termos de estrutura administrativa, fragmentação étnica e linguística, diversidade religiosa, desempenho macroeconómico (medido pelo valor médio do PIB em bilhões de USD), financiamento de campanhas, sistema de governo, composição do parlamento (unicameral ou bicameral), alternância de poder e características populacionais. Estes elementos, além das relações entre partidos e sociedade, formam um conjunto de variáveis essenciais para entender as particularidades dos regimes africanos.

Para a seleção dos dados quantitativos e qualitativos, adotaram-se os seguintes critérios: 1) realização de eleições contínuas com, no mínimo, três pleitos consecutivos; 2) existência de partidos políticos que, desde a sua criação, tenham eleito pelo menos um membro para os órgãos legislativos em cada processo eleitoral; 3) eleições competitivas ou minimamente competitivas; 4) países que tenham experienciado episódios de instabilidade política e/ou conflitos armados após um processo eleitoral e 5) disponibilidade de dados sobre indicadores de institucionalização partidária.

Tabela 5: Características dos países incluídos na etapa quantitativa

#	País	Estrutura administrativa	Grupos étnicos	Grupos linguísticos	Grupos religiosos	Desempenho macroeconômico (média do PIB: 1990-2019) (Biliões USD) (Banco Mundial)	Financiamento de campanhas	Sistema de governo	Parlamento	Alternância de poder	Democracia (Freedom House)	Total populacional (Banco Mundial e dados do censo populacional por país)
1	África do Sul	Estado unitário	9	11	Cristãos, tradicionais, muçulmano e outros.	238.6	Público e privado	Parlamentar	Bicameral	Não	Livre	58,78 Milhões
2	Botswana	Estado unitário	12	7	Cristãos, tradicionais e outros.	9.63	Privado	Parlamentar	Bicameral	Não	Livre	2,3 Milhões
3	Gana	Estado unitário	60	57	Cristãos, muçulmano, tradicionais e outros.	24.52	Privado	Semipresidencialista	Unicameral	Sim	Livre	30,42 Milhões
4	Guiné-Bissau	Estado unitário	10	23	Muçulmanos, tradicionais cristãos e outros.	0.65	Público	Semipresidencialista	Unicameral	Sim	Parcialmente livre	1,92 Milhões
5	Lesotho	Estado unitário	1	4	Cristãos, muçulmanos, tradicionais e outros.	1.54	Público e privado	Parlamentar	Bicameral	Não	Parcialmente livre	2,12 Milhões
6	Malawi	Estado unitário	12	9	Cristãos, muçulmanos, tradicionais e outros.	4.1	Público	Presidencialista	Unicameral	Sim	Parcialmente livre	18,63 Milhões
7	Moçambique	Estado unitário	11	15	Cristãos, muçulmanos, tradicionais e outros.	8.95	Público e privado	Semipresidencialista	Unicameral	Não	Parcialmente livre	30,37 Milhões
8	Namíbia	Estado unitário	10	12	Cristãos, tradicionais e outros.	7.36	Público e privado	Presidencialista	Bicameral	Não	Livre	2,5 Milhões
9	Zâmbia	Estado Unitário	29	24	Cristãos e outros.	12.31	Privado	Presidencialista	Unicameral	Sim	Parcialmente livre	17,86 Milhões

10	Benim	Estado unitário	10	38	Cristãos, muçulmanos, tradicionais e outros.	6.96	Público privado	e	Presidencialista	Unicameral	Sim	Parcialmente livre	11,8 Milhões
11	Burkina Faso	Estado unitário	9	4	Muçulmanos, tradicionais cristãos e outros.	7.35	Público privado	e	Semipresidencialista	Unicameral	Não	Parcialmente livre	20,32 Milhões
12	Costa de Marfim	Estado unitário	5	7	Muçulmanos, cristãos, outros.	23.4	Público privado	e	Parlamentar	Bicameral	Sim (alternância apenas através de Golpe Militar)	Parcialmente livre	25,72 Milhões
13	Gâmbia	Estado unitário	9	6	Muçulmanos, cristãos, outros.	1.04	Privado		Presidencialista	Unicameral	Sim	Parcialmente livre	2,35 Milhões
14	Guiné	Estado unitário	6	25	Muçulmanos, cristãos, outros.	5.62	Privado		Presidencialista	Unicameral	Não	Não Livre	1,92 Milhões
15	Libéria	Estado unitário	17	2	Cristãos, muçulmanos e outros.	1.45	Privado		Presidencialista	Bicameral	Não	Parcialmente livre	4,94 Milhões
16	Maurícias	Estado unitário	5	4	Hindus, cristãos, muçulmanos e outros.	7.57	Privado		Parlamentar	Unicameral	Sim	Livre	1,27 Milhões
17	Niger	Estado unitário	9	11	Muçulmanos, cristãos, outros.	5.85	Público privado	e	Semipresidencialista	Unicameral	Não	Parcialmente livre	23.31 Milhões
18	Nigéria	Estado federal	250	39	Muçulmanos, cristãos, outros.	223.7	Privado		Presidencialista	Bicameral	Sim	Parcialmente livre	201 Milhões
19	Quênia	Estado unitário	9	2	Cristãos, muçulmanos, tradicionais e outros.	32.09	Público privado	e	Presidencialista	Bicameral	Sim	Parcialmente livre	52,57 Milhões
20	Ruanda	Estado unitário	3	4	Cristãos, muçulmanos e outros.	4.43	Público privado	e	Presidencialista	Bicameral	Não	Não Livre	12,63 Milhões
21	São Tomé e Príncipe	Estado unitário	5	4	Cristãos, outros.	0.19	Público		Semipresidencialista	Unicameral	Sim	Livre	215 056
22	Seychelles	Estado unitário	5	3	Cristãos, hindus, muçulmanos e outros.	0.89	Público privado	e	Presidencialista	Unicameral	Não	Livre	97 625

23	Serra Leoa	Estado unitário	10	6	Muçulmanos e cristãos.	2.12	Privado		Presidencialista	Unicameral	Sim	Parcialmente livre	7,81 Milhões
24	Tanzânia	Estado unitário	130	3	Cristãos, muçulmanos, tradicionais e outros.	24.23	Público privado	e	Presidencialista	Unicameral	Não	Parcialmente livre	58,01 Milhões
25	Togo	Estado unitário	5	3	Cristãos, tradicionais, muçulmanos e outros.	2.96	Público privado	e	Presidencialista	Unicameral	Não	Parcialmente livre	8,08 Milhões
26	Uganda	Estado unitário	9	2	Cristãos, muçulmanos e outros.	15.15	Público privado	e	Presidencialista	Unicameral	Não	Não Livre	44,27 Milhões
27	Zimbabwe	Estado unitário	4	16	Cristãos, tradicionais e outros.	10.49	Público privado	e	Presidencialista	Bicameral	Não	Não Livre	14,65 Milhões

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados recolhidos em base de dados disponíveis *online* e em documentos oficiais.

A tabela seguinte representa o universo de países convocados para a análise, bem como o número de partidos analisados por cada país, totalizando uma observação de 242 partidos políticos.

Tabela 6: Número de partidos políticos analisados por país

País	Nr. Partidos Políticos	País	Nr. Partidos Políticos
África do Sul	19	Namíbia	10
Benim	28	Níger	20
Botswana	4	Nigéria	15
Burkina Faso	12	Quênia	19
C. de Marfim	6	Ruanda	3
Gâmbia	9	S. T. e Príncipe	4
Gana	2	Serra Leoa	3
Guiné	15	Seychelles	3
Guiné-Bissau	2	Tanzânia	6
Lesotho	5	Togo	6
Libéria	17	Uganda	7
Malawi	4	Zâmbia	5
Maurícias	12	Zimbabwe	3
Moçambique	3		
Total de partidos observados: 242			

Fonte: Elaborado pelo autor

Amostra e Desafios Metodológicos

A falta de uma base de dados abrangente sobre partidos políticos e dados eleitorais em África representou um desafio significativo na construção da amostra para esta pesquisa. Apesar dessa limitação, a seleção de 27 países africanos e a observação de dados de 242 partidos forneceram uma amostra estatisticamente aceitável, permitindo a obtenção de resultados significativos.

O número de partidos observados por país não é uniforme e tal variação é esperada devido a diversas razões: i) a escassez de dados sólidos em muitos países, dificultou a obtenção de informações mais detalhada; ii) em alguns casos, partidos políticos podem não ter concorrido em todos os distritos eleitorais, ou foram excluídos das eleições por não cumprirem os requisitos legais ou por outras razões administrativas; e iii) em contextos como o de Moçambique, a bipolarização política entre os dois principais partidos (FRELIMO e RENAMO) é uma realidade significativa a considerar. Neste caso, apesar do domínio eleitoral exercido por estes dois partidos durante o período em análise, o partido Movimento

Democrático de Moçambique (MDM), que desafiou esta bipolarização ao manter uma presença constante na Assembleia da República desde 2009, também foi incluído na análise.

Em resumo, não seria metodologicamente correto estabelecer uma amostra de partidos igual para todos os países, uma vez que as peculiaridades históricas e as dinâmicas políticas e eleitorais de cada contexto exigem uma abordagem flexível. Embora a pesquisa enfrente limitações na coleta e análise de dados estatísticos, os resultados contribuem significativamente para o aprofundamento do estudo sobre a NP e a NSP na África Subsaariana. Além disso, desafiam as análises anteriores sobre a nacionalização, que muitas vezes não consideram adequadamente o contexto africano, com exceção do trabalho de Wahman (2015), mas, sobretudo, cruzam variáveis qualitativas que fornecem maior robustez interpretativa, especialmente no estudo de caso.

2.2.2. Componente Qualitativa do Estudo

Após a análise comparativa de 27 países, a pesquisa segue para o estudo de caso, focando em Moçambique como um caso paradigmático. De acordo com Gerring (2007:20), o estudo de caso é caracterizado como “o estudo intensivo de um único caso, cujo objetivo é, pelo menos em parte, lançar luz sobre uma classe mais ampla de casos”. A grande vantagem desta abordagem é a sua capacidade de promover uma exploração profunda, mesmo quando os recursos disponíveis são limitados.

Embora o estudo de caso se refira a um único exemplo, pelo menos nesta pesquisa, ele pode contribuir de forma significativa para a construção de teorias na Ciência Política, pois permite estabelecer proposições gerais que podem ser validadas ou refutadas. Como Lijphart (1971) e; Silva e Costa (2024) afirmam, um estudo de caso oferece uma dinâmica comparativa, ao possibilitar a articulação das conclusões com teorias mais amplas e contextos de maior abrangência.

Assim, a pesquisa foi orientada por meio de casos específicos, o que garantiu uma descrição rica e detalhada dos fenômenos e instituições políticas. Esta abordagem é particularmente eficaz para investigar fenômenos complexos, pois permite o cruzamento de diferentes estratégias analíticas e fontes de dados, o que fortalece a confiabilidade dos resultados. A triangulação de dados, que envolve a análise de um fenômeno por meio de diferentes métodos e fontes, amplia a robustez interpretativa (Lijphart, 1971; Silva e Costa, 2024).

A escolha de Moçambique como estudo de caso foi fundamentada pela sua trajetória histórica e dinâmica política, que despertaram interesse após a análise comparativa inicial. O país oferece um contexto rico para explorar a nacionalização dos partidos e sistemas

partidários, dado, por exemplo, o impacto da guerra civil, os processos eleitorais subsequentes e as influências políticas formais e informais moldadas ao longo do tempo.

O estudo de Moçambique, portanto, resultou do fato deste situar-se na média da nacionalização dos sistemas partidários africanos. Do universo dos 27 países analisados, a média de nacionalização de Moçambique é de 0,62, sendo que apenas dois países se localizam próximos desta média, a Serra Leoa, com um score abaixo da média (0,61) e Zimbabwe, ligeiramente acima, mas não em níveis significativamente superiores (0,66). Assim, a escolha de Moçambique como um caso paradigmático tem o potencial de oferecer elementos importantes para a compreensão da nacionalização em outros contextos da região subsaariana. Para que as conclusões do estudo de caso sejam válidas, é necessário que elas se baseiem num quadro teórico que explique as variáveis selecionadas para a análise (Silva e Costa, 2024). Assim, como forma de sustentar a análise, a pesquisa observa o *path dependence* da evolução das instituições no país, destacando-se a evolução histórica da construção de clivagens cristalizadas antes e após o período colonial, a convivência entre guerra e paz, que contribui para a configuração política atual.

Ao longo da sua história, Moçambique passou por três importantes acordos de paz: os Acordos Gerais de Paz, assinados em 1992, que encerraram a guerra civil de 16 anos; o Acordo de Cessação de Hostilidades Militares, assinado em 2014, que preparou o terreno para as eleições gerais daquele ano e o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, assinado em 2019, que possibilitou a implementação do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos ex-guerrilheiros da RENAMO. A análise destas dinâmicas históricas revela como as experiências de guerra e paz influenciam a nacionalização, especialmente em relação à configuração territorial do voto.

Portanto, a trajetória política e histórica de Moçambique torna-o um caso paradigmático para entender o processo de nacionalização dos partidos e sistemas partidários, especialmente num contexto de hibridismo democrático e instabilidade político-militar, fatores que impactam diretamente os processos eleitorais. Moçambique é também um exemplo notável de cristalização de um sistema de partido dominante consolidado pelo antigo movimento de libertação nacional, FRELIMO. Adicionalmente, o país constitui também um exemplo de predomínio de um bipartidarismo que se manifestou não só pela distribuição da maioria dos assentos pela FRELIMO e RENAMO, mas também por um pluralismo débil. O MDM funcionou, desde 2009, como a terceira maior força política no país, mas sem uma grande margem de progressão do seu domínio eleitoral (Macamo 2014, Sanches 2018).

Etapa 3: Mecanismos de nacionalização - o estudo de caso sobre Moçambique

A última questão de pesquisa é: *sob que condições se reproduz a mecânica de nacionalização dos partidos e dos sistemas partidários?* Para tal, teremos em conta um conjunto de dimensões de análise e recorreremos a diferentes tipos de dados. As dimensões descritas na Tabela 5 incluem, quer variáveis incluídas na análise quantitativa, quer novas variáveis. Entre as variáveis comuns, temos as clivagens de base territoriais e o financiamento partidário. Na primeira dimensão descrevemos as clivagens que se formaram desde o período pré-colonial e foram acentuadas, tanto pelo governo colonial, quanto pelo Estado pós-colonial em Moçambique, e a forma como se relacionam com a nacionalização dos partidos no período de multipartidarismo. Sob a liderança da FRELIMO, essas clivagens evoluíram e aprofundaram-se ao longo do tempo, particularmente durante o conflito armado de 16 anos. Esse conflito contribuiu para a formação de bases de apoio territorialmente segmentadas, como evidenciado pela RENAMO, que estabeleceu o seu apoio em várias regiões do país, influenciando a configuração política e a nacionalização do sistema partidário. Na dimensão *financiamento partidário*, olhamos para a forma como o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais afeta a capacidade dos partidos de competir nas eleições e, conseqüentemente, no desempenho eleitoral, especialmente no que se refere à nacionalização dos partidos e do sistema partidário. O financiamento é um fator crítico para o sucesso eleitoral, influenciando a abrangência nacional dos partidos e suas estratégias de mobilização. Entre as dimensões novas destacamos a estrutura organizativa e ideológica dos partidos políticos e as ligações partidos-cidadãos. Analisar a estrutura organizativa e ideológica dos partidos é uma forma de compreender como os partidos políticos surgiram e se consolidaram ao longo do tempo em Moçambique, considerando as suas estratégias e capacidade de enraizamento social (Basedau e Stroh, 2008). Com efeito, nacionalização e institucionalização estão relacionadas, pressupondo-se, teoricamente, que o nível de evolução organizativa ou ideológica pode servir como um indicador útil da nacionalização dos partidos (Lupu, 2008).

Assim, as ligações entre partidos políticos e cidadãos são importantes para perceber os padrões de apoio. Estes envolvem uma série de fatores complexos, frequentemente categorizados de acordo com os tipos de vínculos estabelecidos (Bayart, 1989; Van de Walle, 2001; Riedl, 2008). Para a medição desta variável será utilizada a base de dados da V-Dem, complementada com uma revisão da literatura e entrevistas realizadas durante a pesquisa. Esta abordagem permitiu uma análise abrangente das formas de ligação entre partidos e cidadãos em Moçambique.

Finalmente, consideramos os modelos de acumulação de poder dentro dos estados pós-coloniais autoritários, com base na investigação de Riedl (2014), mais tarde adaptada a

Moçambique por Sanches (2018). Segundo Riedl (2014), quando assumiram o poder no pós-independência, alguns partidos optaram por incorporar ou por substituir as elites locais que operavam no território. Essa decisão teria sido crucial, pois onde tivesse prevalecido uma estratégia de incorporação seria mais provável surgirem partidos mais fortes e institucionalizados a longo prazo. Como nota Sanches (2018), Moçambique desafia esta teoria demonstrando que partidos institucionalizados podem surgir, mesmo em contextos de forte substituição das elites locais. Moçambique caracteriza-se, entre outros aspetos, por uma autoridade centralizada, com agentes do Estado distribuídos por todo o território; pela criação de organizações para representar o Estado desde a esfera central até o nível micro; pelo ataque à autoridade tradicional ou tentativa de diminuir a sua relevância, através da redução dos privilégios historicamente adquiridos pelas elites tradicionais e, finalmente, pela substituição de algumas dessas lideranças por organizações criadas pelo partido-estado (Sanches 2018). O nosso argumento é que essa estratégia também fez parte do objetivo de nacionalização do partido, na medida em que os mecanismos utilizados pelo partido incumbente em controlar as estruturas do Estado desde a base até ao topo, influenciam na sua capacidade de inserção pelo território.

A triangulação de dados provenientes de entrevistas individuais, revisão da literatura e análise de documentos de arquivo constituiu uma fonte rica de informação para aprofundar a compreensão da nacionalização dos partidos e sistemas partidários. Algumas das fontes de dados utilizadas estão mencionadas na tabela 7. Além disso, foram mobilizadas outras fontes de informação, incluindo: 1) entrevistas semiestruturadas com representantes do partido FRELIMO (partido no poder), representantes das duas maiores forças da oposição (partido RENAMO e Movimento Democrático de Moçambique - MDM); representantes dos órgãos eleitorais (Comissão Nacional de Eleições - CNE e Secretariado Técnico de Administração Eleitoral - STAE); membros de organizações da sociedade civil que atuam em questões eleitorais; jornalistas independentes, académicos e representantes de instituições independentes de pesquisa, além da análise de documentos.

A tabela 7 resume o número de entrevistados nesta pesquisa, discriminados por área de atuação profissional. Entrevistamos 10 membros de elites políticas: 3 da FRELIMO, 4 da RENAMO e 3 do MDM. Estamos cientes que seria ideal um número maior de entrevistas, mas não foi possível devido a alguma desconfiança por parte dos entrevistados e da necessidade de centralização dos pedidos na liderança máxima dos partidos, principalmente, em relação ao partido no poder. Parte das solicitações de entrevistas, ou não eram respondidas ou o/a visado/a alegava não ter mandato para falar em nome do seu partido. A taxa de resposta global foi de aproximadamente 30% em relação ao total das demandas de pedido de entrevistas encaminhadas às organizações partidárias. Para além das elites

políticas, entrevistamos ainda atores representantes de órgãos de administração eleitoral, membros de organizações da sociedade civil, académicos e jornalistas.

Tabela 7: Entrevistas conduzidas em Moçambique

Grupos entrevistados	Moçambique
Partidos políticos (elites políticas: ministros, antigos ministros, deputados da AR)	10
Órgãos de Administração Eleitoral (STAE e CNE)	2
Membros de OSC e/ou ONG's	4
Académicos	10
Jornalistas	6
Total (N)	32

Fonte: Elaborado pelo autor

No que diz respeito à análise documental, foi analisada documentação relativa aos resultados eleitorais oficiais, os relatórios de observação eleitoral elaborados por organizações internacionais e análise do quadro legal com base nos instrumentos disponíveis (leis, regulamentos). A consulta aos arquivos e a bases de dados de plataformas com informação relevante para a investigação, constituíram igualmente uma etapa da investigação. Esta informação foi útil para triangular com as narrativas dos entrevistados.

2.3. Visão global do desenho de pesquisa explicativo sequencial

A tabela 8 apresenta o encadeamento entre as questões de pesquisa, os objetivos, as hipóteses, a amostra, os dados e o tipo de análise. Esse encadeamento visa assegurar coerência analítica no tratamento do tema, além de proporcionar ao leitor uma visão clara e simplificada da estrutura da pesquisa. Em termos práticos, a abordagem da nacionalização de partidos e sistemas partidários nesta tese agrega valor ao campo de estudo, tanto pelo seu carácter pioneiro, quanto pela possibilidade de gerar pistas e contribuições para investigações futuras sobre o tema.

A nacionalização partidária, além de explicar a distribuição do apoio territorial ou o enraizamento dos partidos ao longo do território, oferece uma compreensão mais ampla sobre a variação nas opções políticas dos partidos. Essa variação pode se manifestar nas escolhas em termos de políticas públicas, refletidas nos manifestos eleitorais, ou na agenda

governativa dos partidos incumbentes. Além disso, a pesquisa investiga a utilização de recursos públicos para garantir vitórias eleitorais, bem como a relação entre a qualidade dos processos eleitorais e a explicação da nacionalização (Bardi e Mair, 2008; Morgenstern, Swindle e Castagnola, 2009).

Tabela 8: Modelo de análise explicativo da pesquisa

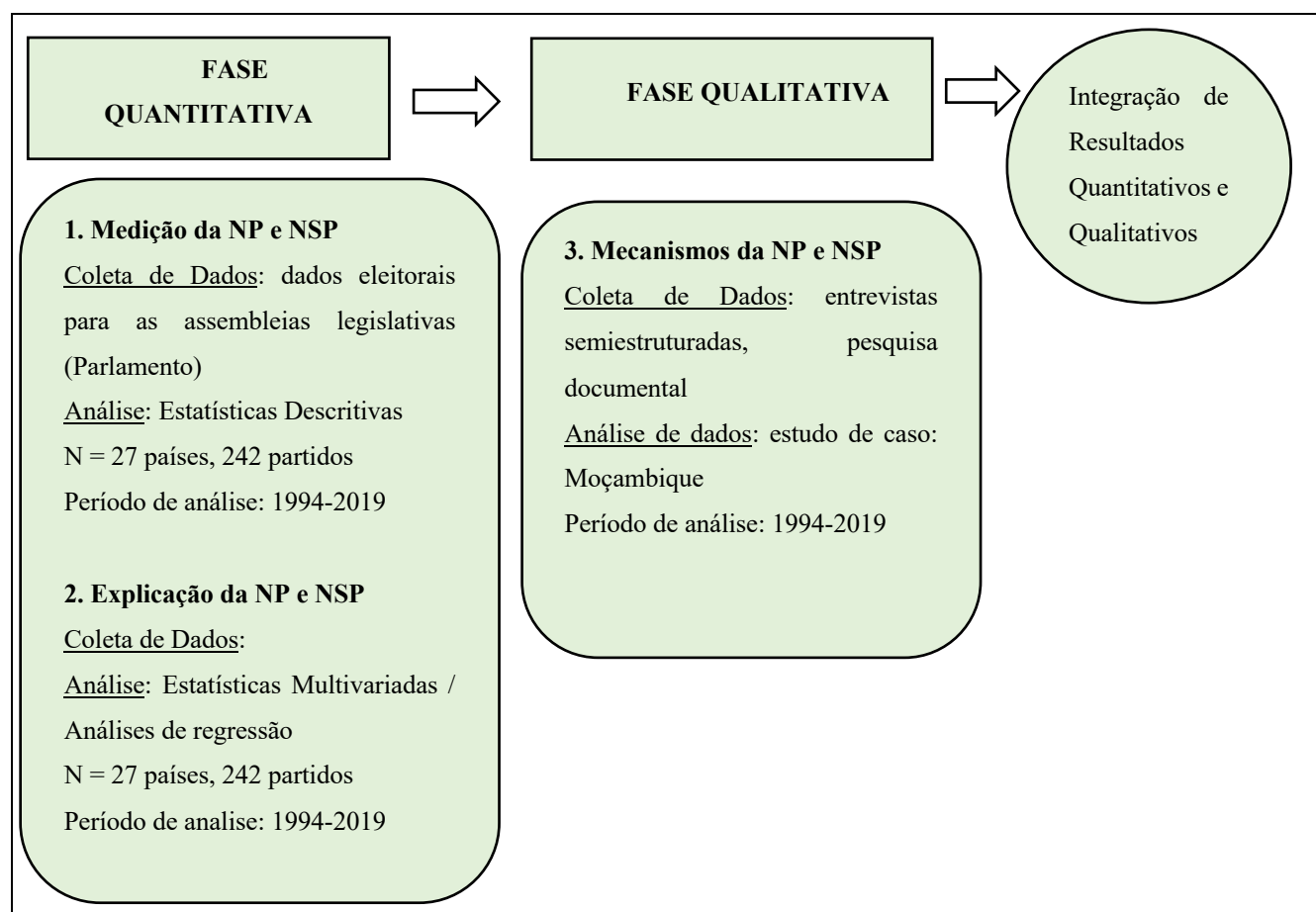
#	Objetivos	Argumentos/hipóteses	Amostra	Dados	Tipo de análise
Questão 1: Qual é o grau de nacionalização dos partidos e sistemas partidários na África Subsaariana?	Analisar de forma comparativa e longitudinal o grau de nacionalização partidária e de sistemas partidários na África Subsaariana	Variação entre países e ao longo do tempo	27 Países	Dados eleitorais	Descritiva
Questão 2: Que fatores explicam a variação ao longo do tempo entre países?	Identificar os fatores que mais influenciam no grau de NP e NSP entre os diferentes países observados	Variação em função de características dos partidos (ser ou não incumbente), dimensões históricas e estruturais (i.e. clivagens etnolinguísticas) e a captura do Estado pelas elites (controlo de recursos financeiros e dos mecanismos de descentralização).	27 Países	Dados eleitorais, dados macro	Inferencial/explicativa
Questão 3: Sob que condições se reproduz a mecânica da nacionalização de partidos e sistemas partidários?	Explicar a relação entre o processo de construção do Estado moçambicano e os níveis de nacionalização do partido incumbente e da oposição	Construção do Estado e clivagens, ligações partidos-cidadãos, evolução da estrutura organizativa/ideológica dos partidos	Moçambique	Dados eleitorais; Entrevistas, Análise documental	Exploratória Explicativa

Fonte: Elaborado pelo autor

A figura 2, abaixo representada, resume o desenho do modelo explicativo sequencial, ilustrando de forma esquemática as duas etapas da fase quantitativa (a base de base de dados, bem como as opções de análise de dados). O esquema mostra ainda o desdobramento da investigação na sua fase qualitativa do estudo de caso de Moçambique, classificado como um caso paradigmático.

Por fim, o estudo expõe a integração dos resultados quantitativos e qualitativos e as grandes conclusões da investigação, contribuindo assim para uma melhor compreensão do fenómeno da NP e NSP na região subsaariana.

Figura 2: Desenho da pesquisa explicativa sequencial



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Sanches (2014) e (Creswell e Clark, 2018).

2.4. Abordagem teórica

A pesquisa sobre a nacionalização dos partidos e sistemas partidários combina três abordagens teóricas para a análise dos dados: o institucionalismo, na sua vertente histórica, a teoria das clivagens políticas e a teoria da construção do Estado. Estas abordagens oferecem um grande potencial explicativo para compreender a formação do campo político em África, bem como as suas dinâmicas de transição política e eleitoral.

2.4.1. Institucionalismo, clivagens políticas e construção do Estado em África

Do ponto de vista explicativo, a pesquisa utiliza a abordagem institucionalista na sua dimensão histórica para explorar os mecanismos que conduziram ao processo de construção do Estado pós-colonial, bem como à criação das instituições responsáveis pela gestão dos processos políticos, com especial destaque para os processos eleitorais. O capítulo V dedicado, à análise qualitativa, aprofunda os elementos históricos que cruzam a formulação

das normas formais e informais, as clivagens políticas e a construção do Estado em África, oferecendo uma explicação sobre as dinâmicas da NP e a NSP.

Teoricamente, o institucionalismo parte do entendimento de que as instituições fazem parte do cotidiano de uma sociedade e estruturam a forma de pensar e agir dos seus membros em determinadas circunstâncias. Este entendimento permite estabelecer possibilidades de análise política sob uma perspetiva longitudinal, isto é, a partir da trajetória e das transformações ocorridas ao longo do tempo. Assim, as interações e práticas sociais regulares, em todos os níveis de organização, seja social, económica ou política, são reguladas por um conjunto de instituições que definem as condições dentro das quais os indivíduos atuam.

Para North (1990:3), as instituições são “regras do jogo numa sociedade ou, mais formalmente, restrições humanamente concebidas que moldam a interação humana”. Elas reduzem a incerteza, fornecendo uma estrutura coerente no cotidiano dos membros de uma sociedade e delimitando o âmbito no qual os indivíduos operam. North (1990) enfatiza que a previsibilidade das interações não implica, necessariamente, eficiência. Instituições tecnicamente ineficientes podem persistir porque contribuem para a previsibilidade e harmonia nas interações e estão profundamente enraizadas na cultura e na tradição. Além disso, as instituições exibem resiliência ao longo do tempo, gerando padrões de comportamentos estáveis, valorizados e recorrentes (Huntington, 2006). O conceito de instituições, portanto, é multifacetado, abrangendo desde códigos de conduta informais até contratos escritos e organizações complexas.

O principal argumento do institucionalismo histórico é que o desenvolvimento institucional é moldado por trajetórias históricas, situações críticas e consequências imprevistas, o que traduz a ideia de que a história importa para entender as instituições do presente, um conceito central de *path dependence* (Thelen & Steinmo, 1992; Peters, 1999; Immergut, 2002). Nesse sentido, o passado influencia a política atual por meio de uma variedade de mecanismos, de modo que, uma vez que os governos façam as suas escolhas políticas e institucionais iniciais, os padrões estabelecidos tendem a persistir, a menos que forças significativas superem a inércia criada pelas decisões iniciais. Como observa Peters (1999:64), “dado que as organizações públicas tendem a tornar frequentes as suas atividades e criar procedimentos operacionais-padrão é provável que as forças de inércia sejam substanciais no governo.”

Adotar uma abordagem que enfatiza a trajetória histórica na evolução das instituições, sejam formais ou informais, oferece importantes pistas interpretativas para compreender as dinâmicas políticas no continente africano. Por exemplo, o desenvolvimento da democracia em África continua sendo influenciado por legados institucionais oriundos dos períodos colonial e pós-colonial (Van de Walle, 2001; Lynch e Crawford, 2010, Cheeseman, 2018,

Riedl, 2018). Esse mesmo pressuposto sublinha a tese sobre as origens autoritárias dos atuais sistemas partidários africanos (Riedl, 2014).

Diversos estudos têm investigado as conjunturas críticas e os legados históricos como formas de compreender o desenvolvimento das instituições no continente (Lynch e Crawford, 2010; Cheeseman, 2018; Riedl, 2018; Riedl e Roberts, 2022). Segundo Riedl (2018), as instituições formais na África contemporânea foram, em alguns casos, estabelecidas em momentos de convulsão e transição, enquanto noutros evoluíram gradualmente a partir de estruturas herdadas da era autoritária. O legado das lutas passadas, assim como os modos de organização e distribuição do poder e dos recursos, exerce uma influência significativa sobre as ações futuras. Riedl (2018) argumenta que, na maioria dos regimes autoritários africanos, os governantes consolidaram o seu poder de duas maneiras principais: seja por meio da incorporação generalizada das autoridades sociais e económicas locais, seja pela substituição do Estado com o objetivo de neutralizar os agentes de poder local e substituí-los por organizações patrocinadas pelo governo central. Ambas as estratégias foram eficazes para garantir o controlo autoritário, mas resultaram em ativos transferidos de maneira desigual.

Este processo tornou-se particularmente evidente nas transições imprevistas para sistemas multipartidários, quando os partidos no poder precisaram conquistar maiorias nas eleições fundadoras para se manter no governo. Nesse contexto, os governantes procuraram controlar os termos da transição, determinando quais partidos da oposição poderiam concorrer e sob quais regras eleitorais. Estes estudos reforçam a importância de se concentrar nos novos institucionalismos, em particular no institucionalismo histórico, para compreender como as configurações institucionais passadas podem estar ligadas aos resultados políticos contemporâneos (Hall & Taylor, 1996; Sanders, 2006; Procopiuck, 2012; Riedl, 2018).

Ao contrário das abordagens anteriores, os novos institucionalistas não se limitam a comparar instituições com organizações formais, reconhecendo que as convenções informais podem ser tão vinculantes quanto as constituições formais e, muitas vezes, são resistentes à mudança (Lowndes e Roberts, 2013; Ingram e Silverman, 2002; Thelen & Steinmo, 1992). Quando instituições formais e informais atuam de forma simbiótica ou congruente, elas contribuem para a estabilidade por meio de mecanismos de auto-reforço ou *“lock-in”*. A estabilidade institucional, por exemplo, ocorre em muitos sistemas multipartidários recentes em África, porque as condições da transição para esses sistemas estabeleceram uma congruência entre as instituições informais de gestão do poder (como os interlocutores locais) e as regras formais estabelecidas pelo partido no poder, que supervisiona a própria transição (Riedl, 2018). Essa perspectiva permite analisar as instituições políticas sob as suas

dimensões formal e informal, além de oferecer explicações sobre as mudanças institucionais ocorridas em momentos críticos da política africana.

Portanto, considerando que os teóricos do institucionalismo histórico definem as instituições como procedimentos, protocolos, normas e convenções, tanto oficiais, quanto informais, que constituem a estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política (Hall & Taylor, 1996:6). Eles tendem a associar as instituições às organizações e às regras ou convenções estabelecidas por organizações formais (Thelen & Steinmo, 1992). Nesta abordagem, considera-se que o comportamento dos indivíduos é moldado não apenas pelo interesse racional, mas também por experiências anteriores, expectativas sociais e tendências históricas (Skocpol, 1995; Lowndes e Roberts, 2013). Por essa razão, os teóricos do institucionalismo histórico costumam entender a relação entre instituições e comportamento individual de forma abrangente. Estes estudiosos combinam elementos das perspectivas “calculadora” e “cultural”, entendendo que a motivação humana está frequentemente vinculada a objetivos mais amplos e públicos, e não meramente egoístas, envolvendo ações coletivas entre executivos, legisladores e grupos sociais (Sanders, 2006).

Embora o institucionalismo histórico se baseie na premissa segundo a qual as estruturas institucionais possuem uma base duradoura, ele também reconhece que tais estruturas podem mudar. Os defensores dessa abordagem argumentam que a mudança institucional é importante não apenas porque altera as restrições nas quais os atores fazem as suas escolhas estratégicas, mas também porque pode reformular os próprios objetivos e ideias que orientam a ação política. Como afirmam Thelen e Steinmo (1992:28), “os seres humanos são vistos como agentes e sujeitos da mudança histórica. As instituições políticas afetam diretamente as escolhas políticas.”

Assim, as mudanças institucionais são vistas como resultado da interação entre a conduta estratégica e o contexto estratégico no qual essas mudanças ocorrem, levando a desdobramentos, tanto intencionais, quanto não intencionais. Essa abordagem permite resgatar o conceito de dependência de trajetória, reconhecendo que as ideias, e não apenas as instituições, são fundamentais para moldar as estruturas políticas (Peters, 1999, Blyth, 2002, Collier e Collier, 2002, Rhodes, 2006; Procopiuck, 2012, Lowndes e Roberts, 2013). O institucionalismo histórico, embora reconheça o papel fundamental das instituições, não as interpreta como determinantes absolutos. Em vez disso, sugere que as instituições devem ser entendidas numa perspectiva que tome em consideração as trajetórias históricas e as ideias que sustentam essas instituições, especialmente em contextos de regimes políticos como os de África, onde a mudança institucional é frequentemente resultado de uma complexa interação entre fatores internos e externos (Cooper, 2019).

No contexto da política africana, essa abordagem é particularmente útil, pois permite compreender como as instituições formais e informais coexistem e se influenciam

mutuamente, mesmo quando em aparente contradição. O relacionamento entre instituições formais e informais continua a ser uma característica central da política africana e a sua interação complexa oferece uma chave importante para entender a dinâmica dos regimes políticos no continente (Cheeseman, 2018).

Essencialmente, o projeto de institucionalização democrática no continente africano foi operacionalizado num contexto pouco favorável à implantação de princípios democráticos. Parte da anterior elite autoritária preocupou-se em definir estratégias para a sua manutenção no poder, conduzindo a um cenário, normalmente de hibridismo entre mudança e continuidade. Isto é, qualquer intenção de alteração das instituições para a implantação da democracia, acabou sendo influenciada pelo peso das instituições previamente estabelecidas, tornando essas mudanças mais difíceis.

Nestes contextos, em muitos casos, os mecanismos ideológicos e organizacionais dos partidos libertadores foram transferidos para a máquina administrativa do Estado pós-transição democrática. Questões relacionadas às diferenças étnicas, linguísticas, religiosas e regionais não foram adequadamente resolvidas, o que moldou, de forma significativa, a organização da geografia eleitoral de cada Estado assim como as relações entre o Estado e diferentes parcelas do território (Bayart, 1993; Doorenspleet e Nijzink, 2014; Morse, 2019).

A trajetória institucional em África sugere assim que a competição política não depende apenas da manipulação estratégica ou da astúcia individual, mas das relações que se constroem ao longo do tempo entre elites, cidadãos e atores externos, demonstrando a forte dimensão institucional desse processo (Morse, 2019). Essas dinâmicas têm o potencial de influenciar o processo de nacionalização dos partidos e sistemas partidários, especialmente no que diz respeito às influências dos mecanismos de distribuição de recursos, que são fortemente condicionados pela narrativa étnica. Embora este seja um tema controverso, que carece de conclusões definitivas sobre o papel da etnicidade na determinação da distribuição de votos, uma parte significativa da literatura sobre as eleições em África considera a etnicidade como uma variável central na análise dos resultados (Elischer, 2013; Hoffman e Long, 2013; Katz e Mair, 2018).

O debate teórico ao longo desta pesquisa visa explicar o fenómeno da nacionalização partidária (NP) e a nacionalização dos sistemas partidários (NSP), desde a análise quantitativa até à fase qualitativa da pesquisa. A trajetória histórica e a configuração institucional desempenham um papel fundamental na forma como os eleitores e os atores políticos percebem a política no continente. Assim, esta investigação valoriza a dimensão histórica do desenho institucional para explicar o fenómeno, observando, tanto os aspetos formais, quanto os informais.

Esta combinação entre as dimensões formais e informais confere maior robustez analítica à tese, visto que as regras formais, muitas vezes, não conseguem explicar as dinâmicas

políticas, que frequentemente têm carácter clientelista e neopatrimonialista. No estudo de caso de Moçambique, que apresenta semelhanças com outros países da região subsaariana, a aplicação do institucionalismo histórico amplia a capacidade analítica, possibilitando a compreensão de aspetos que os dados quantitativos, por si só, não conseguem explicar. Mecanismos informais de acesso aos recursos públicos, assim como as dinâmicas de financiamento das campanhas eleitorais, ajudam a elucidar o fenómeno da nacionalização partidária, embora, do ponto de vista quantitativo, não tenha sido possível identificar uma correlação significativa entre essas variáveis e a NP e a NSP. Por fim, o uso do institucionalismo histórico também permite analisar outras dimensões do fenómeno, como as clivagens etnolinguísticas, religiosas e regionais/territoriais, bem como elementos de construção do Estado.

CAPÍTULO III – PARTIDOS E SISTEMAS DE PARTIDOS EM ÁFRICA: ORIGENS E EVOLUÇÃO

Os partidos políticos desempenham um papel central na dinâmica dos regimes democráticos contemporâneos, não apenas como instrumentos para a participação e competição eleitoral, mas também como organizações capazes de agregar uma multiplicidade de grupos e interesses sociais. Teoricamente, as organizações partidárias preenchem a lacuna entre o Estado e a sociedade civil, agregando valor aos interesses das suas respectivas populações, estruturando o voto popular e integrando e mobilizando os cidadãos para a vida política (Elischer, 2013).

Embora a definição de partidos políticos não seja unânime, a sua relevância nas democracias contemporâneas é amplamente reconhecida na literatura especializada. A dificuldade em chegar a um consenso sobre a conceptualização das organizações partidárias é também influenciada pelo contexto de democracias emergentes, onde as lógicas de construção institucional apresentam características peculiares em comparação com as democracias mais antigas e consolidadas. No contexto africano, a origem dos partidos é predominantemente extraparlamentar, baseando-se em estruturas organizacionais de protesto formadas por associações estudantis, desportivas, tribais, religiosas, entre outras (Hodgkin, 1961). Por exemplo, a ausência de uma ligação formal entre os partidos políticos e o movimento sindical ou as igrejas cristãs é uma característica notável da política africana, onde, nem partidos trabalhistas, nem partidos democratas cristãos surgiram desses sectores (Hodgkin, 1961; Salih, 2003; Riedl, 2014).

As diferentes abordagens sobre os partidos políticos indicam que as organizações partidárias devem ser vistas e reguladas de maneiras distintas nos diversos países, tomando em consideração as experiências históricas, as filosofias políticas, as atitudes sociais em relação ao papel normativo que os partidos devem desempenhar nas democracias representativas e a maneira como as eleições são organizadas (Gauda, 2010).

A proliferação de novos partidos impôs à Ciência Política um grande desafio na classificação das diversas tipologias de partidos que surgiram em contextos recém-democratizados. Esta dificuldade é reflexo da maneira, muitas vezes inconsistente, como os partidos políticos foram tratados nas últimas três décadas, tanto por estudiosos europeus e americanos, quanto africanos. A resistência ao estudo dos partidos políticos em África pode ser atribuída a diversos fatores, entre os quais se destaca a suposição implícita de que a formação de associações territoriais ou supraterritoriais era uma anomalia temporária no comportamento político africano (Liebenow, 1986).

Gunther e Diamond (2003) forneceram uma contribuição valiosa para superar o desafio do alongamento conceitual, propondo uma sistematização dos modelos partidários fora do contexto das democracias consolidadas da Europa Ocidental. Os autores sugerem uma classificação de partidos políticos com base em três critérios principais: 1) o tamanho da organização formal do partido e a extensão das funções que desempenha (variando de partidos pequenos e elitistas a grandes organizações partidárias de massas); 2) a tolerância e pluralismo do partido ou seu carácter proto-hegemónico, em termos de objetivos e comportamentos e 3) os compromissos programáticos ou ideológicos do partido.

Dependendo da sua natureza, os partidos podem reagir de maneiras distintas, enfatizando a política e os programas, para reforçar o apoio de grupos-chave, destacando a figura do líder e adotando técnicas de campanha sofisticadas ou priorizando o acesso ao clientelismo e aos subsídios estatais. A atuação de um partido pode seguir três direções principais: buscar influenciar políticas, conquistar votos ou alcançar cargos (Elischer, 2013; Gunther e Diamond, 2003).

Um partido político, assim como qualquer organização, não é um objeto isolado ou fixo, mas sim uma estrutura em constante movimento, sujeita a evoluções ao longo do tempo. Os partidos políticos reagem às mudanças externas e à modificação do ambiente no qual estão inseridos, adaptando-se às novas circunstâncias (Panebianco, 2005). Nesse sentido, a terceira onda de democratização oferece um importante contributo para compreender as dinâmicas partidárias em África, permitindo analisar o nível de evolução dos partidos e sistemas partidários no continente, à medida que as sociedades africanas transitam para formas mais complexas de organização política.

Em termos históricos, a primeira vaga de partidos políticos em África surgiu após a Segunda Guerra Mundial, com a formação de “movimentos revolucionários” que lutavam pela independência das suas respetivas colónias. Os partidos que emergiram nesse período desempenharam um papel central na mobilização de massas e na legitimação do novo estatuto político pós-independência. Já a segunda onda de partidos políticos surgiu nos anos finais da década de 1980 e início da década de 1990, com a abertura dos regimes para o multipartidarismo (Van de Walle & Butler, 2007; Sanches, 2010; Elischer, 2013).

Este capítulo não se propõe construir ou desconstruir as abordagens conceituais clássicas sobre os partidos políticos, mas busca aprofundar a compreensão dessas organizações e dos sistemas partidários em África. O objetivo é explorar os diversos fatores que moldaram a trajetória dos partidos políticos no continente, respondendo a quatro questões centrais: i) o que determinou a origem dos partidos políticos em África? ii) Quais são as características dos partidos e sistemas partidários após as independências? iii) De que maneira a onda de democratização reestruturou as dinâmicas partidárias e os sistemas

partidários em África? iv) Qual é o tipo predominante de partidos e sistemas partidários e como estes se inserem na sociedade?

Este capítulo apresenta as conjunturas históricas cruciais para a formação e o desenvolvimento dos partidos políticos em África, abordando desde o período pré-independência, passando pelos regimes monopartidários e autoritários do pós-independência, até as experiências de transição democrática. O percurso será analisado tomando em consideração os movimentos de luta pela independência nas décadas de 1950 e 1960, a transformação desses movimentos em partidos políticos e as reformas democráticas que ocorreram no final da década de 1980 e início da década de 1990.

3.1. As lutas pelas independências e as origens dos partidos

A compreensão das dinâmicas atuais da NP e da NSP requer um exame detalhado da trajetória dos partidos políticos no continente africano. Nesse sentido, a perspectiva do *path dependence* é fundamental para descrever o processo de formação e organização dos partidos políticos em África, desde a sua origem até aos dias atuais. Este subcapítulo dedica-se, portanto, a analisar o surgimento dos partidos políticos, congressos ou movimentos de libertação, que desempenharam um papel crucial nas lutas pela independência e emancipação dos povos africanos.

As lutas pela independência em África, na sua maioria, foram conduzidas por movimentos de contestação anticolonial, comumente designados como movimentos de libertação, congressos ou, em alguns casos, partidos políticos. Embora as especificidades de cada contexto colonial e as estratégias adotadas por esses movimentos variem, todos compartilhavam um objetivo comum: a libertação dos seus territórios da dominação colonial (Bragança e Wallerstein, 1982).

Na região subsaariana, a pressão exercida por estes movimentos de libertação levou os governos coloniais a “retirarem-se” ou a serem “empurrados” para a descolonização, diante da constatação de que os custos de manter o controlo sobre os seus territórios tinham-se tornado superiores aos benefícios da sua permanência como potências colonizadoras (Southall, 2016). Esse processo de descolonização, no entanto, não foi homogêneo. Nalguns casos, as independências foram conquistadas por meio da luta armada, enquanto noutros, ocorreram por meio de negociações entre os movimentos de libertação e as antigas potências colonizadoras. A tabela 8 resume as informações dos 27 países analisados neste estudo.

Tabela 9: Movimentos de libertação na África Subsaariana

Ex-Colónia	País	Movimentos de Libertação/Congressos ¹⁵	Ano da Fundação	Ano da independência
Portuguesa	Moçambique	Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO	1962	1975
	Guiné-Bissau	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC	1963	1974
	S. T. e Príncipe	Comité Pela Libertação de São Tomé e Príncipe/ Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – MLSTP-PSD	1972	1975
Britânica	África do Sul	African National Congress - ANC	1912	1910 ¹⁶
	Botswana	Bochuanaland Protectorate Federal Party, posteriormente transformado em Bechuanaland People's Party	1963	1966
	Malawi	Nyasaland African Congress (NAC), foi suprimido em 1959 e substituído pelo Malawi Congress Party - MCP	1960	1964
	Quênia	Kenya African Union - KAU	1944	1963
		Kenya African National Union - KANU	1960	
	Serra Leoa	Sierra Leone People's Party - SLPP		1961
	Gana	Convention People's Party - CPP	1949	1957
	Gâmbia	The People's Progressive Party - PPP	1959	1965
	Nigéria	Nigeria National Liberation Movement - NLM	1954	1960
	Zâmbia	United National Independence Party - UNIP	1959	1964
	Zimbabwe	Zimbabwe African National Union – ZANU-PF	1961	1980
		Zimbabwe African People's Union - ZAPU	1961	
	Tanzânia	Tanganyika African National Union - TANU	1954	1961 ¹⁷
	Benim	Benin National Movement - BNM		1960
	Burkina Faso	The Voltaic Democratic Union-African Democratic Rally – UDV-RDA	1957	1960 ¹⁸
	Namíbia	South West Africa People's Organization - SWAPO	1960	1990
	Uganda	Uganda People's Congress - UPC	1960	1962
	Lesotho	Basitho National Party - BNP	1959	1966
Francesa	Costa do Marfim	Parti Democratique de la Côte d'Ivoire	1946	1960
	Guiné	Parti Democratique de Guinée - PDG , sucessor do então Parti Progressiste de Guinée -PPG (fundado em 1946)	1947	1958
	Libéria	True Whing Party - TWP	1869	1847
	Maurícias	Mauritius Labour Party – MLP	1936	1968
		Parti Mauricien Social Démocrate - PMSD	1955	

¹⁵ Nos vários estados africanos, houve mais do que o número de partidos/movimentos de libertação/congressos expressos na tabela. Para esta tese, optou-se por arrolar os mais relevantes ou aqueles que tiveram uma relação direta com o processo das independências.

¹⁶ A República da África do Sul alcançou oficialmente a independência a 31 de Maio de 1910. Entretanto, o país continuou sujeito a um regime segregacionista, *apartheid*, sendo que somente realizou eleições gerais e multipartidárias em 1994, tendo o ANC se sagrado vencedor com maioria parlamentar (<https://uca.edu/politicalscience/home/research-projects/dadm-project/sub-saharan-africa-region/south-africa-1910-present/>)

¹⁷ A independência da Tanganyika foi proclamada em 1961 e em 1964 dá-se a união com Zanzibar para formar a actual Tanzânia (Van de Walle, 2001)

¹⁸ Proclama a independência em 1960 como Alto Volta, depois o país é rebatizado como Burkina Faso, em 1984 por Thomas Sankara (Hodgkin, 1961).

	Níger	Nigerien National Movement - NNM		1960
	Seychelles	Seychelles Democratic Party - SDP	1964	1976
		Seychelles People's Unity Party - SPUP	1964	
Belga	Ruanda	The Party of the Hutu Emancipation Movement, também conhecido como Republican Demorcatic Movement - PARMEHUTU	1959	1962
Alemã, Francesa e Britânica	Togo¹⁹	The National Liberation Movement of Western Togoland - TOLIMO	1954	1960

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Hodgkin (1961); Bragança e Wallerstein (1982); Sanches (2010); Falola e Heaton (2012); Elischer (2013); Southall (2013); Riedl (2014); Berketeab (2018).

A trajetória dos antigos movimentos de libertação e dos partidos políticos africanos difere dos contextos ocidentais pelas especificidades históricas, composição étnica, sistemas económicos e sociais, crenças religiosas predominantes, entre outros fatores (Hodgkin, 1961). Assim, diferentemente do contexto ocidental, em que o desenvolvimento dos partidos políticos está historicamente associado à democracia, com ênfase na expansão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares (Duverger, 1980), os partidos políticos africanos surgiram de grupos de elite educada ou indivíduos que estabeleceram partidos, movimentos ou congressos voltados para a luta pela independência e emancipação dos seus povos (Hodgkin, 1961; Salih and Nordlund, 2007). Na maioria dos casos, os partidos africanos antecederam a criação de grupos parlamentares, surgindo durante o regime colonial, que era, em grande medida, não democrático e ilegítimo. Esta herança colonial continua a influenciar a atuação dos partidos políticos até aos dias atuais (Salih, 2003).

A estrutura, os programas e as ideologias dos partidos africanos têm raízes no modelo ocidental, mas a sua origem também se conecta com os movimentos de pan-africanismo, nacionalismo e os movimentos de libertação (Sanches, 2010; Southall, 2013). No entanto, para a sua melhor compreensão, é crucial analisar essas dinâmicas no contexto das estruturas políticas pré-coloniais. Por exemplo, o Partido Democrático da Guiné vincula-se ao império de Samory Touré, assim como a União Sudanesa do Mali (anteriormente Soudan Français). Dessa forma, a relação dos partidos africanos com as elites dos estados pré-coloniais é clara (cf. Hodgkin, 1961). As sociedades africanas, muitas das quais eram estratificadas e possuíam sistemas feudais, sofreram pequenas modificações durante o período colonial, mas mantiveram aspetos autoritários e de alianças feudo-tributárias que se refletiram nas práticas políticas pós-coloniais.

¹⁹ Antigo protetorado alemão, francês e britânico (Elischer, 2013)

Além disso, muitos dos primeiros partidos africanos foram moldados por uma leitura tribal ou de “renascimento tribal”. Ainda que Hodgkin (1961) argumente que o termo “tribo” não é adequado para descrever as comunidades envolvidas nos movimentos de libertação, como os Yoruba, Ibo, Ashanti, Ewe, Bakongo, Kikuyu, entre outros. Esses grupos devem ser mais corretamente descritos como povos que compartilhavam cultura, língua, instituições sociais e história. Portanto, embora a expressão “partidos tribais” seja frequentemente usada, ela não é apropriada. O mais adequado seria compreender o processo pelo qual esses partidos se formaram em territórios onde os grupos sociais tinham as suas raízes no período pré-colonial. O exemplo do Partido Umma no Sudão, que tem laços com a organização Ansar e os movimentos muçulmanos que apoiaram o Mahdi, ilustra bem essa relação entre os partidos e as suas bases sociais (Hodgkin, 1961).

No conjunto dos partidos que surgiram em África, muitos destes primeiros partidos não tinham a intenção de desafiar o domínio colonial diretamente, mas estavam focados em objetivos económicos, culturais ou outros interesses específicos. A Convenção Nacional da Nigéria (NCNC), por exemplo, formada em 1944, originou-se de sindicatos, sociedades literárias, associações profissionais, clubes sociais e sindicatos tribais. Outros partidos surgiram de associações formadas por líderes com experiências no Ocidente, como o caso das Escolas William Ponty²⁰. O nacionalismo africano, com a sua diversidade de expressões, também desempenhou um papel importante na formação de partidos, como o Kabaka Yekka Party, no Uganda (Liebenow, 1986).

Os partidos africanos, de maneira geral, surgiram a partir de dois polos: revolucionário e reformista. Enquanto alguns exigiam a independência total, outros aceitavam o *status quo*, limitando-se a exigir reformas mínimas da administração colonial (Hodgkin, 1961; Coleman e Rosberg, 1964; Liebenow, 1986; Elischer, 2013). Com o avanço das lutas de libertação nacional, impulsionadas pelos movimentos nacionalistas, os partidos começaram a proliferar na região da África Subsaariana nos anos seguintes à independência. Entre 1945 e 1968, surgiram 143 novos partidos políticos, que desempenharam um papel essencial na mobilização do eleitorado e na formação dos primeiros governos independentes no continente (Mozaffar, 2005a).

Este período coincide com o início das primeiras análises sobre a política africana, que começaram a transitar da era colonial para o pós-independência (David, 1955; Hodgkin, 1961; Austin, 1970; Cartwright, 1970; Apter, 1972). Contudo, o conceito de “partido de massa”,

²⁰ The William Ponty Schools foi uma escola criada em Saint Louis a 24 de novembro de 1903. Em 1933, a escola tornou-se um verdadeiro centro educacional africano, dedicando-se ao estudo de temas relacionados com aspetos socioculturais da África negra, história, bem como questões relacionadas com a diversidade étnica. Fonte: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/memory-of-the-world/register/full-list-of-registered-heritage/registered-heritage-page-9/william-ponty-school-collection-of-papers/> - consultado: 09.05.2021.

baseado no modelo ocidental, não conseguiu capturar a realidade africana, como será abordado mais adiante nesta pesquisa. A legitimidade da democracia, em África, não estava enraizada de maneira profunda na sociedade, e o modelo de partido de massa, com foco nas instituições formais, não se aplicava adequadamente à realidade política africana. As instituições formais desempenhavam um papel secundário e as instituições informais eram cruciais para o funcionamento dos partidos no continente (Erdmann, 2007).

A reflexão sobre a relevância dos partidos e sistemas partidários no desenvolvimento político de África ganhou destaque com o tempo. Em muitos casos, os partidos políticos africanos surgiram num contexto não democrático, o que influenciou as suas práticas durante a independência (Kuenzi e Lambright, 2001; LeBas, 2011; Riedl, 2014). A herança autoritária e os mecanismos de transição pós-colonial tiveram um grande impacto na formação dos sistemas partidários. Esses fatores explicam como os partidos se consolidaram, as possibilidades de competição política, a qualidade e transparência dos processos eleitorais e o grau de nacionalização dos sistemas partidários.

A fase de partido único e os processos de transição para o multipartidarismo revelam como os partidos se estruturaram em torno de recursos estatais, favorecendo certos grupos ou regiões, enquanto marginalizavam outros. Alguns partidos, como o Kenya African National Union (KANU) no Quênia, usaram a estrutura coerciva do Estado colonial para controlar a oposição, mantendo práticas de clientelismo, controlo da media, manipulação de distritos eleitorais e repressão à oposição. Até 1984, vinte e cinco dos quarenta e cinco países da África Subsaariana tinham adotado governos de partido único (Liebenow, 1986).

Portanto, as origens e evolução dos partidos políticos em África ajudam a compreender a nacionalização dos partidos e sistemas partidários. Esta trajetória permite captar as dinâmicas históricas e as diferentes formas pelas quais os partidos adaptaram-se às condições políticas locais, seja por meio da centralização do poder ou pela busca por maior competitividade. A diversidade de características dos partidos africanos ressalta a importância de um estudo comparativo aprofundado que tome em consideração as especificidades de cada contexto e as suas implicações para a evolução política do continente.

O subcapítulo seguinte analisará a transição da era de partido único para o multipartidarismo, refletindo sobre o processo de institucionalização democrática e a consolidação dos sistemas partidários em África.

3.2. A difusão dos regimes de partido único

A independência dos países africanos introduziu o desafio de construção de instituições capazes de garantir a transição do governo colonial para os novos atores políticos africanos. Nesse contexto, observou-se uma onda de instalação de partidos únicos no continente, que, para a elite governante da época, parecia ser a solução ideal diante dos desafios de governação e crescimento económico (Nilson, 1963; Neuberger, 1974; Smith, 1996; Salih, 2003; Van de Walle, 2001; Sanches, 2010).

Um dos exemplos mais proeminentes dessa tendência foram os países onde o partido dominante forjou as suas estruturas organizacionais, recrutou os seus membros e elaborou os seus programas governamentais enquanto ainda travava uma guerra de guerrilha contra as autoridades coloniais. Nesse grupo, destacam-se a Frente Libertação de Moçambique (FRELIMO) em Moçambique, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em Angola e, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na Guiné-Bissau, todas ex-colónias portuguesas, e o Zimbabwe African National Union (ZANU) no Zimbabwe (Salih, 2003; Smith, 2005; Salih e Nordlund, 2007; Cheeseman, 2015; Nuvunga, 2019). Também existiram casos em que os líderes se empenharam num desenvolvimento programático como forma de responder aos desafios socioeconómicos dos respetivos países, como ocorreu com o Partido Revolucionário de Nyerere (Chama Cha Mapinduzi, anteriormente designado por Tanganyika African National Union - TANU) e o Partido do Congresso do Malawi de Banda (Chabal e Daloz, 1999; Hyden, 2006).

Embora não se possa identificar uma única causa para a proliferação de partidos únicos em África após as independências, diversas explicações são relevantes para compreender este fenómeno. Primeiro, argumenta-se que a legitimidade nacionalista adquirida por uma única organização nacionalista, após a vitória sobre o imperialismo, poderia garantir uma vitória esmagadora nas eleições. Além disso, os regimes de partido único, frequentemente, controlavam os meios de comunicação de massa, dificultando a operação de partidos da oposição (Nilson, 1963; Neuberger, 1974). Em segundo lugar, a tendência face ao partido único refletia a herança autocrática dos novos estados, tanto do colonialismo, quanto das práticas do governo tradicional. A democracia multipartidária era vista como uma importação estranha e incompatível com a cultura política local, que carecia de uma tradição democrática (Smith, 1996; Salih, 2003). Em terceiro lugar, a cultura política da nova liderança indígena era elitista: acreditava-se que o governo detinha o monopólio do conhecimento e legitimidade. A falta de organizações sociais ou políticas que pudessem competir com a concentração de conhecimento dentro do governo dificultava qualquer oposição (Salih, 2003).

Em quarto lugar, a cultura de liderança era estatista, com o Estado visto como o principal agente de modernização e desenvolvimento. A democracia, portanto, era considerada um

luxo que não podia ser oferecido (Nilson, 1963; Neuberger, 1974; Smith, 1996; Salih, 2003). Em quinto lugar, a ideologia também foi um fator explicativo para a adoção de regimes de partido único. Mesmo que nem todos os países africanos tenham adotado o marxismo-leninismo oficialmente, muitos partidos identificaram-se com essa ideologia, resultando na centralização do poder e na mobilização de recursos sob objetivos centralizados (Nilson, 2003). Em sexto lugar, argumentava-se que os partidos únicos eram mais eficazes na institucionalização e regulação do conflito político e da competição do que os sistemas multipartidários (Smith, 1996).

Em sétimo lugar, acreditava-se que o sistema de partido único contribuiria para a construção da nação e preveniria disputas de secessão, especialmente em estados com grande diversidade étnica e linguística, cujas fronteiras foram, em grande parte, desenhadas pelas potências coloniais, criando desafios à coesão social (Neuberger, 1974). Por último, a tendência para a implantação de regimes de partido único foi vista como um meio de fortalecer a libertação nacional e garantir que o partido exercesse um poder absoluto sobre as massas, comprometido ideologicamente com a ideia de que a verdadeira democracia significaria o controle do Estado pelo partido, refletindo a vontade popular (Coleman e Rosberg, 1966).

Independentemente, da consideração de cada um dos fatores acima evocados, quer de forma isolada ou combinada, a visão de Meyns e Nabudere (1989), sobre a proliferação de partidos únicos em África, não se associa, por exemplo, as raízes filosóficas nas instituições históricas africanas. Pelo contrário, as formas autoritárias de partidos únicos, foram de certa forma impostas pela destruição das tais instituições políticas africanas, primeiro, pelo Estado colonial e, posteriormente, reproduzidas pelas autoridades africanas pós-coloniais. Ou seja, o Estado africano de partido único era uma forma do Estado colonial na sua nova versão, designada por Estado neocolonial.

Devido a esta combinação de fatores, a política multipartidária foi mantida num número muito restrito de países como Benim, Botswana, Gâmbia, Mali e Maurícias, enquanto governos autoritários prevaleceram em grande parte do continente (Van de Walle e Butler, 1999; Carbone, 2007). A ausência de uma experiência democrática substancial durante o período colonial ajuda a explicar a tendência autoritária dos novos governos africanos. Enquanto algumas ex-colónias, principalmente britânicas e francesas, tinham experimentado algum grau de participação eleitoral, outros estados só experimentaram o multipartidarismo a partir da terceira onda de democratização (Riedl, 2014), como será discutido nesta tese.

Nos anos 1970 e início dos 1980, começaram a surgir movimentos que sinalizavam uma direção disruptiva em relação à expansão dos sistemas de partido único e regimes militares, dando lugar à introdução de governos civis em alguns países africanos como Senegal e Costa do Marfim. No caso dos regimes militares em Gana e Nigéria, também ocorreram transições

para governos civis que pareciam garantir maior competição partidária. No Zimbabué, a Constituição de 1979 advertia a todos os envolvidos a não alterar o sistema multipartidário até 1987 (Liebenow, 1986; Zeff, 1981).

Apesar das expectativas geradas por esses sinais de mudança, muitos desses movimentos sofreram reveses devido à reentrada dos militares no poder, como ocorreu no Gana, em 1982, e na Nigéria, em 1983. Também houve a reimplantação de regimes de partido único em países como Serra Leoa e Quênia e pressões para a adoção do sistema de partido único no Zimbabue (Liebenow, 1986; Mitchinson, 1984; Pinkney, 2004).

O domínio do monopartidarismo em África resultou em estabilidade política apenas num grupo restrito de países, enquanto formas autoritárias de governo prevaleceram na maior parte do continente (Van de Walle & Butler, 1999; Carbone, 2007). Portanto, nos sistemas comunistas e fascistas, os partidos governamentais procuravam reconstruir a sociedade e nos países em desenvolvimento, os partidos nacionalistas tornaram-se os principais veículos de resistência à dominação imperial ocidental (Hague e Harrop, 2007).

Contrariamente às expectativas, os regimes de partido único não conseguiram evitar a instabilidade. Pelo contrário, contribuíram para agravá-la, quer em termos políticos, assim como militares, resultando na negação da convivência plural e na repressão de qualquer oposição, incluindo movimentos étnicos e culturais (Bratton, 2009; Brito, 2019). Ao excluirmos a oposição legítima e limitarem a fundação de novos partidos, os sistemas de partido único forçaram muitos opositores a buscar meios violentos para reivindicar a inclusão e o acesso aos recursos (Kilson, 1963; Neuberger, 1974). Em países como Sudão, Nigéria, Congo, Angola, Moçambique e Uganda, o subnacionalismo imposto pelo sistema de partido único levou a instabilidade e guerras civis, com minorias políticas e étnicas acusando a liderança dominante de praticar um “colonialismo interno” (Salih, 2003).

Frantz Fanon (2015)²¹, em *“Os Condenados da Terra”*, critica os partidos nacionalistas africanos pela falta de visão política após a independência. Para Fanon, os partidos, em vez de utilizar as estruturas existentes para promover uma transformação progressista, buscaram substituir a realidade tradicional sem uma adaptação estratégica à nova governação (Fanon, 2015). Ele afirma que, ao se proclamarem nacionais, esses partidos se tornaram, na prática, tribais, transformando a política numa ditadura étnica.

Assim, os regimes de partido único resultaram num sistema autoritário excludente, que limitou a representatividade das diversas vontades políticas no continente. Em vez de promover a unidade nacional, o monopartidarismo alimentou a instabilidade política e dificultou a construção de um Estado de Direito, perpetuando práticas de governação colonial e criando um cenário de alta tensão política (Cheeseman e Fisher, 2021). O autoritarismo

²¹ Obra originalmente publicada em 1961.

político foi sustentado por uma estratégia de cooptação das elites locais que, em troca de apoio político, ajudaram a legitimar os regimes autoritários, como observou Riedl (2014).

Tabela 10: Operacionalização dos modos de acumulação do poder

	Incorporação	Substituição do Estado
Aparelho do Estado	A descentralização administrativa e a expansão do Estado a nível local criam cargos novos em concertação com as elites locais (prebendalismo e coordenação)	Autoridade centralizada do Estado com agentes distribuídos por todo o território nacional; as organizações recém-criadas representam o Estado a nível local
Práticas de Gestão	As elites locais gozam de alguma autonomia e o Estado pode reagir a algumas influências e pressões locais	Tentativa de microgestão tradicional dos processos políticos locais
Estatuto social	O Estado apoia e reforça as elites locais através de uma combinação de ligações clientelares e de aparelhos coercivos	Ataque à autoridade tradicional e/ou tentativas de diminuir a autoridade socioeconómica e a autonomia através de: (1) diminuição dos poderes formalmente atribuídos às elites locais; (2) substituição dos líderes tradicionais reconhecidos pelo Estado por seleções preferidas do partido no poder e organizações patrocinadas pelo Estado.
Fonte: Riedl (2014: 106)		

A estratégia de *incorporação*, segundo Riedl (2014), permite que amplas camadas da sociedade se alinhem com regime por meio de parcerias com elites socioeconómicas locais poderosas, cooptando assim grupos sociais relevantes. Exemplos disso podem ser encontrados no Gana e no Senegal, onde os incumbentes conseguiram construir bases de apoio duradouras por meio dessas reformas de parceria, o que, em última instância, contribuiu para a manutenção do poder, mesmo após o desmantelamento formal dos partidos-estado durante o processo de democratização.

Em contrapartida, a abordagem de *substituição* voltada para o fortalecimento do Estado substituiu as ligações tradicionais à sociedade por órgãos do Estado e do partido que buscavam estabelecer novas fontes de autoridade local, implantando preferencialmente aliados do regime. Este modelo foi amplamente adotado no Benim, onde as autoridades tradicionais foram substituídas por quadros leais ao regime, que procuraram substituir as chefaturas tradicionais ou religiosas por organizações controladas pelo Estado, como sindicatos, associações de desenvolvimento patrocinadas pelo Estado e, naturalmente, o partido no poder. Embora essas organizações estatais, voltadas para a organização e o controlo social, servissem aos objetivos do regime como *the only game in town*, Riedl (2014) aponta que essa estratégia apresenta dois desafios significativos quando confrontada com o início do processo de democratização.

Primeiramente, as autoridades tradicionais reprimidas e as elites locais, embora marginalizadas, continuam a ser socialmente importantes ao nível local. Elas ressurgem com a democratização, mobilizando os seus seguidores e, muitas vezes, aderindo à oposição. Em segundo lugar, as organizações criadas pelo Estado, ao dependerem diretamente dos recursos centrais, têm uma base de apoio mais frágil e menos duradoura, pois a natureza dessas organizações torna-as vulneráveis à instabilidade política. Caso o regime perca apoio ou enfrente um futuro incerto, os novos líderes locais criados pelo Estado podem migrar para a oposição, minando a estabilidade do regime (Riedl, 2014).

Por exemplo, na Zâmbia, o governo centralizou o seu poder num único sindicato, garantindo financiamento por meio de filiação obrigatória. Em Moçambique, o partido FRELIMO implementou uma política rigorosa de eliminação de qualquer organização social autónoma. Associações comunitárias, culturais, científicas e estudantis foram proibidas ou fechadas, com exceção dos clubes desportivos, que passaram a ter os seus nomes modificados. Os sindicatos tiveram as suas atividades restritas a questões administrativas, como a emissão de carteiras profissionais e gestão das quotas de segurança social. No lugar das organizações tradicionais, foram implementadas estruturas como os *grupos dinamizadores* (redimensionados como estruturas de base nos bairros), as células e comités do partido e as *organizações democráticas de massas* (Abrahamsson e Nilsson, 1995; Brito, 2019, Sanches, 2018).

A introdução de reformas políticas multipartidárias, por sua vez, abriu espaço para uma governação mais inclusiva, envolvendo múltiplos atores, como partidos políticos, organizações da sociedade civil, meios de comunicação privados e o processo de massificação das eleições no continente. Apesar dos avanços, a efetivação dessas reformas variou, com transições frequentemente motivadas por protestos, mas muitas vezes mantendo os partidos históricos, os ex-movimentos de libertação, como principais atores no processo de transição. Como apontam Chabal e Daloz (1999), o mais relevante é compreender a continuidade nas práticas políticas do período colonial para o pós-colonial. Nesse contexto, o Estado pós-colonial em África, muitas vezes, revelou-se uma sombra do modelo original importado, especialmente quando se trata de entender a dinâmica política real da África contemporânea. Esse fenómeno oferece pistas importantes sobre as dinâmicas eleitorais e a natureza dos resultados que elas geram.

A compreensão da nacionalização dos partidos e sistemas partidários em África encontra elementos-chave na sua origem monopartidária. Embora o controlo do poder durante esse período tenha sido restrito a uma liderança política dominante, o legado dessa época continua a influenciar os regimes emergentes, condicionando a transição e a relação entre partidos e

Estado. A lógica neopatrimonialista²², prevalecente em muitos casos, molda as funções clássicas de agregação e representação dos partidos, que continuam a controlar o Estado e os seus recursos (Van de Walle e Butler, 1999). Além disso, os longos períodos de domínio de um único partido podem criar nos cidadãos a percepção de que não há alternativas políticas viáveis. A permanência dos partidos únicos por períodos prolongados também contribui para o enfraquecimento da oposição, pois os regimes adotam estratégias que combinam instituições formais e informais para manter o controle.

Por fim, as transições políticas em vários estados africanos, frequentemente fruto de arranjos para acomodar os interesses dos principais atores políticos, não apagam as marcas dos longos períodos de monopartidarismo na memória coletiva. As identidades étnico-regionais, ainda presentes, e a captura das instituições do Estado por antigos partidos únicos, como parte do processo de transição, reforçam a continuidade dos legados autoritários.

3.3. O multipartidarismo e os tipos de sistemas partidários

A partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990, observou-se um aumento significativo no número de estados da região subsaariana que iniciaram processos de liberalização política (ver Tabela 11). Esse movimento alinhou-se a uma tendência global de democratização, conhecida como a “terceira vaga de democratização”, que levou à reformulação da constituição de diversos países e à institucionalização da democracia.

Com a legalização dos partidos da oposição, muitos aspirantes a líderes políticos apressaram-se em registrar os seus próprios partidos. Alguns desses novos partidos originaram-se de clubes políticos ou organizações cívicas que, anteriormente, tinham sido suprimidos pelos regimes autoritários. Exemplos incluem o Movimento pela Liberdade e Justiça no Gana, o Movimento pela Democracia Multipartidária na Zâmbia (MMD), a

²² O neopatrimonialismo é caracterizado por um sistema no qual o direito de governar é atribuído a uma pessoa e não ao cargo. No contexto contemporâneo do neopatrimonialismo, as relações de lealdade e dependência permeiam um sistema político e administrativo formal, em que os líderes ocupam cargos burocráticos não tanto com o intuito de prestar serviços públicos, mas, antes, para adquirir riqueza e *status* pessoais. A distinção entre interesses privados e públicos é, deliberadamente, obscurecida. A essência do neopatrimonialismo reside na concessão de favores pessoais por parte dos funcionários públicos, tanto dentro do Estado (como no caso de empregos no setor público), quanto na sociedade (por exemplo, no que diz respeito a licenças, contratos e projetos). Em troca de recompensas materiais, os clientes mobilizam apoio político e encaminham todas as decisões para os superiores hierárquicos, como sinal de deferência para com os seus patronos (Bratton e Van de Walle, 1994). De acordo com Bach (2022), o conceito neopatrimonial foi aplicado pela primeira vez em África em 1978, quando Jean-François Médard tentou explicar a falta de institucionalização e o subdesenvolvimento do Estado nos Camarões.

Convenção Nacional para a Reforma Constitucional e a Convenção Civil e Jurídica na Tanzânia, o Movimento dos Direitos Humanos na Tanzânia e a Aliança para a Democracia no Mali. Outros, por sua vez, foram a reencarnação de partidos substanciais cujas atividades tinham sido interrompidas várias vezes por golpes de estado ou regimes de partido único (Sandbrook, 1996).

A transição bem-sucedida do Benim, por exemplo, destacou-se como pioneira da onda de democratização em África e do fim do regime formal de partido único na maioria dos países da região. Sob pressão interna e externa, muitos partidos autoritários iniciaram reformas de liberalização significativas no início da década de 1990, que resultaram em revisões constitucionais importantes e na introdução de leis que possibilitaram a formação de partidos políticos e a realização de eleições multipartidárias. Até meados da década de 1990, praticamente todos os países da região tinham realizado, ao menos, uma ronda de eleições multipartidárias competitivas (Sanches, Macuane e Dendere, 2019).

Tabela 11: O início da terceira vaga de democratização, 1975 e 1995

	1975			1995		
	Autoritário	Democracia Parcial	Democracia Liberal	Autoritário	Democracia Parcial	Democracia Liberal
Europa Ocidental, América do Norte e Australásia	2	0	22	0	0	24
América Latina	15	2	5	2	5	15
Ásia	18	4	3	11	5	9
África Subsaariana	43	2	3	12	16	20
Médio Oriente e Golfo Pérsico	14	3	2	13	3	2
Europa do Leste e Ex-URSS	9	0	0	5	14	8
Total	101	11	35	43	43	78
Percentagens						
1975 N = 147	68.7%	7.5%	23.8%			
1995 N = 164				26.2%	26.2%	47.6%

Fonte: Potter (2009).

As limitações estruturais impostas pelas dinâmicas governativas nos primeiros anos após a independência nos estados pós-coloniais, como baixos níveis de literacia, pobreza e fragilidade do Estado, aliadas a práticas políticas como instabilidade política e militar e a corrupção (Chabal e Daloz, 1999), geraram pressões substanciais por reformas políticas e pela abertura ao multipartidarismo no continente africano.

A onda de democratização em África, que teve início nas décadas de 1980 e 1990, gerou a expectativa de uma nova era na dinâmica política do continente. Contudo, os resultados dessas transições revelaram mais tendências de continuidade, do que rupturas significativas. Em particular, apesar das mudanças políticas, não houve transformações substanciais, por

exemplo, na concepção de representação política, que continuou a basear-se no modelo neopatrimonialista. O voto, em muitas situações, não é visto como uma escolha individual, mas sim como parte de um cálculo de reciprocidade baseado em laços de solidariedade patrimonial. As eleições, nesse contexto, oferecem oportunidades para competição política instrumental ou para a manutenção das elites no poder, visando preservar os seus privilégios e os dos seus aliados. Assim, as eleições multipartidárias não alteram as regras fundamentais do jogo político (Chabal e Daloz, 1999).

No que diz respeito à funcionalidade do Estado pós-colonial em África, Chabal e Daloz (1999) ilustram a sua argumentação com exemplos de como operam os serviços públicos em países como Nigéria, Chade, Zimbábue e Congo. Nesses casos, a lógica do serviço estatal permanece particularista e personalizada, distante das normas burocráticas presentes em muitas sociedades ocidentais. Os autores argumentam que o Estado africano é, simultaneamente, ilusório e substancial. É ilusório porque opera de forma essencialmente informal, com a aplicação limitada do Estado de direito e uma capacidade restrita de implementar políticas públicas. No entanto, é substancial porque o controlo sobre o Estado é visto como o prémio final para as elites políticas, funcionando como o principal instrumento do patrimonialismo.

Em síntese, o Estado africano é, ao mesmo tempo, forte e impotente: sobrecarregado em termos da sua estrutura, mas subdesenvolvido em termos funcionais. Embora haja diferenças significativas entre os países da África Subsaariana, o carácter do Estado em cada nação é determinado pelo grau de institucionalização da ordem política vigente (Migdal, 1988; Chabal e Daloz, 1999).

Entre 1990 e 1998, o multipartidarismo e a realização de eleições regulares tornaram-se a norma na África Subsaariana. Nesse período, foram realizadas mais de 60 eleições presidenciais com múltiplos candidatos. Apenas sete países da região, Eritreia, Ruanda, Sudão, Somália, Suazilândia (atualmente Eswatini), Uganda e Zaire, não convocaram eleições multipartidárias durante esse intervalo. Em contraste, entre 1985 e 1989, apenas nove países africanos realizaram eleições multipartidárias competitivas (Van de Walle e Butler, 1999).

Apesar dessa expansão do multipartidarismo, a institucionalização de eleições multipartidárias revelou-se um desafio imperfeito, com potencial para falhar, o que levou muitos desses regimes a serem classificados como “iliberais” ou “parcialmente livres”. Embora as eleições multipartidárias sejam realizadas de forma regular, as práticas cotidianas do Estado, frequentemente, restringem as liberdades políticas. Os direitos civis e as liberdades políticas são formalmente reconhecidos, mas a sua implementação na prática é limitada; a liberdade de imprensa é limitada e a aplicação da lei é frequentemente desigual,

desafiando a consolidação do Estado de Direito Democrático (Van de Walle e Butler, 1999; Van de Walle, 2003; Sanches, Macuane e Dendere, 2019).

Um estudo realizado por Sanches, Macuane e Dendere (2019) revela que 42% de todas as eleições realizadas (114 de um total de 268) ocorreram em países classificados como parcialmente livres, ou seja, em regimes híbridos ou autocracias eleitorais. O segundo maior número de eleições (90) ocorreu em regimes autoritários, enquanto apenas 64 eleições ocorreram em democracias liberais. Estes dados são indicativos de uma reflexão mais profunda sobre a natureza das eleições e, sobretudo, sobre a dinâmica dos próprios regimes políticos na África Subsaariana.

Este cenário alimenta a percepção de que os avanços da transição democrática em África, ou permaneceram estagnados, ou, em muitos casos, tendem a corroer-se, devido à “normalização” de eleições não competitivas, restrições aos partidos da oposição e à imprensa, bem como, de forma mais ampla, à limitação dos direitos civis desde o final da década de 1980 até aos dias atuais. Atualmente, apenas oito países do continente são considerados democracias plenas (Van de Walle e Butler, 1999; Lindberg, 2006; Sanches, 2014; Sanches, Macuane e Dendere, 2019; Luhrmann e Lindberg, 2019).

Retomando o ponto central deste capítulo, a transição para a democracia em África foi, em grande parte, liderada pelos antigos partidos únicos, como resultado de pressões internas e externas. O facto de esses partidos, em diversos países, terem conseguido manter-se no poder, mesmo em contextos de eleições multipartidárias, contribuiu para a reprodução de práticas autoritárias na nova era política. Entre essas práticas, destacam-se o controlo excessivo do Estado pelos partidos incumbentes, lógicas de governação clientelista, corrupção endémica, estagnação ou deterioração dos índices de liberdade e participação política, fraudes eleitorais e a fragilização da oposição (Lindberg, 2006; Cheesman, 2015; Miezah, 2018). Esses elementos reforçam a tese de que o colapso de um regime autoritário nem sempre cria as condições necessárias para o triunfo da democracia. Como Linz (2015) explica, não é incomum que a crise de um governo autoritário resulte na sua substituição por outro regime autoritário. Muitos países experimentaram golpes de Estado sucessivos, às vezes de orientação ideológica diferente, ou, em outros casos, o colapso do regime levou a alternativas autoritárias de carácter revolucionário. Portanto, a instabilidade do regime não implica, necessariamente, o estabelecimento de uma democracia, a menos que intervenham outros fatores.

O estudo de Van de Walle e Butler (1999) resume a natureza dos partidos políticos que surgiram no continente após a década de 1990. A natureza desses partidos, com a sua capacidade organizativa e de inserção na sociedade, tem o potencial de explicar as dinâmicas políticas atuais da África. A eficácia desses partidos em se estabelecerem como forças políticas relevantes é crucial para entender a política contemporânea do continente,

especialmente no que diz respeito à sua contribuição para o fortalecimento ou enfraquecimento da democracia.

#	Categoria	Características
1ª	Ex-partidos únicos	A primeira categoria refere-se aos ex-partidos únicos, ou seja, partidos que fizeram a transição de um regime de partido único para o multipartidarismo e continuam a desempenhar um papel central na política da maioria dos estados. Exemplos incluem o PDCI na Costa do Marfim, o KANU no Quênia, a FRELIMO em Moçambique, o MPLA em Angola, e o ZANU-PF no Zimbábue. Estes partidos mantêm estreita ligação com os recursos do Estado, frequentemente utilizando-os em seu próprio benefício. Nesta categoria, incluem-se também partidos que, embora tenham sobrevivido à transição, passaram a fazer parte da oposição. É o caso do UNIP na Zâmbia e do MCP no Malawi, que se tornaram partidos da oposição após o processo de democratização. Em dois países africanos, no entanto, os partidos únicos não sobreviveram às pressões dos movimentos de oposição: Mali e Benim. Nestes casos, os partidos criados por movimentos militares radicais nos anos 1970 foram dissolvidos logo nos primeiros dias do processo de democratização.
2ª	Partidos históricos	A segunda categoria é composta pelos partidos históricos, que são organizações com várias décadas de existência, mas que estavam em grande parte inativas até à década de 1990, quando ressurgiram com a transição política. Esses partidos possuem um passado prestigioso que lhes confere alguma legitimidade, tendo sido ativos nos primeiros anos após a independência, antes de serem cooptados, exilados ou banidos pelos regimes de partido único. A UPC, nos Camarões, é um exemplo relevante, pois participou nas primeiras eleições multipartidárias de 1992. No entanto, a maioria dos partidos históricos não obteve sucesso. Por exemplo, em 1994, nenhum dos partidos liderados por exilados proeminentes no Malawi conseguiu assento no Parlamento. O principal desafio desses partidos reside na limitação dos seus recursos organizacionais e financeiros. Apesar da sua retórica pública, muitas vezes forte, eles são vulneráveis devido à base financeira frágil e às disputas internas entre os seus dirigentes.
3ª	Novos partidos	A terceira categoria refere-se aos novos partidos, aqueles que surgiram durante, ou imediatamente antes da transição política. Embora a maioria dos partidos em África seja efetivamente nova, considerando a sua data de fundação no contexto da transição, muitos deles possuem menos de meio século de existência. O que os distingue significativamente dos partidos em outras regiões, como na América Latina ou no Ocidente, é a sua juventude em termos históricos. Exemplos incluem o ADEMA no Mali. Em casos em que esses partidos conseguiram controlar o governo ou obter uma maioria parlamentar, saíram das eleições substancialmente reforçados, beneficiando-se do acesso aos recursos estatais, assim como os partidos governantes antes da transição. Isso resultou na reprodução dos mesmos padrões de clientelismo e controlo dos meios de comunicação para manter o poder. Contudo, nenhum desses novos partidos adotou o modelo de partido-Estado, no qual o partido é indistinguível do Estado, como era o caso com os antigos regimes de partido único.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Van de Walle e Buttler (1999)

Em suma, essas categorias de partidos ilustram as complexas dinâmicas políticas que surgiram após a transição para o multipartidarismo em África, refletindo, tanto a continuidade de práticas autoritárias, como a emergência de novas formas de competição política. A categoria dos novos partidos, apesar dos desafios mencionados, obteve algum sucesso eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias, garantindo assentos no parlamento. O

Benim, por exemplo, ilustra essa realidade, com onze partidos conquistando lugares no legislativo nas primeiras eleições de 1991, sendo que o maior partido obteve apenas doze assentos. No entanto, esses partidos enfrentaram dificuldades nas eleições subsequentes. Após as eleições de 1995, o número de assentos desses partidos caiu drasticamente, com catorze partidos que não tinham obtido representação na primeira legislatura conquistando pelo menos um lugar, enquanto oito partidos presentes na legislatura anterior não conseguiram manter qualquer assento (Van de Walle e Buttler, 1999).

Este capítulo visa sintetizar os padrões gerais que explicam o processo de transição política em África no último quartel do século XX, estabelecendo um pano de fundo para compreender como esses processos influenciaram a formação de partidos e sistemas partidários na África Subsaariana. Alguns países adotaram sistemas de partidos dominantes (como África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia, Tanzânia e Zimbábwe), enquanto outros desenvolveram sistemas bipartidários (como Gana e Cabo Verde). Em contrapartida, há países com sistemas partidários fragmentados, como Quênia, Benim, Lesoto e Malawi. No contexto moçambicano, por exemplo, após a primeira legislatura, o parlamento foi dominado pelo ex-partido único FRELIMO, juntamente com a RENAMO e, timidamente, a Coligação União Democrática - UD. Com o tempo, o sistema partidário, em Moçambique, consolidou-se em torno de dois principais partidos, FRELIMO e RENAMO, marginalizando as demais forças opositoras, que foram relegadas ao estatuto de partidos extraparlamentares. O sistema político só se alterou de forma significativa em 2009, com a entrada do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) no parlamento.

De forma geral, a atuação dos partidos políticos no continente, frequentemente marcada por lógicas clientelistas e neopatrimoniais, dificulta aqueles que não conseguiram garantir representação parlamentar nas primeiras eleições. A presença no parlamento oferece não apenas uma plataforma para a exposição de ideias e debate multipartidário, mas também um acesso vital aos recursos estatais, fundamentais para a sobrevivência política dos partidos.

Entretanto, importa referir que o estudo da transição política em África enfrenta desafios epistemológicos significativos, como sugere Macamo (2002). O primeiro desafio é a própria realidade empírica: embora se reconheçam transformações políticas substanciais no continente é raro identificar uma transição que represente uma rutura clara com as práticas autoritárias do passado. Em muitos casos, a transição foi mais formal do que substancial, com mudanças limitadas no *modus operandi* dos estados ao longo do tempo. O segundo desafio reside na falta de clareza em torno dos termos usados para descrever a transição; muitas vezes, assume-se que o processo de transformação é uma prova de transição política. O terceiro desafio refere-se à ausência de consenso sobre o tipo de regime que substituiria os antigos regimes autoritários africanos (Macamo, 2002). O cenário político do continente é heterogêneo, variando desde a cleptocracia de Mobutu no antigo Zaire até o puritanismo

moral e ideológico da FRELIMO no pós-independência em Moçambique. Finalmente, um quarto pressuposto problemático refere-se ao debate em torno da cultura política africana, que, segundo alguns autores, comprometeria o êxito da democratização (Macamo, 2002; Lynch e Crawford, 2011; Doorenspleet e Nijzink, 2014).

O reconhecimento desses pressupostos e das limitações empíricas ajudou a moldar novas abordagens analíticas sobre a democratização e a política multipartidária em África. Inicialmente, acreditava-se que a abertura para o multipartidarismo seria uma condição suficiente para tornar os países africanos mais democráticos e economicamente desenvolvidos. Esse otimismo foi visível no início dos anos 1990, quando muitos estados africanos reformaram a sua constituição para incluir disposições democráticas. De 1990 a 2015 foram realizadas 185 eleições presidenciais e 207 eleições legislativas em cerca de 46 países africanos, com exceção de Eritreia, Somália e Suazilândia (atualmente Eswatini), que não convocaram eleições nacionais competitivas nesse período (Bleck e Van de Walle, 2019).

A ascensão de regimes que aparentam ser democráticos, mas mantêm práticas autoritárias, exigiu o desenvolvimento de novos termos para descrever tais contextos. Pesquisadores passaram a classificar esses regimes como “regimes autoritários competitivos” (Levitsky e Way, 2010), “regimes de zona cinzenta” (Carothers, 2002), “regimes híbridos” (Diamond, 2002), ou “quase-democracias” (Cheeseman, 2015). Embora estes rótulos sejam úteis para categorizar regimes, eles não capturam completamente as diferenças e nuances entre os estados que compartilham características semelhantes.

Apesar das dificuldades no processo de institucionalização da democracia, existem exemplos de eleições livres e justas em alguns estados africanos, classificados como democracias plenas, onde as instituições são credíveis e confiáveis. No entanto, mesmo nesses casos, muitos sistemas políticos africanos continuam a ser marcados por abusos de poder e pela limitação dos direitos políticos dos cidadãos (Bleck e Van de Walle, 2019).

Embora as estruturas partidárias nacionalizadas sejam uma aspiração para os partidos que buscam o poder, nem todos os partidos possuem a capacidade de construir essas operações. Quando o multipartidarismo ressurgiu em África no início dos anos 1990, fê-lo num contexto pós-colonial e pós-autoritário, com uma sociedade civil fraca e uma economia estática, concentrando o poder político e económico nas mãos de elites locais e nacionais poderosas (Van de Walle e Buttler, 1999; Chabal e Daloz, 1999). Embora o otimismo inicial tenha caracterizado a década de 1990, a experiência de transição tem mostrado que a mera existência de partidos multipartidários não garante automaticamente a democratização. Os antigos partidos únicos demonstraram uma notável capacidade de adaptação ao novo ambiente, criando sistemas multipartidários que preservam a continuidade no poder, frequentemente por meio de práticas clientelistas e neo-patrimoniais (Van de Walle e Buttler, 1999; Sanches, Macuane e Dendere, 2019).

Em resumo, a dinâmica da competição política na África Subsaariana continua a ser desafiada por estruturas partidárias fracas e pelo domínio de sistemas partidários clientelistas. Esse contexto reflete-se nas dificuldades de efetiva alternância política e nas limitações do processo de democratização em muitos países do continente (Cheeseman, 2015).

Os estudos anteriores, que analisam um número significativo de eleições no continente africano, como os de Bogaards (2004), que investigou 18 países, e Bleck e Van de Walle (2019), que examinaram mais de 500 eleições gerais entre 1990 e 2015, propõem uma classificação dos partidos dominantes em duas variantes. Primeiramente, há os casos em que o partido único negociou a sua transição para a competição eleitoral regular nos anos 90, legalizando os partidos da oposição, mas sem realizar outras concessões políticas significativas que pudessem ameaçar a sua permanência no poder. Esses antigos partidos únicos conseguiram manter-se dominantes ao combinar eleições regulares com um campo de jogo desigual, que lhes conferiu várias vantagens devido à incumbência. Exemplos de autocracias eleitorais que ilustram essa dinâmica incluem Camarões, Chade, Guiné Equatorial, Gabão, Tanzânia e Togo, onde o partido único permanece dominante, frequentemente com o auxílio de práticas antidemocráticas.

A segunda variante envolve os partidos dominantes que surgiram de movimentos de libertação. Os partidos provenientes das ex-colônias portuguesas e do sul da África, como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a FRELIMO em Moçambique, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o PAICV em Cabo Verde, o Zimbabwe African National Union – Patriotic Front (ZANU-PF) no Zimbabwe a South West African People’s Organization (SWAPO) na Namíbia e o Congresso Nacional Africano (ANC) na África do Sul, constituem exemplos de partidos que, apesar de suas origens, conseguiram manter uma posição dominante, com algumas exceções. O PAICV, a SWAPO e o ANC mantiveram-se no poder por meio de eleições relativamente livres e justas, enquanto outros, como o ZANU-PF, o MPLA e a FRELIMO, recorreram à manipulação e coerção antidemocrática para assegurar a sua permanência no poder (Sanches, 2014; Cheeseman, 2015; Riedl, 2018; Morse, 2019; Bleck e Van de Walle, 2019).

A literatura também registra um conjunto de estudos sobre partidos autoritários sucessores e o grau de institucionalização dos sistemas partidários, demonstrando uma grande variação nos resultados políticos desses sistemas (LeBas, 2018; Riedl, 2018). A análise dos partidos autoritários no poder na região da África Subsaariana após a introdução da democracia multipartidária nos anos 1990 revela três caminhos distintos. Primeiro, muitos desses partidos presidiram transições para eleições sem perder o poder, consolidando regimes híbridos ou autoritários competitivos. Esses partidos resistiram a uma maior abertura política, mesmo quando o domínio eleitoral parecia assegurado, como na Etiópia, Tanzânia

e Uganda. Em segundo lugar, vários ex-partidos autoritários perderam o poder para rivais após a transição para a democracia, entrando em declínio devido à deserção de membros e candidatos. Por fim, alguns desses partidos conseguiram adaptar-se aos novos contextos, tornando-se partidos autoritários sucessores bem-sucedidos, mantendo-se competitivos nas eleições subsequentes e até recuperando maiorias parlamentares e o controlo executivo (LeBas, 2018).

Com base nos estudos anteriores, é possível identificar explicações que podem ser aplicadas ao estudo da nacionalização dos partidos e sistemas partidários. Parte-se do pressuposto de que a permanência de partidos políticos dominantes, ou ex-movimentos de libertação no poder por longos períodos pode ser explicada pelas trajetórias desses partidos, desde o período autoritário ou de regime de partido único até a fase de transição. Esses partidos conseguiram transcender clivagens sociais, económicas, étnicas, religiosas e linguísticas na sociedade (Bratton e Van de Walle, 1997; Lindberg, 2006; Doorenspleet e Nijzink, 2013). Isso significa que padrões de cultura política podem reforçar a posição dos partidos dominantes, sustentados pelas experiências vividas pelos seus líderes, membros e eleitores. Além disso, a relação entre o desempenho do governo e a decisão de voto do eleitorado, bem como a capacidade dos partidos incumbentes de controlar as instituições eleitorais, constitui uma linha explicativa relevante para o desempenho eleitoral e, consequentemente, para a nacionalização dos partidos e sistemas partidários.

Na África do Sul, por exemplo, a insatisfação com o desempenho do governo, geralmente, resulta em protestos e agitação social, mas raramente ameaça os resultados eleitorais do ANC, especialmente nas eleições nacionais. A fragilização do desempenho governamental pode ter consequências eleitorais ao nível regional ou local, mas no cenário nacional, os eleitores insatisfeitos tendem a abster-se de votar ou continuar a apoiar o partido no poder, dado que a oposição não se apresenta como uma alternativa viável (Piombo e Nijzink, 2005; Doorenspleet e Nijzink, 2013)²³.

Os estudos de Piombo e Nijzink (2005) e, Doorenspleet e Nijzink (2013) são importantes, mas não conseguem explicar adequadamente como os laços afetivos com o partido dominante podem ser mantidos ao longo do tempo, especialmente com o surgimento de uma nova geração de eleitores. A evolução desses laços, com base em fatores emocionais ou históricos, pode ser desafiada pela dinâmica das novas gerações e investigações futuras são necessárias para entender como esses vínculos são renovados ao longo do tempo.

²³ Ainda que este argumento tenha sido desafiado nas eleições de 2024, em que o African National Congress (ANC) perdeu a maioria absoluta e teve de recorrer a uma coalização para governar, aliando-se ao seu rival Democratic Alliance (DA) e ao Inkatha Freedom Party (IFP). - <https://www.chathamhouse.org/2024/06/south-africas-new-coalition-government-heralds-change-region-and-its-leaders> – consultado a 26 de Julho de 2025.

Além dos laços afetivos, este estudo também considera as estratégias de coerção adotadas pelos partidos políticos, como episódios de fraude eleitoral, abuso de recursos estatais para financiar campanhas do governo, compra de votos, suborno de funcionários eleitorais, repressão a grupos da sociedade civil e oposição, falsificação de resultados eleitorais e enchimento de urnas, como meios de garantir a permanência no poder (Piombo e Nijzink, 2005) e Doorenspleet e Nijzink (2013).

Do ponto de vista da relação entre o partido e a sociedade, a literatura aponta para uma dinâmica fundamentalmente clientelista. Nesse modelo, líderes de partidos políticos de nível nacional buscam apoio de líderes locais com influência nas suas regiões. Esses líderes locais obtêm votos por meio da sua autoridade e contactos pessoais, entregando-os ao partido nacional que, por sua vez, recompensa os seus representantes locais com benefícios, como alocações económicas ou apoio do governo central em conflitos locais (Clapham, 1985; Van de Walle, 2003; Van de Walle, 2007; Stokes et al., 2013).

Este capítulo apresentou uma análise das principais conjunturas históricas que influenciaram a formação e evolução dos partidos políticos e sistemas partidários no continente africano, desde o período das lutas pela independência, passando pela construção do Estado pós-colonial até à introdução das reformas democráticas na década de 1990, que tiveram início no Benim e na Zâmbia, e expandiram-se para outros países. A reflexão apresentada destaca a importância dos fatores históricos, etnolinguísticos e regionais para a compreensão do fenómeno em estudo, particularmente no que se refere à nacionalização dos partidos e sistemas partidários. O capítulo seguinte dedicará uma análise mais aprofundada dos padrões de nacionalização dos partidos e sistemas partidários na África Subsaariana abordando, tanto a análise quantitativa, quanto qualitativa desse fenómeno.

CAPÍTULO IV - PADRÕES DE NACIONALIZAÇÃO DOS PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS AFRICANOS

Este capítulo analisa a nacionalização dos partidos e sistemas partidários na região subsaariana. Para o efeito, pretende-se responder a duas questões centrais: (i) *Qual é o grau de nacionalização dos partidos e sistemas partidários na África Subsaariana?* e (ii) *Que fatores explicam as variações, ao longo do tempo, entre países?* Estas duas questões apresentadas nos capítulos anteriores, serão investigadas de duas formas. Primeiro, de forma mais descritiva, através da apresentação de diferenças em termos de nacionalização dos partidos e sistemas partidários no conjunto dos casos analisados. Subsequentemente serão explorados os fatores explicativos das tendências e variações observadas.

A análise é feita a partir da análise comparativa de 27 países africanos, totalizando um universo de 242 partidos políticos observados que participaram em eleições consecutivas entre 1994-2019. A mensuração da nacionalização dos partidos e sistemas partidários, como referido anteriormente, é feita com base no coeficiente de Gini proposto por Bochsler (2004, 2010), que afere o grau de variância territorial do voto ao nível dos partidos e dos sistemas partidários (varia entre 0: baixa nacionalização e 1: elevada nacionalização). Esta medida já foi aplicada em várias pesquisas anteriores, incluindo em África, e é sensível às variações no tamanho das unidades territoriais (Jones e Mainwaring, 2003; Morgenstern, Swidle e Castagnola, 2009; Bochsler, 2009, 2010; Wahman, 2015 e; Golosov, 2014, 2016).

4.1. Tendências de nacionalização

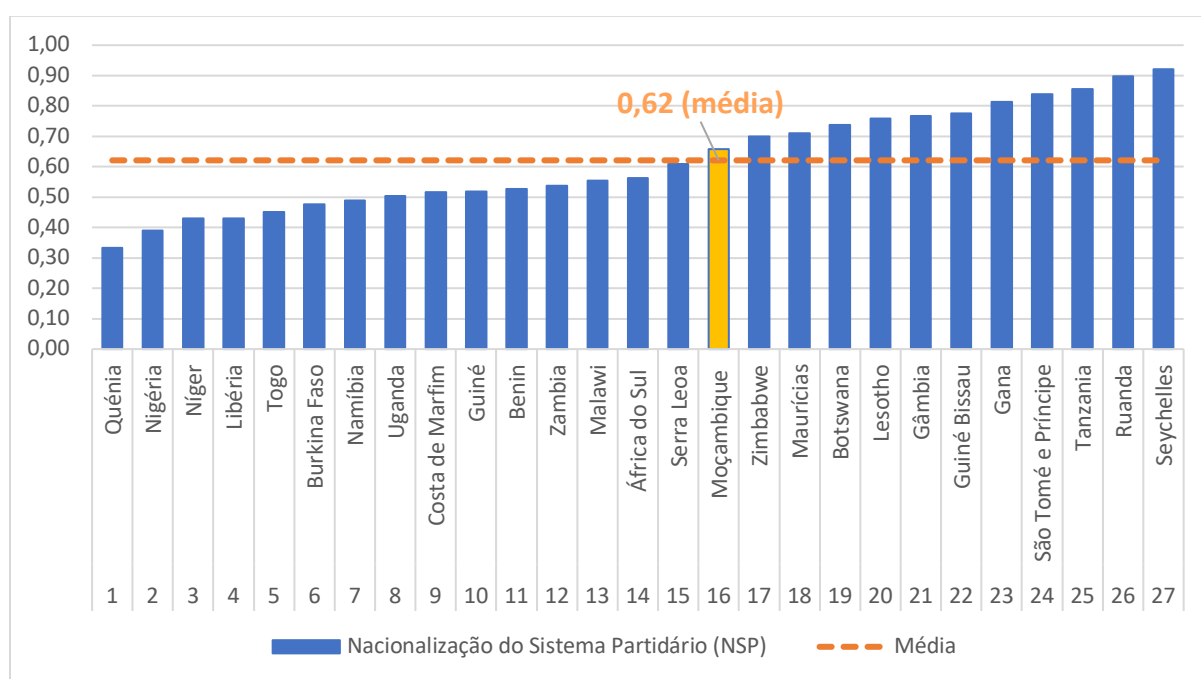
Nesta secção, responde-se à questão: *qual é o grau de nacionalização dos partidos e sistemas partidários na África Subsaariana?*

Para isto apresentamos várias figuras e tabelas descritivas com informação sumária que nos permita observar diferenças de NP e NSP entre países. A informação mais detalhada pode ser consultada no anexo (ver anexo - A6).

Na figura 3 apresentamos o índice de NSP em diferentes países. Conforme anteriormente referido, a amostra inclui regimes livres, não livres e parcialmente livres, refletindo a diversidade de contextos na região. Os dados são agregados (valores médios) considerando todos os anos observados por cada país. Na figura 4 apresentamos dados sobre partidos nacionalizados e não nacionalizados, fazendo uma agregação dos *scores* de modo que se observe a tendência da nacionalização no continente, tomando como amostra 27 países. Do universo dos países analisados, obteve-se uma média de nacionalização de sistemas de 0,62; sendo que apenas dois países se localizam próximos desta média: a serra Leoa, com

um score abaixo da média, e Moçambique, ligeiramente acima, mas não em níveis significativamente superiores. Neste contexto, Moçambique foi selecionado como um caso paradigmático, pelas razões anteriormente mencionadas, relativas ao facto de estar situado na média africana, bem como reunir características que permitam o aprofundamento da sua análise para posterior compreensão do contexto da região subsaariana, dentre elas experiência de guerra civil, instabilidade e conflitos pós-eleitorais, uma enorme variação da nacionalização dentro do território nacional, consolidação de um sistema de partido dominante, bem como outros fatores estruturais relacionados com a própria estrutura económica e social do país, que são aprofundadas mais adiante.

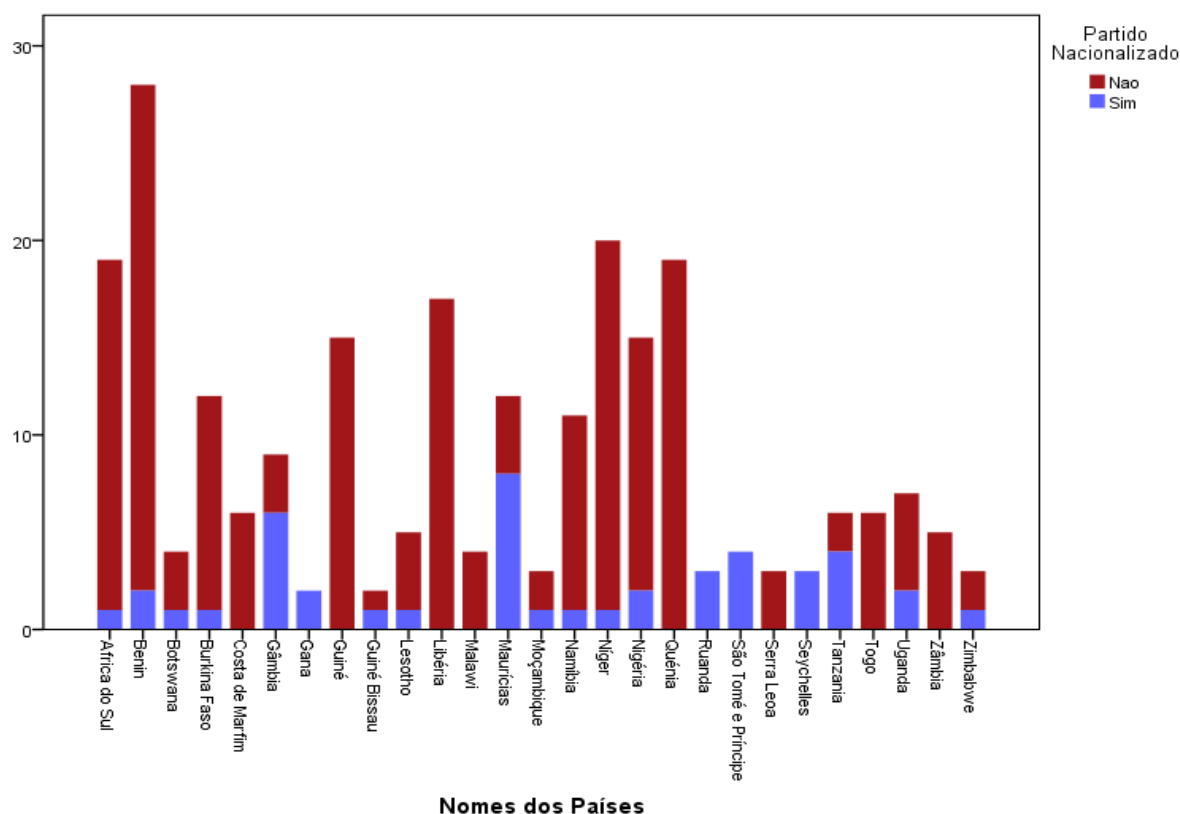
Figura 3: Nacionalização do sistema partidário na África Subsaariana



Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados da figura 3 indicam uma enorme variação nos níveis de NSP entre países. Os índices mais elevados (> 0,8) são observados em países como Serra Leoa, Ruanda, Tanzânia, São Tomé e Príncipe e Gana. Complementarmente, a figura 4 demonstra que todos os partidos em países como Gana, Ruanda, São Tomé e Príncipe e, Seychelles apresentam elevados índices de NP, ou seja, todos os partidos têm índices de nacionalização iguais ou superiores a 0,8. Na Tanzânia, embora existam partidos não nacionalizados, a maior parte dos partidos que participam em eleições exibe índices de nacionalização acima de 0,80. Também em países com níveis ligeiramente mais baixos de NSP, como Gâmbia, Maurícias, os partidos estão, na sua maioria, nacionalizados.

Figura 4: Comparação do número de partidos nacionalizados e não nacionalizados por país.



No extremo oposto, países como Comores, Quênia, Nigéria, Níger, Togo e Burkina Faso, apresentam os níveis mais baixos de NSP (inferior ao ponto médio da escala <0,5). Quando olhamos para a figura 4, compreendemos que, nestes países, a maioria dos partidos não estão nacionalizados.

Os dados das Figuras 3 e 4, permitem-nos perceber uma enorme variação no conjunto de países aqui analisados. Essas variações podem ser explicadas por vários fatores. Abaixo (tabelas 12 e 13) são apresentadas as características dos países com altos índices de nacionalização (> 0,80) e os que apresentam baixos índices de nacionalização (<0,50), respetivamente.

Com exercício descritivo, pretendemos começar a olhar para algumas das variáveis que iremos testar na secção seguinte.

Tabela 12: Características dos países com altos índices de nacionalização de sistemas partidários

Pais	Estrutura Administrativa	Grupos Religiosos	Financiamento de Campanha	Sistema de Governo	Tipo de Parlamento	Alternância de Poder	Tipo de Democracia	Índice de Nacionalização
Gana	Estado Unitario	CMT0	Privado	Semi-presidencialista	Unicameral	Sim	Livre	0,8125
Ruanda	Estado Unitario	CMO	Público e privado	Presidencialista	Bicameral	Nao	Nao Livre	0,8983
Sao Tome e Principe	Estado Unitario	CO	Público	Semi-presidencialista	Unicameral	Sim	Livre	0,8382
Seychelles	Estado Unitario	CHMO	Público e privado	Presidencialista	Unicameral	Nao	Livre	0,922
Tanzania	Estado Unitario	CMT0	Público e privado	Presidencialista	Unicameral	Nao	Parcialmente Livre	0,855

Nota: Optou-se por indicar a primeira letra da religião mais predominante de cada país - CMT0= Católica, Muçulmana, Tradicionais e Outros; CO = Católicos e Outros CHMO= Católicos, Hindú, M = Muçulmana e O = Outros (agregando as categorias religiosas menos relevantes).

A tabela 12 revela que os países com elevados índices NSP são, na sua maioria, estados unitários, com parlamentos unicamerais e têm elevados níveis de democracia. A exceção é o Ruanda que, apesar de ser uma democracia não livre, apresenta índices elevados de nacionalização, o que pode ser explicado por vários fatores históricos que influenciaram na construção, bem como na capacidade do Estado/Governo controlar as diferentes instituições, incluindo as eleições. Verifica-se que a maioria não observou alternância no poder. Em relação aos grupos religiosos, verifica-se que as duas religiões predominantes são o catolicismo e o islamismo. Em relação ao financiamento de campanhas/partidos, observa-se que o financiamento exclusivamente público apresenta um efeito negativo sobre o grau de nacionalização, embora este efeito não seja estatisticamente significativo (ver tabela 15). Por outro lado, o financiamento misto (público-privado), demonstra um efeito positivo e estatisticamente significativo ($p < 0,05$) na nacionalização partidária, quando comparado com o financiamento privado.

Tabela 13: Características dos países com baixos índices de nacionalização de sistemas partidários

País	Estrutura Administrativa	Grupos Religiosos	Financiamento de Campanha	Sistema de Governo	Tipo de Parlamento	Alternância de Poder	Tipo de Democracia	Índice de Nacionalização
Namíbia	Estado Unitário	CTO	Público e privado	Presidencialista	Bicameral	Não	Livre	0,4899
Burkina Faso	Estado Unitário	MTCO	Público e privado	Semi-presidencialista	Unicameral	Não	Parcialmente Livre	0,4767
Liberia	Estado Unitário	CMO	Privado	Presidencialista	Bicameral	Não	Parcialmente Livre	0,4311
Níger	Estado Unitário	COM	Público e privado	Semi-presidencialista	Unicameral	Não	Parcialmente Livre	0,4309
Nigéria	Estado Federal	COM	Privado	Presidencialista	Bicameral	Sim	Parcialmente Livre	0,3905
Quênia	Estado Unitário	CMTO	Público e privado	Presidencialista	Bicameral	Sim	Parcialmente Livre	0,3327
Togo	Estado Unitário	CTMO	Público e privado	Presidencialista	Unicameral	Não	Parcialmente Livre	0,4517

Nota: Optou-se por indicar a primeira letra da religião mais predominante de cada país - CMTO= Católica, Muçulmana, Tradicionais e Outros; CO = Católicos e Outros CHMO= Católicos, Hindú, Muçulmana e Outros.

Relativamente aos países com baixos índices de nacionalização de sistemas partidários, a tabela 13 resume o conjunto de países situados abaixo da média ($\leq 0,50$), sendo que a característica predominante entre eles é a estrutura administrativa do estado unitário, com exceção da Nigéria, que é um Estado Federal. Cinco dos sete países aqui representados são presidencialistas e tem financiamento público e privado de campanha/partidos. O tipo de democracia predominante é, na sua maioria, parcialmente livre, com exceção da Namíbia, que é classificada como uma democracia livre em África. As demais variáveis não apresentam um padrão regular entre os países, não sendo, portanto, destacadas para possíveis discussões mais profundas. Um ponto a destacar é que, embora a religião católica seja a mais predominante, o segundo grupo religioso varia de forma inconsistente entre os países, o que pode indicar uma maior diversidade religiosa e, consequentemente, influenciar a nacionalização dos sistemas partidários.

As tabelas 12 e 13 não são conclusivas, no sentido em que não sobressaem fatores de destaque como sendo os determinantes. Embora se note nos países com baixa NSP uma combinação de presidencialismo com parlamentos bicamerais e menos episódios de alternância no poder. Assim, a análise da regressão será necessária para isolar os fatores relevantes.

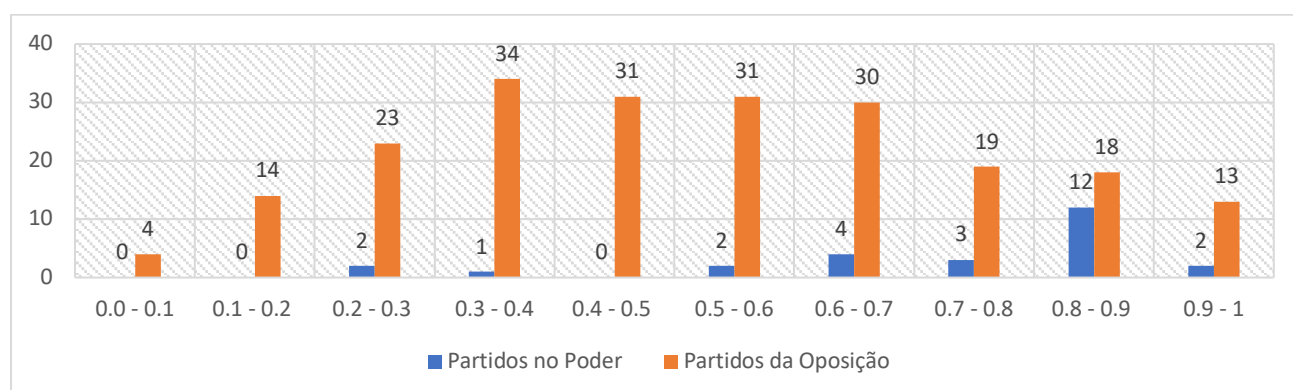
A figura 5 ilustra a variação do grau de nacionalização dos partidos incumbentes na amostra e período analisado. O gráfico foi construído com o propósito de evidenciar a distribuição dos partidos consoante os seus níveis de nacionalização, sendo o índice representado numa escala contínua entre 0,0 e 1,0, conforme assinalado na base da figura. De forma geral, verifica-se que os partidos incumbentes tendem a apresentar níveis mais elevados de nacionalização em comparação com os partidos da oposição. A concentração

mais significativa dos partidos incumbentes situa-se no intervalo compreendido entre 0,8 e 1,0, totalizando 14 partidos.

Em contraste, os partidos da oposição, cuja quantidade é naturalmente superior à dos partidos incumbentes, o que explica a sua maior representação nas diversas faixas da escala, revelam uma distribuição inicial em patamares inferiores de nacionalização, nomeadamente no intervalo entre 0,0 e 0,02, que agrega 18 partidos. Importa destacar que o intervalo entre 0,3 e 0,7 corresponde à faixa com a maior concentração de partidos da oposição, perfazendo um total de 126 partidos, sendo partidos considerados com baixos níveis de nacionalização.

Não obstante esta tendência geral, observam-se exceções relevantes: alguns partidos da oposição registam níveis elevados de nacionalização, 31 partidos, contra 14 partidos incumbentes localizados no intervalo entre 0,8 e 1,0.

Figura 5: Nacionalização dos partidos incumbentes ao longo do tempo e nacionalização dos partidos da oposição ao longo do tempo



Fonte: Elaborado pelo autor

Portanto, em alguns casos, os partidos incumbentes apresentam índices de nacionalização mais baixos do que os da oposição. Exemplos disso são o partido Basutoland Congress Party (BCP) no Lesoto, com um índice de 0,65, o partido Convention for the Renewal of the Comoros (CRC) nas Comores, com 0,32, e o Liberia Destiny Party (LPD) na Libéria, com 0,31. Estes casos ilustram a diversidade dos padrões de nacionalização entre os diferentes tipos de partido, ainda que vençam as eleições, podem apresentar características de partidos regionalizados cuja expressão do seu apoio eleitoral possa ocorrer.

Por fim, consideramos a variação da NP, num conjunto de países com partidos dominantes, o que permitirá uma primeira incursão na realidade moçambicana, por comparação a outros casos com sistemas partidários semelhantes. A tabela 14 apresenta a média de nacionalização por partido durante o período do estudo. Vale a pena destacar que os dois exemplos de regimes livres mencionados, a África do Sul e o Botswana, deixaram de

ter sistemas de partidos dominantes²⁴ em 2024, período que está além do escopo temporal desta pesquisa.

Tabela 14: Nacionalização partidária em países com sistema de partido dominante

País	Partidos	NP	Regime
Moçambique	FRELIMO	0,80	Parcialmente Livre
	RENAMO	0,66	
	MDM	0,47	
Tanzânia	CCM	0,96	Parcialmente Livre
	CHADEMA	0,90	
	CUF	0,71	
	TLP	0,98	
	UDP	0,97	
	ACT	0,61	
Zimbabwe	ZANU	0,83	Não Livre
	MDC_T	0,77	
África do Sul	ANC	0,84	Livre
	NP	0,70	
	IFP	0,20	
	VF_FF	0,62	
	DP	0,58	
	PAC	0,73	
	AMCP	0,71	
	FA	0,62	
	MF	0,29	
	AEB	0,78	
	AZOPO	0,72	
	DA	0,60	
	COPE	0,60	
	ID	0,34	
	UDM	0,40	
	UCDP	0,28	
	ACP	0,71	
	NNP	0,39	
	EFF	0,61	

²⁴ Na África do Sul, o ANC em 2024, perdeu a maioria no parlamento nacional, obtendo cerca de 40% dos votos, o que levou à coalizão governativa mantendo o ANC no poder. No Botswana, em 2024, o Botswana Democratic Party perdeu a hegemonia que mantinha desde a independência. O partido Umbrella for Democratic Change obteve a maioria parlamentar nas eleições de 2024.

Botswana	BDP	0,87	Livre
	BNF	0,68	
	BCP	0,62	
	UDC	0,78	

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se que, em sistemas de partidos dominantes, há uma tendência predominante de os partidos no poder apresentarem médias de nacionalização superiores às da oposição. Por exemplo, no Zimbabwe, um caso de regime não livre/autoritário com sistema de partido dominante, o Zimbabwe African Nation Union - Patriotic Front (ZANU-PF) mantém uma média de nacionalização em torno de 0,83, enquanto o Moviment for Democratic Change (MDC) alcança 0,77. Já em regimes parcialmente livres, como a Tanzânia, o partido no poder, Chama Cha Mapinduzi (CCM), apresenta uma média de 0,96, seguido pelo The Party for Democracy and Progress (CHADEMA) com 0,9 e; The Civic United Front (CUF) com 0,71. Em Moçambique, a FRELIMO possui níveis de nacionalização em torno de 0,80, enquanto a RENAMO situa-se em 0,66 e o MDM em 0,47.

Note-se que, em termos de NSP, Moçambique não possui os níveis mais altos de África, situando-se na média do continente, mas quando se observa a nacionalização ao nível dos partidos, o domínio da FRELIMO é mais evidente, reforçando o argumento de que a trajetória histórica do processo de construção do Estado concorre para o reforço da nacionalização do partido no poder em níveis relativamente superiores aos da oposição, como aliás será discutido de forma mais detalhada no capítulo seguinte sobre o estudo de caso de Moçambique.

Além disso, a análise dos gráficos revela que os partidos no poder mostram uma maior frequência de nacionalização entre 80% e 90%. Em contraste, na figura 5, os partidos da oposição apresentam predominantemente índices de nacionalização variando entre 30% e 70%. Considerando o intervalo de 80% como o limite inferior para partidos altamente nacionalizados, conforme adotado nesta pesquisa. Observa-se que a maioria dos partidos altamente nacionalizados são, de facto, os partidos incumbentes, conforme demonstrado na figura 5.

4.2. Fatores explicativos da nacionalização

A secção anterior demonstra que existem diferenças na NP e NSP. Nesta secção queremos explicar as variações observadas, respondendo assim à questão: Que fatores explicam as variações ao longo do tempo entre os países? Concretamente, iremos testar quatro hipóteses principais:

- *H1: Partidos incumbentes têm níveis mais elevados de nacionalização do que os partidos da oposição.*
- *H2: Quanto maior o grau de diversidade etnolinguística no território, menor é o nível de nacionalização de partidos e sistemas partidários.*
- *H3: Quanto maior o grau de descentralização, menor o grau de nacionalização dos partidos e sistemas partidários*
- *H4: O financiamento público de campanhas eleitorais tende a reforçar a capacidade de nacionalização dos partidos e sistemas partidários.*

Para o efeito, a análise da nacionalização será feita segundo dois modelos: na primeira etapa, através da aplicação do modelo de regressão logística para aferir em que medida os fatores considerados influenciam os índices de nacionalização dos partidos políticos. A segunda etapa, que se baseia numa análise gráfica de interação, produzida através da plataforma de análise de dados *R*, procura estabelecer uma análise comparativa dos índices de nacionalização de sistemas partidários que compara as características sociodemográficas, políticas e económicas dos países. A opção pela análise gráfica permitiu demonstrar a interação entre os fatores nos índices de nacionalização do sistema partidário, respeitando o princípio de parcimónia em que as variáveis dependentes devem existir num número ótimo, não sendo o caso nesta de 27 países, conforme já explicado no capítulo da metodologia.

4.2.1 Primeira etapa: análise da nacionalização de partidos políticos

Para efetuar esta análise, estimamos modelos de regressão logística para a variável de NP por forma a facilitar o contraste entre os padrões observados: partido “nacionalizado” e “não nacionalizado”. Assim, teremos uma variável dependente dicotómica designada Partido Nacionalizado (PN) com as categorias “sim” para o partido que tiver a classificação de nacionalização igual ou superior a 0.80 e “não” caso contrário.

Em pesquisas anteriores, não foram definidos padrões em termos numéricos para a determinação de partidos nacionalizados ou não nacionalizados. A nossa escolha pelo valor

de 0.8 permite-nos estimar o que explica elevados níveis de nacionalização, no entanto colocamos no Anexo - A8 resultados com um *threshold* mais baixo. Além disto, a opção de dicotomização da variável dependente assumida nesta tese permite maior sistematização dos resultados e contraste de categorias e efeitos. Recordando o que foi dito anteriormente, a análise contempla as variáveis independentes partido no poder, grupos etnolinguísticos, grupos religiosos, estrutura administrativa, financiamento de campanha, e as variáveis de controlo desempenho macroeconómico, tipo de parlamento, total de população, tipo de democracia e alternância de poder.

Como a variável dependente é binária, alguns pressupostos do modelo de mínimos quadrados são violados (homoscedasticidade, linearidade e normalidade) e as estimativas podem possuir algum grau de inconsistência. Importa também referir que a análise revelou que apenas 53,4% da variação na nacionalização dos partidos é explicada pelas variáveis incluídas no modelo, indicando com isso que outros fatores não observados também desempenham um papel significativo.

Começamos por apresentar um modelo de regressão, cuja variável dependente é o índice de Nacionalização dos Partidos Políticos (NP) e as variáveis independentes, conforme descrito na tabela 4, na página 46 (matriz de regressão).

Tabela 15: Modelo explicativo de nacionalização dos partidos (regressão logística)

Variável	Coefficiente (β)	Erro Padrão	Teste Z	P. Valor
Intercept	25,59	2284,11	0,01	0,99
Partido no Poder (1= sim)	2,94****	0,64	4,61	0,00
Estrutura Administrativa (0= Estado Unitário, 1=Federado)	-14,66**	6,94	-2,11	0,03
Grupos étnicos (n.º)	0,05****	0,02	3,29	0,00
Grupos Linguísticos	-0,15****	0,05	-3,18	0,00
GR CMTO ²⁵	-10,12	2284,10	0,00	1,00
GR CO	-15,35	2284,10	-0,01	0,99

²⁵ GR = Grupos Religiosos, sendo as categorias CMTO cujo significado já foi explicado na metodologia (CMTO= Católica; Muçulmana; Tradicionais e Outros; CO = Católicos e Outros CHMO= Católicos, Hindú, M = Muçulmana e O = Outros (agregando as categorias religiosas menos relevantes).

GR CTMO	-17,87	2284,11	-0,01	0,99
GR CTO	-13,78	2284,10	-0,01	1,00
GR HCMO	-18,67	2284,10	-0,01	0,99
GR MC	-32,87	3022,69	-0,01	0,99
GR COM	-10,95	2284,10	-0,01	1,00
GR MTCO	-13,10	2284,10	-0,01	1,00
Desempenho macroeconómico	0,05*	0,03	1,88	0,06
Financiamento político/partidos (a) (1=Público)	-0,86	1,62	-0,54	0,59
Financiamento campanhas/partidos (1= Privado)	2,74**	1,21	2,26	0,02
Parlamento (1=Unicameral)	4,07***	1,56	2,61	0,01
Tamanho da população	-0,17****	0,06	-3,10	0,00
Regime não livre (b)	-1,94	1,94	-1,00	0,32
Regime parcialmente livre	-4,11**	1,89	-2,17	0,03
Alternância de poder (1=Sim)	4,43**	2,01	2,21	0,03
Número de observações n =	242			
R ² =	53,4%			

Fonte: Elaborado pelo autor. Notas: Nível de significância: *p <0,10, ** p <0,05, *** p <0,01, **** p<0,001.

GR = Grupo religioso. (a) Categoria de referência é “público e privado”. (a) Categoria de referência é “livre”. A variável GR = grupo religioso é importante para o modelo, apesar de não ser estatisticamente significativo (p. valor> 0,05). O Erro padrão é elevado porque os coeficientes da variável grupos religiosos são também elevados.

Observamos que o valor do coeficiente da variável partido no poder ($\beta = 2.94092$) tem sinal positivo, o que significa que os partidos políticos incumbentes têm maior probabilidade de se nacionalizar quando comparado com os partidos na oposição. Os resultados são estatisticamente significativos (p <0.001), pelo que confirmamos a H1, o que está em linha, quer com estudos sobre África (Wahman, 2015), quer com estudos realizados noutras regiões do mundo (por exemplo, Bochsler, 2006; Ziblatt, 2006; Mainwaring e Pérez-Liñán, 2016; Lupo e Oliveros, 2015). Um partido no poder tem em média 0.177 vezes mais chances de se nacionalizar em relação a partidos na oposição. Isto é, os partidos no poder têm mais chances de se nacionalizar em relação à oposição, o que não é, de facto, uma descoberta nova. Este elemento já tinha sido discutido por Golosov (2014), que vem confirmar uma das hipóteses desta tese, que defende que os partidos no poder têm maiores chances de se nacionalizar

em relação à oposição devido à capacidade e poder que estes partidos têm de controlar as instituições e recursos do Estado.

Assim, demonstramos que os partidos incumbentes mantêm níveis de nacionalização relativamente altos, apesar de haver exceções, conforme descrito na secção anterior, o que confirmamos resultados inicialmente observados.

No que diz respeito à H2, os resultados apresentam feitos heterogêneos para as três variáveis que utilizamos para testar esta hipótese. Enquanto a diversidade étnica tem efeito negativo significativo, a diversidade religiosa não tem efeito significativo, tendo mesmo um efeito nulo (embora se comporte no sentido esperado, efeitos negativos) e, finalmente, a diversidade linguística desafia as nossas expectativas. Com efeito, a diversidade linguística tem um efeito positivo. Tal pode indicar diferentes formas através das quais os partidos mobilizam estes diferentes atributos. Tais resultados corroboram estudos anteriores que apontam a diversidade étnica e linguística como um fator fortemente associado às dinâmicas de organização e distribuição do apoio eleitoral dos partidos ao longo do território. Em contextos marcados por maior heterogeneidade étnica ou linguística, a nacionalização partidária tende a ser mais difícil, dado que os partidos, frequentemente, se estruturam com base em apoios de carácter étnico ou regional, o que limita o seu alcance nacional. Em contraste, nos países com menor diversidade nessas dimensões, os partidos encontram maior facilidade para alcançar um perfil nacionalizado (Wahman, 2015). Esta tendência é igualmente observada em investigações realizadas noutros contextos, como demonstrado por Ordeshook e Shvetsova (1994); Chhibber e Kollman (2004); Caramani (2004) e Boschler (2006, 2010).

Sendo a H2 uma das hipóteses fundamentais para a compreensão do desenvolvimento dos partidos políticos em África (Erdmann, 2004; Erdmann, Elischer e Stroh, 2004; Basedau, 2007, 2008; Elischer, 2013), os resultados referentes à nacionalização partidária evidenciam que as estruturas étnicas, linguísticas e religiosas podem, tanto contribuir para a estabilidade e paz, como também gerar efeitos inversos, dependendo do contexto. Neste sentido, os fatores históricos e as dinâmicas sociais revelam-se centrais para a compreensão das trajetórias políticas nos diferentes países africanos.

A literatura indica, portanto, que a política no continente africano é profundamente complexa, sendo moldada por uma multiplicidade de fatores contextuais, incluindo elementos históricos, económicos e sociais. Wahman (2015) acrescenta que, embora a fragmentação étnica exerça um impacto negativo geral sobre a nacionalização dos partidos, os partidos incumbentes tendem a manter níveis relativamente elevados de nacionalização, mesmo em contextos etnicamente diversos.

Estes estudos contribuem, assim, para uma melhor compreensão do argumento central desta tese, que propõe que dimensões de longa duração, tais como clivagens étnicas,

linguísticas e territoriais, politizadas ao longo do tempo, desde o período colonial até ao pós-colonial, bem como o acesso aos recursos do Estado, são determinantes para explicar os padrões de nacionalização partidária em África. Este argumento é particularmente aplicável aos partidos incumbentes que lideraram os estados no período pós-colonial, uma vez que detêm maior acesso e controlo dos recursos estatais. A H2 é, portanto, confirmada.

A hipótese H3 analisa o efeito da estrutura administrativa (analisada em termos de grau de descentralização) do Estado na nacionalização dos partidos políticos (ver quadro de regressão referente aos VD: partidos políticos, tabela 15). Os resultados obtidos indicam que partidos que operam em países com uma organização estatal de natureza federal, ou seja, com um maior grau de descentralização política e administrativa, apresentam menor probabilidade de se nacionalizarem. Este efeito revela-se estatisticamente significativo ($p < 0,05$), o que confere robustez empírica à relação identificada.

Estes dados corroboram estudos prévios que demonstram que níveis elevados de descentralização tendem a reduzir a propensão à nacionalização dos partidos e sistemas partidários, promovendo, em contrapartida, a emergência de forças políticas com orientações mais regionais (Bochsler, 2006; Golosov, 2014). A descentralização cria incentivos institucionais para a formação de partidos com base territorial restrita, dado que o poder político e os recursos são partilhados entre diferentes níveis de governo, tornando mais atrativa a representação de interesses regionais em detrimento de uma lógica de abrangência nacional.

Contudo, como exposto nos capítulos anteriores, a análise da descentralização no contexto africano requer atenção a determinadas especificidades históricas e institucionais, que tornam o fenómeno particularmente complexo (Van de Walle, 2003; Boone, 2003; O'Neill, 2005; Riedl & Dickovick, 2013). Apesar de muitas constituições africanas proibirem explicitamente a criação de partidos étnicos ou regionais, os dados revelam que, mesmo sob tais restrições formais, os estados com estruturas federadas apresentam níveis de nacionalização partidária inferiores aos observados nos estados unitários. Esta constatação sugere que os mecanismos institucionais e a configuração territorial do poder político desempenham um papel mais determinante do que as restrições legais na definição do grau de nacionalização dos partidos e sistemas partidários.

Assim, os resultados obtidos permitem confirmar empiricamente os pressupostos da hipótese H3. Em conformidade com a literatura especializada, evidencia-se que a descentralização (aqui medida pelo variável federalismo), ainda que juridicamente limitada no contexto africano, influencia negativamente a nacionalização partidária, contribuindo para a fragmentação do espaço político e favorecendo dinâmicas regionais.

A hipótese H4 procura testar o efeito do tipo de financiamento partidário na nacionalização dos partidos políticos, operacionalizada através de uma variável categórica

que distingue entre financiamento privado, público e misto (público-privado), sendo o financiamento privado, a categoria de referência na análise estatística.

A hipótese sustenta que o financiamento público encoraja a nacionalização. Os resultados não comprovam esta expectativa. Com efeito, em comparação com o financiamento privado, o financiamento exclusivamente público apresenta um efeito negativo sobre o grau de nacionalização, embora este efeito não seja estatisticamente significativo (ver tabela 15). Por outro lado, o financiamento misto (público-privado) demonstra um efeito positivo e estatisticamente significativo ($p < 0,05$) na nacionalização partidária, quando comparado com o financiamento privado. Estes resultados indicam que a natureza e a composição do financiamento eleitoral têm impacto relevante sobre a capacidade dos partidos se nacionalizarem, influenciando a sua presença territorial e coerência organizacional a nível nacional.

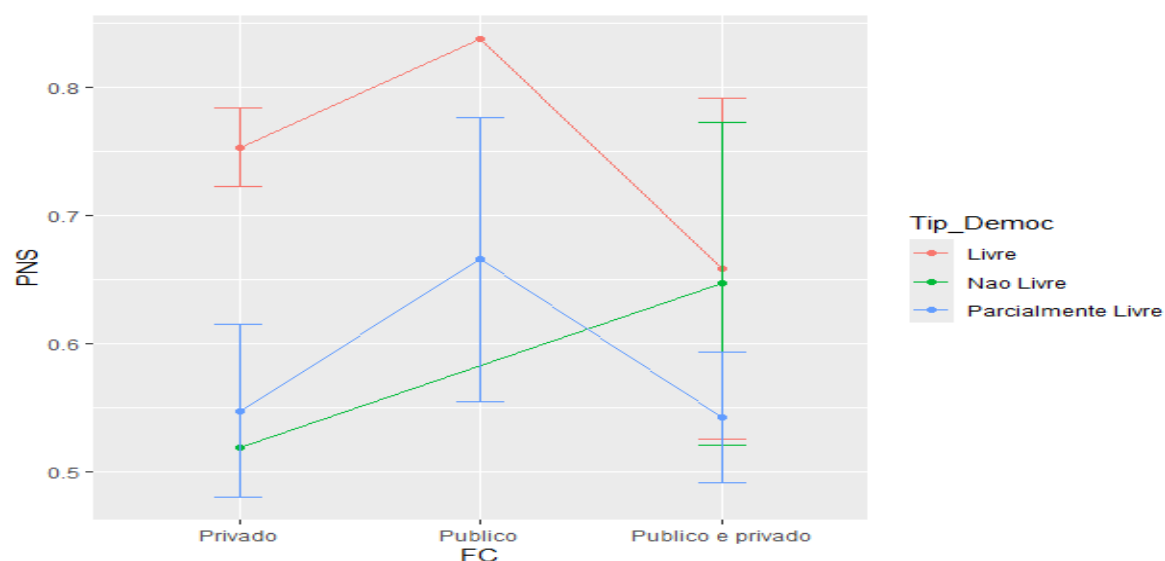
Apesar da relação entre financiamento partidário e nacionalização partidária ser, ainda, escassamente explorada na literatura, os dados desta investigação oferecem importantes contributos para este campo de estudo, abrindo caminho para análises mais aprofundadas no capítulo seguinte, com o estudo de caso de Moçambique.

Para completar a interpretação desta secção, que se baseou na análise da regressão logística, a secção seguinte irá concentrar-se na análise gráfica da variável dependente nacionalização dos sistemas partidários, pelas razões apresentadas anteriormente.

4.2.2 Segunda etapa: análise gráfica da nacionalização de sistemas partidários

A análise gráfica da nacionalização dos sistemas partidários procura observar, de forma mais holística, o comportamento da nacionalização face às variáveis explicativas. Para o efeito, a figura 6, por exemplo, analisa os efeitos do financiamento político na nacionalização em diferentes regimes, demonstrando a existência de efeitos heterogêneos. Verificamos a importância do financiamento público, especialmente em regimes livres. Os países que adotam o financiamento público de partidos tendem, de forma geral, a apresentar índices mais elevados de nacionalização, sobretudo nos contextos em que prevalece uma democracia livre. Em contraste, os níveis de nacionalização nos países que dependem predominantemente do financiamento privado são mais elevados em democracias livres, mas extremamente baixos em regimes considerados não livres.

Figura 6: Nacionalização dos sistemas partidários em relação ao tipo de democracia e financiamento político



Fonte: Elaborado pelo autor.

A literatura especializada sobre o financiamento partidário em África reconhece, de forma quase consensual, que o apoio público ao funcionamento dos partidos pode funcionar como um mecanismo de reforço da sua capacidade organizativa, especialmente durante os períodos eleitorais (Van de Walle, 2003; Basedau & Stroh, 2012; Arriola, 2013; Wahman, 2015). Ao proporcionar recursos financeiros mais estáveis e previsíveis, o financiamento público, sobretudo quando combinado com recursos privados, permite que os partidos desenvolvam estratégias mais consistentes, expandam a sua atuação para além das bases locais e, conseqüentemente, promovam a nacionalização das suas estruturas e mensagens políticas. À semelhança da hipótese H3, esta hipótese apoia-se em pressupostos teóricos que identificam o Estado africano como o principal *gatekeeper* dos recursos económicos e políticos (Cooper, 2018; Cheeseman, Bertrand & Husaini, 2019).

Esta dinâmica também é observável em estudos realizados noutras regiões, reforçando a complexidade inerente ao financiamento partidário das campanhas eleitorais. Por exemplo, Nwokora (2014) identifica três elementos fundamentais que desafiam a eficácia da legislação sobre esta matéria. Em primeiro lugar, os legisladores tendem a formular leis que favorecem os incumbentes em detrimento dos seus opositores, o que limita a implementação de reformas que promovam uma maior concorrência eleitoral. Em segundo lugar, ao atuarem por via dos partidos políticos, os legisladores demonstram frequentemente interesse em cooperar com os seus rivais, com o intuito de reduzir os custos de eventuais derrotas. Por último, os legisladores tendem a aprovar reformas que estejam alinhadas com os seus objetivos normativos e visões ideológicas.

Estes incentivos, conjugados com diversas variáveis do sistema partidário, condicionam, tanto a probabilidade de implementação de reformas no financiamento das campanhas eleitorais, como os seus efeitos sobre a competitividade eleitoral. Os fatores identificados por Nwokora (2014) contribuem, em termos analíticos, para a compreensão da influência estrutural do financiamento partidário nas dinâmicas políticas e, por conseguinte, na tendência para a nacionalização dos sistemas partidários.

Deste modo, os resultados obtidos confirmam a hipótese H4, ao demonstrarem que o financiamento misto, enquanto estratégia mais abrangente de mobilização de recursos, contribui significativamente para a nacionalização dos partidos. Esta evidência reforça a tese segundo a qual o desenvolvimento político em África está marcado por uma tensão estrutural: por um lado, os Estados enfrentam o desafio de implementar reformas de democratização e pluralismo político; por outro, persistem na preservação do poder incumbente, frequentemente através do uso instrumental dos recursos estatais, nomeadamente o financiamento partidário, em benefício das forças políticas dominantes.

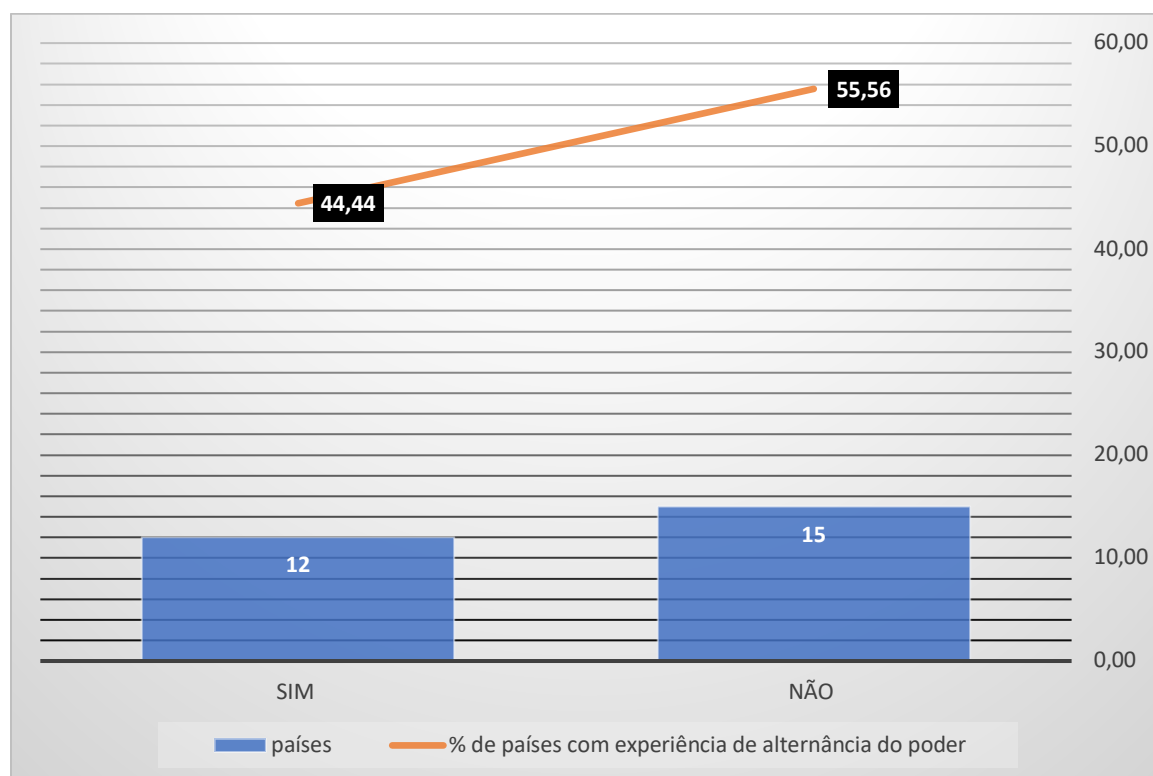
No que respeita às variáveis de controlo, identificaram-se resultados relevantes a partir da análise da influência de diversos fatores na nacionalização dos sistemas partidários (NSP). Entre estes fatores incluem-se: o crescimento económico/desempenho macroeconómico; a competição eleitoral, medida pela alternância no poder; a natureza institucional, considerando se o parlamento é unicameral ou bicameral; o sistema de governo (presidencialista, semipresidencialista ou parlamentar); o nível de democracia (classificado como livre, parcialmente livre ou não livre) e, por fim, a demografia, representada pelo total da população.

Embora careça de análises mais aprofundadas, observa-se no continente uma tendência de maior nacionalização em países com melhores indicadores económicos, sendo que os estados com economias mais frágeis tendem a exibir menor grau de nacionalização. Nestes contextos, como abordado em capítulos anteriores desta tese, a relação entre partidos e sociedade é frequentemente moldada por dinâmicas clientelistas (Chabal e Daloz, 1999; Van de Walle, 2003), o que pode influenciar significativamente a distribuição dos votos em função de clivagens regionais mais acentuadas em contextos de fraco desempenho económico. Este argumento converge com a investigação de Golosov (2014), que considera a nacionalização dos sistemas partidários como reflexo de níveis mais elevados de maturidade política e social. Assim, países economicamente mais desenvolvidos, bem como os que apresentam maiores níveis de democracia, tendem a apresentar sistemas partidários mais nacionalizados, uma interpretação particularmente válida quando se analisa o comportamento dos partidos enquanto unidades isoladas.

Se observarmos a competição eleitoral, medida pela alternância no poder, esta variável revela-se estatisticamente significativa na sua relação com a nacionalização. Na amostra de 27 países analisados, constata-se que cerca de 44,44% (12 países) já experienciaram

alternância governativa entre 1994 e 2019, enquanto os restantes 55,56% (15 países) não passaram por tal experiência. É importante salientar, no entanto, que mesmo nos casos em que houve alternância, esta nem sempre ocorreu de forma pacífica, o que pode introduzir importantes nuances na interpretação dos dados.

Figura 7: Experiência de alternância de poder (1994-2019)



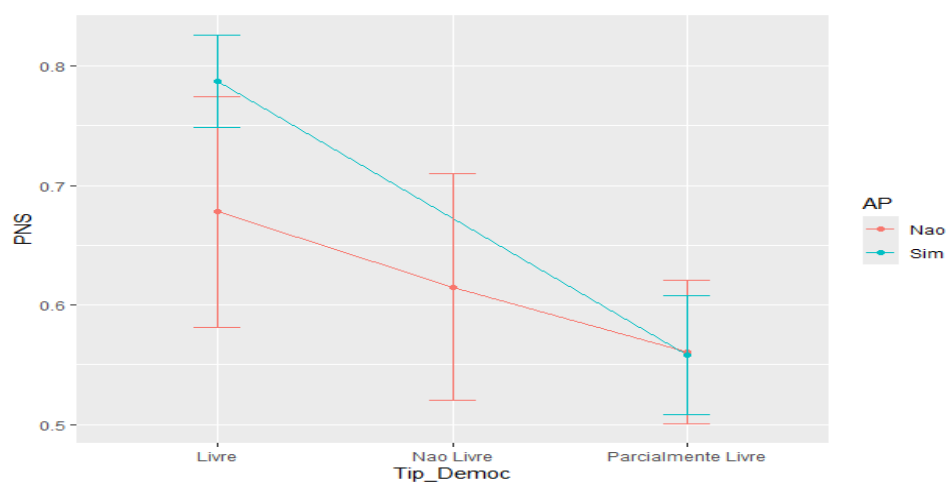
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados de resultados eleitorais no continente

Do universo dos 27 países alvo do estudo, observa-se que a maioria, 16 países, representa democracias parcialmente livres, 4 não livres e, os restantes 7 países representam regimes livres no continente. Um partido num país com o tipo de democracia parcialmente livre, tem menor chance de nacionalização em relação a um partido num país com democracia livre. Este aspeto reforça a interpretação das pistas teóricas segundo as quais a natureza do regime tem influência sobre a nacionalização (Bochsler, 2010; Golosov, 2016).

Os regimes considerados parcialmente livres, nesta tese, apresentam menor probabilidade de se nacionalizar; isso remete a desafios interpretativos relativamente às causas, pelo que, no capítulo seguinte, sobre o estudo de caso, procurar-se-á aprofundar a discussão com base em dados de natureza qualitativa. De qualquer forma, há algumas conclusões que podem ser avançadas, de acordo com a literatura. Os regimes parcialmente livres, normalmente são desafiados em relação à qualidade do seu próprio processo eleitoral, que normalmente é marcado por suspeita de irregularidades e denúncias de fraudes

eleitorais, pelo que, nem sempre é possível obter dados confiáveis, quer seja dos resultados eleitorais de modo geral, quer da distribuição territorial do voto (Bogaards, 2001; Suttner, 2006; Carbone, 2007; Levitsky e Way, 2010; Doorenspleet e Nijzink, 2013; Nuvunga, 2018; Bleck e Van de Walle, 2019; Sanches, Macuane e Dendere, 2019). Os diferentes episódios de irregularidades eleitorais descritos anteriormente e que serão abordados no capítulo seguinte ajudam a reforçar a análise deste fenómeno.

Figura 8: Nacionalização dos sistemas partidários em relação ao tipo de democracia e alternância de poder

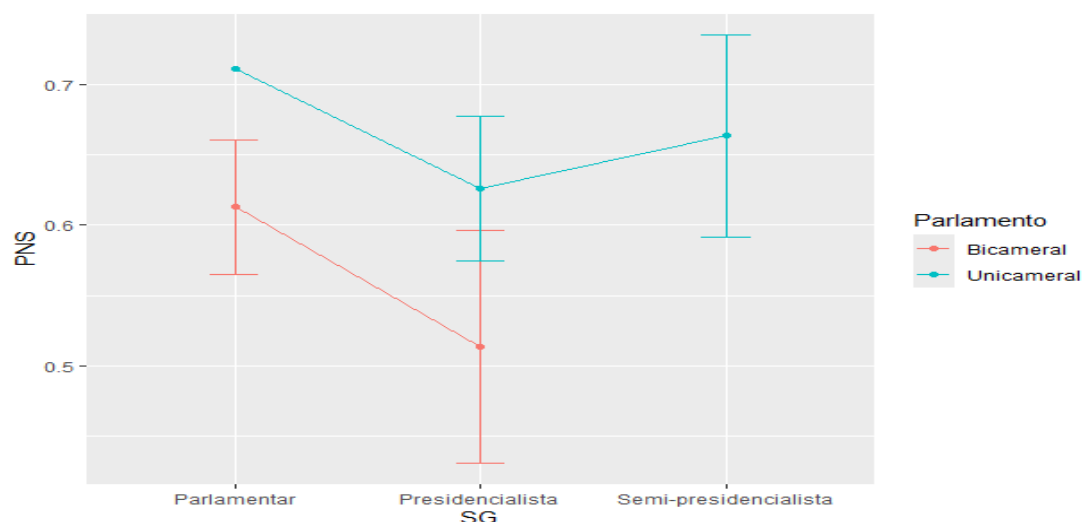


Fonte: Elaborado pelo autor

A estrutura do parlamento também é relevante na análise da nacionalização do sistema partidário, sendo que a nacionalização dos sistemas partidários é superior nos países com tipo de parlamento unicameral, quando comparado com o bicameral.

O gráfico abaixo mostra, por exemplo, a relação entre a nacionalização de sistemas partidários, em relação ao sistema de governo, e o tipo de parlamento.

Figura 9: Nacionalização dos sistemas partidários em relação ao sistema de governo e o tipo de parlamento



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os países com tipo de parlamento unicameral apresentam maiores índices de nacionalização (NSP) quando comparados com o bicameral, independentemente do sistema governamental adotado. O sistema presidencialista apresenta índices baixos de nacionalização em relação aos sistemas parlamentares.

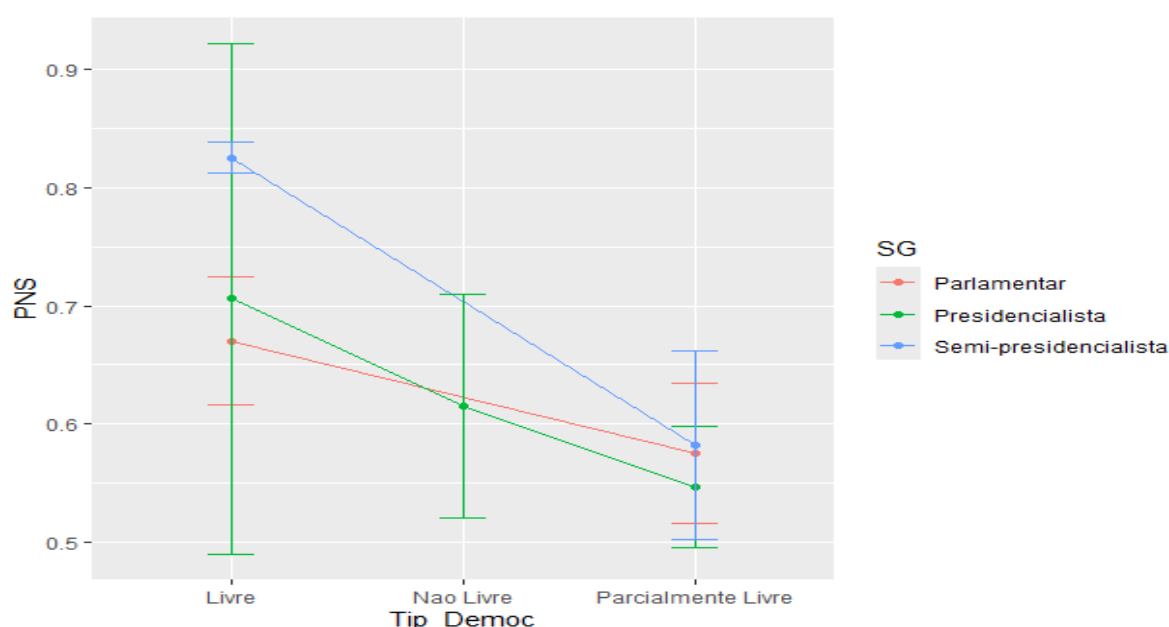
Por outro lado, o tamanho da população reduz os índices de nacionalização dos partidos/sistemas partidários. O tamanho da população pode criar maiores possibilidades de estratificação da sociedade, juntando grupos heterogêneos e com preferências e ligações políticas diversas. Aliás, este aspeto confirma pesquisas anteriores (Wahman, 2015; Golosov, 2014, 2016), defendendo que o tamanho da população é um dos principais determinantes de muitos aspetos da política democrática e que esta variável não seria irrelevante para a nacionalização. É quase consensual o entendimento de que países grandes são mais propensos a desenvolver bases subnacionais de política partidária do que pequenas organizações políticas. Em parte, países de grandes dimensões apresentam níveis mais elevados de diversidade social e institucional porque as estruturas territoriais de países grandes tendem a ser complexas (Erdmann e Basedau, 2008; Golosov, 2014; Mainwaring e Pérez-Liñán, 2016).

Quanto ao tipo de democracia, verifica-se que não há diferenças significativas dos níveis de nacionalização entre os países com democracia livre e democracia não livre, todavia, os países com tipo de democracia parcialmente livre, têm menor índice de nacionalização quando comparados com os países com democracia livre. Apesar de não haver diferenças significativas na relação entre nacionalização e democracias livres e parcialmente livres, há

uma ligeira tendência de a nacionalização ser mais expressiva nas democracias livres, que constituem um número bastante reduzido em África.

Esta variável, quando cruzada, por exemplo, com o sistema de governo (figura 10), mostra que, independentemente do sistema de governo, os países com democracia livre apresentam maiores índices de nacionalização em relação aos não livres e parcialmente livres. Importa salientar que os índices de nacionalização em países semipresidencialistas são relativamente maiores quando comparados com os sistemas parlamentaristas e presidencialistas, no entanto, não há grande diferença dos índices de nacionalização em ambos os sistemas de governo no regime de democracia parcialmente livre.

Figura 10: Nacionalização dos sistemas partidários em relação ao sistema de governo e tipo de democracia



Quando analisados os dados sobre a relação entre a nacionalização dos sistemas partidários em relação ao tipo de democracia, assim como a existência de experiência de alternância de poder, a figura 10 mostra que os países com o tipo de democracia parcialmente livre têm os mesmos índices de nacionalização, independentemente de ter ou não alternância de poder, no entanto, os índices de nacionalização são mais elevados para países com democracia livre associada à alternância de poder do que aqueles sem alternância de poder.

Os resultados obtidos corroboram a maioria das nossas expectativas (ver tabela seguinte) permitindo, por um lado, sustentar abordagens teóricas anteriores sobre os fatores que explicam a nacionalização partidária, tanto no contexto africano, como noutras regiões

(Jones e Mainwaring, 2003; Caramani, 2004; Bochsler, 2006, 2010; Morgenstern et al., 2009; Wahman, 2015; Golosov, 2014, 2016).

Tabela 16: Sumário dos resultados obtidos

Hipótese	Efeito esperado na nacionalização	Confirmado
H1 (partido no poder)	+	Sim
H2 (diversidade etnolinguística e religiosa)	-	Sim (diversidade linguística) Parcial (diversidade religiosa apresenta o efeito esperado, mas não significativo) Não (diversidade étnica)
H3 (estrutura administrativa federalizada)	-	Sim
H4 (financiamento partidário público)	+	Parcial (Os resultados não comprovam a hipótese. Com efeito, em comparação com o financiamento privado, o financiamento exclusivamente público apresenta um efeito negativo sobre o grau de nacionalização, embora este efeito não seja estatisticamente significativo. Por outro lado, o financiamento misto (público-privado), demonstra um efeito positivo e estatisticamente significativo ($p < 0,05$) na nacionalização partidária, quando comparado com o financiamento privado).

De forma geral, este capítulo corrobora empiricamente a ideia de que os partidos incumbentes apresentam níveis mais elevados de nacionalização do que os partidos da oposição. Além disso, o grau de diversidade etnolinguística no território revela-se uma variável com impacto significativo, tanto na nacionalização partidária (NP), como na nacionalização dos sistemas partidários (NSP).

A diversidade etnolinguística tem um efeito heterogêneo. Isto significa que, enquanto a diversidade étnica tem um efeito positivo, o efeito dos grupos linguísticos é negativo e o dos grupos religiosos mostrou-se nulo.

Adicionalmente, a forma de organização administrativa do Estado mostra também que exerce influência na nacionalização, sugerindo que formas mais profundas de descentralização, nomeadamente o federalismo, tendem a afetar negativamente a nacionalização, devido às particularidades locais que moldam as dinâmicas do comportamento eleitoral.

Por fim, a natureza legal e institucional do financiamento eleitoral apresenta um nível elevado de significância estatística no que respeita aos padrões de nacionalização. Este dado adquire relevância adicional quando se considera que, no contexto político africano, o Estado desempenha um papel central como principal *gatekeeper* no acesso aos recursos e oportunidades políticas. As variáveis de controlo também contribuíram para reforçar a robustez dos resultados, permitindo um enquadramento mais preciso das dinâmicas observadas.

4. 3. Conclusão

Com base na análise dos dados apresentados neste capítulo, pode-se concluir que o modelo logístico binário é adequado para explicar a variação da nacionalização dos partidos. A análise revelou que 53,4% da variação na nacionalização é explicada pelas variáveis incluídas no modelo, indicando que fatores não observados também desempenham um papel significativo. Através das análises efetuadas, conseguimos confirmar total, ou parcialmente, a maioria das nossas hipóteses. Adicionalmente, para analisar os sistemas partidários em função das variáveis independentes, optou-se pela análise gráfica de interação, respeitando os princípios de parcimónia, pois não seria metodologicamente acertado submeter a análise da NSP ao mesmo procedimento dos partidos políticos que reuniram um número de observações de 242, enquanto para os sistemas a observação foi de apenas 27 país.

Em primeiro lugar, os resultados na análise demonstram que partidos incumbentes apresentam níveis de nacionalização significativamente mais elevados do que os partidos da oposição, e influenciam o nível de nacionalização do sistema partidário. Em segundo lugar, os dados confirmam pesquisas anteriores (Caramani, 2004; Bochslers, 2006, 2010; Wahman, 2015; Golosov, 2016) que relacionam o nível de nacionalização, com o grau de fragmentação etnolinguística e religiosa no território. Em terceiro lugar, a estrutura administrativa federalizada tem efeito negativo na nacionalização. Em quarto lugar, o financiamento de partidos políticos também tem influência na nacionalização, sendo que o financiamento misto em comparação com o financiamento exclusivamente público apresenta um efeito negativo sobre o grau de nacionalização, embora este efeito não seja estatisticamente significativo. Os resultados demonstram igualmente que, por um lado, o financiamento privado mostra um efeito positivo e estatisticamente significativo na nacionalização partidária, quando comparado com o efeito misto.

Adicionalmente, as variáveis de controlo também contribuíram para reforçar a robustez das análises ao demonstrar efeitos significativos das variáveis desempenho macroeconómico; competição eleitoral, (medida pela alternância no poder); tipo de parlamento (unicameral ou bicameral); sistema de governo (presidencialista,

semipresidencialista ou parlamentar); nível de democracia (classificado como livre, parcialmente livre ou não livre) e, por fim, demografia, representada pelo total da população.

De modo geral, estes resultados confirmam pistas teóricas anteriores desenvolvidas em outras regiões (Jones e Mainwaring, 2003; Caramani, 2004; Morgenstern, Swidle e Castagnola, 2009; Bochler, 2006, 2010; Golosov, 2014, 2016; Wahman, 2015). Ou seja, os resultados reforçam a importância de fatores estruturais e financeiros na dinâmica da nacionalização partidária, apontando a necessidade de um modelo mais robusto e refinado para captar as variáveis não observadas que influenciam o fenômeno.

Os resultados desta pesquisa são inovadores na medida em que medem a trajetória da nacionalização em quase três décadas, inspecionam diferentes efeitos de variáveis-chave consoante o tipo de regime (não conhecemos estudos que o tenham feito de forma sistemática) e por providenciarem uma base de dados original que pode informar estudos futuros e contribuir para o alargamento da quantidade de estudos comparativos sobre a matéria que combinem abordagens quantitativas e qualitativas.

O capítulo seguinte da análise qualitativa irá dedicar-se à análise mais aprofundada de parte das variáveis observadas nesta etapa do estudo. Os elementos de natureza qualitativa irão oferecer um entendimento mais sólido e contextualizado sobre o fenômeno, assim como ajudará a abrir pistas para pesquisas futuras sobre a nacionalização de partidos e sistemas partidários na região subsaariana.

CAPÍTULO V – MECANISMOS DE NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA E DOS SISTEMAS PARTIDÁRIOS: O CASO DE MOÇAMBIQUE

No capítulo anterior, analisamos o grau de nacionalização partidária em 27 países da África Subsaariana, identificando variações, tanto no nível de nacionalização dos partidos e sistemas partidários, quanto nas dinâmicas intra e entre países e ao longo do tempo. O objetivo desse exercício foi responder a duas questões centrais desta investigação: a primeira, relacionada ao grau de nacionalização dos partidos e sistemas partidários na África Subsaariana e a segunda, focada nos fatores que explicam as variações ao longo do tempo e entre os países. As análises realizadas proporcionaram uma visão abrangente das variações na nacionalização partidária na região.

Neste capítulo, procede-se a uma análise aprofundada do grau de nacionalização dos partidos políticos e do sistema partidário em Moçambique, através da realização de um estudo de caso detalhado que visa responder à seguinte questão central: *sob que condições se reproduz a mecânica de nacionalização dos partidos e dos sistemas partidários?*

Para tal, faremos uma análise dos mecanismos que informam este processo olhando para três dimensões fundamentais:

- 1) A evolução da estrutura organizativa e/ou ideológica dos partidos;
- 2) As clivagens sociais e as ligações partidos-cidadãos e
- 3) O financiamento partidário.

As dimensões exploradas nesta fase da pesquisa proporcionam uma base sólida para a formulação de explicações causais em torno do fenómeno da nacionalização, conjugando fatores de natureza histórica, dinâmicas institucionais e estratégias dos partidos, o que permite uma abordagem integrada e contextualizada do caso moçambicano.

A partir da análise comparativa de 27 países, observamos que Moçambique situa-se na média em termos de nacionalização partidária. Isto torna-o um estudo de caso interessante, com grande potencial para fornecer *insights* que possam ser extrapolados para outros contextos africanos. Vale a pena ressaltar que, apesar de existirem vários trabalhos focados na natureza dos partidos políticos em Moçambique (Sanches, 2010, 2014, 2018, 2021; Pitcher, 2002, 2023; Manning, 2008; Cláudia Almeida, 2017; Sumich, 2008; Nuvunga, 2018; Carbone, 2007; Michel Cahen, 1993, 2004; Alex Vines, 2020; Hanlon, 1984, 1986, 2008, Brito, 2008, 2009, 2019, Sanches, Macuane e Dendere, 2019 entre muitos) nenhum deles considera a nacionalização partidária e de sistemas partidários, o que torna ainda mais relevante e inovadora esta pesquisa.

Num desenho de pesquisa misto explicativo sequencial, o estudo de caso de Moçambique permite uma compreensão mais profunda dos resultados da análise quantitativa, enriquecida por uma abordagem qualitativa. Combinando dados descritivos com entrevistas semiestruturadas realizadas com 32 pessoas entre 2020 e 2024 (detalhes sobre os entrevistados estão no capítulo de metodologia: tabela 6 e no anexo A1), a pesquisa busca entender melhor as diferentes dimensões da nacionalização dos partidos e do sistema partidário no país. As entrevistas foram cruciais, pois permitem explorar significados, estratégias e intenções que contribuem para compreender as trajetórias dos partidos e o desenvolvimento dos sistemas partidários. Ao longo deste capítulo, apresentamos trechos dessas entrevistas como suporte para os principais elementos explicativos do fenómeno.

Inicialmente, faremos uma breve contextualização histórica de Moçambique para compreender melhor o fenómeno da nacionalização no país. Descreveremos o regime de partido único no período pós-colonial, a eclosão da guerra civil e o subsequente processo de abertura e transição política. Utilizando as lentes do institucionalismo histórico, estabelecendo uma relação entre esses eventos históricos e as divisões territoriais formadas durante o regime de partido único e a guerra civil que, provavelmente, influenciaram os padrões espaciais de apoio aos partidos. De seguida, exploramos as principais dimensões explicativas da nacionalização partidária em Moçambique, considerando a evolução ideológica/organizativa dos partidos, as clivagens territoriais e as relações entre partidos e cidadãos e o financiamento partidário.

5.1. Contextualização histórica

5.1.1 A independência e o regime de partido único: a formação do partido-Estado

O cenário político moçambicano, no processo de construção do Estado e edificação das instituições democráticas, compreende três processos fundamentais. O primeiro é a luta pela independência, liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que adotou uma forma de confrontação militar contra o regime colonial a partir de 1964, fundamentada em princípios nacionalistas. Este processo culminou com a proclamação da independência, em 1975, e a instituição de um sistema político de partido único, sob a direção da FRELIMO. O segundo processo foi a guerra civil que se seguiu à independência e perdurou até 1992, envolvendo a FRELIMO, no governo, e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), na oposição armada. Por fim, o terceiro processo refere-se à transição democrática iniciada com a abertura política em 1990, com a aprovação da nova Constituição Democrática e

Multipartidária e, posteriormente, seguida pela realização de eleições. Este processo estende-se até a atualidade, marcado fundamentalmente, por avanços e retrocessos nos processos democráticos e nos esforços de construção da paz.

A luta pela independência de Moçambique, conforme mencionado no parágrafo anterior, foi liderada pela FRELIMO. Oficialmente, a FRELIMO surgiu a partir da fusão de três organizações: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI)²⁶, que, a 25 de junho de 1962, decidiram criar uma frente unificada. A FRELIMO, embora herdeira de um movimento predominantemente rural e emigrante, representava também, desde o início, um movimento mais orientado para a ação no interior de Moçambique e, socialmente, com maior influência das camadas urbanas do sul do país (Brito, 2019).

A união das três organizações foi realizada sob a liderança de Eduardo Mondlane, um moçambicano da província de Gaza, no sul do país, que, após cursar o ensino superior na África do Sul e nos Estados Unidos, obteve doutoramento em Antropologia. A FRELIMO emergiu em Moçambique como a única organização nacionalista, o que a diferencia de outros casos na região. Embora as elites nacionalistas não fossem homogêneas do ponto de vista político, cultural, étnico e social, a classe média urbana negra e mestiça desempenhou um papel crucial na consciencialização nacionalista. Essa classe, composta principalmente por funcionários e estudantes do Sul, embora relativamente privilegiada em relação à maioria da população colonizada, também enfrentava discriminação na sociedade colonial. Foi justamente essa classe que dominou, de forma mais eficaz, as condições de desenvolvimento da luta no terreno, influenciando a radicalização do movimento para o início de uma confrontação militar nos meados e finais da década 1960 (Brito, 1988).

A luta pela emancipação e independência nacional durou aproximadamente dez anos, com um marco significativo na assinatura dos Acordos de Lusaka, a 7 de setembro de 1974, na Zâmbia. Esses acordos, fruto de negociações entre a administração portuguesa, representada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), e a FRELIMO resultaram na transferência da soberania para a organização moçambicana e estabeleceram 25 de junho de 1975 como a data para a proclamação da independência (Acordo de Lusaka, 1974). Com a independência, a FRELIMO viu-se desafiada a traçar o caminho da construção do Estado pós-colonial, bem como a estabelecer a máquina administrativa do novo Estado (Lourenço, 2005; Brito, 2019; Cahen, 2024).

²⁶ As três organizações precursoras da FRELIMO - UDENAMO, MANU e UNAMI - surgiram um pouco antes da formação oficial da FRELIMO, com impacto limitado em Moçambique. A UDENAMO foi criada na Rodésia do Sul, em 1960; a MANU, como resultado da fusão de vários grupos no Quênia e Tanganhica, em 1961; e a UNAMI, na Niassalândia, também em 1961. Estas organizações resultaram da politização de grupos de emigrantes moçambicanos, principalmente no contexto de associações de ajuda mútua (Brito, 2019:31).

Nesse contexto, a FRELIMO engajou-se num processo de construção da nação, buscando subordinar toda a população ao seu modelo de Estado e sociedade. A euforia do momento da libertação, aliada à massificação do conceito de “poder popular”, permitiu à FRELIMO lançar o projeto de construção do socialismo. A organização posicionou-se, oficialmente, como entidade responsável pelo controlo da máquina administrativa do Estado, com a intenção de romper com a administração colonial portuguesa e implantar um Estado soberano, fundamentado no “poder popular”. Nesse momento, o governo da FRELIMO visava o que se chamou de “escangalhamento” do aparelho colonial. O modelo de governação adotado era centralizado e autoritário, alinhado com a onda de institucionalização de partidos únicos que caracterizou os primeiros anos das independências no continente africano (Chan e Venâncio, 1998; Lourenço, 2005; Sanches 2018; Brito, 2019).

Essa opção ideológica limitou as possibilidades de ação da sociedade civil e contribuiu para a deterioração da já fragilizada economia moçambicana. Mesmo as redes de produção e comercialização rurais foram severamente prejudicadas, resultando num relacionamento autoritário e paternalista entre o Estado e os cidadãos, remanescente das práticas do regime colonial (Pereira e Shenga, 2005). A FRELIMO, ao fazer uso da sua legitimidade histórica, consolidou-se como força hegemónica no país, promovendo um sistema político centralizado e com espaços restritos para a contestação e a participação popular,

“projetou-se como partido único e impôs-se como força dirigente do Estado e da sociedade. A sua retórica revolucionária e a sua ação na gestão do Estado recém-independente provocou, não só uma forte reação dos “poderes brancos” da região, a Rodésia e a África do Sul, que se sentiam ameaçados por um vizinho que apoiava a luta dos movimentos nacionalistas desses países, mas também um descontentamento em amplos sectores da população moçambicana” (Brito, 2009:6).

Em 1977, no seu III congresso, a FRELIMO deixou de ser um movimento de libertação e assumiu-se como partido marxista-leninista. A FRELIMO idealizava “forjar o homem novo”, através da inauguração de uma nova era e novo modo de atuar na sociedade. Sobre isso, Samora Machel já havia distinguido três tipos de sistemas de educação, antagónicos,

dois dos quais refletiam as sociedades que, supostamente, deveriam desaparecer e um terceiro orientado para o futuro, para a nova sociedade. O primeiro sistema que identifica é o da educação tradicional, no qual a superstição ocuparia o lugar da ciência [...]. O segundo sistema (que já estaria desaparecendo com o tradicional) é o

da educação colonial, que condenaria o moçambicano a ser um “pequeno português de pele preta”, instrumento dócil do colonialismo, cuja ambição máxima seria viver como o colono [...]. Finalmente, o terceiro tipo é a “educação revolucionária para a criação do homem novo”. Aquela que visa implantar a solidariedade entre os homens e é capaz de desenvolver um trabalho coletivo. Seria necessário, além disso, implantar as bases de uma economia próspera e avançada fazendo com que a “ciência vença a superstição”. O tribalismo, a superstição, as tradições estariam contra a tentativa de construir a nação moçambicana (Macagno, 2009:21).

A visão radical da FRELIMO sobre a construção de uma nova sociedade e um Estado fundamentado nos ideais da revolução entrou em choque com a estrutura social moçambicana, caracterizada por uma heterogeneidade etnolinguística marcante. O forte dirigismo ideológico, alicerçado sob o marxismo-leninismo, mais do que gerar consensos, contribuiu para a criação de tensões e animosidades entre o partido-Estado e a população. O governo da FRELIMO implementou um conjunto de reformas ambiciosas, que incluíam a organização da população em aldeias comunais, nacionalizações, e a imposição de restrições à interferência da Igreja, bem como a repressão a qualquer movimento opositor ao regime (Geffray, 1991; Igreja, 2008; Cabrita, 2000; Brito, 2019)

O projeto da FRELIMO de construir um Estado moderno significou uma rutura radical com a estrutura social moçambicana. Isso traduziu-se no deslocamento forçado das populações rurais para zonas afastadas, o que, por sua vez, traduziu-se na subordinação a práticas tradicionais e na introdução de novos comportamentos e normas. Além disso, a política da FRELIMO envolveu a exclusão das autoridades tradicionais (régulos) e religiosas e a legitimação do partido como o único detentor de autoridade política legítima. A tentativa de unificação das diversas etnias, línguas e tribos sob a bandeira do nacionalismo socialista implicou a redução das diferenças culturais e identitárias em prol de uma identidade nacional construída artificialmente (Brito, 2019; Meneses, 2015; Macagno, 2009; Sanches, 2018).

Se, por um lado, a FRELIMO obteve vitória na luta pela independência com o apoio do campesinato, por outro, procurou instrumentalizar esse apoio na construção da estrutura de produção do Estado por meio das aldeias comunais, das lojas do povo, entre outras iniciativas. No entanto, essa estratégia teve como consequência o aumento da diferenciação social entre os camponeses. Aqueles com vínculos partidários ou que conseguiam manipular as políticas do partido passaram a desfrutar de privilégios, enquanto os demais foram excluídos de benefícios e recursos, aprofundando as desigualdades sociais no campo (Sumich e Honwana, 2007; Brito, 2019; Macagno, 2009; Meneses, 2015).

Neste período, conforme aborda Christhian Geffrey (1991:18),

ainda sob a vigência de um sistema de partido único, tiveram lugar em todo o país as eleições de deputados às assembleias do povo. Os antigos régulos e cabos não se podiam candidatar a deputados das assembleias do povo. A proibição foi alargada a todos os chefes de chefatura (mpewé, pl. mapéwé), no distrito de Eráti, independentemente de terem ocupado um posto na hierarquia colonial. Não se tomou em consideração que a maior parte dos mapéwé representava, para as populações rurais, qualquer coisa de muito diferente dos agentes do poder colonial e que a sua autoridade não provinha das funções que os portugueses lhes teriam atribuído.

Em face do impedimento, “os eleitores das aldeias em Eráti votaram massivamente em outros homens que consideravam como seus representantes legítimos, detentores de competência para falar em seu nome e defender os seus interesses, os seus chefes de linhagem” (Geffrey, 1991:18). A partir deste momento, começam a ser delineadas as bases para a configuração da futura estrutura de apoio eleitoral e, consequentemente, para a nacionalização, como exemplificado na região Norte. Esta região, profundamente marcada por relações de conflitualidade entre as comunidades e o partido FRELIMO, vivenciou dinâmicas que influenciaram a guerra civil e a manifestação de um voto de protesto, especialmente na província de Nampula.

Embora seja inegável que a FRELIMO tenha liderado a luta de libertação nacional e se tenha visto como a única detentora do poder de definir o interesse público a ser seguido pelas populações, sem espaço para questionamentos, também é verdade que a transição da FRELIMO, de um movimento de libertação para um partido político, implicou uma tentativa de apropriação das conquistas de um movimento outrora nacionalista, transferindo-as para a esfera partidária. Esse processo resultou na marginalização de outros indivíduos que tinham integrado o movimento de libertação, principalmente, nas regiões Centro e Norte. Assim, o desenho do interesse público, traçado de maneira autoritária pela FRELIMO, alimentou focos de descontentamento e discórdia no período pós-colonial, uma vez que a própria FRELIMO contradizia o seu discurso ao implementar práticas autoritárias (Roesh, 1992; Cahen, 1993; Hanlon, 1984; Brito, 2009).

Foi nesse contexto de confrontações, tanto com os regimes da região (da Rodésia e da África do Sul), quanto na tentativa de transformar, de forma autoritária, as estruturas sociais, particularmente nas zonas rurais, que surgiu o movimento armado da oposição, a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). Este movimento foi o protagonista de uma guerra civil

que perdurou por 16 anos (Hanlon, 1984; Roesh, 1992; Cahen, 1993; Brito, 2009; Cahen, Morier-Genoud e Rosário, 2019).

5.1.2 Oposição política, instabilidade regional e o eclodir da Guerra Civil

O paradigma de “governança socialista” da FRELIMO revelou, desde cedo, fragilidades significativas, caracterizadas por uma baixa eficácia e uma postura autoritária, o que constituiu um fator indutor de uma potencial carga de violência (Coelho, 2003). Tal contexto pode ser considerado um dos elementos determinantes para a eclosão de um novo conflito militar, a guerra civil, que envolveu o exército nacional e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). Essa situação foi exacerbada por apoio externo, mas, com o tempo, também encontrou uma base social que contribuiu para alimentar o conflito ao longo de quase 16 anos (Geffrey, 1991; Cahen, 2019).

As tensões e o ambiente de violência tornaram-se uma constante na arena política moçambicana. Conforme descrito pela literatura, “Estados com alto grau de monopólio da violência podem criar temporariamente a ordem política, contendo as forças anti sistêmicas ou impondo a lei marcial. Contudo, se a estabilidade do regime depende exclusivamente de meios repressivos, e não de alguma forma de legitimidade, isso pode desencadear uma revolta em massa contra o regime” (Andersen et al., 2014:1307).

O radicalismo da FRELIMO atingiu um ponto tal que a implementação de políticas autoritárias e centralizadoras minou as possibilidades de um consenso social mais amplo, gerando resistência, tanto interna, quanto externa, o que agravou ainda mais a crise política e social do país.

Proibir todas as formas de expressão popular que não fossem através dela própria ou das suas ditas “organizações democráticas de massa”. Dissolveu os comités de trabalhadores nascidos em algumas empresas aquando da fuga dos donos portugueses, substituídas por comissões administrativas não eleitas, nomeadas pelo partido.²⁷

Ou melhor,

O “marxismo” foi, pois, para além do mais, a referência universalista a partir da qual se operou a negação das realidades do

²⁷ Michel Cahen em entrevista concedida no âmbito da Elaboração do Livro “Aporias de Moçambique pós-colonial”. As entrevistas foram gentilmente cedidas por Michel Cahen e Coorganizadores da obra.

país, uma cegueira paradoxal, na medida em que permitia ao mesmo tempo que o exercício do poder governasse. Pouco a pouco foram-se definindo no discurso do poder os contornos estranhos de um país fictício: dizia-se que a autoridade da FRELIMO ter-lhe-ia sido delegada por uma “aliança operário-camponesa”, para que exercesse, em seu nome, a ditadura sobre os seus inimigos, os inimigos do povo. O “marxismo” constituía o *corpus* conceptual que permitia a invenção do país imaginário e a garantia dogmática da coerência interna da ficção que alimentava o projeto nacionalista do poder (Geffray, 1991:16).

O projeto “nacionalista” da FRELIMO, no período da proclamação da primeira república, além de incorporar uma perspectiva elitista de controlo do poder, relegou uma parte significativa da população moçambicana a uma posição de marginalização e submissão a um projeto de Estado amplamente impopular. Contudo, a eclosão da guerra civil em Moçambique, não pode ser atribuída exclusivamente à lógica de construção do Estado imposta pela FRELIMO. As origens e as razões do conflito armado após a independência continuam a ser objeto de intensas tensões e polarizações interpretativas. De um lado, um conjunto de estudiosos considera que o conflito e o surgimento da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) resultaram de clivagens étnicas ou da negação de um modelo de governação autoritário imposto pelo regime da FRELIMO, categorizando a guerra civil de 16 anos, que perdurou de 1976 a 1992, como uma reação a esse autoritarismo (Clarence-Smith, 1985; Cahen, 1993; Forquilha, 2006; Chichava, 2007).

A formação da RENAMO, além de ser uma reação veemente ao programa da FRELIMO de transformar, de maneira autoritária, as formas de organização social, surgiu em um contexto de forte instabilidade regional, envolvendo os regimes da Rodésia e da África do Sul (Roesh, 1992; Hanlon, 1984; Brito, 2009; Cahen, Morier-Genoud, e Rosário, 2019). De acordo com Wiegink (2015a), a RENAMO foi fundada entre 1976 e 1977 por militares da Rodésia do Sul com dois objetivos principais: atacar o exército do *Zimbabwe African National Liberation Army* (ZNLA), localizado no Centro de Moçambique, e desestabilizar o sistema político e económico moçambicano, então controlado pela FRELIMO. Após a independência do Zimbabwe, em 1980, o apoio à RENAMO foi transferido para as Forças de Defesa da África do Sul, que aumentaram significativamente o fornecimento de armamentos e tecnologias de inteligência. Por volta de 1985, o movimento rebelde tinha-se expandido para quase todas as províncias do país (Cahen, 1993, 2019).

A conjuntura descrita revela como o conflito em Moçambique não foi apenas um reflexo das políticas internas da FRELIMO, mas também das dinâmicas regionais complexas, que envolveram a intervenção de potências estrangeiras e o fortalecimento de um movimento

rebelde com uma base social crescente. Sob essa perspectiva, é possível identificar duas abordagens principais sobre o surgimento da RENAMO. A primeira, alinhada ao discurso oficial da FRELIMO, considera a RENAMO como um mero movimento de “bandidos armados”, cujo único objetivo era desestabilizar o país em troca do apoio da Rodésia do Sul e da África do Sul, seus parceiros históricos. A segunda abordagem, embora reconheça a contribuição do apoio externo no início da guerra, destaca o papel crucial do apoio popular que o movimento rebelde recebeu, especialmente das populações rurais do Centro e Norte de Moçambique. Esse apoio foi, em grande parte, resultado de um processo de distanciamento entre a FRELIMO e essas populações no período pós-independência (Hanlon, 1986; Geffray, 1991; Cahen, 1993; Minter, 1996; Sumich e Honwana, 2007; Manning, 2008; Wiegink, 2014, 2015). Embora as abordagens sobre a origem e as causas do conflito possam recorrer a argumentos contrastantes, é inegável que, tanto os fatores internos, quanto os externos desempenharam um papel determinante na eclosão e na evolução da guerra civil.

A forma como a FRELIMO se estruturou após a proclamação da independência, especialmente com a definição oficial de orientação marxista-leninista em 1977, levou o partido a posicionar-se como a única força política capaz de representar o interesse público. Além disso, a radical limitação da atuação das autoridades tradicionais e religiosas, somada à imposição de modelos como o trabalho forçado nas aldeias comunais, foi amplamente explorada pela RENAMO durante a sua incursão pelo território moçambicano, contribuindo para a formação da sua base de apoio social que o sustentou no decurso da guerra (Geffray, 1991; Rogerson, 1981; Macagno, 2009; Wiegink, 2015a; Bertelsen, 2016).

A RENAMO soubera interpretar as tensões geradas por essas políticas e organizou a sua ação militar com base nesse contexto. Os seus combatentes adotaram uma estratégia seletiva, destruindo apenas as habitações das aldeias e incentivando os habitantes a retornarem aos seus territórios de origem, onde a sua integridade e bens seriam preservados. Ao mesmo tempo, o movimento rebelde assassinava de forma sistemática os novos notáveis locais alinhados ao regime, ganhando apoio entre as autoridades e chefes tradicionais, a quem prometia responsabilidades numa nova estrutura de poder (Geffray, 1991).

A estratégia da RENAMO também incluiu a oposição ao modelo de organização social defendido pelo governo da FRELIMO, baseado em aldeias comunais e cooperativas. Esse modelo, que distorcia as formas de organização e produção agrícola sustentadas pelas populações rurais ao longo dos séculos, foi visto como uma forma de exploração do trabalho campestre, o que contribuiu para a construção de um certo grau de afeto entre as populações e os guerrilheiros da RENAMO (Geffray, 1991; Dinerman, 1994; Cahen, 1994; Cahen, 1997; Igreja, 2008).

A partir de 1983-1984, a guerra intensificou-se e afetou quase todo o território nacional, com crises cíclicas, como secas e fome, que agravaram ainda mais as dificuldades enfrentadas pelo Estado. Nessa fase, a guerra entre o governo da FRELIMO e a RENAMO passou a concentrar-se cada vez mais no controle da população, em vez do território. Qualquer pessoa fora das aldeias comunais ou numa zona controlada pela RENAMO era considerada apoiante do movimento rebelde, enquanto qualquer pessoa nas aldeias controladas pela FRELIMO era vista como alinhada ao governo. Essa dicotomia tornou-se característica do conflito, com a FRELIMO buscando concentrar as populações em aldeias comunais e a RENAMO levando-as de volta às suas bases tradicionais (Schafer, 2007).

Apesar dessa estratégia de divisão, a RENAMO percebeu a necessidade de legitimar a sua oposição ao governo da FRELIMO. Para isso, adotou uma estratégia de mimetismo político, o que resultou em ataques ao governo, constituído maioritariamente por indivíduos do Sul do país, com base no tribalismo. Isso culminou na ideia de que a população urbana, que vivia sob o modelo do Estado moderno, era parte do “inimigo” e, portanto, poderia ser alvo de ataques, incluindo mulheres e crianças (Cahen, 1997).

Em resposta à situação da guerra civil e a instabilidade regional, foi assinado, a 4 de outubro de 1984, o Acordo de Inkomati, também conhecido como o “Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhança”, entre o governo da FRELIMO e o regime do Apartheid na África do Sul. Este acordo visava cessar o apoio da África do Sul à RENAMO, em troca da suspensão do apoio da FRELIMO ao *African National Congress* - ANC (Cahen, 2019). O Acordo de Inkomati representou uma das primeiras tentativas de negociação entre a FRELIMO e a RENAMO para o fim do conflito (Brito, 2019). No mesmo ano, negociações mediadas pela África do Sul, entre as duas partes, pareciam próximas de um acordo, com representantes de ambas as delegações aparecendo juntos numa conferência de imprensa em Pretória (Human Rights Watch, 1992).

Com a perda do apoio oficial da África do Sul, a RENAMO teve de se reinventar para manter a guerra ativa, explorando a sua base de apoio, especialmente nas regiões Centro e Norte de Moçambique, onde tinha maior presença (Geffray, 1991; Cahen, 2019). Contudo, a narrativa oficial do governo da Frelimo indicava que, mesmo após o Acordo de Inkomati, a Renamo ainda recebia apoio da África do Sul. Essa posição foi reforçada após o ataque das forças armadas zimbabweanas ao quartel-general da RENAMO, em Casa Banana, a 28 de agosto de 1985, que resultou na apreensão de material bélico e documentos relacionados ao movimento rebelde. Esses documentos, conhecidos como os “Cadernos de Gorongosa”, mostraram a continuidade do apoio sul-africano à RENAMO, embora o líder do antigo movimento de guerrilha tenha alegado que os documentos foram forjados pelo Serviço Nacional de Ação e Segurança Popular - SNASP (Cahen, 2019). O relatório da Human Rights Watch de 1992 também indicou que, apesar do acordo, a RENAMO continuava a receber

apoio logístico da África do Sul, como armas e equipamentos militares (Human Rights Watch, 1992).

Independentemente do apoio externo, é importante destacar que a RENAMO já mostrava sinais de transformação e adaptação ao novo contexto político. Em 1983, um ano antes do Acordo de Inkomati, a RENAMO realizou o seu primeiro congresso, coincidente com o quarto congresso da FRELIMO, que marcou os primeiros passos para a liberalização política do país, incluindo a adoção de um programa de ajustamento estrutural sob a supervisão do FMI e do Banco Mundial (Brito, 2019). Durante esse congresso, a RENAMO declarou seu líder, Afonso Dhlakama, como “presidente”, sinalizando uma ambição política além da esfera militar do movimento (Cahen, 2019). A partir de 1985-1986, a RENAMO passou a se autodenominar-se “Partido RENAMO”, imitando a estrutura partidária da FRELIMO e refletindo um esforço interno de legitimação (Cahen, 1997).

A partir de 1986, a RENAMO começou a expandir a sua presença em áreas como a Zambézia, ao mesmo tempo que a sua estrutura se tornava cada vez mais ultracentralizada, com Dhlakama assumindo um controlo ainda mais rígido sobre o movimento. Apesar disso, a RENAMO não se tornara ainda um partido político formal. Com a mudança de orientação do Governo moçambicano em direção ao Ocidente, a RENAMO também obteve apoio dos Estados Unidos, tanto em armamentos, quanto em treinamento (Cahen, 2019).

Em 1989, após a morte de Samora Machel, o governo da FRELIMO realizou o seu quinto congresso, marcando a formalização do abandono do marxismo-leninismo, mesmo antes do colapso do bloco socialista (Brito, 2019). No entanto, embora tenha ocorrido uma mudança ideológica significativa, seria precipitado afirmar que a FRELIMO rompeu radicalmente com as suas práticas de organização política e estatal. O processo de construção da nação, juntamente com os desafios económicos, sociais e políticos, resultou na criação de instituições que perduraram muito além das crises iniciais (Lapalombara e Anderson, 1992).

A historiografia apresentada neste capítulo destaca as dinâmicas políticas do Estado pós-colonial em Moçambique, enfatizando, tanto as políticas territoriais da FRELIMO, quanto os efeitos da guerra civil. Esses eventos moldaram profundamente a evolução dos partidos e sistema partidário no país, cuja compreensão é essencial para a análise da nacionalização dos partidos e do sistema partidário, passando, obviamente, pela discussão em torno da transição política dos anos 1990 e do domínio contínuo da FRELIMO.

Como nota Menezes (2009):

a solidificação da FRELIMO como um partido forte em detrimento de um Estado fraco que em algum momento era sobreposto pela própria FRELIMO; a forma radical com que se concebia o projeto de Estado, que distanciou a sociedade do próprio Estado e da FRELIMO, principalmente nas regiões Centro e Norte do país, tendo-se

encontrado a base para a definição e a construção das estruturas sociais de apoio dos partidos políticos que hoje conhecemos, que foi influenciada pela própria dinâmica da guerra civil (Menezes, 2009:24).

Chichava (2008), no seu estudo etnográfico sobre o comportamento eleitoral na província da Zambézia, oferece elementos que permitem a extrapolação dos resultados para outras regiões de Moçambique, contribuindo para a compreensão de como os fatores históricos moldam a configuração do voto no país e a nacionalização dos partidos e sistema partidário. Para o autor, o voto favorável à RENAMO na Zambézia é uma consequência da hostilização e marginalização histórica dessa região pela FRELIMO. O que significa que este apoio está, profundamente, enraizado num processo histórico de longo prazo, marcado pela resistência ao Estado moçambicano centralizado.

Resumidamente, Chichava (2008: 16) disserta que, para o eleitorado da província da Zambézia, por exemplo,

a marginalização da província remonta ao tempo colonial. O argumento é que o Estado colonial sempre privilegiou certas regiões do país, tais como Beira, Nampula e Lourenço Marques (atual Maputo), por isso, o voto favorável da população em relação à RENAMO expressa basicamente fatores gerais como: a corrupção, o desemprego e a criminalidade. Adiciona-se ainda a equação, a política de “modernização autoritária” da FRELIMO (as aldeias comunais, negação religiosa e das tradições locais, construção do “Homem Novo”, humilhação e negação do poder tradicional etc.) e a própria dinâmica da guerra civil. (Chichava,2008:16).

Os argumentos de Chichava (2008) corroboram com outro conjunto de leituras sobre o impacto da construção do Estado pós-colonial na construção de significados e dinâmicas sociais em Moçambique (Geffray, 1991; Meneses, 2009; Lourenço, 2005; Macagno, 2009; de Brito, 2008). Ainda que estes estudos tenham sido desenvolvidos em áreas geográficas distintas em Moçambique, eles coincidem ao considerar que as relações sociais entre o Estado e a população foram moldando o imaginário coletivo sobre a tendência de voto nas diferentes regiões do país. Nas regiões onde o impacto da guerra civil foi mais acentuado, Centro e Norte do país, há uma tendência de uma maior aceitação da RENAMO, conforme será observado mais adiante neste capítulo, o que difere de parte da dinâmica do eleitorado da região mais a sul do país.

A relação entre o impacto da guerra e o grau de inserção da RENAMO no território pode parecer contraditória à primeira vista, mas encontra explicações substanciais na forma como o antigo movimento rebelde soube capitalizar um discurso e uma abordagem anti-FRELIMO,

tanto na esfera discursiva, quanto nas práticas adotadas nas regiões sob seu controle. As iniciativas de desestruturação dos modos de produção baseados nas aldeias comunais, as campanhas contra as lojas do povo e a oposição à negação das identidades étnico-regionais - um princípio amplamente defendido pela FRELIMO durante a Primeira República, que desconsiderava a organização social das populações em tribos ou clãs, ajudaram a construir, ao longo do tempo, memórias duradouras nas comunidades (Brito, 2019; Cahen, 2019).

Entretanto, a dimensão histórica, por si só, não é suficiente para explicar a configuração do voto em Moçambique, pois a sociedade é dinâmica e está em constante transformação. O crescente acesso a fontes alternativas de informação e o surgimento de uma nova geração de eleitores, com dinâmicas próprias e, possivelmente, diferentes dos eleitores da era pós-colonial, são fatores que também devem ser considerados. Nesse contexto, este estudo reconhece que serão necessárias mais pesquisas futuras para aprofundamento das matérias sobre o comportamento eleitoral no país.

Ademais, é crucial compreender que a consolidação da oposição em Moçambique deuse, em grande medida, pela reprodução das práticas do seu “inimigo” (Cahen, 1997; Chichava, 2009). Essa tendência iniciou-se ainda durante a guerra civil, quando a RENAMO passou a adotar algumas das mesmas formas de organização e nomenclatura internas da FRELIMO. Este mimetismo, que se estende até aos dias atuais, não se limita à esfera discursiva, mas também abrange as práticas do partido. Segundo Chichava (2009), esta continuidade reflete a luta da RENAMO para se desvincular da imagem de um movimento rebelde antipatriótico, buscando, assim, construir um discurso alternativo à FRELIMO.

5.1.3. Uma transição dupla para a paz e o multipartidarismo: atores, clivagens e (des)continuidades

O final da década de 1980 foi marcado por eventos dramáticos, tanto no plano interno (declínio económico, secas, fome e esgotamento das tropas que enfrentavam uma guerra desde 1976), quanto no contexto externo (queda dos estados comunistas e o fim da Guerra Fria), os quais impulsionaram as partes em conflito (FRELIMO e RENAMO) a iniciar negociações para pôr término as hostilidades (Sanches, 2014). Em 1988, o Presidente Joaquim Chissano encontrou-se com o então Presidente sul-africano, Pieter Willem Botha no distrito do Songo, onde este último assegurou que o Governo da África do Sul cumpriria o Acordo de Nkomati. Nesse mesmo período, Chissano autorizou que representantes das igrejas católica e anglicana viajassem para Nairobi, no Quênia, para dialogar com dois representantes da RENAMO (Human Rights Watch, 1992).

Neste período, início de 1988, estavam em andamento duas iniciativas de paz, aparentemente distintas, mas complementares. A primeira foi conduzida pela Comunidade de Santo Egídio²⁸ e por Dom Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira. Embora a Igreja já expressasse os seus apelos pela paz desde 1984, foi em 1987 que ela reforçou a sua posição com a publicação da carta pastoral intitulada “*A Paz que o Povo Quer*”. Esta carta gerou desconforto no regime da FRELIMO, que relutava em aceitar a ideia de ser igualmente responsável pela guerra, como a RENAMO. Para alguns membros da FRELIMO, a carta representava uma aliança da Igreja Católica com os guerrilheiros (Venâncio e Chan, 1998).

Apesar da tensão histórica entre a Igreja Católica e o regime da FRELIMO, foi a partir dessa relação que se concretizaram avanços importantes no processo de pacificação do país. Antes da independência, a Igreja Católica era vista como um dos pilares do regime colonial, mas no Estado pós-colonial ela buscou legitimar-se por meio da sua mediação no processo de paz (Venâncio e Chan, 1998; Rupiya, 1998; Turner e Federer, 2024). No período pós-independência, a Igreja Católica foi alvo de ataques por parte da FRELIMO, com muitos padres sendo expulsos do país e milhares de testemunhas de Jeová sendo acusadas de atividades subversivas e enviadas para campos de reeducação. Essas políticas encontraram apoio entre os excluídos da sociedade colonial, que viam na FRELIMO a liderança legítima da luta pela independência e confiavam nas novas estruturas do partido (Brito, 2019).

Nos finais da década de 1980, num contexto de crescente hostilidade, iniciou-se um processo de aproximação entre a FRELIMO e a Igreja Católica, o que viabilizou, em grande parte, as negociações para a paz. Durante os primeiros contatos entre a Igreja e a RENAMO, ficou claro que a liderança da RENAMO também estava exausta com a continuidade do conflito. Nesse contexto, a FRELIMO elaborou um documento com doze pontos, apelando para o fim dos ataques e propondo o início de um diálogo para a pacificação e normalização da vida no país. Este “*non-paper*”, revelado por Joaquim Chissano em 1989, recebeu ampla aprovação internacional e marcou um passo significativo rumo ao fim do conflito (Human Rights Watch, 1992; Bekoe, 2008).

As negociações culminaram na assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) a 4 de outubro de 1992, que estabeleceu sete protocolos abordando várias resoluções, incluindo a intervenção das Nações Unidas no processo de pacificação e a legalização da RENAMO

²⁸ A Comunidade de Santo Egídio é uma organização católica fundada em 1968, inicialmente composta por círculos de esquerda na Itália e outros países em desenvolvimento. Com cerca de 15.000 voluntários missionários em 20 países, muitos dos quais trabalhando na costa oriental da África, a Comunidade envolveu-se na política moçambicana desde o início da década de 1980, desempenhando um papel essencial na organização de encontros entre o Partido Comunista Italiano (PCI) e a hierarquia católica moçambicana. Inicialmente, a Comunidade usou a sua conexão com o PCI para persuadir a FRELIMO a interromper a perseguição à Igreja Católica, tornando-se fundamental na aproximação entre a FRELIMO e o Vaticano (Venâncio e Chan, 1998).

como um partido político, com plenos direitos de participação na vida política do país (Sanches, 2014). O AGP foi precedido pela aprovação da primeira Constituição Democrática e Multipartidária de Moçambique, que abriu caminho para a realização das eleições fundadoras da era democrática (Harrison, 1996).

Poucos meses antes da aprovação da Constituição da República, em novembro de 1990, a FRELIMO iniciou um processo de reestruturação interna, visando adaptar-se à fase pós-regime de partido único. Duas leis importantes foram aprovadas: a Lei 4/90 (Estatuto Geral dos Funcionários do Estado) e a Lei 5/90 (Lei de Transferência dos Funcionários do Partido FRELIMO para o Estado), ambas datadas de 26 de setembro de 1990. O artigo 2 da Lei 5/90 estabelecia que:

Poderão ser titularizados numa categoria das carreias profissionais do aparelho do Estado:

[...] c) Os trabalhadores do partido FRELIMO e dirigentes e trabalhadores das organizações democráticas de massas, nomeadamente, Organização da Mulher Moçambicana, Organização dos Trabalhadores de Moçambique, Organização dos Continuadores da Revolução Moçambicana, Associação dos combatentes da Luta de Libertação Nacional e Associação Moçambicana de Amizade e Solidariedade com os povos;

1. Os funcionários do Estado afetados à FRELIMO, organizações socioculturais, empresas estatais ou intervencionadas, serão reclassificados de acordo com a presumível progressão normal na carreira e atendendo às funções que exerceram fora do aparelho de Estado.

A Lei 5/90, de 26 de setembro, estabeleceu a equiparação das funções das direções da Frelimo e das organizações democráticas de massas às do Estado. Por exemplo, o Secretário do Comité Central era equiparado a ministro; o Secretário-Adjunto do Comité de Controlo, a vice-ministro; o Chefe de Departamento do Comité Central, a Secretário de Estado; e o vice-chefe de departamento, a diretor nacional, entre outros²⁹. Essa medida indicava a preparação da FRELIMO para a nova era de gestão do Estado.

Por um lado, afirma-se que Joaquim Chissano, ao perceber que a transição do regime era inevitável, procurou preparar o Estado, acomodando alguns membros do seu partido para

²⁹ Em entrevista com um jornalista e ativista social – 03.09.2020. Para mais detalhes vide a Lei 5/90 de 26 de setembro atinente à afetação de militantes e outros cidadãos nas categorias de carreiras profissionais do aparelho do Estado.

uma possível perda de poder da FRELIMO ³⁰. Por outro lado, a estratégia da FRELIMO não visava apenas acomodar os seus quadros, mas também garantir a continuidade da gestão do Estado sob a égide do partido único. Como resultado, o fim do regime de partido único não implicou o fim do domínio da FRELIMO sobre o Estado, mas sim a consolidação desse domínio por outras vias (Sanches, 2014; Macamo, 2014; Macuane, Dendere, 2019; Bussoti, 2023). Em primeiro lugar, a transição foi completamente controlada, envolvendo a polícia, o exército e os serviços secretos. Em segundo lugar, é paradoxal que a oposição da RENAMO, que se autointitulava combatente pela democracia, se tenha preocupado mais com a inclusão dos seus membros nos serviços secretos, militares e na polícia e pouco com a negociação para a construção de instituições do Estado. Por fim, a RENAMO não se empenhou na profissionalização dos órgãos de gestão eleitoral, limitando-se a garantir a representatividade partidária nesse órgão, resultando nas controvérsias que se assistem até a atualidade (Brito, 2009).

Destas posturas, surgem duas explicações possíveis para a atuação pouco estruturada e politicamente desconcertante da RENAMO. A primeira sugere que a RENAMO estava apenas interessada em negociar uma partilha clientelista dos espaços de poder, visando acomodar os interesses da sua elite partidária no contexto da paz, o que podemos chamar de “negociar a paz para acomodar os apetites da elite partidária”. A segunda hipótese considera que a RENAMO, no momento da assinatura do Acordo Geral de Paz, não possuía quadros qualificados para enfrentar os desafios da construção do Estado, sendo composta maioritariamente por guerrilheiros com pouca instrução e habilidades para lidar com processos complexos. Embora esta segunda hipótese seja válida, ela não exclui a primeira, mas a complementa.

Entre as mudanças introduzidas pela Constituição de 1990, destaca-se a adoção do regime democrático e multipartidário, que marcou a transição da “República Popular de Moçambique” para a “República de Moçambique”, um Estado concebido como independente, soberano, democrático e de justiça social, baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática e no respeito aos direitos e liberdades fundamentais do homem³¹.

Apesar da Constituição de 1990 prever um regime democrático, isso, por si só não garante a instalação imediata de uma democracia plena, na qual os conflitos inter e intrapartidários sejam geridos de forma eficaz (Maliyamkono e Kanyongolo, 2003:20). Como destaca Smith (2003), negociar o fim do autoritarismo envolve três questões principais: a

³⁰ Tomás Vieira Mário, em entrevista concedida no dia 23 de setembro de 2020.

³¹ Ver Constituição da República de Moçambique de 1990.

construção de um acordo constitucional, o dismantelamento dos órgãos governamentais autoritários e a abolição de leis inadequadas para a política democrática.

Embora as mudanças no final da década de 1980 e início da década de 1990 tenham gerado euforia sobre o início de uma “nova era” na estrutura política do Estado, muitas continuidades permaneceram, além da dimensão ideológica. De acordo com Brito (2009), embora o sistema multipartidário tenha sido adotado a partir de 1990, os termos do Acordo Geral de Paz podem ser apontados como responsáveis pela relativa fragilidade do atual sistema democrático moçambicano. Assim, o mecanismo de transição democrática condicionou a redefinição do espaço político em Moçambique.

Na literatura sobre democratização, uma corrente associa o sucesso da transição democrática ao grau de participação cidadã no processo de mudança de regime, reconhecendo a importância da dimensão substantiva da democracia. A *Freedom House*, no seu estudo de 2005, analisou a dinâmica democrática em 67 países, intitulado *How Freedom is Won. From Civic Resistance to Durable Democracy*. Nessa pesquisa, Karatnyacy e Ackerman (2005) revelaram a relação entre o envolvimento cívico na mudança de regime e o estado de liberdade pós-transição. Nos 50 países cujas transições foram impulsionadas por movimentos cívicos não violentos, cerca de 64% se tornaram democracias liberais, enquanto apenas 18% não se tornaram democracias. Em contraste, nos 14 países onde as elites dominantes conduziram a transição, apenas 14% se tornaram democracias liberais, enquanto 50% permaneceram regimes não democráticos. Finalmente, nas transições que resultaram de coalizões cívicas fortes, 75% tornaram-se democracias liberais e apenas 6% se mantiveram como regimes não democráticos.

Esta análise ajuda a compreender a dinâmica democrática em Moçambique, onde a transição foi conduzida pelas elites da FRELIMO e da RENAMO, por meio de pactos como o Acordo Geral de Paz, assinado em 1992, e outros arranjos institucionais que acomodaram os interesses das duas principais forças políticas do país. Em termos mais simples, a literatura revela que há uma maior probabilidade de transições democráticas bem-sucedidas quando existe forte apoio das organizações cívicas. Quando apenas as elites conduzem a transição, as chances de fracasso aumentam (Karatnyacy e Ackerman, 2005; Riedl, 2014; Cheeseman, 2015). Ou seja, quanto mais coesa, pacífica e vigorosa for a sociedade civil, maior será a probabilidade de alcançar uma transição bem-sucedida, enquanto a ausência de uma sociedade civil ativa é prejudicial à democracia liberal.

Brito (2009) explica as limitações das liberdades e dos demais princípios democráticos, baseando-se na ideia de que o processo de transição foi baseado no reconhecimento do governo FRELIMO e não do estabelecimento de instituições de transição capazes de fazer a rutura com o passado e com a lógica de hegemonia das forças militarizadas dominante até então. Disto resulta que todo o aparelho de transição foi

concebido para proteger os interesses da RENAMO no seu processo de reintegração e acomodação no Estado e não para rever as regras e criar uma dinâmica social e política, através de um modelo de negociação e cedências entre as elites políticas do país. Assim, a FRELIMO pôde manter praticamente intacto o aparelho da administração pública que tinha criado e consolidado desde a independência, assim como reforçar o aparelho da polícia e segurança.

O processo de transição política em Moçambique foi, por outro lado, conforme já descrito anteriormente, centrado nas duas principais forças ex-beligerantes, a FRELIMO e a RENAMO, excluindo qualquer protagonismo de outras forças políticas ou da sociedade civil nas eleições de 1994, que marcaram o início da era multipartidária no país (Mazula, 1995; Brito, 2009; Sanches, 2014). Além disso, uma característica marcante deste processo foi o grande apoio financeiro da comunidade internacional. Os doadores não apenas financiaram a transição e os partidos políticos, mas continuam a contribuir com recursos que representam, até hoje, mais de metade do orçamento do Estado. Um dos efeitos perversos dessa dependência é que, tanto o governo, quanto as forças políticas se veem mais dependentes dos doadores do que dos próprios cidadãos, enfraquecendo o processo de prestação de contas, reduzindo o espaço para o debate e a negociação de interesses típicos de uma democracia pluralista, e reforçando uma atitude paternalista por parte do governo, do Estado e, de forma geral, das forças políticas (Brito, 2009).

Após a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, o grande desafio que se seguiu foi a construção de instituições capazes de atender às expectativas dos principais atores políticos do país. A literatura sobre reconstrução institucional pós-conflito aponta que as guerras terminadas com a vitória dos rebeldes têm mais probabilidade de resultar em processos democráticos, pois os insurgentes vitoriosos, com poder militar, podem penalizar os opositores e têm incentivos para governar de maneira justa, visando conquistar a legitimidade, tanto dos cidadãos, quanto da comunidade internacional. Em contraste, os contextos de negociação para transições tendem a gerar novos ciclos de violência e autoritarismo à medida que governos frágeis reprimem a oposição (Lyons, 2016). Para o caso de Moçambique, este princípio não pode ser aplicado, pois a guerra terminou com um processo negociado e que manteve a FRELIMO e grande parte da sua estrutura administrativa e burocrática da era monopartidária no poder.

Para Sumich (2008a:114), o sucesso da organização do poder, dentro e ao redor do partido FRELIMO, decorre do controlo que este exerce sobre o Estado. Em outras palavras, “o Estado tem permanecido como a fonte primária ou garantia do poder da elite da FRELIMO”, o que confere a capacidade do partido de liderar o governo e gerir a economia.

A estruturação do poder em Moçambique, entendida dentro da lógica do *path dependence*, revela que, apesar das reformas institucionais profundas no plano jurídico, estas

mostraram-se fracas na prática, o que resultou no que Sanches (2014) denominou de “Novo contexto, mas velha política”. Em outras palavras, quase 30 anos após a transição política, ainda persistem grandes lacunas em relação aos princípios democráticos. Há registos frequentes de repressão dos direitos e liberdades civis, limitações e intimidações no âmbito da atuação da imprensa e partidos da oposição frágeis, sem capacidade significativa de desafiar a FRELIMO nas disputas eleitorais. Isso contribui para a consolidação do domínio de um único partido, inclusive no parlamento.

A mudança de regime em Moçambique foi, portanto, um fenómeno mais circunstancial, respondendo às pressões internas geradas pela guerra e às pressões internacionais contrárias ao autoritarismo, além do colapso do bloco soviético, do que um movimento fruto da convicção de que a democracia seria a base para a construção de um Estado mais inclusivo e que respeitasse os direitos dos cidadãos nas suas diversas dimensões (Cabrita, 2000; Manning, 2008; Sumich, 2008a). Nessas condições, a democracia surgiu como uma alternativa para escapar da crise em que o país se encontrava, a qual desafiava a legitimidade doméstica e tornava insustentável a permanência do regime autoritário, sendo menos o produto de uma crescente maturidade da consciência democrática das elites políticas e quase inexistente na sociedade civil.

Após a transição, Moçambique realizou doze eleições: seis gerais (1994, 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019) e seis autárquicas (1998, 2003, 2008, 2013, 2018 e 2023). Em todas as eleições gerais, a FRELIMO e os seus candidatos saíram vencedores.

Tabela 17: Resultados eleições presidenciais em Moçambique (1994-2019)

Eleições	Candidato	Partido	% Votos
1994	Joaquim Chissano	FRELIMO	53,30%
	Anfonso Dhlakama	RENAMO	33,73
1999	Joaquim Chissano	FRELIMO	52,30%
	Afonso Dhlakama	RENAMO	47,70%
2004	Armando Guebuza	FRELIMO	63,70%
	Afonso Dhlakama	RENAMO	31,70%
2009	Armando Guebuza	FRELIMO	75%
	Afonso Dhlakama	RENAMO	16%
2014	Filipe Nyusi	FRELIMO	57,03%
	Afonso Dhlakama	RENAMO	36,61%
	Daviz Simango	MDM	6,36%
2019	Filipe Nyusi	FRELIMO	73%
	Ossufo Momade	RENAMO	21,88%
	Daviz Simango	MDM	4,38%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da CNE e STAE: <http://stae.org.mz/>

Nas eleições autárquicas, apesar de alguma alternância de poder em parte dos municípios, a FRELIMO continua a dominar a grande maioria dos conselhos autárquicos. A

bipolarização da arena política moçambicana, resultante da guerra civil, foi transferida para o novo contexto eleitoral, em que o partido no poder e a oposição disputam a hegemonia política.

Em outubro de 1994, realizaram-se as primeiras eleições gerais e multipartidárias, num ambiente de tensão pós-guerra civil e expectativas por uma transição política bem-sucedida (ao contrário do que ocorreu em Angola, por exemplo)³². Nesse processo, a FRELIMO e o seu candidato, Joaquim Chissano, saíram vencedores. Chissano obteve 53% dos votos nas eleições presidenciais, enquanto a FRELIMO conquistou 129 dos 250 assentos parlamentares. A RENAMO, por sua vez, obteve 37,8% dos votos, o que lhe garantiu 112 assentos, enquanto a União Democrática conquistou 9 lugares no parlamento.

Em 1999, o processo eleitoral foi marcado por controvérsias. A FRELIMO e o seu candidato, Joaquim Chissano, novamente sagraram-se vitoriosos, mas o resultado foi amplamente contestado pela RENAMO, que acusou os órgãos eleitorais de fraude. Joaquim Chissano obteve 52,9% dos votos, contra 47,71% de Afonso Dhlakama, seu principal adversário. Em termos de votos partidários, a FRELIMO conquistou 48,55%, enquanto a RENAMO obteve 38,79%³³. Após a divulgação dos resultados, a RENAMO expressou a sua indignação, culminando em manifestações violentas, com destaque para os confrontos no distrito de Montepuez, em Cabo Delgado, que resultaram em 43 mortos e dezenas de presos sob condições deploráveis (Cahen, 2001). Essas eleições representaram o ponto mais crítico de violência pós-eleitoral na história recente de Moçambique.

Como forma de superar a tensão pós-eleitoral, a RENAMO propôs conversações com o Governo para discutir a partilha do poder, o que levou à nomeação de um representante para um grupo de trabalho de negociação pela paz. O decurso destas negociações resultou na expulsão de Raul Domingos da RENAMO, um dos principais negociadores do Acordo Geral de Paz (AGP), acusado de conspirar contra a sua própria formação política a favor da FRELIMO (Manning, 2008)³⁴.

No ciclo eleitoral seguinte, a FRELIMO reafirmou o seu domínio vencendo novamente as eleições e conquistando a maioria no parlamento. Nos três processos eleitorais analisados, observa-se uma clara tendência de domínio da FRELIMO, que obteve maiorias parlamentares consistentes, como ilustrado nas tabelas (17 e 18) e na figura (11), que apresentam os resultados globais e evidenciam o controlo eleitoral do partido no poder. Com

³² Apesar do não retorno a uma guerra civil, Moçambique tem estado a experimentar situações recorrentes de instabilidade política e militar, principalmente desde 2012, envolvendo o partido Renamo e o exército nacional.

³³ Comissão Nacional de Eleições (CNE, 2000).

³⁴ Vide igualmente: <https://www.mol.co.mz/notmoc/000925po.html> - consultado a 10 de setembro de 2024.

essas vitórias sucessivas, a FRELIMO consolida-se como um partido dominante, conforme o critério de Sartori (1976). A RENAMO, embora seja a segunda maior força política do país, no intervalo temporal de 1994 - 2019, continua a ocupar a posição de oposição principal, seguida timidamente pelo Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

Tabela 18: Eleições Legislativas em Moçambique (1994-2004): votos (%) e total de assentos (por província)

(1)	1994						1999				2004				
	FRELIMO		RENAMO		UD		FRELIMO		RENAMO		FRELIMO			RENAMO	
	%Voto	Assentos	%Voto	Assentos	%Voto	Assentos	%Voto	Assentos	%Voto	Assentos	%Voto	Assentos	%Voto		Assentos
Norte															
Cabo Delgado	57,8	15	22,7	6	5,8	1	61	16	26,6	6	73,7	18	16,9		4
Nampula	30,6	20	48,4	32	4,5	2	39,1	24	43,9	26	47,4	27	39,2		23
Niassa	46,3	7	32,8	4	6	0	39,8	6	45,8	7	64,8	9	26,4		3
Centro															
Manica	27,1	4	57,9	9	4	0	31,7	5	56,9	10	45,2	7	44,7		7
Sofala	14,2	3	76	18	1,4	0	19,3	4	60,4	17	25,1	6	63,8		16
Tete	31	5	49,1	9	5,9	1	37,1	8	49,2	10	73,1	14	20,8		4
Zambézia	31,4	18	52	29	4,5	2	25,9	15	59,1	34	35,5	19	51,5		29
Sul															
Gaza	81,4	15	2,7		6,9	1	86,9	16	3,5		93,4	17	1,7		
Inhambane	59,5	13	12,9	3	11,8	2	61,9	13	20,6	4	76	15	9,7		1
Maputo Cidade	78,8	17	9	1	2,8	0	82,6	14	13,6	2	81,5	14	13,5		2
Maputo Província	77,6	12	7	1	5,9	0	84,7	12	9,5	1	84,8	12	8,7		1
África											90,7	1	7,1		
Resto do mundo											70,5	1	26,3		
Total	44,3	129	37,8	112	5,5	9	48,6	133	38,8	117	61,5	160	29		90
% Participação	87,9						67,9				36,3				

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de uma combinação de bases de dados: resultados oficiais divulgados pela CNE; Sanches (2014); CIP (Boletim Sobre o Processo Político) – disponível em: https://www.cipeleicoes.org/wp-content/uploads/2020/01/BPPM-58-Eleicoes-Gerais-2019-96_Relatorio-Final-compactado.pdf - consultado a 05/09/2024.

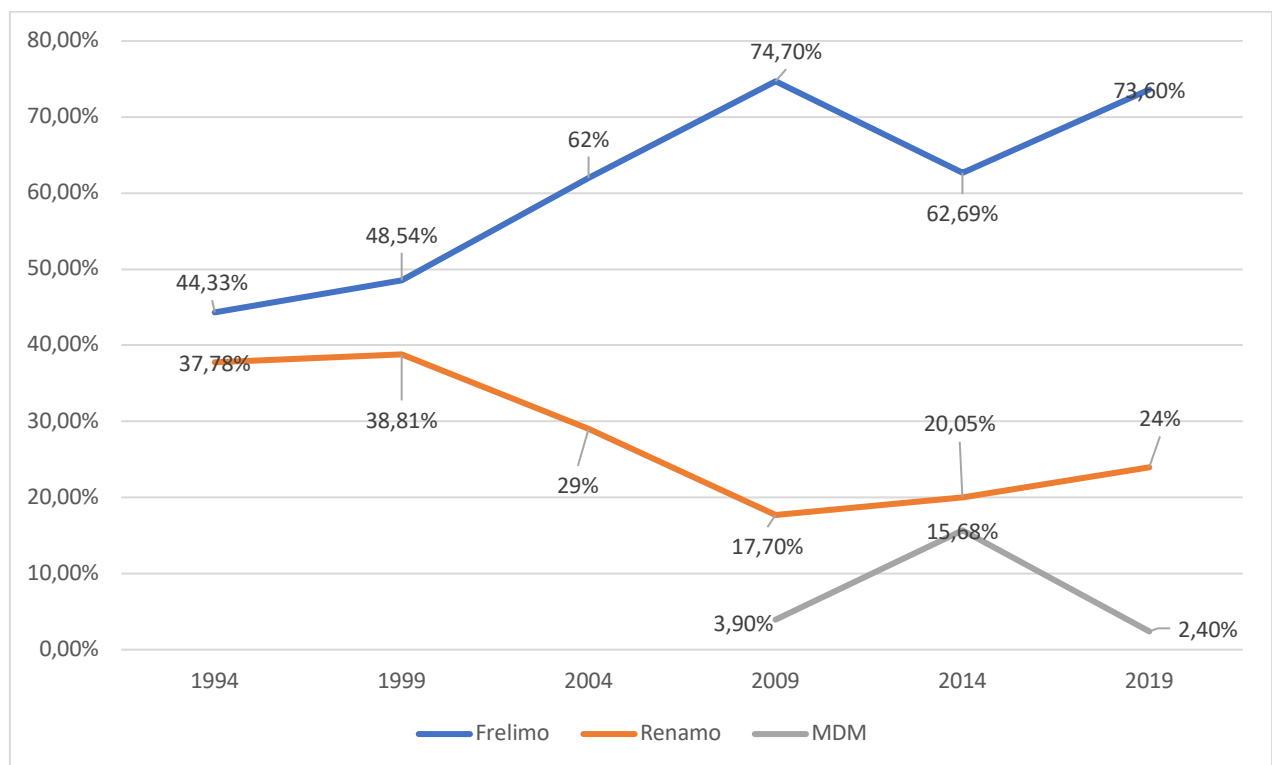
2009						2014						
(2)	FRELIMO		RENAMO		MDM		FRELIMO		RENAMO		MDM	
	%Voto	Assentos	%Voto	Assentos	%Voto	Assentos	%Voto	Assentos	%Voto	Assentos	%Voto	Assentos
Norte												
Cabo Delgado	80,8	19	14,9	3	0	0	76,6	19	15,7	3	3,9	0
Nampula	65,7	32	28,4	13	0	0	44,6	22	44,3	22	6,9	3
Niassa	81,3	12	13,1	2	3,4	0	49,3	7	40	6	7,9	1
Centro												
Manica	71	12	25	4	0	0	47,2	8	45,2	8	4,8	0
Sofala	50,8	10	23,1	5	23,4	5	36,2	8	47,4	10	13,9	3
Tete	87,2	18	10,3	2	0	0	46,5	11	45,34	10	5,8	1
Zambézia	53,6	26	40,8	19	0	0	39	18	46,7	22	10,6	5
Sul												
Gaza	96,9	16	1,4		0	0	91,8	14	2,5	0	3,4	0
Inhambane	83,7	15	6,9	1	4,5	0	72,1	12	15,3	2	5,19	0
Maputo Cidade	76,6	14	5,4	1	16,5	3	62,8	11	20,1	3	15,7	2
Maputo Província	88,4	15	7,8	1	3,9	0	68,4	12	17,2	3	12,3	2
África	95,4	1	3,5		0		90,6	1	6,5	0	1,9	0
Resto do mundo	84,8	1	8,5		0		73,8	1	8,7	0	16,2	0
Total	74,7	191	17,7	51	39,9	8	61,5	144	27,3	89	8,3	17
% Participação	46						48,49					

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de uma combinação de bases de dados: resultados oficiais divulgados pela CNE; Sanches (2014); CIP (Boletim Sobre o Processo Político) – disponível em: https://www.cipeleicoes.org/wp-content/uploads/2020/01/BPPM-58-Eleicoes-Gerais-2019-96_Relatorio-Final-compactado.pdf - consultado a 05/09/2024.

2019							
(3)	FRELIMO			RENAMO		MDM	
	%Voto		Assentos	%Voto	Assentos	%Voto	Assentos
Norte							
Cabo Delgado	74		18	20,3	5	3,1	0
Nampula	58		28	35	16	3,4	1
Niassa	67,2		9	27,9	4	2,9	0
Centro							
Manica	73,6		13	22,4	4	2,5	0
Sofala	66,3		14	20,2	4	12,3	2
Tete	76,3		17	20,3	4	2	0
Zambézia	65,5		28	29,6	12	3,4	1
Sul							
Gaza	93,5		22	2,6	0	1,7	0
Inhambane	77,4		11	13,8	2	4,4	0
Maputo Cidade	61,6		8	27,8	4	7,8	1
Maputo Província	66,2		14	26,3	5	4,7	1
África	92,7		1	3,9	0	2	0
Resto do mundo	67,3		1	18,9	0	11,5	0
Total			184		60		6
% Participação	48,64						

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de uma combinação de bases de dados: resultados oficiais divulgados pela CNE; Sanches (2014); CIP (Boletim Sobre o Processo Político) – disponível em: https://www.cipeleicoes.org/wp-content/uploads/2020/01/BPPM-58-Eleicoes-Gerais-2019-96_Relatorio-Final-compactado.pdf - consultado a 05/09/2024.

Figura 11: Resultados eleições legislativas (1994 – 2019)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em resultados oficiais divulgados pela CNE

A dinâmica eleitoral em Moçambique tem sido predominantemente marcada, por um lado, pela consolidação do domínio da FRELIMO, como atestam os resultados eleitorais oficiais, que, embora evidenciem esse controlo, têm sido objeto de contestações sistemáticas por parte da oposição, que aponta irregularidades no processo eleitoral (CIP, 2020; Vines, 2020; Pitcher, 2020; Do Rosário, 2020; Mais Integridade, 2023; Do Rosário e Muendane, 2016; Do Rosário e Guambe, 2024).

O contexto do regime moçambicano e, consequentemente, o padrão de desempenho eleitoral, pode ser interpretado à luz da abordagem proposta por Smith (2003) sobre as transições políticas em África. A transição de Moçambique de um regime de partido único para um sistema multipartidário seguiu um modelo reformista que, em grande medida, resultou em mais continuidades do que ruturas (Sanches, 2014; Nuvunga, 2018; Sanches, Macuane e Dendere, 2019). Assim, a mudança do sistema de partido único para o multipartidarismo não foi capaz de romper com a cultura política de controlo estatal, repressão e rejeição ao “outro”, características que continuam a permear a política moçambicana. Desde as eleições de 1994 até 2019, o domínio eleitoral da FRELIMO foi, de forma recorrente, contestado pela oposição, especialmente em função das alegadas irregularidades no processo eleitoral, como documentado por

várias agências de observação eleitoral³⁵ (Do Rosário e Muendane, 2016), o que pode, em parte, explicar a prevalência de arenas de violência política e uma competição política limitada. Este cenário evidencia a existência de uma trajetória de alterações institucionais que, embora de carácter democrático, preservam, simultaneamente, elementos de inércia autoritária.

A oposição, em Moçambique, por sua vez, não se preparou adequadamente para uma transição genuína para a democracia, limitando-se a um posicionamento essencialmente anti-FRELIMO, o que se traduziu num discurso de oposição que carecia de uma proposta alternativa robusta para o país (Cahen, 1997; Chichava, 2009). Em muitos casos, o processo de resolução de conflitos foi orientado por concepções de pacificação, sem que as reformas institucionais fossem pensadas de maneira estratégica para consolidar o Estado. Ao contrário, muitas dessas reformas serviram para a distribuição de recursos entre as elites políticas dos dois principais partidos do país.

Por exemplo, a legislação eleitoral tem sido revista sucessivamente, mas ainda permanece aquém em termos de conferir maior legitimidade e transparência aos processos eleitorais, limitando-se a garantir a ocupação de alguns espaços institucionais por membros dos partidos com assento parlamentar.

Desta forma, o processo eleitoral, em Moçambique, tem desempenhado um papel crucial no retrocesso do país em direção a um modelo autoritário. O controlo sobre setores-chave do Estado, como a justiça, a comunicação pública, o poder legislativo, as forças armadas e as forças de ordem e segurança, é excessivamente centralizado nas mãos do partido incumbente. Isso cria um ambiente no qual a manipulação dos resultados eleitorais é vista como uma consequência natural de uma lógica mais ampla de governação (Macuane, Buur e Monjane, 2017; Morse, 2019; Bussotti, 2023; Rosário, 2024). O Conselho Constitucional³⁶, por exemplo, tem sido alvo de questionamentos por parte da opinião pública, especialmente em relação às suas decisões sobre o contencioso eleitoral.

Esta secção explorou aspetos históricos essenciais para a compreensão da dinâmica política em Moçambique, destacando elementos da luta pela independência, construção do Estado independente em contexto de guerra e instabilidade regional, e

³⁵ Para mais informação sobre o registo de irregularidades eleitorais em Moçambique, ler: Boletins de Processo Político da AWEPA, Relatórios de Observação Eleitoral da União Europeia, Relatórios de Observação Eleitoral do CIP.

³⁶ De acordo com o artigo 240 da Constituição da República de Moçambique: “1. O Conselho Constitucional é um órgão de soberania, ao qual compete especialmente administrar a justiça, em matérias de natureza jurídico-constitucional”.

transição para o multipartidarismo e para a paz. Olhar para estes elementos históricos e para a sua articulação com a construção de identidades políticas e divisões territoriais é crucial para compreender como o processo de construção do Estado moçambicano, enquanto principal *gatekeeper* no controlo do acesso aos recursos do Estado, determina a nacionalização dos partidos e do sistema partidário. Permite também perceber a relação dos partidos entre si e a relação entre os partidos e a sociedade e de que forma essas relações se foram transformando com o tempo.

5.2. Nacionalização dos partidos em Moçambique: mudanças e continuidades na era multipartidária

A análise do processo histórico moçambicano demonstra que a formação da sua estrutura política foi caracterizada pela bi-partidarização da competição política, centrada nos ex-partidos beligerantes e negociadores do processo de paz, a FRELIMO e a RENAMO. Apesar das reformas que abriram o espaço nacional para o exercício do multipartidarismo, a maioria dos partidos políticos permanece marginal, com poucas possibilidades de se constituírem como uma alternativa significativa no âmbito da competição político-eleitoral. A partir de 2009, observou-se a ascensão de uma terceira força política no parlamento, embora esta tenha mostrado uma tendência de regressão em termos de apoio popular.

Estudos anteriores, como o de Luís de Brito (2019), sobre a distribuição geográfica do voto, apontam para um cenário de equilíbrio entre os votos da FRELIMO e da RENAMO. No entanto, estruturalmente, estes partidos apresentam diferenças notáveis: enquanto a FRELIMO exerce domínio nas províncias do Sul (Maputo, Gaza e Inhambane) e em algumas regiões do extremo Norte (Cabo Delgado e Niassa), a RENAMO tem uma presença dominante nas zonas centrais e Norte do país, particularmente nas províncias de Manica, Sofala, Zambézia e Nampula.

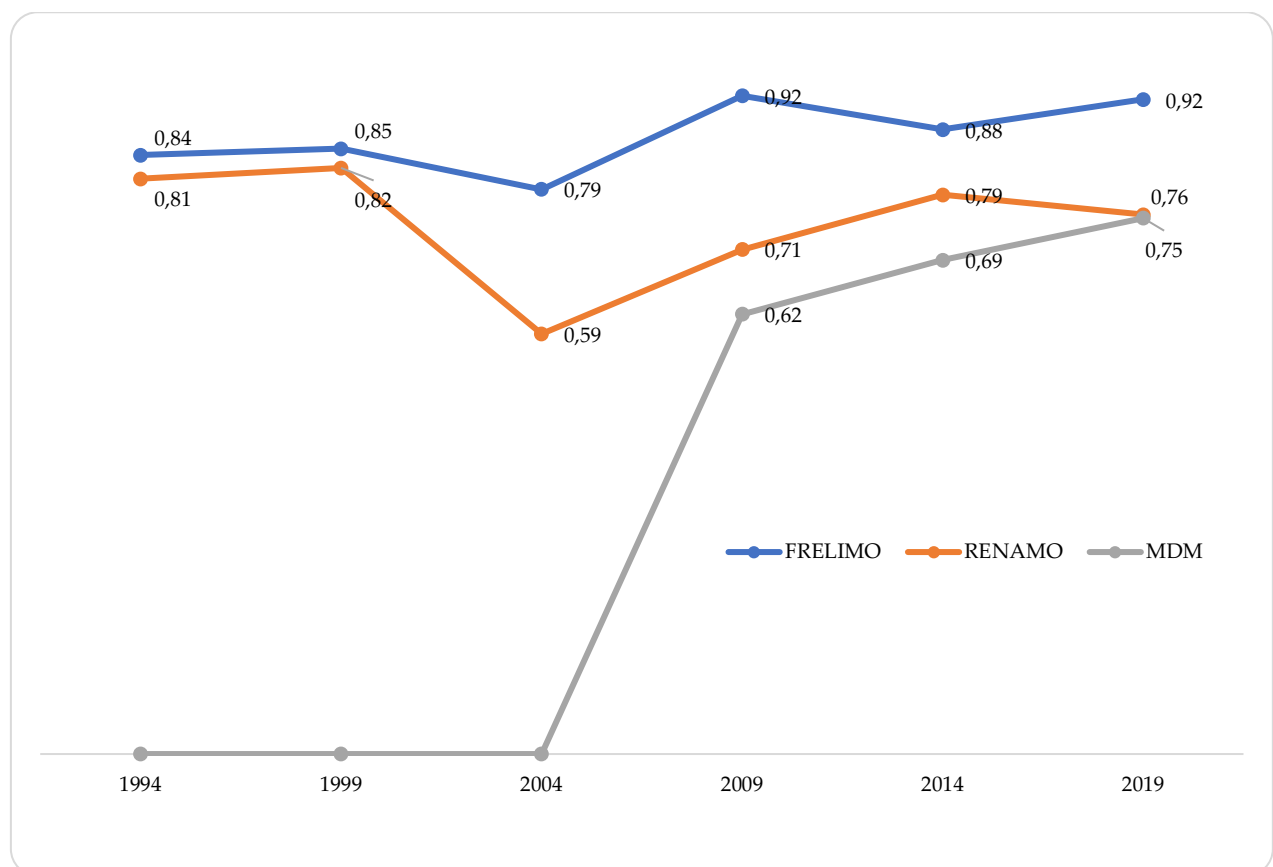
Brito (2019) explica a distribuição geográfica do voto com base em dimensões históricas, uma análise que se alinha com o argumento central desta pesquisa, que também privilegia as memórias de longo prazo construídas ao longo do tempo como parte da explicação para as determinantes do voto no país. A demarcação regional do voto reflete, em grande medida, a história do país, suas clivagens internas e as oposições entre grupos, cujas raízes remontam ao século XIX. Além disso, Brito (2019) destaca que a presença histórica de dirigentes da FRELIMO oriundos do Sul e do extremo Norte pode facilitar a identificação dos eleitores dessas regiões com o partido.

Por outro lado, a região Centro do país, historicamente marginalizada pela elite da FRELIMO, tem sido um campo de desconfiança mútua entre o Sul e o Centro.

Embora as contribuições de Brito (2019) forneçam elementos importantes para a análise, o seu estudo não aborda de maneira aprofundada a dimensão da nacionalização dos partidos e do sistema partidário em Moçambique. Contudo, os seus resultados são retomados nesta pesquisa para compreender, não apenas a influência da trajetória histórica da nacionalização, mas também a importância do controlo dos recursos pelo partido incumbente, que emerge como um fator relevante na análise da dinâmica, da nacionalização, dos partidos e do sistema partidário (NP e NSP).

A figura 12 ilustra a tendência da nacionalização dos partidos em Moçambique ao longo de um período compreendido entre (1994-2019), oferecendo um panorama das mudanças ocorridas nesse período.

Figura 12: Tendência dos índices de nacionalização dos partidos em Moçambique



Fonte: Elaborado pelo autor.

O partido FRELIMO apresenta índices de nacionalização elevados em comparação com os demais partidos (RENAMO e MDM), especialmente em 2004, quando ficou

ligeiramente abaixo do valor de 0,80. Este alto grau de nacionalização da FRELIMO pode ser explicado por diversos fatores, destacando-se a capacidade do partido de controlar as diferentes estruturas do Estado, desde as bases até aos níveis mais altos. “Apesar da Constituição de 1990 ter estabelecido um sistema multipartidário, a FRELIMO manteve-se como um partido-estado, perpetuando práticas autoritárias, embora num novo contexto histórico”³⁷.

Nesse sentido, Nuvunga e Salih (2010) argumentam que a FRELIMO utiliza a máquina do Governo como uma extensão da sua influência sobre o aparelho estatal. Nestas circunstâncias, a democracia é reduzida a um processo eleitoral e, após as eleições, o país retorna ao “*business as usual*”, caracterizado pela governação por meio de fiéis do partido e pela exclusão de opositores e críticos. Além disso, o controlo da FRELIMO sobre as principais instituições governamentais, como a polícia, o exército e as instituições eleitorais, fortalece o seu domínio sobre o poder, gerando incertezas sobre a liberdade e justiça das eleições.

Em contraste, os partidos da oposição, RENAMO e MDM, apresentaram um aumento significativo nos níveis de nacionalização nas eleições de 2014 e 2019. Este crescimento pode ser explicado, tanto pela mudança na conjuntura política nacional, quanto pela evolução da sociedade moçambicana. Embora fatores históricos e regionais ainda influenciem as preferências eleitorais, novos elementos, como o surgimento de uma geração mais jovem de eleitores e uma crescente tendência ao voto de protesto, também desempenham um papel importante. No entanto, é prematuro tirar conclusões definitivas sobre a natureza desse voto, já que Moçambique ainda carece de estudos mais aprofundados sobre o comportamento eleitoral.

De acordo com um jornalista entrevistado em 2020³⁸, a atuação dos partidos políticos em Moçambique, tanto no Governo, quanto na oposição, é frequentemente caracterizada por um discurso de contradição em relação ao governo em exercício. No entanto, a oposição ainda não conseguiu apresentar um projeto alternativo de governação credível. Este argumento reforça a ideia de que a oposição, muitas vezes, adota uma postura mimética, como discutido por Cahen (1997) e Chichava (2009), em vez de se apresentar como uma alternativa clara e viável de governo. Desta forma, o apoio à oposição pode ser visto, em parte, como um voto de protesto, mais do que um apoio aos projetos políticos desses partidos.

³⁷ Membro da Sociedade Civil – Investigador e ativista no Centro de Integridade Pública, em entrevista no dia 07 de agosto de 2024.

³⁸ Entrevista com um jornalista independente a 03/09/2024.

Nas eleições de 2019, o partido FRELIMO aumentou os seus níveis de nacionalização, se comparados com a eleição anterior em que se situava em 0,88, passando para 0,92, igualando o seu máximo histórico alcançado em 2009. Já o partido RENAMO experimentou uma ligeira redução da sua nacionalização de 0,79 para 0,76. Por seu turno, o partido MDM, a terceira maior força política do país, registou o crescimento dos seus níveis de nacionalização, de 0,69 em 2014 para 0,75 em 2019. Apesar da manutenção dos índices de nacionalização dos dois partidos da oposição acima da média, este fator não se relacionou diretamente com a manutenção ou aumento do número de assentos na Assembleia da República, pelo contrário, as eleições de 2019, representaram a erosão do número dos assentos destes partidos e a consolidação cada vez mais evidente do partido dominante (ver tabela 18 nas páginas 133-134). Observando-se a nacionalização do sistema partidário em Moçambique, a figura 15 mostra variações, dependendo da localização geográfica, o que sugere que fatores regionais também desempenham um papel importante na configuração do apoio eleitoral.

Em suma, os dados indicam que o grau de nacionalização partidária em Moçambique reflete, não apenas as dinâmicas políticas históricas e regionais, mas também as mudanças na sociedade e o surgimento de novas formas de comportamento eleitoral, como o voto de protesto, que desafia a narrativa tradicional sobre os partidos políticos e sua capacidade de mobilização.

Figura 13: Tendência dos índices de nacionalização do sistema partidário por província



Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com a Figura 13, observa-se que as províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Inhambane e a Cidade de Maputo apresentam índices de nacionalização do sistema partidário, superiores a 0,80. Em contraste, a província de

Sofala destaca-se como a que apresenta o menor índice de nacionalização a nível nacional.

A explicação para o baixo índice de nacionalização em Sofala, certamente, exige estudos mais aprofundados no futuro, mas nesta análise podem-se sugerir algumas pistas explicativas. Historicamente, Sofala foi um dos bastiões da RENAMO durante a guerra civil, com o seu quartel-general localizado em Casa Banana, no distrito de Gorongosa, onde o movimento conseguiu inserir-se fortemente e desenvolveu ligações profundas com a população daquela região (Cahen, 2021). Este contexto histórico tem um impacto significativo nas preferências eleitorais da região, com uma parte considerável do eleitorado votando na RENAMO devido às memórias de longo prazo associadas à guerra civil.

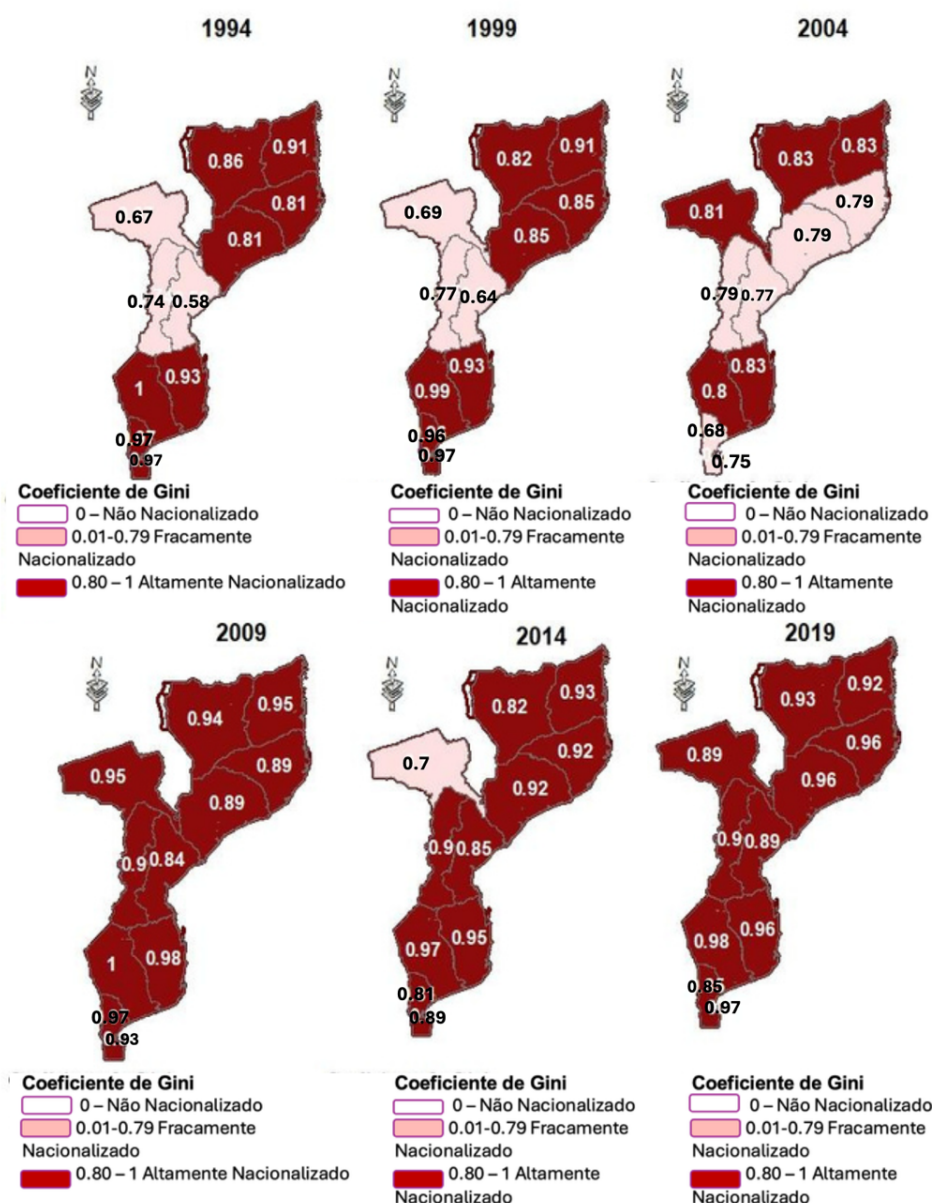
Por outro lado, em algumas áreas da província, a FRELIMO tem conseguido consolidar uma base de apoio social, o que se reflete no aumento gradual dos seus assentos parlamentares, como ilustrado na figura 15. Além disso, Sofala é também o bastião do MDM, particularmente na cidade da Beira, que atualmente é a única autarquia sob a gestão deste partido.

Portanto, Sofala tem sido um palco de intensa disputa eleitoral, com cada um dos principais partidos (FRELIMO, RENAMO e MDM) encontrando apoio eleitoral de forma desigual. Existe uma clara tendência intra provincial de regionalização dos partidos, o que contribui para o baixo índice de nacionalização partidária na província. Este fenómeno reflete a fragmentação política local, em que o apoio partidário é altamente concentrado em determinadas regiões, em vez de ser distribuído de maneira homogénea em todo o território provincial.

A análise detalhada da nacionalização partidária torna-se ainda mais interessante quando observamos os scores de nacionalização desagregados por províncias/círculos eleitorais, desta vez projetados no mapa. Assim, as figuras 11, 12 e 13, ilustram, visualmente, a distribuição da nacionalização, respetivamente, dos partidos políticos, FRELIMO, RENAMO e MDM, por cada círculo eleitoral (vide também o anexo: A7, a tabela contendo a distribuição da nacionalização partidária por província).

A utilização de mapas permite uma análise mais detalhada da geografia da nacionalização, mostrando como ela se distribui pelo território. A variação na nacionalização é representada por um esquema de cores, acompanhado de uma legenda para facilitar a interpretação dos dados.

Figura 14: Nacionalização partidária - partido FRELIMO (1994-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor

Nas eleições de 1994, as primeiras sob um sistema multipartidário em Moçambique, o partido FRELIMO apresentou níveis elevados de nacionalização partidária, com um domínio claro na região sul e parte do Centro e Norte do país. A distribuição do voto foi amplamente homogênea nestas regiões, refletindo a forte presença e influência do partido. Em 1999, essa tendência repetiu-se, com uma distribuição do apoio eleitoral

muito semelhante à verificada nas eleições anteriores, evidenciando a continuidade do controlo da FRELIMO sobre a maioria do território nacional.

Com as eleições de 2004, marcadas pela transição de liderança dentro da FRELIMO, após o fim do mandato de Joaquim Chissano, Armando Emílio Guebuza foi escolhido como candidato presidencial. Embora o partido tenha vencido novamente as eleições, o cenário de nacionalização do partido sofreu algumas mudanças. Em comparação com as eleições de 1999, a FRELIMO não conseguiu atingir a marca de 0,9 em nenhum círculo eleitoral. Esse desempenho, inferior ao das eleições anteriores, pode ser interpretado em parte pela diminuição da popularidade de Guebuza em relação a Chissano que, durante o seu mandato, tinha sido alvo de críticas internas por supostamente fragilizar a estrutura partidária da FRELIMO (Brito, 2020)³⁹. A transição para a liderança de Guebuza envolveu a introdução de um novo discurso, caracterizado por um afastamento do estilo de governação de Chissano, o que pode ter influenciado a coesão interna do partido e, por consequência, a nacionalização do partido.

Em 2009, durante o segundo mandato de Guebuza, observou-se uma mudança significativa na distribuição do apoio eleitoral. A FRELIMO conseguiu expandir ainda mais a sua base de apoio, particularmente nas províncias do Centro e Norte do país, como Tete, Manica e Niassa, onde os níveis de nacionalização aumentaram substancialmente. A província de Niassa, por exemplo, passou de 0,83 em 2004 para 0,94 em 2009. No Sul do país, a FRELIMO continuou a manter um forte domínio, com destaque para Maputo Cidade, Maputo Província, Gaza e Inhambane. A região de Sofala, tradicionalmente mais contestatária, também apresentou uma tendência de votação mais homogênea para a FRELIMO em relação às eleições anteriores.

O fortalecimento da FRELIMO ao longo do mandato de Guebuza foi notável, com a intensificação da sua presença nas regiões rurais. Estratégias como programas de transferência condicional de recursos, como os “7 milhões para o combate à pobreza rural”, desempenharam um papel importante no fortalecimento da capacidade organizacional do partido, o que pode ter contribuído para o aumento da nacionalização (Orre e Forquilha, 2012; Brito, 2017).

Nas eleições de 2014, Filipe Nyusi foi escolhido como o candidato presidencial da FRELIMO após disputas internas sobre a sucessão de Guebuza. Nesse pleito, o partido FRELIMO experimentou um decréscimo no índice de nacionalização, evidenciado pela maior fragmentação do apoio eleitoral no território. Comparado com o governo de

³⁹ Miguel de Brito em entrevista concedida no dia 11 de setembro de 2020.

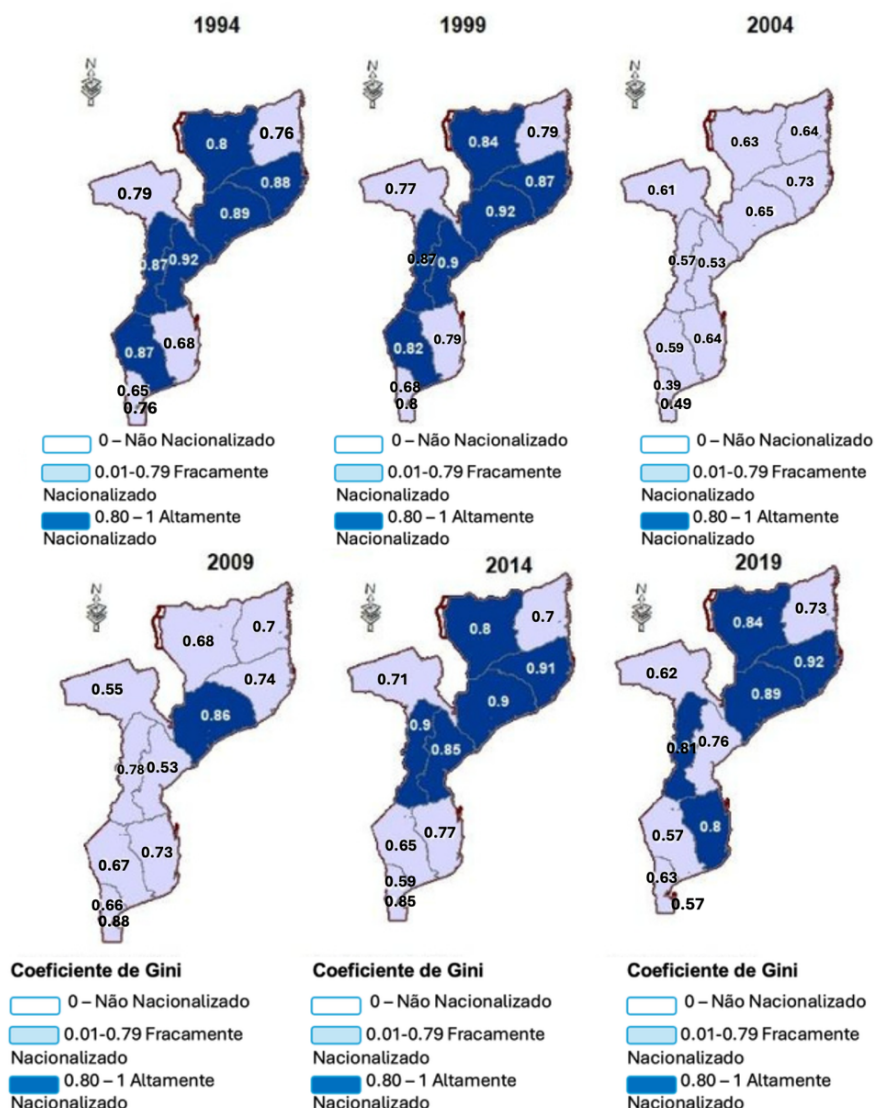
Guebuza, o primeiro mandato de Nyusi viu uma redução nos índices de nacionalização em várias províncias, como Tete, Niassa e na capital, Maputo.

Em 2019, no entanto, a FRELIMO obteve um desempenho notável, com o nível agregado de nacionalização atingindo o valor mais alto de 0,92. Nos círculos eleitorais, a nacionalização do partido aproximou-se da perfeição, como pode ser observado na figura 16, onde quase todas as províncias apresentam *scores* elevados, com exceção de Sofala e Maputo-cidade. Esse resultado foi um ponto de inflexão na dinâmica eleitoral de Moçambique, marcando uma significativa ampliação do apoio da FRELIMO, incluindo em províncias tradicionalmente dominadas pela oposição.

Por outro lado, a oposição, especialmente a RENAMO, também registou um aumento no nível de nacionalização, refletindo a sua ampla implantação territorial. A RENAMO conseguiu manter uma base de apoio considerável, não apenas pela sua capacidade de mobilização, mas também devido aos episódios históricos de marginalização e hostilização pelo partido incumbente em várias regiões do país. Além disso, a possível existência de um voto de “sanção” ao governo incumbente, como uma resposta ao desempenho político da FRELIMO, pode ter contribuído para a manutenção de níveis de apoio satisfatórios à RENAMO, mesmo num contexto de crescente presença do partido no território.

Estes dados indicam que a nacionalização partidária em Moçambique tem sido moldada por uma combinação de fatores históricos, estratégias políticas e dinâmicas regionais com variações significativas entre os diferentes períodos eleitorais.

Figura 15: Nacionalização partidária - partido RENAMO (1994-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor

As eleições de 2004 e 2009 registaram os mais baixos níveis de nacionalização partidária da RENAMO, com índices de 0,60, os menores na história eleitoral do partido, se comparado com as eleições anteriores. Em termos de distribuição geográfica do apoio, observa-se uma homogeneidade significativa nas províncias do Centro (Manica, Sofala e Zambézia) e do Norte (Nampula). Após a derrota controversa nas eleições de 1999, quando a RENAMO alegou fraude eleitoral, a redução do seu grau de nacionalização foi evidente nas eleições subsequentes de 2004 e 2009. Segundo Brito (2020), há duas explicações possíveis para esta diminuição. Em primeiro lugar, o

argumento utilitário, segundo o qual o eleitorado da RENAMO não percebia o seu voto como traduzido em poder e representação. Este fator, no entanto, só pode ser validado empiricamente por meio de inquéritos. Em segundo lugar, o *discurso político negativo* da liderança da RENAMO, particularmente sob a liderança de Afonso Dhlakama, pode ter contribuído para a diminuição do apoio em várias regiões. Dhlakama, preso ao passado e à derrota de 1999, adotou uma postura que descrédibilizava os órgãos eleitorais e o funcionamento do Estado, em vez de promover um debate construtivo e orientado (Brito 2020).

Brito (2020), expressa assim dois fatores explicativos da redução do apoio eleitoral da RENAMO depois de 1999. A questão utilitária, ainda que objetivamente, só se pode mensurar através de inquéritos a um universo abrangente do eleitorado e do discurso político eleitoral negativista, em que Afonso Dhlakama se apresentava como um homem “preso no passado” e com dificuldades de ultrapassar o trauma da derrota em 1999. Todo o seu discurso era baseado no descrédito dos órgãos de gestão eleitoral e do funcionamento do Estado. Durante esse período, a RENAMO perdeu a oportunidade de desenvolver um discurso mais substantivo e coerente.

Com o recrudescimento da violência em 2012, marcado por confrontos militares entre a RENAMO e as Forças de Defesa e Segurança (FDS), instalou-se um ambiente de instabilidade política e económica, com restrições à circulação de pessoas e bens e a possibilidade de retração do investimento estrangeiro. Após os combates em Sofala, houve um consenso de que a RENAMO não visava desencadear uma nova guerra civil, sendo a violência mais um protesto do que uma tentativa de controlo territorial. Além disso, o braço político da RENAMO não endossou totalmente os atos de violência protagonizados na altura. Em agosto de 2014, a RENAMO concordou com um acordo de cessar-fogo e no mês seguinte, Dhlakama, então líder do partido, assinou o Acordo de Paz em Maputo (Vines et al., 2015).

A saída de Dhlakama “das matas” e a sua recusa em aceitar o subsídio oferecido pelo governo de Guebuza podem ter sido uma estratégia para reforçar a sua credibilidade e popularidade. Nas eleições subsequentes, em 2014, a RENAMO obteve um nível de nacionalização significativamente mais alto, especialmente em Manica, Nampula e Zambézia, as províncias com os maiores círculos eleitorais do país. A violência parece ter desempenhado um papel importante na legitimação do partido.

A morte de Afonso Dhlakama, a 3 de maio de 2019, representou um golpe significativo para a RENAMO, dada a centralidade da sua figura na liderança e na identidade do partido. Dhlakama geriu a RENAMO de forma bastante personalista e não preparou sucessores. Após a sua morte, a RENAMO elegeu Ossufo Momade, um ex-

general, como novo líder. No entanto, a escolha de Momade não foi consensual, gerando dissidências internas que culminaram na criação da Junta Militar da RENAMO, liderada por Mariano Nhongo, um veterano da guerra civil. A divisão interna do partido tem dificultado a implementação do Acordo de Paz Definitiva, assinado em 2019, que previu a desmilitarização, desmobilização e reintegração das forças residuais da RENAMO. Embora uma parte dos ex-guerrilheiros tenha aderido ao processo de desmobilização e reintegração, uma parte significativa ainda permaneceu nas matas da região Centro do país, pelo menos, durante os primeiros meses após a assinatura do acordo.

A presença da Junta Militar parece ter condicionado a capacidade de Ossufo Momade de fazer campanha em Sofala, levando a duas hipóteses sobre a sua postura. A primeira sugere que Momade temia um atentado durante a campanha, enquanto a segunda interpreta a sua ausência como uma estratégia política para enfraquecer o desempenho eleitoral da RENAMO na província, validando a ideia de que o verdadeiro bastião do partido está em Nampula e Zambézia, e não em Sofala⁴⁰.

Este contexto de conflito interno e de relações conflituosas dentro da RENAMO resultou em níveis baixos de nacionalização partidária, com destaque para Sofala, onde a nacionalização partidária (NP) foi particularmente baixa. Em contraste, Nampula manteve uma NP superior a 0,90, sendo o único círculo eleitoral com esse desempenho.

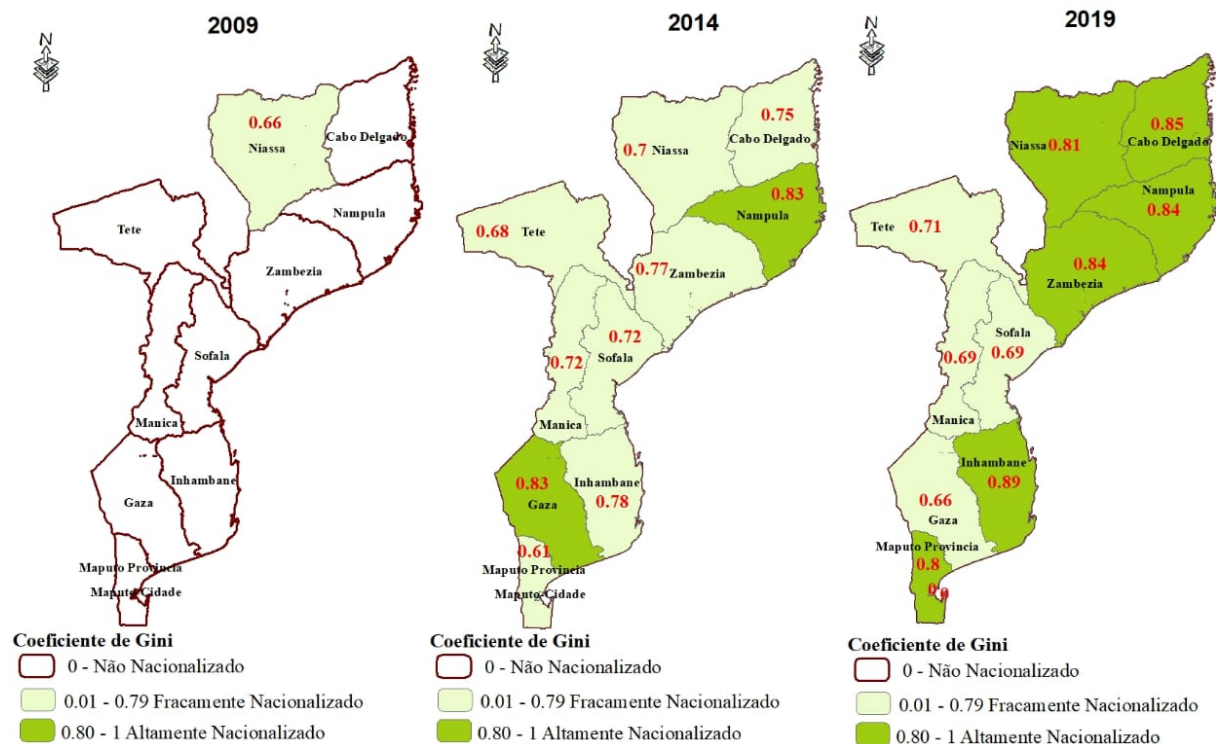
Por outro lado, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), fundado em 6 de março de 2009, gerou expectativas significativas, renovando a esperança de eleitores desiludidos com a oposição, especialmente com a RENAMO. No entanto, o MDM foi excluído pela Comissão Nacional de Eleições (CNE)⁴¹ de concorrer em sete círculos eleitorais, o que limitou o seu alcance nas eleições de 2009. Essa exclusão foi vista como injusta e uma tentativa de beneficiar a FRELIMO e a RENAMO⁴². Concorrendo em apenas quatro círculos eleitorais, a NP do MDM, ao nível nacional, foi reduzida com um score de apenas 0.20. Na eleição seguinte, o MDM concorreu em todos os círculos eleitorais, passando o seu nível de agregado de nacionalização partidária de 0.20 para 0.73, respetivamente.

⁴⁰ Entrevista com Miguel de Brito

⁴¹ Ver Deliberação 75/CNE/2009 e Jornal *O País*, 08 de setembro de 2009.

⁴² Entrevista com EL/figura política do MDM – dia 31.08.2020.

Figura 16: Nacionalização partidária – partido MDM (1994-2019)



Fonte: Elaborado pelo autor

O ano de 2014 representou um marco importante na história do MDM, partido relativamente jovem que, ao acolher vários dissidentes da RENAMO, aumentou significativamente a sua expressão a nível nacional. O MDM conseguiu alcançar níveis de nacionalização acima da média, embora ainda distantes de um nível de nacionalização perfeita. O partido obteve uma inserção significativa nos círculos eleitorais de Nampula, Sofala, Zambézia, além da Cidade de Maputo, a capital do país, que, como grande centro de convergência e manifestação da multiculturalidade, também oferece maior acesso à informação e níveis elevados de escolaridade em comparação com outras regiões.

No entanto, o aparente sucesso do MDM foi desafiado nas eleições gerais de 2019, quando o seu índice de nacionalização partidária caiu para 0,70, em termos agregados. Essas eleições foram precedidas por um ambiente de tensão interna no partido, o que resultou na perda de membros relevantes para a RENAMO.

Para uma análise mais aprofundada da nacionalização partidária, seria simplista e metodologicamente inadequado limitar a interpretação do NP aos fatores mencionados até aqui. Os processos de nacionalização partidária não são fenómenos explicáveis por uma única variável. De facto, estes processos são mais bem explorados e

compreendidos a partir de várias hipóteses ou fatores complementares que analisamos nas secções seguintes.

5.3. Explorando dimensões explicativas da nacionalização em Moçambique

Esta secção faz uma discussão em torno das dimensões explicativas da nacionalização dos partidos e do sistema político em Moçambique. Tratando-se de uma análise qualitativa, não se espera que as dimensões abordadas sejam consideradas determinísticas na explicação do fenómeno. Contudo, elas representam elementos-chave para a construção de pistas explicativas sobre a nacionalização partidária no país. Para tal, são exploradas quatro dimensões centrais, que já foram introduzidas no capítulo da metodologia pelo que, aqui, seremos mais sucintos. Em primeiro lugar, começamos com uma análise da evolução da estrutura organizativa e/ ou ideológica dos partidos que nos permite observar a consolidação das estruturas partidárias como parte de um processo de nacionalização. Em segundo lugar, as clivagens territoriais devido à importância da construção histórica de identidades e clivagens políticas e das relações centro-periferia entre estado e sociedade que permitem explicar padrões de apoio dos partidos e as ligações entre partidos e cidadãos, já que permitem detetar as estratégias de competição eleitoral dos partidos. Em terceiro lugar, analisamos o acesso a recursos, nomeadamente o financiamento partidário.

Estas dimensões oferecem uma compreensão abrangente da nacionalização partidária em Moçambique, considerando, não apenas os fatores históricos e estruturais, mas também as práticas políticas atuais, que moldam a dinâmica do sistema partidário no país. Para uma análise mais detalhada, é importante que estas dimensões sejam contextualizadas no processo contínuo de evolução política e social de Moçambique, conforme se observa mais adiante.

5.3.1. A evolução da estrutura organizativa e/ou ideológica dos partidos

A análise da estrutura organizativa e/ou ideológica dos partidos políticos tem as suas primeiras formulações nas contribuições clássicas de Michels (1980), Duverger (1970) e Weber (2019)⁴³. Estes autores estabeleceram os alicerces teóricos fundamentais para os debates iniciais em torno da complexidade organizacional dos partidos, oferecendo diferentes perspetivas sobre os seus mecanismos internos e formas de funcionamento.

⁴³ Max Weber. Política como Vocação e Ofício – obra originalmente publicada em 1919.

Neste contexto, o conceito de institucionalização partidária (ou consolidação partidária como refere Panebianco, 2005) assume um papel central nas reflexões sobre o desenvolvimento e consolidação dos partidos políticos, ainda que não seja o principal elemento a ser medido nesta investigação. Isto é, a institucionalização assumida nesta pesquisa será observada através do processo evolutivo e organizativo das organizações partidárias.

O conceito de institucionalização foi originalmente proposto por Huntington (1965), no seu artigo seminal *Political Development and Political Decay*, com o intuito de descrever o processo através do qual as organizações e os procedimentos de um sistema político se tornam mais maduros, estáveis e enraizados ao longo do tempo. A partir desta abordagem, diversos autores passaram a examinar a institucionalização dos partidos como um processo gradual que envolve a sedimentação de normas, rotinas e estruturas organizativas duradouras.

Segundo Panebianco (2005), nas fases iniciais da construção organizativa dos partidos, os líderes, carismáticos ou não, desempenham um papel crucial. São eles que definem os objetivos ideológicos da nova formação política, identificam e mobilizam a base social (ou “território de caça”) e estruturam a organização conforme os recursos disponíveis e as especificidades político-sociais regionais. Nesta fase embrionária, a identidade coletiva do partido ainda se encontra em processo de consolidação, sendo a organização entendida pelos militantes como um instrumento para atingir determinados fins ideológicos e não como um valor em si mesma.

À medida que o processo de institucionalização avança, os valores organizativos tornam-se mais estáveis e enraizados, conferindo à estrutura partidária um salto qualitativo. Os objetivos fundacionais são progressivamente incorporados nas exigências operacionais da organização, desencadeando dois processos fundamentais: (1) o desenvolvimento de interesses próprios à manutenção da organização por parte das lideranças, nos diferentes níveis hierárquicos e (2) a consolidação de lealdades organizativas difusas. Estes processos estão intimamente relacionados com a criação de um sistema interno de incentivos (Panebianco, 2005; Hanson, 2010).

Neste sentido, Panebianco (2005) propõe dois critérios essenciais para a análise da institucionalização organizativa: (1) o grau de autonomia da organização em relação ao ambiente externo e (2) o grau de sistematicidade e interdependência entre os diferentes componentes da estrutura partidária. Estes elementos permitem avaliar a capacidade da organização para se manter coesa, funcional e resiliente face a desafios internos e externos.

A compreensão da evolução organizativa e ideológica dos partidos fornece elementos essenciais para a análise do processo de nacionalização partidária. Nesta base, a evolução organizativa dos partidos políticos está condicionada por diversos fatores, entre os quais se destaca o modelo originário da organização, ou seja, as suas origens genéticas. As modalidades de surgimento de um partido influenciam de forma determinante as suas características organizativas, sendo frequente a persistência, ao longo do tempo, de marcas fundacionais. Toda a organização partidária carrega consigo os traços das circunstâncias em que foi constituída, bem como das decisões estratégicas tomadas pelos seus fundadores, que moldam de forma duradoura a sua identidade e estrutura organizativa (Panebianco, 2005). Em vários contextos, o oportunismo ideológico, por exemplo, tem sido promovido pelas lideranças partidárias acentuando assim, a flexibilidade e indeterminação ideológica (Jalali, 2015). Tal caso será observado mais adiante ao se analisar os principais partidos políticos no país, FRELIMO, RENAMO e MDM.

Panebianco (2005) resume, então, alguns dos elementos centrais para a análise do desenvolvimento organizativo de um partido, nomeadamente os mecanismos de penetração territorial, de difusão territorial, ou uma combinação de ambos. A penetração territorial ocorre quando um núcleo central do partido assume o controlo da expansão organizativa, criando estruturas locais sob influência vertical. Por outro lado, a difusão territorial verifica-se de forma mais descentralizada e espontânea, com núcleos partidários locais a serem formados por iniciativa das elites regionais, sendo posteriormente integrados numa estrutura nacional.

Este modelo gera duas implicações principais: (1) as lealdades internas tornam-se indiretas, estando prioritariamente orientadas para a instituição externa e (2) a liderança partidária depende fortemente da legitimação conferida por essa entidade, que intervém ativamente nas disputas internas de poder. Um terceiro fator diz respeito ao carácter carismático da liderança fundadora. É fundamental avaliar se o partido foi constituído como uma criação pessoal e instrumento de afirmação de uma liderança carismática, o que tem implicações importantes para a estabilidade e autonomia da organização (Panebianco, 2005).

Em suma, a análise da evolução da estrutura organizativa e/ou ideológica dos partidos políticos está intrinsecamente relacionada ao grau de nacionalização dos partidos e dos sistemas partidários. Portanto, conforme já mencionado, a nacionalização pode ser definida como o grau de uniformidade no apoio eleitoral que os partidos recebem nas diversas unidades territoriais do Estado. Assim, um sistema partidário encontra-se plenamente nacionalizado quando as percentagens de votos atribuídas aos

partidos não variam significativamente entre regiões e está pouco nacionalizado quando o apoio partidário se concentra de forma desigual em determinadas áreas (Golosov, 2014).

Portanto, ao observar-se as características organizativas dos partidos políticos, torna-se importante observar igualmente as suas diferenças, partidos da oposição e partidos no poder. De acordo com Panebianco (2005), os partidos que experimentaram longos períodos na oposição no curso de sua história são diferentes daqueles que experimentaram longos períodos no governo. Os partidos da posição precisam de muito mais que os incumbentes de uma organização forte e sólida. Os partidos da oposição não podem se apoiar na burocracia estatal, não podem utilizar o Estado e seus aparatos *pro domo sua*, nem dispõem normalmente do abundante apoio financeiro que os grupos de interesse reservam aos partidos no governo. Só podem contar, ou ao menos em grande parte, consigo mesmos. Deste modo, fortalecer a própria organização, coloca-a em condição de mobilizar com eficácia e continuidade os defensores do partido é o único caminho possível, na maior parte dos casos, para superar a desvantagem na disputa com os partidos incumbentes. Por sua vez, os partidos no poder têm uma situação oposta, dispõem de uma multiplicidade de recursos públicos à disposição, para serem usados na disputa política, e, geralmente, esses recursos costumam ser um substituto eficaz da mobilização por meio da organização partidária.

Com base nesta literatura, o presente capítulo investiga em que medida a evolução da estrutura organizativa e/ou ideológica dos partidos, entanto que elementos de institucionalização dos partidos políticos em Moçambique, afeta os seus níveis de nacionalização. Tal como descrito na secção metodológica, recorreu-se a dados eleitorais referentes ao período de 1994 a 2019, analisando-se as dimensões de enraizamento social, autonomia, organização interna e coerência ideológica. Estas dimensões foram exploradas em relação a três partidos políticos moçambicanos (partido FRELIMO, partido MDM e partido RENAMO) permitindo aferir em que medida os seus percursos de institucionalização influenciaram a sua projeção nacional. Todavia, não dispomos de dados que nos permitam fazer uma medida quantitativa da institucionalização, pelo que procuraremos na nossa análise triangular fontes para perceber a evolução na estrutura ideológica e organizativa dos partidos, sabendo que ambos são recursos simbólicos e materiais que favorecerão a implantação territorial dos partidos e a fixação das suas bases de apoio.

5.3.1.1. O partido FRELIMO: O partido dominante

Conforme mencionado anteriormente, a FRELIMO converteu-se de movimento de libertação nacional em partido político durante o seu III Congresso, em 1977, alterando os seus estatutos para adotar uma orientação marxista-leninista. Esta transformação de um movimento “nacionalista” em partido político implicou um duplo desafio. Em primeiro lugar, limitou as conquistas da luta pela independência a um único partido, o que gerou descontentamento e tensões internas, especialmente entre aqueles que se opunham às ideias defendidas pela FRELIMO no contexto do Estado pós-colonial. Em segundo lugar, a adesão ao “marxismo-leninismo” carregava consigo uma dimensão assimilacionista, semelhante à política do regime colonial. O projeto de Estado da FRELIMO enfrentava, assim, dificuldades na criação de um Estado inclusivo e na garantia dos direitos de cidadania, com parte desses direitos sendo, de certa forma, comprometidos pelo partido (Cahen, 1993; Cahen, 1997; Macagno, 2009; Macamo, 2014).

Em 1989, antes da queda do bloco soviético, a FRELIMO abandonou a orientação marxista-leninista, num contexto em que a pressão da guerra civil e outros fatores, como a deterioração da situação económica do país e mudanças na região, exigiam uma reorganização do partido. Este processo visava adotar uma linha mais liberal na gestão do Estado. A mudança exigiu um esforço significativo da FRELIMO para transformar a sua estrutura organizacional, atendendo à inevitável transição de regime. O partido precisava sinalizar as suas novas intenções, proporcionando maior flexibilidade na gestão da sociedade e da economia nacionais (Brito, 2019).

Desde o início, o acesso da FRELIMO ao poder estatal representou um recurso e um capital político inigualáveis, em comparação com os outros partidos. O modelo partido-Estado pode ajudar na compreensão da dinâmica da nacionalização, uma vez que o enraizamento do partido no território através da máquina estatal não só explica a memória histórica de simpatia pelo partido, mas também evidencia como este domínio foi, em grande parte, construído através do uso contínuo da máquina burocrática estatal em benefício do próprio partido (Sumich e Honwana, 2007; Sumich, 2008; Nuvunga, 2018).

A compreensão de como a FRELIMO estruturou os seus órgãos ao nível nacional, garantindo uma representação territorial, deve ser analisada à luz da trajetória histórica da luta de libertação nacional e, especialmente, do Estado pós-colonial. Durante a luta anticolonial, a FRELIMO reconhecia o prestígio dos chefes tradicionais perante as populações e aceitava, em certa medida, a sua legitimidade, admitindo a sua

participação na organização do poder local. Contudo, após a independência, a política da FRELIMO em relação às autoridades tradicionais radicalizou-se consideravelmente (Gerffary, 1991; Chichava, 2007; Brito, 2009).

Num estudo realizado por Chichava (2007) na província da Zambézia, foram exploradas as causas da radicalização da FRELIMO em relação às autoridades tradicionais. Segundo o autor, este fenómeno pode ser compreendido a partir da forma como o regime colonial estruturou o grau de importância das autoridades tradicionais, privilegiando os régulos na hierarquia dos chefes tradicionais. Por um lado, o regime colonial, através do governador José Tristão Bettencourt (1941-1946), recomendava que os administradores se fizessem acompanhar de autoridades tradicionais nas cerimónias públicas, a fim de integrá-las na administração. Por outro lado, os chefes de povoações, que eram marginalizados pelo regime colonial, continuavam excluídos das esferas de poder, sendo os mais empobrecidos e marginalizados. À medida que a guerra anticolonial se intensificava, a FRELIMO encontrou apoio, sobretudo, entre os chefes de povoações, mais marginalizados pelo colonialismo, enquanto os régulos, que gozavam de algum privilégio sob o regime colonial, olhavam para a FRELIMO com ceticismo (Chichava, 2007).

Com a hostilização dos líderes tradicionais no período pós-independência, o Conselho de Ministros do governo da FRELIMO, na sua primeira sessão, decidiu pela extinção das regedorias. Embora a divisão administrativa não tenha sido alterada substancialmente, uma vez que a nova organização corresponda em grande parte à anterior, a mudança de designação das unidades administrativas foi acompanhada pela introdução gradual de novas estruturas político-administrativas, células, círculos e localidades (Brito, 2019).

A forma como a FRELIMO se implantou desde a base até ao nível central foi essencial para moldar os seus estatutos e organizar os órgãos do partido, refletindo o enraizamento do partido no território e a sua dominação através da máquina estatal (ver tabela 19).

Tabela 19: Órgãos do partido FRELIMO

Órgãos do Partido	
	Célula do partido
	Círculos do Partido
	Nível da Localidade
	Nível de Zona
	Nível Distrital

Órgãos Locais	Nível Provincial
	Conferências
	Comités
	Secretariados
	Comités de Verificação
Órgãos Centrais	O Congresso
	O Comité Central
	A Comissão Política
	O Secretariado do Comité Central
	O Comité de Verificação do Comité Central
Fonte: Estatutos do Partido FRELIMO – Coleção 12º Congresso – 27 de setembro de 2022.	

A forma de penetração territorial da FRELIMO, iniciada no período do partido único, continua a ser uma característica central do partido até à atualidade, embora não esteja mais formalmente associada ao Estado, mas sim à sua estrutura partidária. O partido mantém, ainda, as suas organizações sociais, anteriormente conhecidas como organizações democráticas de massas durante o período monopartidário, incluindo a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e a Organização dos Continuadores de Moçambique, bem como a Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional (ACLLIN).

O modelo de atuação da FRELIMO, que se caracteriza por estratégias de acesso ao Estado, como o principal *gatekeeper*, não implica, no entanto, uma abordagem uniforme por parte das elites do partido. Estudos demonstram a existência de diversas tendências ou facções internas, frequentemente associadas a figuras proeminentes da FRELIMO, como a “tendência Chissano”, vinculada ao ex-presidente Joaquim Chissano a “tendência Guebuza”, associada ao segundo presidente, Armando Guebuza, após a abertura ao multipartidarismo; a “tendência Diogo”; a “tendência Machel”, liderada pela viúva de Samora Machel, Graça Machel e, mais recentemente, a “tendência Nyusi”, em referência ao atual presidente, Filipe Nyusi, entre outras presentes e possíveis futuras tendências dentro do partido (Sumich, 2008; Mosca, 2022). Estas tendências refletem um conjunto de fatores internos do partido, relacionados com as opções de democratização, políticas de mercado ou mesmo disputas internas, particularmente quando se aproxima a corrida pela sucessão do presidente em exercício. As clivagens étnicas, geográficas e/ou linguísticas parecem desempenhar um papel relevante nas dinâmicas internas do partido.

Em relação às questões étnicas em Moçambique, vários estudos sugerem que, embora as “divisões étnicas não sejam um fator decisivo para as preferências eleitorais, elas não podem ser negligenciadas na estruturação interna dos partidos e na distribuição do poder”⁴⁴. A gestão das diferentes etnias sempre constituiu um desafio significativo para a FRELIMO, tanto do ponto de vista das suas políticas externas, quanto nas dinâmicas intrapartidárias (Cahen, 1993; Coelho, 2003; Cabaço, 2007). Desde a sua fundação, a FRELIMO tem enfrentado a questão das elites dominantes, com uma narrativa histórica que aponta para o predomínio das elites sulistas, desde Eduardo Mondlane, passando por Samora Machel, Alberto Chissano e Armando Guebuza. Neste contexto, uma das principais questões internas do partido tem sido a transferência de poder para outras regiões do país, nomeadamente para o Centro e Norte, que ainda não tinham visto um candidato originário dessas regiões assumir a presidência.

As discussões internas sobre a sucessão de Armando Guebuza como candidato da FRELIMO foram marcadas por divergências quanto às abordagens de governação, especialmente em relação à origem geográfica do candidato. Embora em 2004 já se tivesse manifestado abertamente a necessidade de transferir o poder para a região Norte, foi em 2014 que essa intenção se concretizou, com a indicação de Filipe Nyusi, natural de Mueda⁴⁵, no Norte de Moçambique, para a corrida presidencial. É importante sublinhar que a tentativa de representar diferentes grupos étnicos e regionais não se limita à presidência da República. Para uma análise mais aprofundada desta estratégia é relevante observar a origem étnica e regional dos integrantes da cúpula do poder de 1990 até à atualidade, considerando as figuras de presidente da República, presidente da Assembleia da República, primeiro-ministro e secretário-geral da FRELIMO, a que se apelida de quadratura do poder nesta tese.

⁴⁴ Régio Conrado em entrevista realizada no dia 29/08/2020.

⁴⁵ Mueda é um distrito localizado no extremo Norte, em Cabo Delgado. Um local com uma forte história ligada a luta anticolonialista.

Tabela 20: Quadratura do poder em Moçambique na era multipartidária (1990-2019)

	Nome	Mandato	Grupo étnico/linguístico (região do país)
Presidente da República	Joaquim Chissano	1994-2004	Tsonga (Sul)
	Armando Guebuza	2004-2014	Ronga ⁴⁶ (Sul)
	Filipe Nyusi	2014 a 2025	Makonde (Norte)
Presidente da AR	Eduardo Mulémbwè	1994-2009	Nyanja (Norte)
	Verónica Macamo	2009-2019	Changana (Sul)
	Esperança Bias	2019 a 2024	Makuwa (Norte)
Primeiro-ministro	Pascoal Mucumbi	1994-2004	Chope (Sul)
	Luísa Diogo	2004-2010	Nyungwè (Centro)
	Aires Ali	2010-2012	Ajaua (Norte)
	Alberto Vaquina	2012-2015	Makuwa (Norte)
	Carlos Agostinho do Rosário	2015 - 2022	Bitonga (Sul)
	Adriano Maleine	2022 – 2024	Ronga (Sul)
Secretário-Geral da FRELIMO	Manuel Tomé	1995 – 2002	Shona (Centro)
	Armando Guebuza	2002 – 2004	Ronga (Sul)
	Filipe Paúnde	2006 – 2014	Shona (Centro)
	Eliseu Machava	2014 – 2017	Changana (Sul)
	Roque Silva	2017 a 2024	Bitonga (Sul)

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados extraídos do portal do Governo; entrevistas e <https://pt.wikipedia.org/wiki>

A tabela 20 ilustra a distribuição das quatro principais posições de poder em Moçambique (Presidência da República, Assembleia da República e Primeiro-Ministro), que constituem a configuração do poder público no Estado. O papel do secretário-geral da FRELIMO é particularmente relevante nesta quadratura, não só pela sua exposição pública e pela associação direta da sua imagem com o partido, mas também devido à tradição de sobreposição do partido ao Estado em Moçambique.

⁴⁶ Armando Emílio Guebuza, ex-presidente da República de Moçambique é de linhagem Ronga, tendo apenas nascido em Murrupula, província de Nampula.

Ao longo dos últimos 30 anos, observa-se que a distribuição das posições de poder, com base na origem étnica ou regional, revela uma predominância clara dos grupos étnicos do Sul, em comparação com as regiões Centro e Norte. Em síntese, as questões étnicas e regionais têm sido um tema recorrente nas disputas internas e nas dinâmicas do poder no interior do partido, refletindo-se nas estratégias de sucessão e na tentativa de equilibrar a representação das diversas regiões do país dentro da estrutura partidária. Estes fatores revelam a complexidade das relações internas da FRELIMO e a sua adaptação às mudanças sociais e políticas no país ao longo do tempo.

Por outro lado, em Moçambique, a política é, muitas vezes, realizada sem um forte fundamento ideológico. A questão ideológica assume, por vezes, a forma de um discurso populista, ajustado às circunstâncias momentâneas do país. Na prática, as políticas da FRELIMO têm-se alinhado mais à direita, com uma clara preferência por soluções no âmbito do setor privado para resolver os problemas nacionais (Conrado, entrevista, 29/08/2020)⁴⁷.

A contradição ideológica da FRELIMO não é meramente acidental, mas resulta da própria evolução do partido, especialmente durante a construção do Estado pós-colonial, quando a FRELIMO adotou o marxismo-leninismo como a via ideológica para a construção do Estado. Cahen (1993), no artigo *“Check on Socialism in Mozambique – What Check? What Socialism?”*, discute amplamente esta contradição entre o discurso oficial e a prática governamental. Segundo Cahen (1997), apesar da FRELIMO se declarar oficialmente como socialista e marxista-leninista, essa autoidentificação não é suficientemente sustentada na prática do Estado pós-colonial. Há uma série de incoerências entre o discurso oficial e a realidade política do país. Por exemplo, Cahen (1997) resume que o discurso oficial da FRELIMO, que defende a adesão ao marxismo-leninismo, não encontra respaldo na aplicação das políticas do partido. Pelo contrário, o marxismo-leninismo em África baseava-se em cinco elementos principais: um discurso contra a exploração, dirigido, tanto ao colonialismo, quanto ao capitalismo, e que visava transformar a sociedade africana, considerada feudal e obscurantista; a legitimação do partido único como o caminho para forjar a nação; a implementação de um centralismo democrático como modo de funcionamento do partido e, paradoxalmente, da sociedade como um todo; uma visão unificadora da nação, sem divisões étnicas ou relações tradicionais na sociedade camponesa e um desenvolvimento económico vigoroso sob a égide do Estado, que ignorava a articulação entre diferentes modos de produção

⁴⁷ Régio Conrado em entrevista concedida em 29.08.2020.

(capitalista e doméstico), transformando a população sem lhe conceder a possibilidade de participar de forma crítica nas decisões do partido único.

Grande parte das intenções da FRELIMO em adotar o marxismo-leninismo revelou-se não só impraticável, mas também contraditória em relação ao modo de vida da sociedade moçambicana e à sua trajetória histórica de colonização. Por exemplo, a ideia de combater as estruturas sociais tradicionais, que já estavam profundamente enraizadas na sociedade moçambicana, parecia ser incompatível com a realidade local. A introdução do marxismo-leninismo e as suas políticas associadas falharam em considerar as especificidades culturais, sociais e económicas do país, resultando numa contradição entre os objetivos ideológicos e a implementação prática das políticas do partido (Cahen, 1997, Macagno, 2009; Brito, 2019).

Essa discrepância entre o discurso e a prática ideológica continua a ser um tema central no debate sobre a evolução política de Moçambique, especialmente quando se observa a adaptação da FRELIMO às novas dinâmicas políticas, sociais e económicas que marcaram a transição do país para uma economia de mercado e uma democracia multipartidária.

5.3.1.2. A RENAMO: de movimento rebelde a partido político

A literatura sobre a transformação de ex-movimentos rebeldes em partidos políticos é limitada, embora existam algumas pesquisas relevantes (Ishiyama e Batta, 2011; Wiegink, 2015; Lyons, 2016) que argumentam que o legado da guerra civil está intimamente ligado aos níveis de organização e funcionamento de partidos originados de movimentos de guerrilha. Segundo estes estudos, as lutas por identidade e estrutura continuam mesmo após a transformação de um movimento armado em partido político e esse processo afetará profundamente o desenvolvimento organizacional e a consolidação desses partidos. A forma como estes partidos mobilizam os seus eleitores, articulam interesses, recrutam novos membros e integram os seus simpatizantes no processo democrático dependerá das suas origens e das dinâmicas internas que herdaram do movimento de guerrilha, o que tem implicações diretas no aprofundamento da democracia (Ishiyama e Batta, 2011).

A RENAMO é um exemplo paradigmático de um ex-movimento rebelde que se transformou em partido político após o fim da guerra civil em Moçambique. Durante os dez anos de conflito armado, a RENAMO foi caracterizada por uma estrutura hierárquica fortemente militarizada, mas, a partir de 1986, começou a repensar a sua estratégia, visando atrair novos membros, incluindo pessoas educadas, e buscando apoio

internacional. Nessa época, a RENAMO entrou em contato com lobistas nos EUA, Portugal e Reino Unido, e jornalistas ocidentais começaram a visitar as zonas sob controlo da RENAMO. Nesse período, a RENAMO também iniciou tentativas de estabelecer administrações civis nas zonas que controlava, especialmente no Centro e Norte de Moçambique, como parte de uma tentativa de reforma interna e de fortalecimento da sua imagem internacional e legitimidade interna. Contudo, essas tentativas de reforma foram prejudicadas pela persistente predominância da ala militar sobre a ala civil (Manning, 1998; Cahen, 2019).

Com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992, a RENAMO completou, formalmente, a sua transformação em partido político, estando pronta para concorrer nas primeiras eleições multipartidárias de Moçambique, realizadas em 1994. Esse processo de transformação não teria sido possível sem o apoio substancial de doadores internacionais durante o período de transição entre a assinatura do AGP e as eleições, embora não se possa reduzir a mudança apenas a esse apoio externo (Manning, 1998).

A inserção política da RENAMO tem sido historicamente associada às regiões central e Norte do país, em grande parte, devido à dinâmica da guerra civil, que foi antecedida por políticas, em certa medida, de hostilização das populações desta região pelo regime da FRELIMO (Chichava, 2007; Cahen, 2019) e resultou em hostilidade contra as populações dessas regiões. Esse contexto contribuiu para a construção de um apoio eleitoral, muitas vezes visto como um voto de protesto contra a FRELIMO, mais do que uma lealdade ideológica à RENAMO. Nesse sentido, (Brito, em entrevista, 2020)⁴⁸ observa que o apoio eleitoral à RENAMO em regiões como Sofala e Nampula é frequentemente interpretado como um voto de protesto e não uma expressão de fidelidade profunda ao partido.

Embora a RENAMO tenha tentado consolidar a sua presença nas regiões mais afetadas pela guerra civil, o partido não conseguiu apresentar uma alternativa de governação convincente ou estruturalmente coerente. A falta de um projeto alternativo de governação reflete-se na ausência de propostas concretas, como a descentralização do poder ou a promoção de políticas linguísticas inclusivas. Como Cahen (2019) observa, a RENAMO não propôs, por exemplo, a mudança da capital para Quelimane (o centro geográfico do país), uma medida culturalmente revolucionária. Também não defendeu a alfabetização das crianças em línguas africanas para promover um bilinguismo equilibrado, ou a co- oficialização das línguas africanas nas administrações

⁴⁸ Miguel de Brito em entrevista concedida no dia 10.09.2020

locais. Além disso, o partido não apresentou propostas para a reestruturação das províncias de modo a refletir melhor as realidades socioculturais do país, algo fundamental para a criação de um Estado democrático inclusivo. Estes pontos evidenciam a falta de um projeto de mudança abrangente e inovador por parte da RENAMO.

Além disso, a RENAMO apresenta uma incoerência ideológica significativa, particularmente quando se define como um partido de centro-direita. O artigo 4º dos seus estatutos estabelece como um dos seus objetivos a “eliminação total das sequelas do sistema político-económico marxista-leninista e suas consequências na vida social”. No entanto, esta postura parece ignorar o fato de que a FRELIMO, que inicialmente adotava uma ideologia marxista-leninista, abandonou esta orientação já em 1989. Portanto, a postura ideológica da RENAMO assemelha-se a um resquício de uma luta política proveniente do contexto da Guerra Fria, o que gera uma desconexão entre a sua retórica e a realidade política contemporânea em Moçambique. Como afirmou Elísio Macamo em entrevista, a “oposição da RENAMO se define mais pela hostilidade ao projeto político da FRELIMO de 1977 do que por uma proposta alternativa estruturada de governação para Moçambique no pós-colonialismo”⁴⁹.

Esta incoerência ideológica é um reflexo das dificuldades intrínsecas à transformação de um movimento guerrilheiro em partido político. A RENAMO, ao se definir como oposição à FRELIMO de 1977, mais do que apresentar um projeto alternativo, parece ter mantido uma postura contestatória que não se traduziu em um modelo de governação viável para o país. Em termos práticos, a realidade política moçambicana é mais próxima de “*catch-all parties*” (partidos que buscam atrair eleitores de diferentes espectros políticos), onde a ideologia tem menos peso na escolha eleitoral. Nesse sentido, a RENAMO, apesar de manter o apoio de setores conservadores nos Estados Unidos e no Reino Unido, não se encaixa claramente como um partido conservador de direita, dado o contexto de pobreza e desigualdade em Moçambique. Por outro lado, “a FRELIMO, apesar da sua retórica de esquerda, governa com uma base de apoio composta por segmentos mais abastados da sociedade. Assim, a RENAMO, a FRELIMO e o MDM (Movimento Democrático de Moçambique) parecem mais partidos “*catch-all*” do que representações fiéis das suas ideologias declaradas” (Namburete, 2020)⁵⁰.

⁴⁹ Elísio Macamo, em entrevista concedida no dia 08.09.2020

⁵⁰ Eduardo Namburete, em entrevista concedida no dia 11.09.2020

A incoerência ideológica ou de organização interna da RENAMO também reflete uma característica comum a diversos movimentos rebeldes que, após o fim dos conflitos armados, transformaram-se em partidos políticos: a dificuldade de adaptação às novas circunstâncias políticas e institucionais do regime democrático; os cálculos sobre como competir com votos em vez de “balas”; a natureza e evolução dos interesses e da identidade do movimento, entre outros (Finn, 2009; Denisova e Kostelyanets, 2023). A RENAMO, ao manter uma estrutura de comando rígida e centralizada, herdada do seu passado de guerrilha, não se engajou efetivamente na democracia intrapartidária e na institucionalização de mecanismos internos de deliberação.

Durante o processo de transição de um movimento de guerrilha para a arena política, formal, o partido parece ter presumido que capital político e simbólico acumulado durante o conflito armado se manteria intacto no período pós-conflito, dispensando uma reformulação organizacional profunda. Contudo, esta expectativa revelou-se insuficiente perante as exigências de um sistema multipartidário. A ausência de uma estratégia coerente de renovação das elites e de preparação para a sucessão do líder histórico, Afonso Dhlakama, contribuiu para o agravamento das fragilidades internas. Após a sua morte, em 2019, intensificaram-se as disputas em torno da liderança, expondo clivagens latentes e aprofundando divisões entre diferentes fações. Entre estas, destacam-se a contestação protagonizada pela denominada Junta Militar, composta, maioritariamente por antigos guerrilheiros, que questionou a legitimidade da nova liderança e reacendeu tensões político-militares, sobretudo na região centro de Moçambique. Este contexto de conflitualidade interna não apenas compromete a coesão organizacional da RENAMO, como também tem repercussões na estabilidade política nacional e no processo de consolidação da paz (Cahen, entrevista, 2020)⁵¹.

A dinâmica de conflito no seio da RENAMO pode ser analisada à luz das abordagens teóricas de Panebianco (2005), segundo as quais os conflitos intrapartidários não devem ser entendidos como um simples reflexo das desigualdades sociais externas. Embora estas influenciem a estrutura e o funcionamento dos partidos, cada organização política constitui, em si mesma, um sistema relativamente autónomo de desigualdades, com hierarquias próprias, recursos diferenciados e mecanismos internos de distribuição de poder.

Assim, muitas das tensões que atravessam o partido são produto da sua própria configuração organizacional, das relações de poder sedimentadas ao longo do tempo e

⁵¹ Michel Cahen, em entrevista concedida no dia 19.08.2020

das dificuldades em redefinir regras internas num contexto de transição de movimento armado para partido político.

Em termos organizacionais, a RENAMO e a FRELIMO apresentam semelhanças significativas, por um lado, devido ao fato de que ambas as organizações derivam de movimentos guerrilheiros com estruturas hierárquicas e centralizadas. Estes legados organizacionais podem ter dificultado a adaptação da RENAMO às exigências de um partido político democrático e participativo, como sugerido por Ishiyama e Batta (2011). Por outro lado, face a lógica de mimetismo político, principalmente, na fase em que a RENAMO buscava legitimar o seu projeto político, tendo-se dedicado a utilizar o seu “inimigo como modelo” (Cahen, 1997; Chichava, 2009). O que explicaria o fracionamento interno no partido não seria apenas a adaptação a novas circunstâncias, mas também as heranças de um estilo de liderança altamente centralizado e autoritário. Mesmo ao nível das estruturas locais, a RENAMO possui estruturas similares às do seu adversário, conforme se observa abaixo:

Tabela 21: Órgãos do partido RENAMO

Órgãos do partido	
Órgãos Centrais	O Congresso
	O Presidente
	O Conselho Nacional
	A Comissão Política Nacional
	Conselho Jurisdicional Nacional
Órgãos Provinciais	Conferência Provincial
	Conselho Provincial
	Comissão Política Provincial
	Conselho Jurisdicional Provincial
Órgãos Distritais	Conferência Distrital
	Conferência Distrital
	Comissão Política Distrital
Fonte: Estatutos do Partido RENAMO – BR, Série III, número 24 de 6 de Fevereiro de 2020.	

Em suma, a RENAMO enfrenta dificuldades no seu processo de transição de movimento rebelde para partido político, marcadas por incoerências ideológicas, falta de um projeto alternativo de governação e uma estrutura de liderança rígida e centralizada. Esses fatores têm o potencial de constranger as possibilidades de reforço da sua nacionalização, não só observando as eleições já realizadas, mas perspetivando as dinâmicas do futuro.

5.3.1.3. O MDM: um partido sem o ADN militar

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) surge como fruto de dissidências dentro do Partido RENAMO, em que uma parte dos membros deste último decidiram integrar o projeto de criação de um novo partido, o MDM (Chichava, 2010; Nuvunga e Adalima, 2011). Este processo surge na sequência da expulsão, por parte da RENAMO, de um dos seus principais líderes, Daviz Simango, em setembro de 2008.

O sucesso eleitoral do partido após a sua fundação significou igualmente maior demanda em termos de responsabilidade, pois o MDM era visto como uma alternativa política no contexto historicamente polarizado pelos partidos FRELIMO e RENAMO. Nisto, o MDM precisava, não só de consolidar o seu discurso como uma alternativa para o país, como também, consolidar a sua inserção, estabelecer uma estrutura organizativa e ideológica, entre outros. De 2009 até as eleições de 2019, o MDM, estruturou-se ao nível nacional como a terceira maior força política em Moçambique, conforme, já referido anteriormente.

Basicamente, a génese do partido MDM não só foi vista como tendo uma tendência disruptiva em relação à tradicional forma de fazer política em Moçambique, como também desafiou a estrutura hegemónica dominada pelos dois antigos partidos beligerantes (Nuvunga e Adalima, 2011). O MDM ia tentando consolidar a sua posição de alternativa política como partido sem um “ADN” militar, diferentemente dos seus dois maiores adversários. Apesar disso, o partido foi enfrentando, ao longo do tempo, desafios de consolidação da sua posição como uma real alternativa política no país. Essencialmente, estes desafios resultam, “por um lado, da sua estrutura organizacional, que apresenta deficiências nos seus níveis central, intermediário e periférico. A estrutura burocrática interna é pouco desenvolvida e profissionalizada quando comparada à da FRELIMO e da RENAMO, o que afeta diretamente as relações internas do partido. Por outro lado, a morte do seu fundador, Daviz Simango, em 2021, eventualmente, terá contribuído para a estagnação dos avanços outrora alcançados pelo partido” (Entrevista com um jornalista independente, 02.09.2024).

Com as eleições de 2009, o MDM ganhou o direito de formação de uma bancada parlamentar, forçando o retorno da representação tripartida no parlamento moçambicano, tal como havia ocorrido nas primeiras eleições gerais de 1994 em que, para além da FRELIMO e da RENAMO, também havia sido eleita a União Democrática (UD). Se, na altura das primeiras eleições, a entrada da UD no parlamento, significou uma enorme surpresa, para o caso do MDM, a expectativa era relativamente maior, uma vez que parte da liderança deste partido já possuía um percurso político interessante, a

exemplo do seu fundador e primeiro presidente, Daviz Simango, que já tinha experiência de governação municipal ao nível da cidade da Beira (inicialmente, eleito pelo Partido RENAMO: 2003 – 2008). Além disso, a expectativa de erosão da estrutura bipartidária em Moçambique era igualmente colocada na equação política.

Refira-se que o MDM foi construindo e consolidando a sua base de apoio, com maior predomínio na Província de Sofala e, concretamente, no Município da Beira, local em que a atividade política do partido encontrava a sua maior fonte de legitimação (Chichava, 2010; Nuvunga e Adalima, 2011).

Em termos organizacionais e da estrutura dos órgãos, o partido apresenta semelhanças em relação aos seus principais adversários políticos, sendo igualmente similar em termos de ausência de clareza em relação à sua estrutura ideológica.

Tabela 22: Órgãos do partido MDM

Órgãos do partido	
Estrutura	Nação
	Província
	Distrito
	Cidade ou vila municipal
	Posto administrativo
	Localidade
	Povoação
	Bairro
Órgãos Nacionais	Congresso
	Conselho Nacional
	Presidente
	Comissão Política Nacional
	Comissão Nacional de Jurisdição
	Secretariado-Geral
Órgãos Locais	Conselhos Provinciais e Distritais
	Delegações Políticas Provinciais, Distritais, de Postos Administrativos, de Localidades e de Bairros ou Povoações
	Comissões Políticas Provinciais e Distritais
	Chefes de Núcleos
Órgãos Locais Especiais	Auditoria interna e fiscalização
	Organização no estrangeiro
Fonte: Estatutos do Partido MDM – de 14 de agosto de 2013	

De acordo com a tabela 22, observa-se que, no interior do partido MDM, os membros com maior influência, especialmente o presidente, possuem uma autonomia considerável, em contraste com os demais membros, o que, potencialmente, pode contribuir para o desequilíbrio no funcionamento interno, pois, gera-se uma perceção de forte centralidade do poder na figura do seu presidente, o que pode ter precipitado a deserção de vários dos seus membros ao longo dos seus anos de existência. Isto é, se

é verdade que o sucesso inicial do MDM deveu-se também aos seus membros, antigos quadros da Renamo, não é menos verdade que este partido tenha experienciado a sua fragilização também através da deserção destes do partido. Uma das primeiras faces da crise observou-se em 2011 quando o então secretário-geral, Ismael Mussá, demitiu-se do cargo por alegada captura do partido pela família do fundador do partido, Daviz Simango. Em 2016, o então presidente do Município de Nampula, Mahamudo Amurane, também entrou em colisão com Daviz Simango, em contestação contra a forma como o partido estava a ser gerido. Adicionalmente, outras figuras proeminentes também abandonaram o partido, por exemplo: Venâncio Mondlane, Manuel de Araújo, Geraldo Carvalho, Ricardo Tomás, entre outros (Chichava, 2019). Em 2021, com a morte e processo de sucessão de Daviz Simango, a crise no seio do partido agravou-se no processo da realização do III Congresso do partido que culminou com a eleição de Lutero Simango, irmão do antigo presidente (Jeque, 2022).

Este conjunto de deserções, não só desafiou a estrutura e funcionamento do partido, como também, deixou o partido órfão de figuras de peso que faziam uso do seu capital político para a conquista do eleitorado de tal forma que, Maschietto (2023), considera que o MDM, apesar da sua progressão ao longo dos últimos anos, ainda não possui capital económico ou político para fazer frente ao partido incumbente em Moçambique.

No contexto político de Moçambique, a dimensão étnica tem uma presença marcante, sendo que todos os partidos políticos enfrentam desafios relacionados à gestão das diversas identidades étnicas no país. A oposição, de modo geral, não difere substancialmente do partido incumbente nesse aspeto, já que as relações étnicas frequentemente moldam as dinâmicas políticas⁵². Dentro dos partidos, aqueles que não pertencem à elite étnica dominante, normalmente, encontram poucas chances de alcançar sucesso ou visibilidade significativa.

Em termos estatutários, conforme descrito na figura 22, o MDM possui uma estrutura organizacional que lhe permite operar, formalmente, a diferentes níveis territoriais, desde o local até ao central, incluindo os chamados Órgãos Locais Especiais, como a Auditoria Interna e Fiscalização e a Organização no Estrangeiro.

De modo geral, ideologicamente os partidos políticos em Moçambique são, à semelhança de outros contextos africanos, bem como o português, por exemplo, partidos flexíveis, reflexo da sua orientação eleitoral *catch-all*, acentuando a centralidade do líder partidário e o seu poder interno na formulação programática (Jalali,

⁵² Figura política 9 – Deputado do partido MDM, em entrevista concedida no dia 27 de agosto de 2020.

2015). As raízes sociais até mesmo para arrecadação de fundos para o seu funcionamento, são de certa forma fracas, encontrando no Estado recursos de compensação para o seu funcionamento, quer por meios formais ou informais.

A amplificação das deficiências organizativas e de enraizamento na sociedade tem sido mais evidenciadas em relação aos partidos da oposição, em que, por exemplo, a renovação das lideranças dos partidos, tem desafiado em parte as suas possibilidades de fortalecimento e estabilidade da coesão interna, tal é observado tanto na Renamo, assim como no MDM, após a morte dos seus líderes históricos. Ao nível do partido incumbente, a dimensão de sucessão das lideranças, apesar de por vezes, conturbada no final de cada ciclo governativo, revela uma maior capacidade de gestão interna da sucessão das lideranças.

5.3.2. As clivagens territoriais e ligações partidos e cidadãos

As formulações sobre clivagens nos sistemas partidários na Europa Ocidental, foram amplamente sistematizados por Lipset e Rokkan (1967), ao sustentarem que clivagens sociais estáveis e duradouras estruturam, de forma significativa, os alinhamentos partidários e as opções de voto. Segundo estes autores, tais clivagens embora historicamente enraizadas, mantêm uma elevada capacidade de influenciar as dinâmicas políticas contemporâneas

Ainda que o estudo de Lipset e Rokkan (1967), se tenha centrado em contextos ocidentais, os seus pressupostos analíticos permanecem pertinentes para a análise do fenómeno noutras realidades geográficas e políticas. Importa salientar que a formação de clivagens resulta de processos históricos, frequentemente associados a transformações estruturais, construção do Estado, industrialização, dentre outros fatores, inclusive a colonização, no caso de África.

Note-se que, a formação de clivagens étnicas e territoriais em África foi amplamente impulsionada pelo contexto pós-Conferência de Berlim (1884-1885), que estabeleceu a doutrina da “ocupação efetiva” (Fanon, 2015). Para os colonizadores, as fronteiras delineadas serviam para estabelecer a soberania de uma potência sobre um território, além de possibilitar a arrecadação de impostos, estando alinhadas a interesses económicos e geoestratégicos inseridos numa competição mundial entre as potências europeias. Dessa forma, África herdou fronteiras, sem qualquer relação com as realidades locais, ou história comum que pudesse conferir legitimidade a essas divisões.

Consequentemente, além de forçar a convivência entre populações, muitas vezes distintas ou até hostis, as fronteiras coloniais geraram uma lógica de “inclusão/exclusão”

com sérias consequências para as populações africanas (Fanon, 2015; Funjika e Getachew, 2022). O impacto da colonização nos conflitos étnicos manifesta-se em três níveis principais: 1) *Económico*: criando uma modernização “diferencial” entre as regiões, incentivando a migração para os centros urbanos e promovendo competição entre diferentes grupos que buscavam maximizar os seus benefícios económicos; 2) *Político-administrativo*: impondo divisões forçadas de grupos étnicos e oferecendo tratamentos diferenciados a essas populações; 3) *Ideológico*: manipulando as relações interétnicas para servir aos interesses imperialistas, incluindo a propagação da ideia de que os africanos eram fundamentalmente diferentes uns dos outros (Mitelman, 1981; Herbst, 2000; Fanon, 2015;).

Poucos estudos abordam a influência das clivagens étnico-territoriais na geografia eleitoral em África, sendo ainda mais raros trabalhos que investiguem o impacto dessas clivagens na nacionalização de partidos e sistemas partidários. A migração para áreas urbanas coloniais e centros económicos, por exemplo, colocou diferentes grupos africanos em contato e incentivou a formação de identidades “tribais” mais amplas, substituindo, em grande parte, as identidades locais tradicionais (Mitchell, 1959; Young, 1965; Cohen, 1969).

As potências coloniais moldaram a geografia étnica ao definir os limites territoriais das unidades administrativas, criar categorias étnicas para fins de controlo e, em alguns casos, aplicar políticas deliberadamente enviesadas (Young, 1976; Ranger, 1984; Posner, 2003; Laitin, 1986; Mamdani, 2001). Embora os legados coloniais tenham influenciado decisivamente a configuração étnica da África pós-colonial, há uma grande diversidade na medida em que as populações africanas adotaram e organizaram-se em torno desses “supergrupos” étnicos definidos pelos agentes coloniais.

A coexistência de desigualdades regionais persistentes e economias distintas tende a gerar preferências políticas regionais específicas e potencialmente divergentes, principalmente em relação a políticas setoriais, redistribuição de recursos e estratégias de crescimento (Boone et al., 2022). Como muitos países africanos apresentam altos níveis de desigualdade entre regiões subnacionais e possuem sistemas eleitorais baseados em representação territorial, é provável que esses efeitos regionais se reflitam nas dinâmicas políticas.

Teorias sobre a divisão política regional em países em processo de integração económica e política nacional são particularmente relevantes para este estudo. De forma clássica, Lipset e Rokkan (1967) propõem uma tipologia de “oposições territoriais” que surgem do desenvolvimento desigual das regiões, tensões, centro-periferia e disputas pelo poder em processos de consolidação política e crescimento burocrático.

Modelos semelhantes, baseados nas tensões político-económicas durante a construção do Estado, podem ser encontrados nos estudos de Bensel (1984) para os EUA, (Agnew, 1996, 1997) para a Itália, (Hechter, 2017 [1975]) para o Reino Unido, (Diaz-Cayeros, 2006) para o México, (Gibson, 2013) para a Argentina e (West 2005) para a Turquia.

No estudo de Boone et al. (2022), sugere-se que a teoria das divisões económicas regionais na política eleitoral africana é mais consistente com os padrões de divisão eleitoral observados em dados distritais de países como Quênia, Zâmbia e Malawi, em comparação com teorias que se concentram apenas na etnia. O estudo argumenta que os padrões de agrupamento regional observados nesses três países são análogos às “oposições territoriais” propostas por Lipset e Rokkan (1967), em países em processo de construção do Estado e integração económica nacional. Essas oposições podem ser entendidas como competições entre (a) áreas economicamente avançadas e as “periferias atrasadas”; (b) a capital e outras áreas de crescimento económico ou (c) centros rivais de controlo político.

Essas três formas de oposição territorial podem ser discernidas nos padrões de divisão eleitoral e polarização de blocos em Quênia, Zâmbia e Malawi, respetivamente. As estatísticas descritivas que retratam desigualdades económicas e heterogeneidade entre blocos, combinadas com estudos de caso baseados em ampla literatura secundária, oferecem suporte a essa interpretação (Boone et al., 2022).

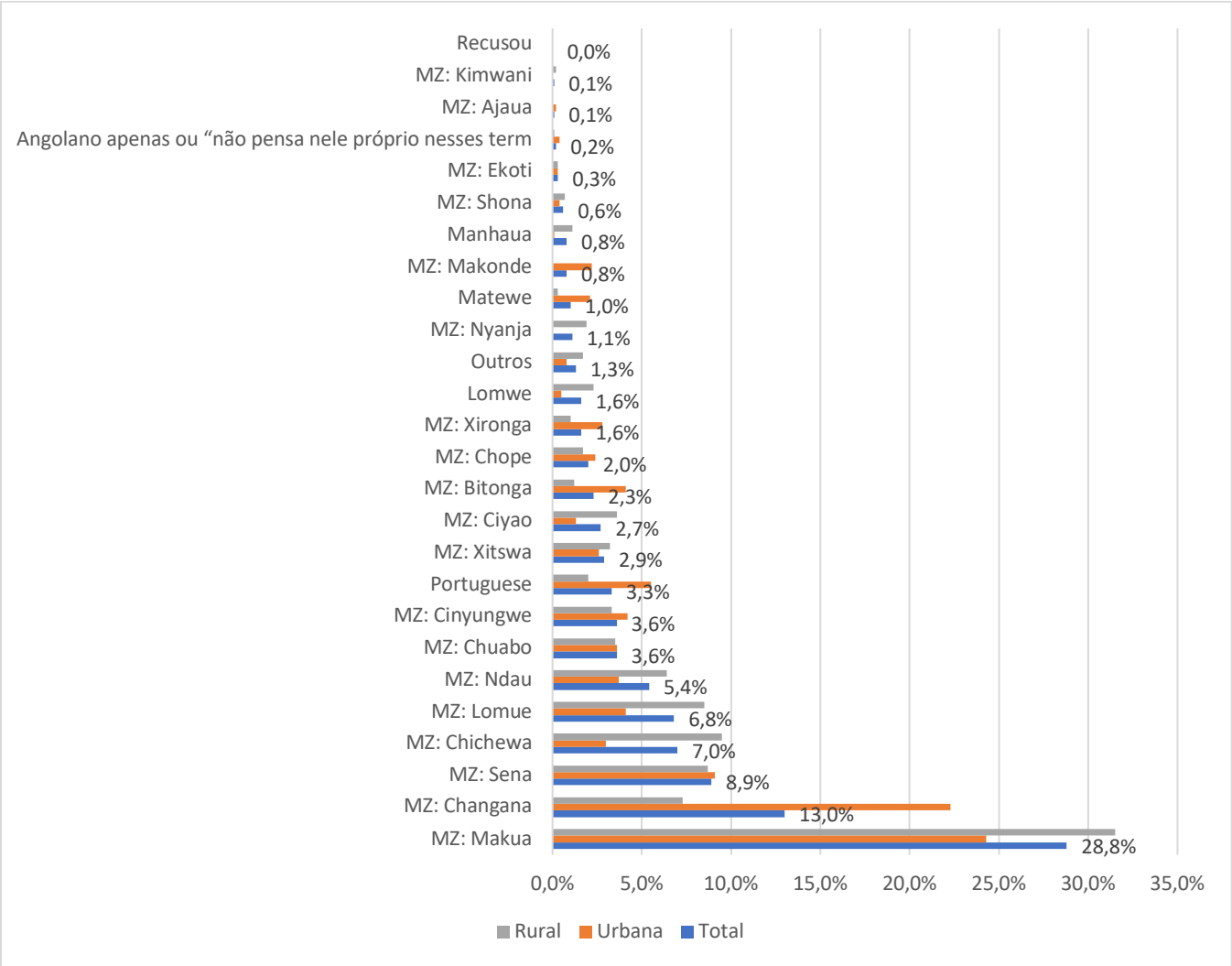
Uma implicação importante desse estudo é que os padrões de divisão política em países africanos podem ser mais semelhantes aos observados em outros países com divisões económicas regionais e tensões centro-periferia, do que estudos anteriores sugerem. Ao focar nos interesses económicos regionais nos países africanos, a análise é redirecionada para as formas genéricas de política observadas em países marcados por desigualdades regionais, como os encontrados noutras partes do mundo (Rogers, 2016). Nos países africanos, essas divisões podem coexistir ou interagir com a política étnica, mas não se limitam a trocas microeconómicas de votos por empregos ou à provisão de “bens de clube” a nível da vizinhança, como destacado nas teorias de clientelismo étnico.

No caso de Moçambique, as clivagens étnico-territoriais podem ser agrupadas em três níveis principais. Primeiro, as derivadas do processo colonial, no qual as fronteiras foram estabelecidas com base na imposição de ocupação territorial e na lógica administrativa do colonialismo português, que organizou o vasto território moçambicano em unidades de controlo. Segundo, as clivagens relacionadas ao processo de construção do Estado pós-colonial, no qual a FRELIMO adotou medidas radicais, como a eliminação das autoridades tradicionais e a realocação forçada de parte da população

de áreas rurais para campos de trabalho. Além disso, observa-se que a maioria da elite dirigente da FRELIMO é vista como proveniente principalmente do Sul e do extremo Norte do país, o que acentua a dimensão territorial e étnica dessa clivagem.

A figura a seguir resume o número de grupos étnicos presentes em Moçambique e sua distribuição pelo território.

Figura 17: Grupos étnicos em Moçambique



Fonte: Afrobarometer. Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/online-data-analysis/> - consultado a 30 de setembro de 2024.

De acordo com a figura 17, o grupo étnico ou cultural dominante em Moçambique é o grupo Makua, que, conforme a ronda 9 do Afrobarómetro (2021/2023), representa 28,8% da população. Este grupo predomina na região Norte e no extremo sul da região Centro. Este grupo é predominantemente dominante na região rural, abrangendo uma percentagem de 31,5%, contra os 24,3% das zonas urbanas. A seguir, está o grupo Changana, com 13%, predominante na região Sul. O grupo Sena, com 8,9%, é

predominante na região Centro, seguido pelo grupo Chichewa, com 7%, que é mais expressivo no Norte. Por fim, o grupo Lomué, com 6,8%, é predominante na região Centro do país. Os restantes grupos étnicos ou culturais ocupam posições de menor destaque na hierarquia demográfica em Moçambique.

Os dados analisados na secção anterior revelam uma tendência de redução do nível da nacionalização com base no aumento do número dos grupos etnolinguísticos numa região. Além disso, os dados mostram uma tendência de distribuição do apoio eleitoral pelos partidos, em função das regiões geográficas. O partido RENAMO tem uma maior inserção nas regiões dominadas pelos grupos étnicos Makua, Lomwe, assim como o grupo Sena e Ndaou, na região Centro do país. A FRELIMO, por sua vez, tem bastante solidez no extremo Sul e Norte, dominado pelos grupos etnolinguísticos Changana, Makonde, etc. Por sua vez, o MDM tem o seu bastião no Centro do país, especialmente na província de Sofala, cujos grupos étnicos dominantes são Sena e Ndaou.

Embora a presente tese não se concentre na análise da possibilidade, ou não, da ocorrência de um voto étnico em Moçambique, ela busca observar as tendências de distribuição da nacionalização dos partidos e sistemas partidários, o que, inevitavelmente, envolve uma reflexão sobre a estrutura étnica e sua relação histórica com o Estado. Esses dois elementos históricos oferecem pistas relevantes para a compreensão da influência das clivagens territoriais nos índices de nacionalização dos partidos e sistemas partidários em Moçambique, especialmente após o fim da guerra civil de 16 anos.

A geografia eleitoral de Moçambique começou a ser moldada em 1994, com as primeiras eleições gerais e multipartidárias, que estabeleceram as bases para o processo de distribuição territorial do voto no país. No entanto, acredita-se que investigações futuras possam fornecer subsídios adicionais para uma análise etnolinguística mais aprofundada, não apenas na perspectiva descritiva, como foi feito neste estudo, mas também respeita à análise do comportamento eleitoral de cada grupo étnico. Essa iniciativa, contudo, poderá ser desafiada pela falta de bases de dados robustas que sistematizem o número de eleitores com base no grupo étnico ao qual pertencem.

Embora a associação entre grupo étnico e localização geográfica do eleitor ofereça pistas úteis para a análise, tal vínculo não é suficiente para explicar de forma plena as tendências de voto. Isso deve-se, não apenas ao fato de que as fronteiras geográficas nem sempre coincidem com as fronteiras étnicas, mas também à ausência de pesquisas anteriores que, por exemplo, confirmem a existência de um voto étnico em Moçambique.

Em suma, a dimensão étnica, em Moçambique, não oferece elementos fortes de explicação da tendência da nacionalização partidária. Porém, a forma como o Estado foi construído no pós-independência e as opções políticas da FRELIMO explicam a disposição e configuração do eleitorado nacional. As desastrosas consequências sociais e económicas da combinação da descolonização instantânea e política socioeconómica transformadora, criada por um eleitorado facilmente mobilizável com problemas comuns que excluía ou deslocavam ex-líderes da FRELIMO, facilmente criaram o preconceito étnico-regional (Manning, 1998). O que se observa é que, em algumas circunstâncias, os partidos políticos, principalmente os da oposição, ativam o elemento étnico durante a caça aos votos como fator de conquista do eleitorado, em algumas circunstâncias, afirmando que o poder, o crescimento económico e a estabilidade residem apenas numa região do país ou beneficiam a certos grupos étnicos ou linguísticos. Do mesmo modo, Chichava (2008) refere que as dinâmicas políticas e eleitorais, em Moçambique, são mais explicadas pela diferença de trajetórias socioculturais do que por meras questões tribais. Primeiro, A maneira como a economia de Moçambique foi organizada no século XIX, com a emergência do capitalismo colonial, é outro fator de explicação. Durante o período colonial, a economia de Moçambique era basicamente uma “economia de serviço”, assim como da hegemonia do Sul sobre as outras regiões decorrentes do desenvolvimento económico da África do Sul. O que igualmente poderá ter contribuído para moldar os sentimentos não só de identificação nacional, como também os graus de simpatia ou antipatia em relação ao partido libertador e por consequência, em relação aos restantes partidos políticos no país.

5.3.2.1. As ligações partidos-cidadãos

A literatura sobre a relação entre partidos e cidadãos é muito diversa, indicando diferentes elementos que explicam a ligação entre os partidos e os cidadãos. Por exemplo, o projecto V-Dem (Varieties of Democracy)⁵³ classifica essas ligações em diferentes tipos (numa escala que varia de 1 a 4): a) ligação clientelista (envolvendo bens, dinheiro e/ou empregos); 2) uma combinação de clientelismo e benefícios coletivos locais; c) ligação baseada em bens coletivos locais: os eleitores são recompensados com bens e serviços de interesse local, como poços, sanitários,

⁵³ V-Dem – Varieties of Democracy – ver: https://v-dem.net/data_analysis/CountryGraph/ - consultado a 14 de setembro de 2024.

mercados, estradas, pontes e outros projetos de desenvolvimento local; d) uma combinação de benefícios coletivos locais e políticas programáticas e) ligação programática: onde os eleitores respondem às posições de um partido sobre políticas nacionais, programas gerais e visões para a sociedade. É lógico supor que ligações mais programáticas estejam relacionadas com maiores níveis de nacionalização, já que os partidos, no lugar de defender interesses mais particularísticos, estão mais preocupados em desenvolver políticas de âmbito nacional.

Essencialmente, vários estudos indicam o clientelismo como uma das principais formas de ligação entre os partidos e os cidadãos em África (Chabal e Daloz, 1999; Van de Walle, 2007). De acordo com esta visão, o clientelismo é entendido como a distribuição seletiva de bens e serviços por políticos a constituintes favorecidos em troca de lealdade política. Geralmente, as relações clientelistas envolvem o uso discricionário dos recursos e da autoridade do Estado para fins políticos, com o objetivo principal de garantir o controlo do Estado e seus recursos. Os partidos no poder utilizam esses recursos para se manter no poder, enquanto os partidos da oposição buscam apoio prometendo, ao menos em parte, o controlo do Estado. Essa prática é particularmente comum e exerce grande influência nos processos eleitorais em África, uma vez que os recursos estatais frequentemente se transformam em instrumentos de vantagem eleitoral. Outra forma em que o clientelismo se expressa é através do prebendalismo, refere-se à distribuição de prebendas, em que um indivíduo recebe um cargo público para aceder a recursos do Estado. O prebendalismo tem sido uma característica predominante em muitos estados autoritários (Van de Walle, 2007).

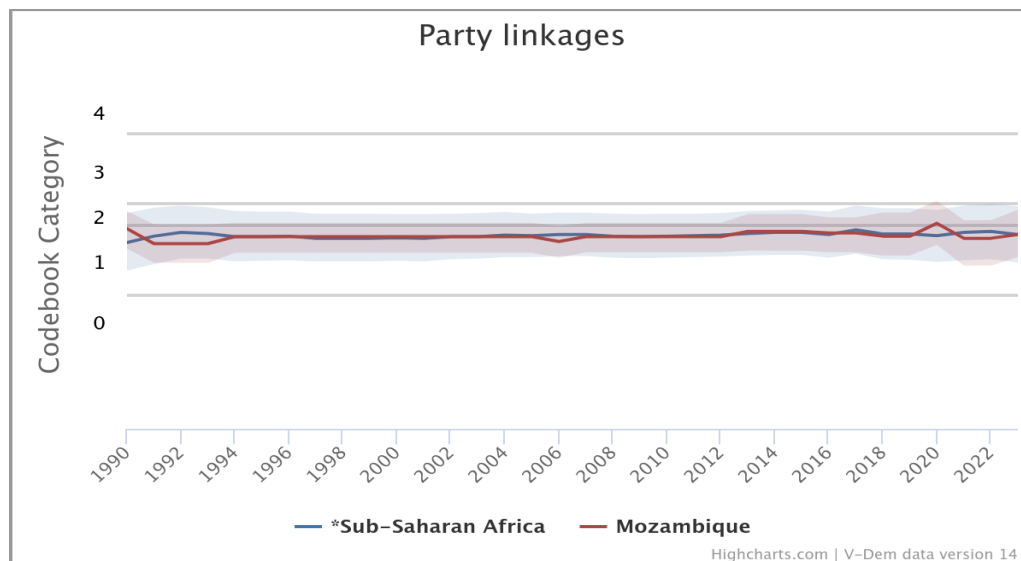
Note-se, entretanto, que além do clientelismo, os partidos políticos em África também recorrem a outras formas de ligação com a sociedade (Van de Walle, 2007; Stokes et al, 2013 Cheeseman, 2015). Esta abordagem diversificada de estratégias adotadas pelos partidos políticos encontra fortes exemplos empíricos no caso de Moçambique em que variáveis históricas da construção do Estado e as clivagens territoriais, o controlo do partido incumbente sobre os recursos do Estado, incluindo o financiamento político, são também tomadas em consideração na análise.

Quando observados os mecanismos de ligação entre cidadãos e partidos em Moçambique, os dados da V-Dem sugerem a existência de um nível médio de vínculo, conforme a escala proposta pela V-Dem, que varia de 1 a 4⁵⁴ (ver Figura 18). Estando Moçambique no ponto médio (2) das escalas, assim como a generalidade dos países

⁵⁴ (1: Mixed clientelistic and local collective. _2: Local collective. Constituents are rewarded with local collective goods, e.g., wells, toilets, markets, roads, bridges, and local development. _3: Mixed local collective and policy/programmatic. _4: Policy/programmatic. Constituents respond to a party's positions on national policies, general party programs, and visions for society)

africanos, significa que os partidos, no seu conjunto, tendem mais a utilizar apelos locais em que os cidadãos beneficiam de bens coletivos locais, como por exemplos mercados, estradas, pontes e desenvolvimento local. Portanto, do ponto de vista global, e de acordo com estes dados, são sobretudo apelos locais mais do que exclusivamente clientelares os que caracterizam as relações entre cidadãos e partidos.

Figura 18: Ligação entre os partidos e a sociedade (Moçambique e África Subsaariana)



Fonte: Varieties of Democracy – Link: https://v-dem.net/data_analysis/VariableGraph/: consultado a 05 de Maio de 2025.

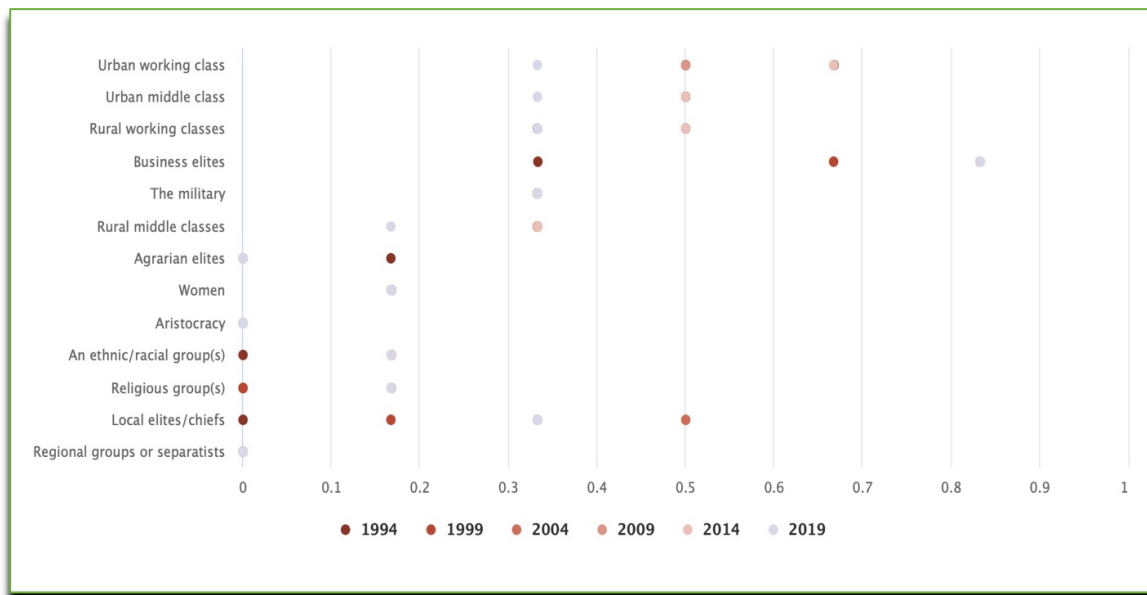
Portanto, fica notório que, apesar do clientelismo ser um fator importante na ligação entre os partidos e cidadãos, este situa-se ao nível médio de influência. Por exemplo, para Weimer e Carrilho (2017), a dominação do Estado pela FRELIMO também é um reflexo da adesão do partido aos princípios leninistas de organização política e social, nos quais o partido controla o Estado e busca absorver outras forças sociais sob sua hegemonia. Isto, o partido conseguiu através da incorporação das suas organizações sociais, antigas organizações democráticas de massa, como associações das de mulheres, professores, jovens e trabalhadores, que operam sob a orientação do partido.

Observando os partidos políticos (FRELIMO, RENAMO e MDM) através da base de dados do V-Party Database⁵⁵ compreende-se quais grupos sociais tendem a apoiar mais cada um destes partidos. As figuras abaixo, 19, 20 e 21 respondem à questão *To which*

⁵⁵ Varieties of Party Identity and Organization (V-Party) is a database examining the policy position and organizational structure of political parties across the world. Disponível em: <https://www.v-dem.net/data/v-party-dataset/>.

particular group in society does the core membership and support of this party belong?.
A variação situa-se entre 1 = SIM; 0 = NÃO.

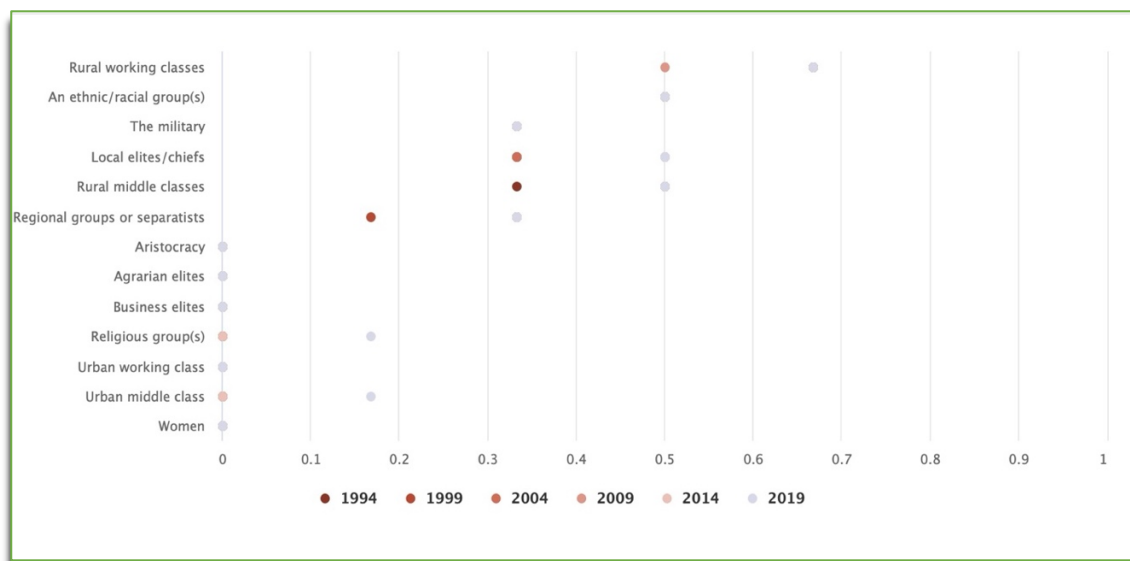
Figura 19: Grupos de apoio ao partido FRELIMO (1994-2019)



Fonte: V-Party Database, disponível em: <https://www.v-dem.net/data/v-party-dataset/> - consultado a 05 de junho de 2025.

De acordo com a figura 19, o partido FRELIMO encontra nas elites empresariais a sua grande base de apoio, seguido pela classe trabalhadora urbana. Esta tendência torna-se mais evidente com a evolução dos processos eleitorais no país, o que tendencialmente poderá significar o distanciamento do partido de outros grupos sociais como a sua grande base de apoio social. Já o grupo das elites locais, a classe dos trabalhadores rurais e a classe média urbana, situam-se na média (0,5) dos grupos que mais apoiam o partido incumbente. Por seu turno, os grupos religiosos, étnicos, as elites locais, têm vindo a exercer um menor grau de influência em termos de apoio ao partido.

Figura 20: Grupos de apoio ao partido RENAMO (1994-2019)



Fonte: V-Party Database, disponível em: <https://www.v-dem.net/data/v-party-dataset/> - consultado a 05 de Junho de 2025.

Relativamente ao partido RENAMO, a sua grande base de apoio social continua a ser a classe trabalhadora rural, grupos étnicos, elites e chefaturas locais, bem como uma classe média rural no país. O partido RENAMO, um antigo movimento de guerrilha, historicamente construiu a sua base de legitimidade da zona rural (Cahen, 1990, 2007, 2019; Manning, 1998; Chichava, 2008, entre outros) e, paulatinamente, foi buscando transferir a sua base de apoio para os centros urbanos. A sua nacionalização, como aliás ficou evidenciado, tem sido desafiada, como resultado da estagnação na evolução, quer discursiva, quer prática na sua forma de se opor ao partido incumbente no país.

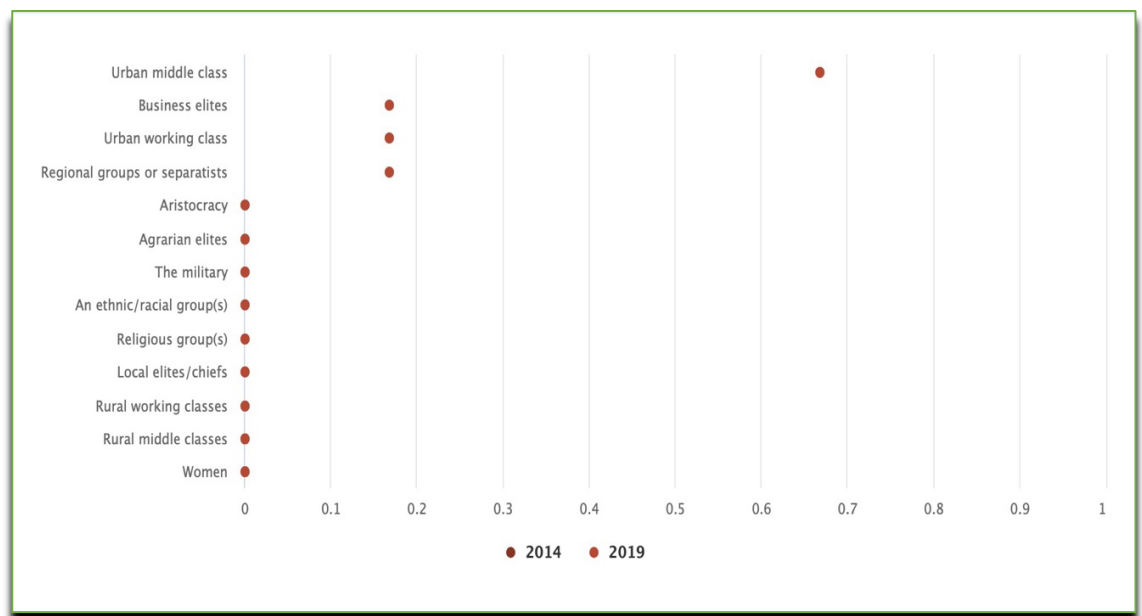
Com a morte de Dhlakama, a RENAMO enfraqueceu-se. Ossufo Momade parece não estar a conseguir gerir o partido. Ele tem pouca expressão política e não conseguiu substituir o anterior líder que nutria um grande carisma. (Entrevista com um jornalista independente, aos 05 de setembro de 2024).

Adicionalmente, um dos nossos entrevistados, considera que a RENAMO,

tornou-se aliada do partido incumbente com vista a manter a sua posição de líder da oposição. O partido não tem estado a agir como uma real oposição. A sua agenda é dúbia, quase mesmo inexistente. (Entrevista com um académico, aos 06 de março de 2024).

Este conjunto de leituras pode ajudar a compreender as dinâmicas de nacionalização do partido RENAMO e as suas estratégias de ligação com a sociedade em que, além da dimensão histórica dos vínculos criados com parte do eleitorado nacional, o partido não se tem conseguido reinventar face aos desafios contemporâneos.

Figura 21: Grupos de apoio ao partido MDM (2014-2019)



Fonte: V-Party Database, disponível em: <https://www.v-dem.net/data/v-party-dataset/> - consultado a 05 de Junho de 2025.

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) regista a sua base de apoio fundamentalmente na classe média urbana e, de forma mais tímida, nas elites empresariais, na classe trabalhadora urbana e em grupos regionais. Este facto reforça a interpretação de que o MDM construiu a sua base de apoio eleitoral, essencialmente numa base mais urbana e escolarizada, estando distante do eleitorado mais rural. Todavia, depois da euforia inicial com a criação do partido em março de 2009, o MDM estagnou-se em termos do alargamento da sua base de apoio, tendo mesmo registado uma diminuição do apoio eleitoral, de forma global, o que impacta na sua nacionalização.

O jornalista e ativista social Lázaro Mabunda (03 de março de 2020), em entrevista, considera o seguinte:

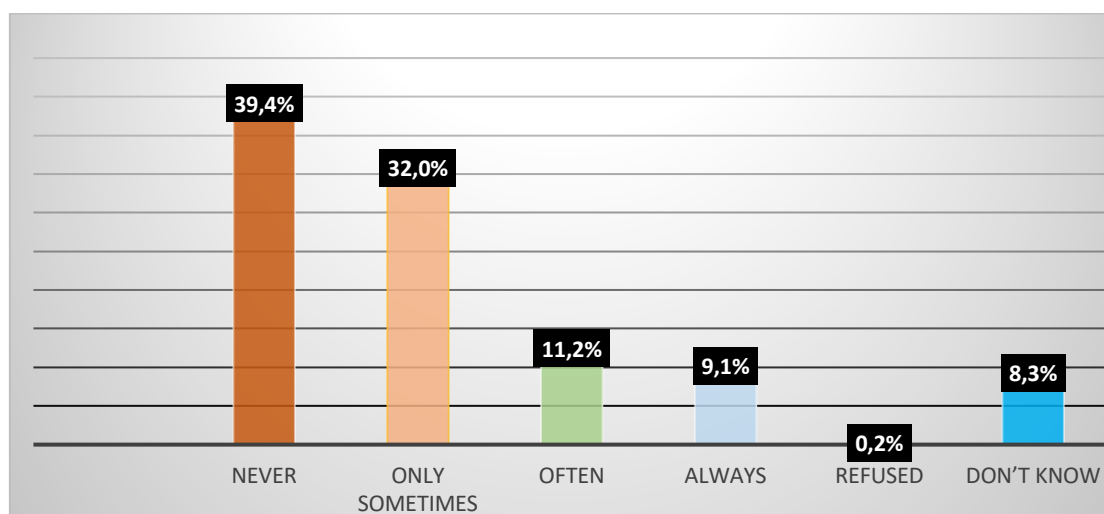
“Eu, particularmente, acho que o MDM perdeu-se no meio do caminho. O partido não conseguiu solidificar-se como uma

alternativa política, sendo apenas mais um partido, apesar de continuar no parlamento”.

Portanto, o partido MDM, apesar da sua permanência no parlamento como a terceira maior força política até 2019, não tem conseguido renovar o seu discurso político, o que, eventualmente, limita a sua capacidade de se nacionalizar, estando o âmbito da sua atuação, maioritariamente, circunscrito ao município da Beira, por exemplo. O que poderá concorrer para corroer progressivamente a sua base de apoio social, reduzindo potencialmente, os seus índices de nacionalização.

Quando observada a ligação dos cidadãos (o eleitorado) com os partidos políticos, os dados do *Afrobarometer* mostram uma fraca conexão, conforme evidenciado nas figuras 22 e 23. Regista-se uma parcela significativa dos inquiridos que declara nunca ter tido contato com os seus representantes no parlamento (39.4%). A explicação para isso pode dever-se a vários fatores, por exemplo, o sistema eleitoral de listas fechadas que, tendencialmente, distancia o eleitor dos parlamentares.

Figura 22: Contacto entre parlamentares e cidadãos



Fonte: Base de dados do Afrobarometer. Disponível em:

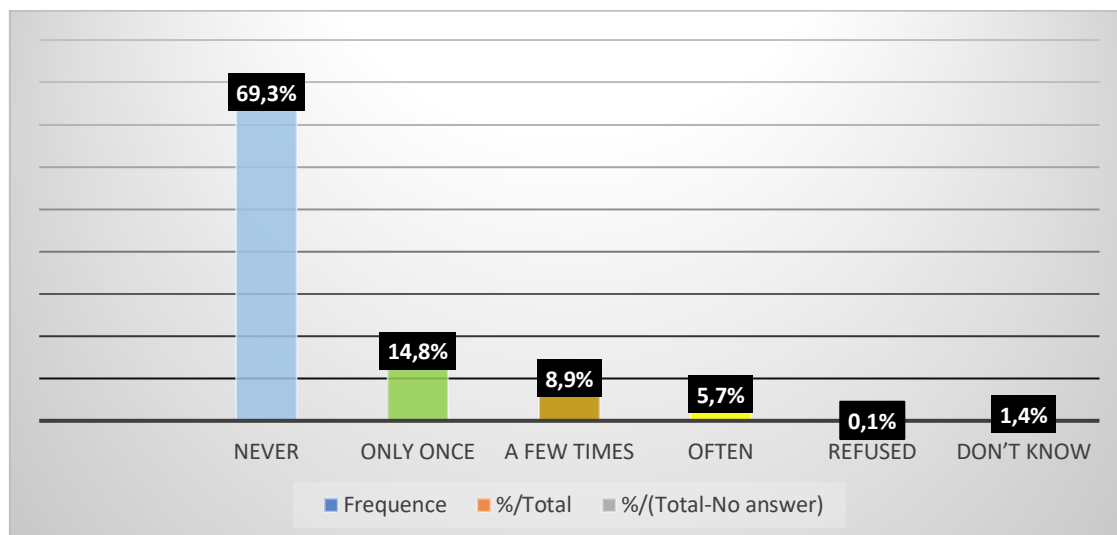
<https://www.afrobarometer.org/online-data-analysis/> - (Ronda 9 – 2021/2023) consultado a 27 de setembro de 2024.

Este modelo de listas fechadas, normalmente, conduz os parlamentares a uma situação de maior lealdade ao seu partido em relação ao eleitorado, o que pode justificar o baixo nível de relação entre estes. Por outro lado, os parlamentares, historicamente, apresentam uma fraca produção legislativa, sendo a maior parte da iniciativa legal proveniente do Executivo, o que compromete a sua posição de entes de intermediação

entre a sociedade e o Estado (Guiliche, 2025).

Relativamente ao contacto entre partidos políticos e cidadãos, 69,3% dos cidadãos afirma nunca ter tido contacto com os partidos. Os principais momentos de aproximação entre os partidos políticos e os cidadãos são observados durante as campanhas eleitorais, principalmente para o caso dos partidos com menor expressão política.

Figura 23: Contacto entre partidos políticos e cidadãos



Fonte: Base de dados do Afrobarometer. Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/online-data-analysis/> - (Ronda 9 – 2021/2023) - consultado em 04 de junho de 2025.

Em suma, os mecanismos adotados pelos partidos políticos, em Moçambique, para estabelecer a sua ligação com a sociedade fundamenta-se em práticas similares entre estes, mas através da produção de narrativas diferenciadas. Por um lado, o partido FRELIMO, fruto da sua historicidade de partido libertador, continua a evocar elementos históricos para justificar a sua manutenção no poder, quer seja através de uma base discursiva, quer através de estratégias de cooptação, bem como de mecanismos de controlo e distribuição dos recursos do Estado, a exemplo do financiamento de partidos políticos, distribuição de cargos governativos, etc.

Por outro lado, a RENAMO insiste no seu discurso de fundador da democracia no país. Este partido alimenta o seu reportório discursivo com a ideia de que lutou pela democracia, ainda que este não seja um exemplo de democracia interna. O partido RENAMO estruturou-se, historicamente, numa base de personificação do poder no seu líder histórico, Afonso Dhlakama e, recentemente, na figura do seu sucessor Ossufo Momade.

Por fim, o MDM, inicialmente movido por um discurso anti belicista nutrido pela sua essência “não armada”, gerou bastante expectativa na fase inicial da sua atuação política, mas, posteriormente, estagnou-se em termos de inserção pelo território, possuindo níveis mais baixos se comparados com os seus principais adversários, FRELIMO e RENAMO.

5.4. Financiamento dos partidos político e nacionalização

O desempenho eleitoral dos partidos, especialmente no que se refere à nacionalização, pode ser compreendido a partir dos mecanismos de financiamento partidário, tanto para o funcionamento cotidiano, quanto para as campanhas eleitorais. A disponibilidade de recursos financeiros desempenha um papel crucial na configuração do poder de um partido em diferentes regiões, além de influenciar as decisões de voto do eleitorado. Nesse contexto, a presente secção inicia com uma análise das dinâmicas de financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais nas últimas quatro décadas, com o objetivo de lançar luz sobre o caso moçambicano. Em seguida, amplia-se a discussão para avaliar a capacidade e a abrangência das campanhas eleitorais em Moçambique, considerando os fatores financeiros, bem como episódios de violência e como estes influenciam a competição político-partidária, impactando os atuais índices de nacionalização partidária no país.

Portanto, ao analisar a influência do financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais na NP e NSP em Moçambique, é crucial observar a maneira como os partidos se organizam, como estruturam as suas campanhas, como adquirem os recursos e que meios são utilizados para alcançar os eleitores. A FRELIMO, por exemplo, além de contar com um financiamento significativo, utiliza a sua extensa rede de filiados e apoio nas instituições públicas para mobilizar eleitores e expandir a sua base de apoio. Esta capacidade de mobilização é acentuada pelo uso de meios de comunicação estatal, como rádio, televisão e imprensa, que são amplamente controlados pelo Governo, permitindo à FRELIMO uma vantagem considerável sobre os seus concorrentes.

5.4.1. Financiamento partidário e eleitoral

A competição político-partidária é um dos princípios fundamentais para o funcionamento de qualquer democracia contemporânea. Os partidos políticos, ao menos do ponto de vista teórico, atuam como elementos de representação do interesse público, assegurando o equilíbrio necessário em termos de pluralidade de ideias e princípios de

governança numa sociedade (Handbook for the Observation of Campaign Finance, 2015).

No entanto, para garantir o seu funcionamento, os partidos políticos necessitam de fontes de financiamento. Assim, o desenvolvimento de um modelo ideal para o financiamento dos partidos políticos tem sido uma das grandes preocupações dos estados, visto que a natureza desse financiamento pode gerar autonomia para os partidos, por meio de recursos para a realização das suas atividades, mas também pode resultar em efeitos adversos como a falta de transparência quanto à origem dos recursos, especialmente no caso dos financiamentos privados, ou uma excessiva dependência de fundos públicos, nos casos em que o financiamento vem do Estado, bem como no próprio processo de prestação de contas pelos partidos em caso de financiamento público (Mutch, 2014). Tem sido preocupação constante dos diferentes estados prevenir que os partidos políticos beneficiem de fontes de financiamento questionáveis, designadamente contribuições anónimas, apoios provenientes de doações internacionais ou fundos resultantes de atividades ilícitas, incluindo jogos ilegais de sorte e azar, contrabando, prostituição, narcotráfico, entre outros (Nwangu, 2025). Em muitas jurisdições, este conjunto de fontes é expressamente proibido e objeto de mecanismos rigorosos de controlo e fiscalização, sob pena de comprometer a justiça na competição político-eleitoral e de fomentar a emergência de redes de interesses que possam capturar o Estado. Todavia, deve-se reconhecer que nem sempre essa fiscalização se torna efetiva, principalmente em estados com graves fragilidades institucionais.

Portanto, encontrar um modelo de financiamento que consiga conciliar, com sucesso, as necessidades de construção, competição e campanha partidária com a necessidade de inibir e minimizar a corrupção nos processos eleitorais e políticos (Williams, 2000) é um dos maiores desafios em relação ao funcionamento dos partidos políticos. O termo financiamento político refere-se à disponibilidade de recursos para partidos e candidatos, tanto durante o período eleitoral, quanto entre as eleições. Esse financiamento pode ser classificado conforme a origem dos recursos: público, quando proveniente do Estado, privado, quando oriundo da sociedade, ou misto, quando há combinação de ambas as fontes de financiamento (Bourdoukan, 2009).

O financiamento público das atividades dos partidos políticos é um fenómeno relativamente recente, ligado à evolução dos processos eleitorais, à dinâmica dos próprios partidos e à reconfiguração do papel do Estado como regulador das instituições. O financiamento público é resultado da importância dos partidos políticos nos processos democráticos, do papel participativo e representativo que desempenham

na democracia moderna, tornando-se, assim, essencial para as dinâmicas políticas e eleitorais e, conseqüentemente, para o financiamento dessas atividades (Bourdoukan, 2009; Gauja, 2010).

As leis de financiamento político e as subvenções públicas também marcam uma interseção crucial entre a regulação da concorrência partidária no contexto eleitoral e o impacto potencial dessa regulação na estrutura organizacional interna dos partidos (Gauja, 2010). O financiamento público foi introduzido em fases recentes da democratização. Por exemplo, na Europa, a subvenção dos processos eleitorais foi implementada na Espanha desde as primeiras eleições em 1977, com a introdução de subvenções para o financiamento de atividades rotineiras. Na Hungria, essa subvenção surgiu mais tarde, em 1989, antes das primeiras eleições democráticas. Em Portugal, o financiamento público de partidos começou em 1977, cerca de dois anos após as primeiras eleições democráticas (Biezen, 2003).

Do ponto de vista comparativo, o financiamento público difere do financiamento privado ao adicionar um novo ator à equação: o Estado. No financiamento privado, membros da sociedade decidem quanto e para quem doar. As preferências dos doadores podem não coincidir com as preferências dos eleitores, mas no modelo exclusivamente privado, a escolha de quais candidatos receberão quais recursos é determinada pela sociedade (Bourdoukan, 2009).

Nos últimos 40 anos, o financiamento público tornou-se a principal fonte de receita para os partidos políticos. Em alguns países, foram adicionados subsídios públicos para apoiar o trabalho dos partidos com representação parlamentar. A partir das décadas de 1960 e 1970, muitos países ampliaram o apoio público aos partidos extraparlamentares para cobrir custos de campanha e até mesmo as suas atividades cotidianas. Esses subsídios, geralmente, são justificados como instrumentos para manter uma democracia saudável, ao mesmo tempo em que reduzem disparidades financeiras entre os principais concorrentes (Scarow, 2013). Portanto, se é verdade que o financiamento público trouxe uma base de financiamento mais segura, não é menos verdade que ao mesmo tempo, atenuou um dos objetivos dos partidos com grande número de membros e da angariação coordenada de fundos, o que em certa medida condiciona as suas possibilidades de consolidação com organizações estáveis (Strøm, 2000). Para Jalali (2015), o mecanismo de financiamento público de partidos, enfraquece a motivação para a angariação de fundos, por exemplo, para a formação de partidos de massas, fortemente enraizados na sociedade, encorajando a preferência por uma estratégia mais lata e *catch-all*.

No continente africano, os partidos da oposição, frequentemente, dependem de recursos públicos para obter apoio, o que é particularmente difícil em contextos com economias altamente dependentes do Estado e de favores políticos para a regulação e o licenciamento. Como resultado, os partidos da oposição, muitas vezes, precisam contar com salários e fundos dos seus membros no parlamento e recursos de possíveis candidatos (Riedl, 2018). Aproximadamente 69% do financiamento para os partidos políticos provém do Estado. Existem, entretanto, alguns países que não fornecem financiamento público dos partidos, por exemplo a República Centro Africana e a Gâmbia (Ohman, 2014).

Para Riedl (2018), a centralização do poder e os legados do partido-Estado fortalecem a capacidade eleitoral do partido governante em detrimento da oposição. Como resultado, os eleitores frequentemente votam em candidatos locais e parlamentares alinhados ao partido no poder, acreditando que isso favorecerá o fluxo de recursos para a sua região. Essa lógica ajuda a explicar a rara ocorrência de governos divididos em África. Consequentemente, os partidos no poder conseguem aumentar significativamente as suas chances de nacionalização, enfraquecendo ainda mais os partidos da oposição.

Estudos como o de Paget (2019) destacam o clientelismo como uma característica dominante nas campanhas eleitorais no continente, onde os políticos, muitas vezes, distribuem bens, serviços ou dinheiro para conquistar votos. Embora esses presentes nem sempre sejam trocas diretas por votos, eles funcionam como uma forma de estabelecer uma relação de dependência entre eleitores e partidos, reforçando estruturas clientelistas que dificultam a formação de uma política baseada em princípios programáticos. Em Moçambique, essa dinâmica é particularmente visível, uma vez que a FRELIMO, partido dominante, tem um acesso privilegiado aos recursos estatais, o que lhe permite financiar as suas campanhas de maneira mais eficaz, garantindo a sua presença em praticamente todas as províncias do país. O mesmo é menos provável de acontecer com a oposição, pelo fato desta não dispor dos mesmos capitais de mobilização e controlo territorial.

Embora o financiamento político tenha sido amplamente debatido na literatura da Ciência Política, a relação entre esta variável e os índices de nacionalização dos partidos e sistemas partidários ainda oferece espaço para mais pesquisas, especialmente no contexto da África Subsaariana e, particularmente, em Moçambique, exemplo paradigmático de um regime que oscila entre princípios democráticos e autoritários, oferecendo um contexto relevante para entender a influência do financiamento político na nacionalização partidária. Moçambique pode ajudar na

compreensão de como o dispositivo institucional de financiamento pode ou não impactar a nacionalização dos partidos, além de ilustrar a metamorfose dos mecanismos de financiamento “não oficial”, especialmente em relação ao partido no poder, dado que a prestação de contas sobre o financiamento público geralmente é inexistente ou deficiente.

Em Moçambique, o financiamento dos partidos políticos é garantido por três fontes: (1) contribuições dos membros do partido, (2) dotações do Estado para a representação parlamentar ao longo da legislatura e (3) transferências durante o período eleitoral. De acordo com o artigo 38 da Lei 2/2019, de 31 de maio⁵⁶, a distribuição do financiamento público para campanhas eleitorais segue os seguintes princípios:

1. Para assegurar o princípio de igualdade de tratamento, o Estado destina uma verba para o financiamento das campanhas eleitorais.
2. Compete à Comissão Nacional de Eleições aprovar os critérios de distribuição dos fundos.
3. Na distribuição dos fundos, deve-se considerar a proporção das candidaturas apresentadas em relação aos cargos a serem preenchidos.

Os critérios definidos por lei para a distribuição do financiamento público, embora muitas vezes considerados consensuais, não são neutros. Em alguns casos, esses critérios podem, em vez de promover a estabilidade e a competição, fortalecer partidos mais poderosos, enfraquecendo aqueles com menor expressão e comprometendo as possibilidades de aumento da nacionalização destes últimos. Isto ocorre porque os recursos financeiros, teoricamente, ajudam a reforçar a capacidade organizativa dos partidos, influenciando as suas probabilidades de sucesso ao nível nacional. Por exemplo, se os critérios de elegibilidade para o financiamento forem definidos por legisladores cujos partidos fazem parte da competição eleitoral, a justiça na distribuição desses recursos pode ser comprometida.

Ainda que um dos membros dos órgãos de Gestão Eleitoral, em entrevista, no âmbito desta pesquisa, acredite que o modelo de atribuição do financiamento público não seja prejudicial aos partidos extraparlamentares.

Eu acredito, sinceramente, que este modelo de atribuição de financiamento político, apesar de não ser o ideal para muitos, é o possível para o nosso contexto. Muitos partidos não têm fontes próprias de recursos, resta apenas o Estado apoiar. Ainda que os extraparlamentares recebam em menor proporção, em comparação aos

⁵⁶ Lei 2/2019 de 31 de maio estabelece o quadro jurídico para a eleição do Presidente da República e dos deputados da Assembleia da República. I Série, número 105.

partidos com lugar no parlamento, ainda assim, este valor serve de uma grande valia para o trabalho político deles. (Funcionário de Órgão de Administração Eleitoral – OAE/ STAE, em 07.08.2024).

O depoimento do funcionário do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, reitera a dimensão formal do processo, mas negligencia a observância de pressupostos substanciais das discussões democráticas sobre o financiamento político. Embora o financiamento político em Moçambique respeite a pressupostos específicos, por exemplo, de proporção dos assentos parlamentares, como também do número de círculos eleitorais pelos quais o partido concorre, não é menos verdade que este processo ainda tem espaço para aperfeiçoamento, não só em maior benefício dos partidos extraparlamentares, como também no que respeita a transparência na atribuição e prestação de contas sobre os valores alocados. Ou seja, embora o ambiente legislativo seja, formalmente, baseado em mecanismos de *check and balances*, é improvável que os partidos aprove legislação que prejudique os seus próprios interesses. Nisto nota-se a aliança histórica entre a FRELIMO e RENAMO, relativamente à aprovação de determinadas leis que os beneficiem, não só em termos eleitorais, como também relativamente a outras arenas de partilha de recursos. Portanto, mesmo que o critério de alocação seja baseado nos resultados das eleições anteriores, a justiça na distribuição dos recursos pode ser comprometida, especialmente quando as eleições são marcadas por irregularidades e acusações de fraudes, como é comum em Moçambique. Nesses contextos, a manutenção de critérios de alocação baseados em resultados passados pode perpetuar princípios ilegítimos, em que a nacionalização dos partidos é determinada mais pelos órgãos eleitorais e pelo judiciário, que valida os resultados do que pela real vontade eleitoral, fortalecendo, consequentemente, alguns partidos em detrimento de outros.

Imposta esclarecer que neste estudo será utilizada de forma abreviada as letras “MZN” para se referir à moeda do país, o Metical. Os valores em MZN são igualmente descritos ao longo da análise na base de uma taxa de câmbio média, simplificada de 64MZN/1USD no momento da redação da tese, com recurso a base de dados de conversões online através do link: <https://www.xe.com/currencyconverter/> e de dados do Banco de Moçambique⁵⁷.

⁵⁷ A taxa de câmbio de 64MZN/1USD, foi consultada no dia 28.06.2025: <https://www.xe.com/currencyconverter/> e <https://www.bancomoc.mz>.

Tabela 23: Distribuição de fundos públicos aos partidos políticos – 1999 (MZN)

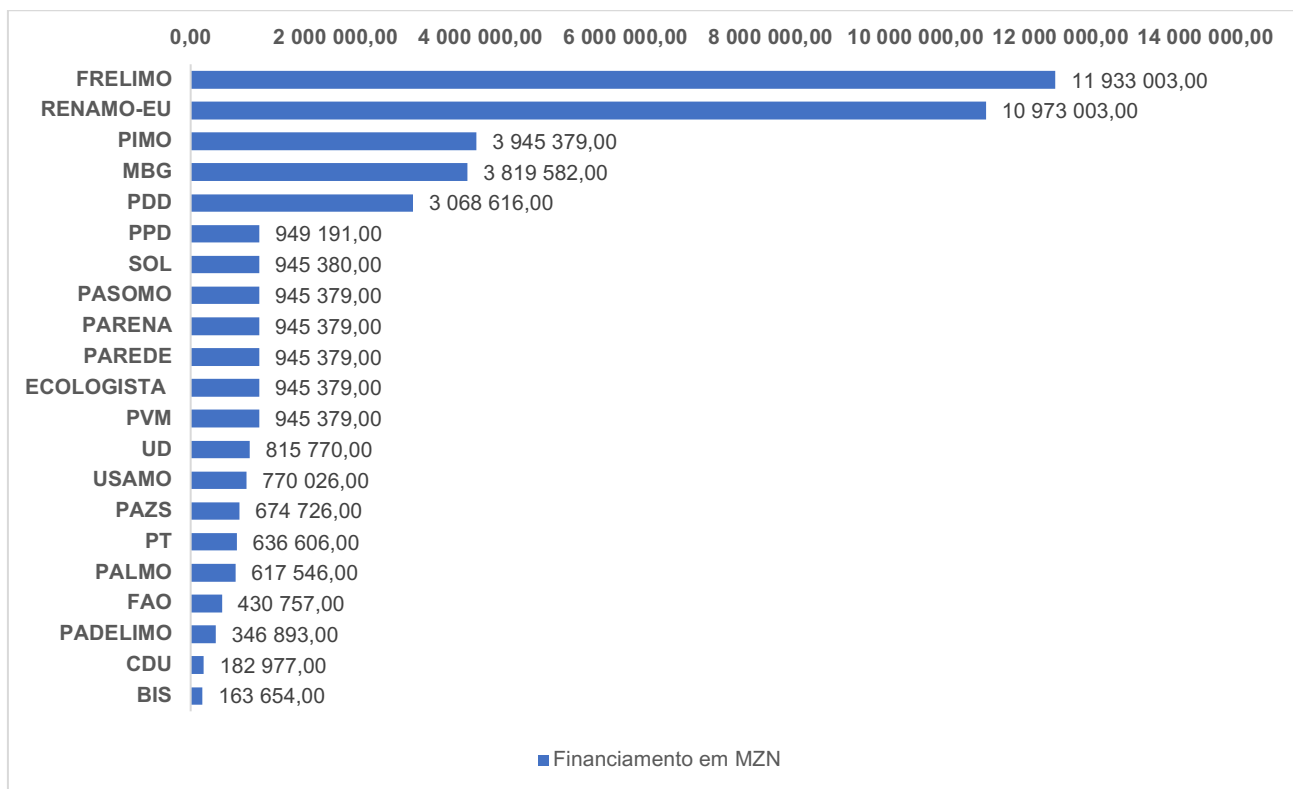
Partido ou coligação	Presidenciais	Formações com assentos na AR	Concorrentes para Legislativas	Total
FRELIMO	1,038,000.00	1,061,000.00	236,000.00	2,335,000.00
RENAMO	1,038,000.00	941,000.00	236,000.00	1,979,000.00
RENAMO - UE			236,000.00	236,000.00
UD		75,000.00	236,000.00	311,000.00
SOL			236,000.00	236,000.00
PALMO			236,000.00	236,000.00
PT			236,000.00	236,000.00
UMO			188,000.00	188,000.00
PIMO			129,000.00	129,000.00
PANAOC			122,000.00	122,000.00
PADELIMO			109,000.00	109,000.00
PPPLM			88,000.00	88,000.00
PASOMO			27,000.00	27,000.00
Total	2,076,000.00	2,0077,000.00	2,079,000.00	6,232,000.00
Fonte: CIP (2019)				

A análise da evolução dos processos eleitorais entre 1999 e 2019, por meio de tabelas e gráficos, revela como os fundos públicos foram alocados entre os partidos políticos e coligações durante as eleições em Moçambique.

De acordo com a tabela 23, em 1999, um total de 13 formações políticas, incluindo coligações, beneficiaram de financiamento público. Entre elas, a FRELIMO e a RENAMO destacaram-se como os maiores beneficiários, com valores de 2.335.000,00 MT (equivalente a USD 36.484,38) e 1.979.000,00 MT (equivalente a USD 30.921,88), respetivamente. Juntas, estas duas formações políticas receberam cerca de 69% do total de recursos destinados ao financiamento público das eleições.

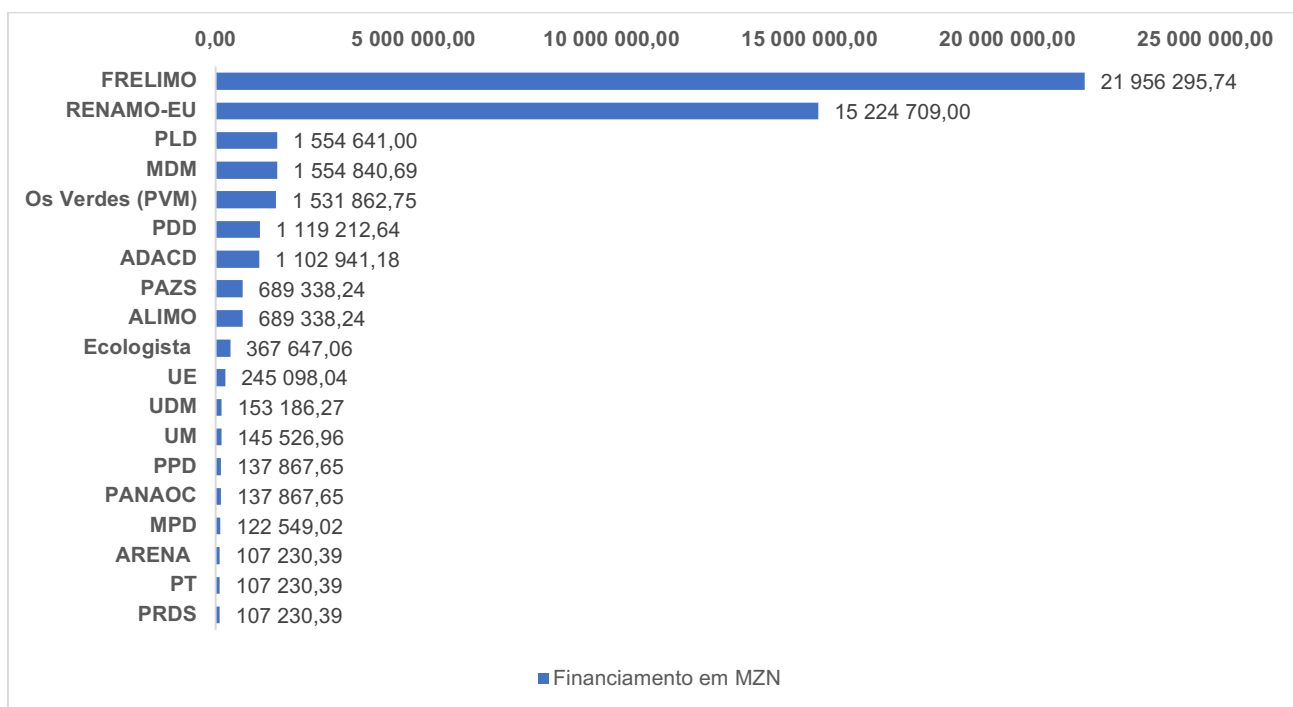
Nas eleições subsequentes, de 2004 e 2009, observou-se uma continuidade na distribuição de recursos públicos entre os partidos políticos, com a FRELIMO e a RENAMO mantendo a liderança na alocação dos fundos. A principal diferença foi a introdução da eleição para membros das assembleias provinciais. O número de partidos e coligações concorrentes aumentou de 13, em 1999, para 20, em 2004. Contudo, a FRELIMO e a RENAMO continuaram a ser os maiores beneficiários, recebendo mais de 50% do total do orçamento disponível, que foi de aproximadamente 229.006.006,00 MT (equivalente a USD 3.578.218,84), conforme indicado na figura 23.

Figura 24: Fundos do Estado alocados aos partidos para as eleições legislativas e das assembleias provinciais (2004)



Fonte: CIP (2019) e adaptado pelo autor.

Figura 25: Fundos do Estado alocados aos partidos para as eleições legislativas e das assembleias provinciais (2009)



Fonte: CIP (2019) e adaptado pelo autor.

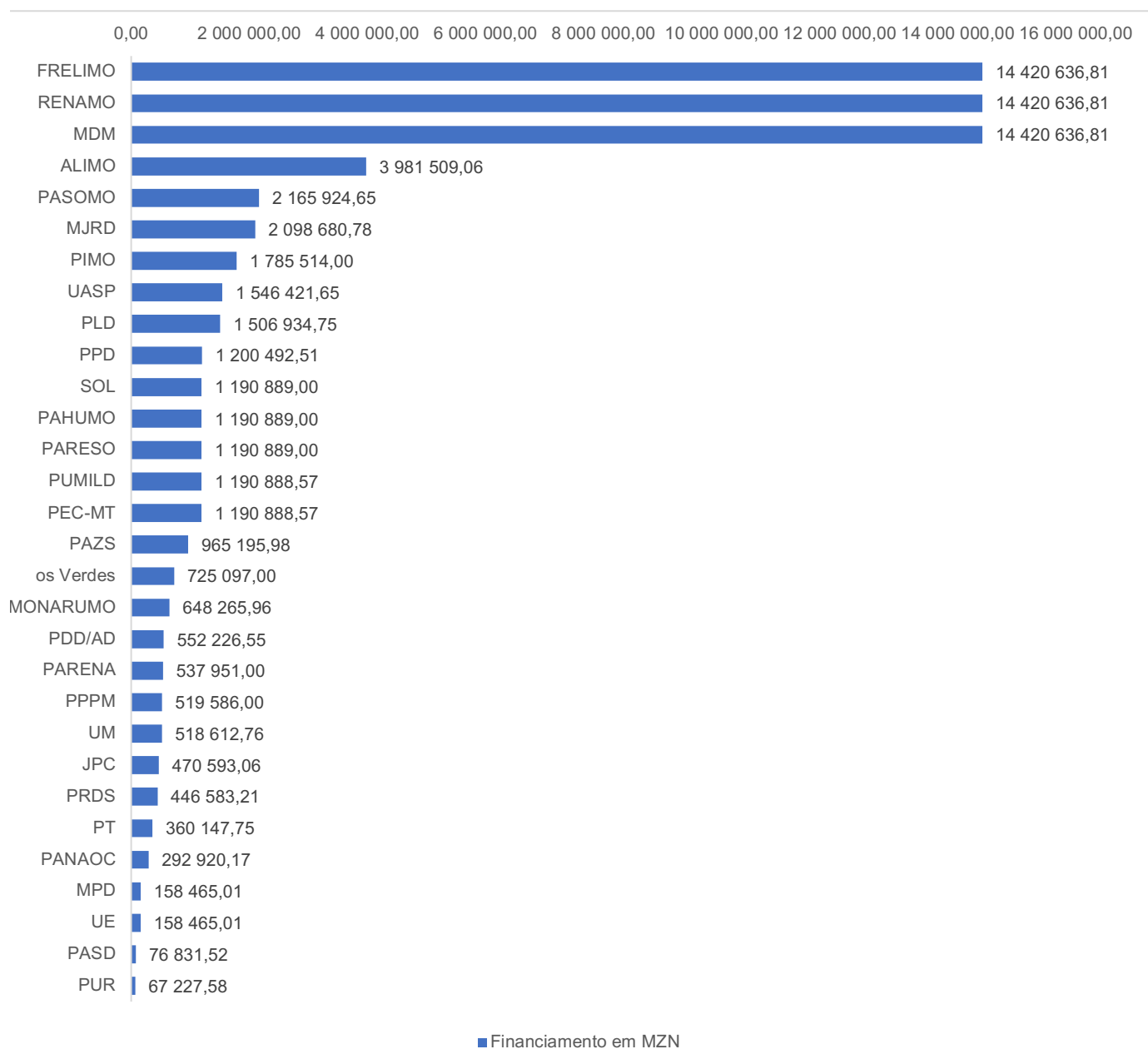
As figuras 24 e 25 resumem os montantes destinados ao financiamento eleitoral para as eleições legislativas e para as assembleias provinciais de 2004 e 2009, respetivamente. No caso das eleições de 2009, a dinâmica da distribuição de fundos públicos reafirmou a tendência de concentração de recursos nos dois principais partidos políticos, FRELIMO e RENAMO, evidenciando a sua dominação no processo eleitoral. De acordo com a Deliberação nº 1/CNE/2010, os fundos destinados ao financiamento das eleições foram distribuídos entre os seguintes destinatários:

- a) Candidatos às eleições gerais, concorrentes ao cargo de Presidente da República (12.500.000,00 MT, equivalente a USD 195.312,5);
- b) Partidos políticos e coligações concorrentes às 4ª eleições legislativas com assento na Assembleia da República (12.500.000,00 MT, equivalente a USD 195.312,5)
- c) Partidos políticos e coligações concorrentes às 4ªs eleições legislativas de 2009 (12.500.000,00 MT, equivalente a USD 195.312,5), com destaque para os partidos FRELIMO e RENAMO;
- d) Partidos e coligações concorrentes às 1ªs eleições das assembleias provinciais em 2009 (12.500.000,00 MT, equivalente a USD 195.312,5), beneficiando principalmente os partidos FRELIMO, RENAMO, MDM e Partido para a Democracia e Desenvolvimento (PDD).

Sob a premissa teórica de que os recursos financeiros disponibilizados aos partidos políticos impactam diretamente a sua capacidade organizativa e de mobilização nas campanhas eleitorais, é possível inferir que os mecanismos de alocação de recursos públicos estão a contribuir para o fortalecimento da hegemonia da FRELIMO e da RENAMO. No entanto, observa-se uma ênfase particular na FRELIMO, que, além dos fundos públicos oficialmente distribuídos, tem sido associada a práticas clientelistas, muitas vezes mobilizando recursos públicos para fins eleitorais.

Os dados relativos ao financiamento das campanhas eleitorais nas eleições subsequentes, de 2014 e 2019, confirmam a continuidade do foco do financiamento nos principais partidos políticos, com a observação adicional da consolidação da presença do MDM no cenário eleitoral em praticamente todo o território nacional.

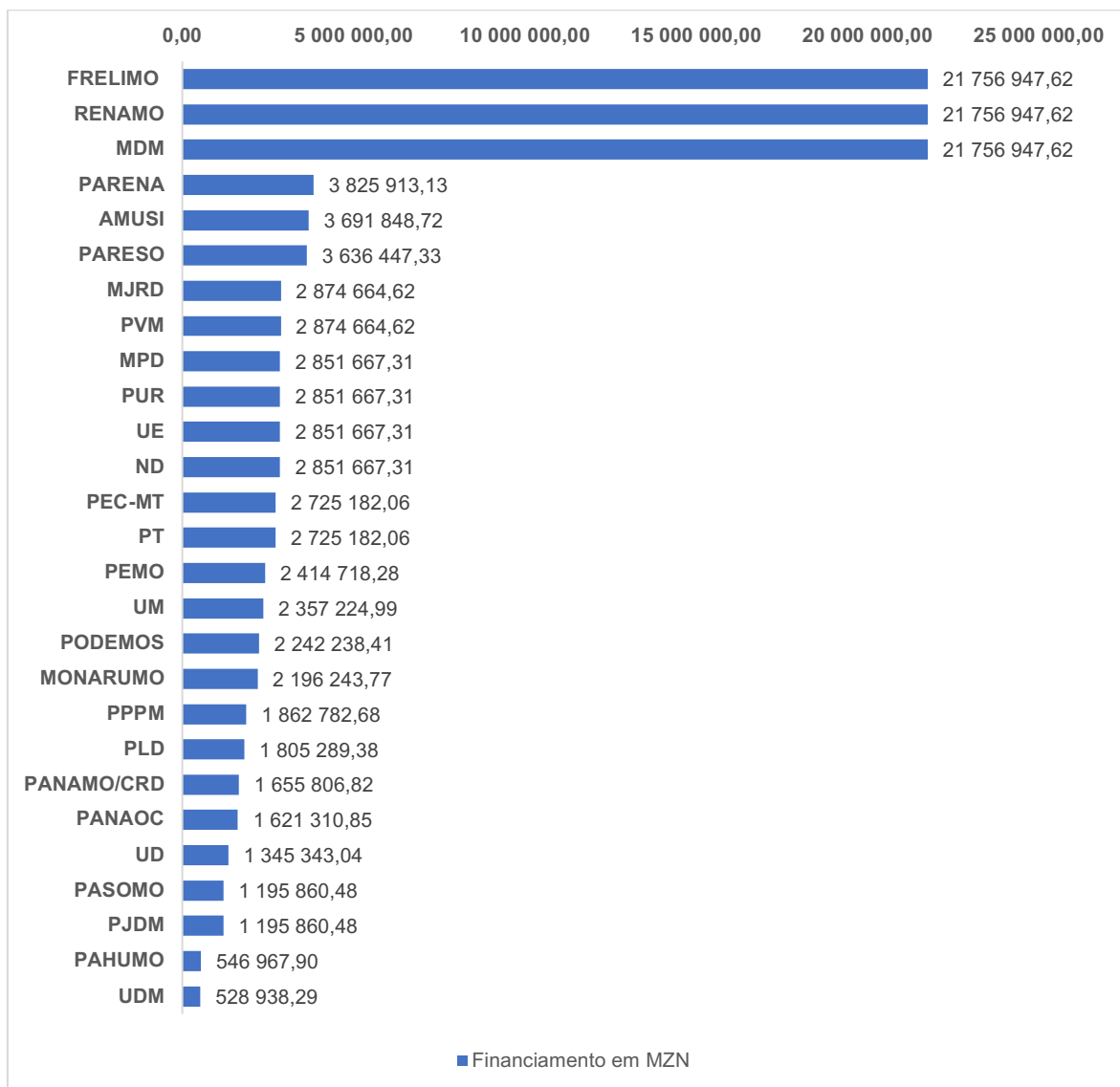
Figura 26: Fundos do Estado alocados aos partidos para as eleições legislativas e das assembleias provinciais - 2014



Fonte: CIP (2019; 2020⁵⁸) e adaptado pelo autor.

A base de dados para o gráfico sobre os fundos do Estado para o financiamento aos partidos para as eleições legislativas e das assembleias provinciais de 2019 foi extraído do estudo de Aldemiro Bande – Centro de Integridade Pública (CIP) – acessível a partir do link: <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2020/09/financiamento-eleitoral-do-Estado.pdf>

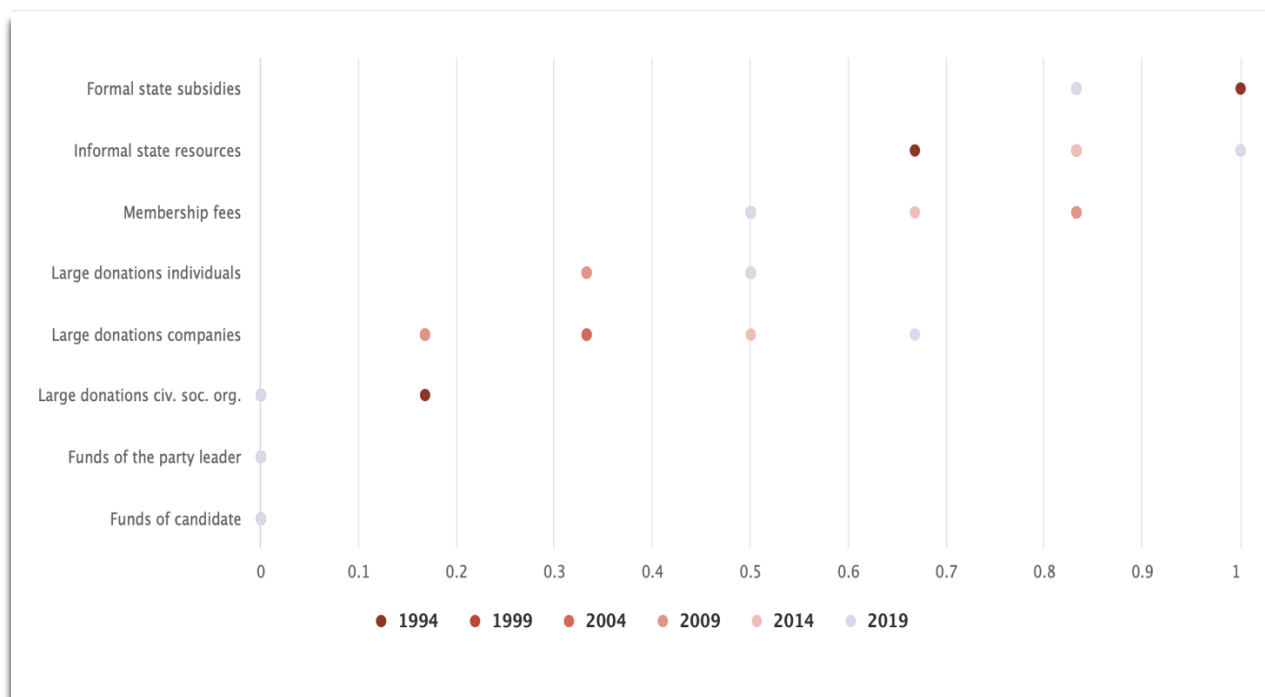
Figura 27: Fundos do Estado alocados aos partidos para as eleições legislativas e das assembleias provinciais - 2019



Fonte: CIP (2019; 2020) e adaptado pelo autor

A base de dados do V-Party identifica as principais fontes de financiamento dos partidos políticos em Moçambique através da resposta à questão: *What were the major sources of party funds for this election campaign?* (operacionalizado numa escala de 0 = Não a 1 = Sim. Isto é, as fontes de financiamento situadas mais próximo de 1 revelam-se como sendo as mais relevantes). A base de dados compreende informação desde as eleições de 1994 a 2019 para o caso dos partidos FRELIMO e RENAMO, sendo, para o caso do MDM, restrita apenas ao intervalo temporal de 2014 a 2019.

Figura 28: As principais fontes de financiamento de campanhas do partido FRELIMO (1994-2019)

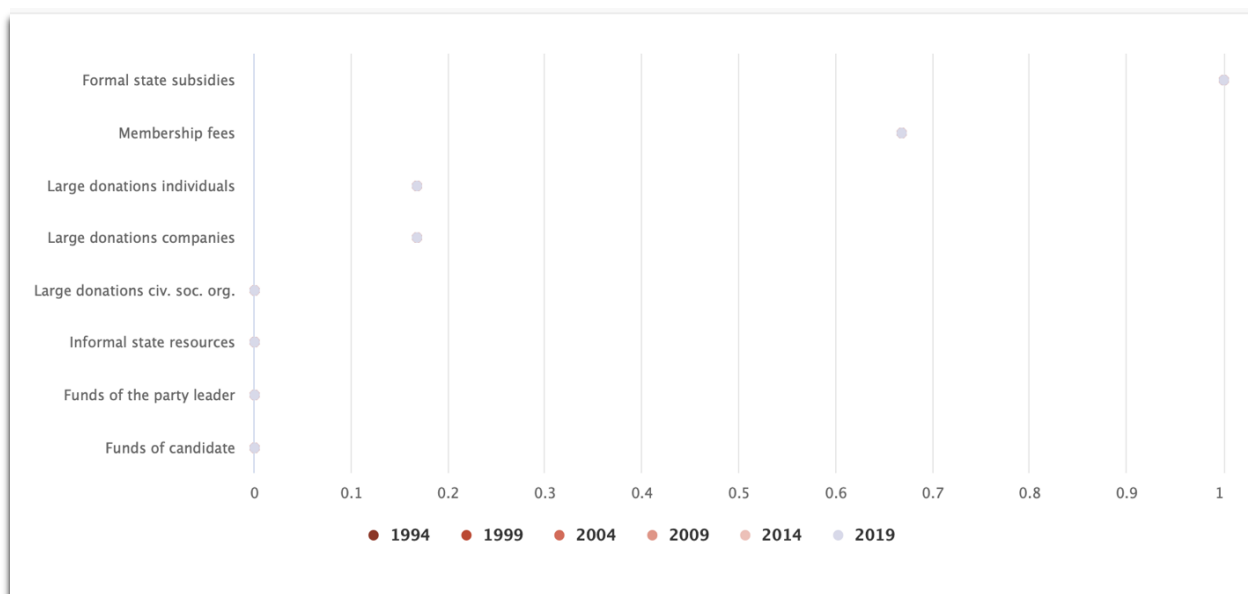


Fonte: V-Party Database – disponível em: https://v-dem.net/vparty_dash - consultado a 05 de Junho de 2025.

As principais fontes de financiamento do partido FRELIMO (1994-2019) baseiam-se em subsídios formais do Estado (financiamento político), bem como recursos informais do Estado. As outras principais fontes de recursos de financiamento do partido incumbente englobam as quotas dos membros do partido e donativos individuais. Contribuem também, ainda que em menor nível, os grandes donativos de empresas. Os fundos do candidato, fundos do líder do partido e donativos das organizações da sociedade civil, praticamente são inexistentes.

Estes dados reforçam, em parte, o argumento central desta tese sobre a historicidade do partido libertador que construiu o seu domínio também pela captura e controlo dos recursos do Estado, solidificando assim a sua posição de domínio.

Figura 29: As principais fontes de financiamento de campanhas do partido RENAMO (1994-2019)



Fonte: V-Party Database – disponível em: https://v-dem.net/vparty_dash - consultado a 05 de Junho de 2025.

Por sua vez, o partido RENAMO (ver figura 29) encontra nos subsídios estatais (financiamento político) a sua principal fonte de sustentação política. De forma mais tímida, o partido é também sustentado financeiramente por quotas dos seus membros e, em menor grau de importância, por donativos individuais e grandes donativos de empresas. Estas duas últimas fontes de recurso são, certamente, de muito pouco impacto para o financiamento político da RENAMO, resultante da sua condição de partido político da oposição e de não controlar o Estado. Nota-se, portanto, diferenças significativas entre os partidos RENAMO e FRELIMO no que respeita ao financiamento político. O partido FRELIMO, além das fontes formais de apoio do Estado, mobiliza também recursos através de canais informais, quer seja através do pagamento de quotas das células instaladas ao nível das instituições, como também através do uso de meios públicos, por exemplo, durante o período eleitoral, ainda que tais alegações sejam frequentemente refutadas pelo partido incumbente⁵⁹. O partido RENAMO é também desafiado pelos baixos níveis de participação dos seus membros no que diz respeito ao pagamento de quotas, o que pode significar um baixo nível de institucionalização

⁵⁹ Ver: <https://www.voportugues.com/a/mocambique-bens-publicos/2469103.html>; <https://opais.co.mz/mais-integridade-volta-denunciar-uso-indevido-de-meios-do-estado-na-campanha/>; <https://www.dw.com/pt-002/frelimo-refuta-acusações-de-usar-máquina-na-campanha/a-70261460>.

deste partido. Na literatura sobre financiamento político é quase consensual afirmar que uma parte significativa dos fundos dos partidos políticos é proveniente dos seus membros, ainda que realidade prove a existência de fontes clientelistas ou corruptas no financiamento dos partidos políticos (Williams, 2000; Ashiagbor, 2005; Ghaleigh, 2006).

A entrada do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) na lista de partidos beneficiários dos fundos públicos, não apenas gerou expectativas quanto à possibilidade de superar a dominação histórica bipolarizada entre a FRELIMO e a RENAMO, mas também sinalizou a potencial emergência de novas forças políticas desvinculadas da guerra civil que marcou a história do país. Essa mudança indicava a possibilidade de partidos com origens diferentes e sem vínculo direto com os conflitos passados adquirirem uma inserção política significativa a nível nacional, com chances de se estabelecer, em termos de relevância, comparáveis aos dois grandes partidos históricos.

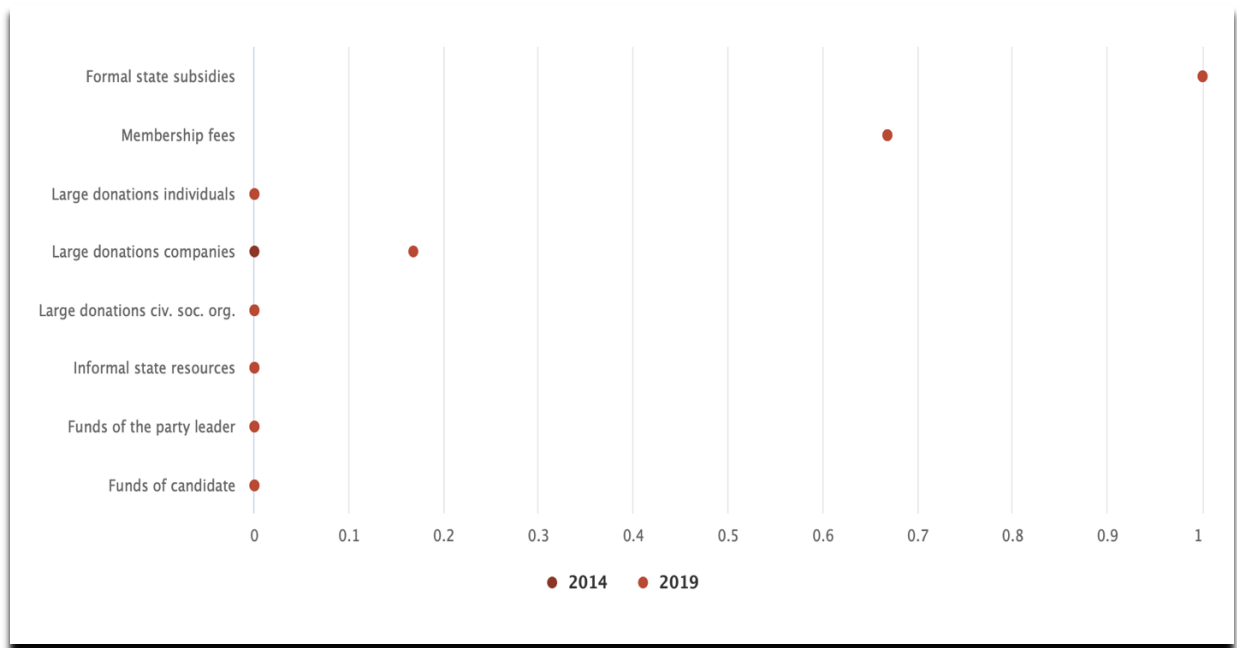
Nas eleições de 2019, foi introduzida uma inovação importante nos critérios de alocação dos fundos públicos para o financiamento eleitoral. Conforme o artigo 38, nº 3 da Lei 2/2019 de 31 de maio, estabeleceu-se que a distribuição dos recursos deveria considerar a proporção de candidaturas apresentadas, de acordo com os lugares a serem preenchidos. Com isso, foi abandonado o critério que destinava recursos exclusivamente aos partidos com representação parlamentar. Esta mudança visava oferecer uma oportunidade mais equitativa para partidos menores, mas, como veremos, a prática ainda favorece, de maneira desproporcional, os partidos mais consolidados.

Em 2019, o orçamento total para o financiamento eleitoral foi de 180 milhões de meticais (equivalente a USD 2.812.500,00) destinado a 27 partidos e 4 candidatos independentes. Segundo o estudo de Bande (2020), mais de 61% desse montante, foi alocado entre FRELIMO, RENAMO e MDM, sendo que cada um dos partidos recebeu o correspondente a 21.756.947,62MZN (USD339.956,31). Os 39% restantes foram distribuídos entre os partidos extraparlamentares. Este padrão de distribuição revela a concentração de recursos nos partidos mais estabelecidos, enquanto os partidos sem assento parlamentar, embora beneficiados pela mudança de critérios, continuam a receber quantias significativamente menores.

É evidente que partidos com representação parlamentar têm vantagens substanciais em relação aos extraparlamentares no que diz respeito ao financiamento das suas campanhas eleitorais. Embora seja inviável distribuir os mesmos montantes a todos os partidos sem exceção, o atual modelo de alocação reforça o desequilíbrio competitivo, favorecendo os partidos historicamente dominantes, como a FRELIMO e a RENAMO. O financiamento público, portanto, acaba por perpetuar o *status quo*, criando

barreiras significativas para a emergência e fortalecimento de partidos menores, que carecem de recursos, tanto para a organização interna, quanto para a mobilização eleitoral (CIP, 2019).

Figura 30: As Principais fontes de financiamento de campanhas do partido MDM (1994-2019)



Fonte: V-Party Database – disponível em: https://v-dem.net/vparty_dash - consultado a 05 de Junho de 2025.

A figura 30, acima, resume as principais fontes de recurso de financiamento político do partido MDM no período de 2014-2019. De acordo com os dados, o MDM encontra igualmente, nos subsídios estatais formais a sua principal fonte de financiamento, seguidos das quotas dos membros do partido e, em menor escala de importância, dos donativos de empresas. Este partido da oposição, à semelhança do partido RENAMO, regista menores fontes de financiamento em comparação ao incumbente.

Em suma, observa-se que o único partido com capacidade de mobilizar recursos públicos informais, bem como donativos individuais e donativos de empresas em escala maior que a oposição é o partido FRELIMO, pela sua posição privilegiada de partido no poder, em que a mobilização destes recursos, normalmente, viabiliza-se pela sua capacidade de controlar o Estado. Esta posição privilegiada não é exclusiva de Moçambique; observa-se também em outros contextos, como Angola, Tanzânia, Zimbabwe, por exemplo, onde os partidos históricos consolidaram-se como partidos dominantes (Lodge, 2001; Khisa, Msami e Therkildsen, 2023). Portanto, a maior

capacidade de mobilização e controlo de recursos, teoricamente influencia as chances de o partido nacionalizar-se, quer pela capacidade de penetração pelo território, quer pela estratégia de obtenção de apoio eleitoral por meio de estratégias clientelistas ou de outra natureza.

Além disso, a fraca tradição de contribuição de quotas por parte dos membros dos partidos, especialmente na oposição, exacerba a fragilidade dos partidos extraparlamentares. Sem uma base sólida de financiamento, tais partidos enfrentam enormes dificuldades para desenvolver processos de enraizamento social, o que impede a sua nacionalização e a limita em termos de competitividade nas eleições. A FRELIMO, por outro lado,

Tem-se consolidado como uma “máquina” política, utilizando recursos estatais de forma estratégica para garantir a sua sobrevivência e expansão. O partido não só se beneficia dos recursos públicos, como também criou um setor empresarial alimentado por um lobby interno dentro do Estado, o que fortalece a sua posição no processo eleitoral⁶⁰.

O uso de recursos públicos e a distribuição de benefícios estatais, muitas vezes em momentos próximos às eleições, permitem ao partido incumbente consolidar a sua presença em áreas estratégicas. As campanhas são frequentemente caracterizadas por eventos de grande visibilidade, como comícios e caravanas eleitorais, que reforçam a presença do partido nas comunidades, embora, em algumas situações esses eventos também possam ser acompanhados de confrontações violentas, especialmente nas disputas entre a FRELIMO, a RENAMO e o MDM (Nuvunga e Siteo, 2013).

Além disso, o fenómeno das doações do setor empresarial ao partido no poder, frequentemente interpretado como uma estratégia de compra de lealdade, mostra como o financiamento público e privado se entrelaçam para garantir que a FRELIMO continue a dominar o cenário político. A atribuição de fundos ao partido incumbente assegura, assim, uma rede de alianças que favorece o controlo sobre os grandes concursos públicos e as políticas de desenvolvimento. Como a literatura sobre financiamento partidário sugere, o apoio empresarial a partidos dominantes não é apenas uma questão de recursos financeiros, mas também um mecanismo de controlo político, onde a dependência do financiamento público cria padrões de clientelismo e dependência do Estado (Riedl, 2018).

⁶⁰ Em entrevista realizada com um membro da SC, aqui designado por Paulo Machava, nome fictício adotado para garantir o seu anonimato.

A falta de uma forte inserção na sociedade por parte da maioria dos partidos da oposição também é um fator determinante nesse processo. Muitos desses partidos não possuem sedes em todo o território nacional, não realizam congressos ou outras atividades de fortalecimento organizacional e os seus resultados eleitorais são frequentemente insuficientes para garantir assentos na Assembleia da República. Este cenário limita as suas possibilidades de se tornarem partidos nacionalizados e coloca-os em desvantagem nas disputas eleitorais.

O partido FRELIMO, com a sua histórica dominação da maioria parlamentar, tem um controlo praticamente absoluto sobre o acesso aos recursos públicos, o que fortalece a sua capacidade de presença em todo o território nacional. Por outro lado, os partidos menores recebem menos recursos, proporcionalmente ao seu número de deputados, o que reflete um sistema de financiamento eleitoral que tende a beneficiar os partidos consolidados, mantendo o equilíbrio de poder a favor dos partidos dominantes. Como Williams (2000) argumenta, em democracias em transição, como a de Moçambique, a implementação de regulamentos de financiamento partidário é, muitas vezes, fraca, o que contribui para a perpetuação de desigualdades no acesso aos recursos. Sucede, porém, que uma reengenharia no processo de financiamento público aos partidos políticos em Moçambique, com especial destaque para os extraparlamentares (que registam uma tendência cada vez mais crescente em termos de legalização, ainda que persistam lacunas em termos de dados sólidos sobre o número de partidos políticos no país) é desafiada também por limitações orçamentais do próprio Estado, cujo orçamento é historicamente deficitário, fazendo com que o mesmo recorra muitas vezes a parceiros internacionais.

Portanto, os partidos da oposição, especialmente os extraparlamentares, o financiamento público representa a única forma de garantir a mínima organização para participar das eleições. Contudo, como a literatura sugere, a dependência excessiva de financiamento público pode levar à criação de uma relação de clientelismo entre os partidos e o Estado, resultando numa dependência que enfraquece a capacidade dos partidos desenvolverem uma base sólida e de se tornarem verdadeiramente independentes (Katz e Mair, 1995; Biezen, 2023). A maior parte dos partidos da oposição está, assim, presa a um ciclo de dependência, o que dificulta a sua capacidade de crescer e consolidar apoio popular (Biezen, 2003).

A análise dos critérios de distribuição de fundos revela, por um lado, que estes não estão estruturados de forma a promover o crescimento e a consolidação de partidos menores, que deveriam, teoricamente, receber algum tipo de primazia na alocação de recursos a fim de competir em pé de igualdade com os partidos maiores. A falta de

ajustes mais significativos nos critérios de distribuição e a manutenção de uma política de financiamento desigual contribuem para a prevalência de um sistema político dominado por um número reduzido de partidos, em detrimento de uma maior pluralidade política.

Por outro lado, a sobreposição entre os interesses partidários e os interesses estatais, especialmente no contexto do partido incumbente, torna ainda mais difícil a separação entre o público e o privado, ampliando o controlo do partido sobre os recursos estatais e reforçando a sua posição dominante. As redes informais dentro do partido FRELIMO permitem-no obter financiamento por meios não oficiais, através de redes empresariais clientelistas, o que aumenta ainda mais o seu poder político.

A FRELIMO tornou-se uma máquina gigantesca. Este partido conseguiu criar bases para a sua sobrevivência. Por um lado, usando os recursos do Estado, pois foi sempre difícil distinguir este partido do Estado. Como também, e com recurso ao Estado, o partido desenvolveu um setor empresarial, basicamente alimentado pelo lobby dentro do Estado. Além disso, o partido consegue receber grandes apoios, principalmente dos empresários locais, nos momentos em que se aproximam os períodos eleitorais, por exemplo.⁶¹

Em suma, da análise, tanto da FRELIMO, quanto dos outros partidos históricos no continente demonstram que o financiamento público, potencialmente reforça ainda mais a nacionalização dos partidos dominantes, enquanto enfraquece as possibilidades de surgimento de novas forças políticas. Na prática, de acordo com Maschietto (2023) a posição de domínio da FRELIMO é potencializada por uma série de elementos conjunturais e mecanismos que ajudam a consolidar o poder do partido na máquina do Estado e que são potencializados pelo controlo dos recursos económicos e por dinâmicas de clientelismo e patronagem. A relação entre o financiamento partidário e a nacionalização partidária constitui um eixo analítico fundamental para compreender a forma como esta última é, em parte, condicionada pela capacidade do partido no poder de aceder privilegiadamente a recursos públicos e privados, de influenciar os processos eleitorais e de moldar a estrutura político-institucional de modo a reforçar a sua hegemonia. Esta constatação encontra respaldo em estudos anteriores que, embora não incidam diretamente sobre a nacionalização, analisam os constrangimentos e

⁶¹ Em entrevista realizada com um membro da SC, aqui designado por Paulo Machava, nome fictício adotado para garantir o seu anonimato.

desafios do financiamento partidário em contextos africanos (Ashiagbor, 2005; Nwangwu, 2025).

Neste quadro, a alteração deste cenário exigiria reformas estruturais profundas ao nível do Estado, nomeadamente através de critérios mais equitativos e transparentes de alocação de recursos, da efetiva separação entre o partido e o Estado, assim como do reforço dos mecanismos de fiscalização e prestação de contas no financiamento político. Tais mudanças seriam essenciais para promover uma competição mais equilibrada e justa, contribuindo para mitigar assimetrias que afetam a consolidação democrática.

VI. CONCLUSÃO

Esta tese procurou responder a três questões centrais, sendo duas de natureza quantitativa: a) Qual é o grau de nacionalização dos partidos e sistemas partidários na África Subsaariana? b) Quais são os fatores que explicam as variações observadas ao longo do tempo e entre países? E uma de carácter qualitativo: c) Sob que condições se reproduz a mecânica de nacionalização dos partidos e sistemas partidários?

Estas questões foram abordadas através de um desenho de investigação misto explicativo sequencial. Na primeira etapa, mediu-se o grau de nacionalização dos partidos (NP) e dos sistemas partidários (NSP) em 27 países africanos, com base em 242 observações. Na segunda etapa, testaram-se quatro hipóteses centrais, através de modelos de regressão logística e de análise gráfica relacional para explicar variações nos níveis de nacionalização.

A **Hipótese 1 (H1)**, segundo a qual os partidos incumbentes estão mais nacionalizados e impactam positivamente a nacionalização do sistema partidário, foi confirmada. Os dados indicam que um partido no poder tem mais probabilidade de atingir um grau mais elevado de nacionalização, corroborando estudos prévios (Golosov, 2014; Wahman, 2015; Bochsler, 2006; Ziblatt, 2006; Mainwaring e Pérez-Liñán, 2016; Lupo e Oliveros, 2015). Esta vantagem é atribuída à capacidade dos partidos incumbentes de mobilizar recursos estatais e influenciar a máquina administrativa. Contudo, há exceções notáveis, como o Basutoland Congress Party (Lesoto), o Convention for the Renewal of the Comoros (Comores) e o Liberia Destiny Party (Libéria) que, apesar de vencedores eleitorais, exibem níveis de nacionalização reduzidos, demonstrando a diversidade dos padrões partidários no continente.

A **Hipótese 2 (H2)**, os resultados apresentam efeitos heterogéneos para as três variáveis que utilizamos para testar esta hipótese. Enquanto a diversidade étnica tem efeito negativo significativo, a diversidade religiosa não tem efeito significativo (embora se comporte no sentido esperado) e finalmente, a diversidade linguística desafia as nossas expectativas iniciais. Com efeito, a diversidade linguística tem um efeito positivo. Tal pode indicar diferentes formas através das quais os partidos mobilizam estes diferentes atributos.

Relativamente à **Hipótese 3 (H3)**, que associa a estrutura administrativa do Estado (ser unitário ou federal) à nacionalização, os dados indicam que estados federais tendem a apresentar níveis inferiores de nacionalização em comparação com estados unitários. Esta conclusão está alinhada com a literatura (Mainwaring e Shugart, 1997;

Lijphart, 1999; Bochslers, 2010; Golosov, 2014), que aponta a descentralização como promotora de partidos de base territorial, favorecendo interesses regionais em detrimento da abrangência nacional.

A **Hipótese 4 (H4)**, que associa o financiamento público dos partidos a uma maior capacidade de nacionalização. Basicamente, considerando-se o financiamento privado como categoria de referência, esta hipótese sustenta que o financiamento público encoraja a nacionalização. Os resultados não comprovam esta expectativa. Com efeito, em comparação com o financiamento privado, o financiamento exclusivamente público apresenta um efeito negativo sobre o grau de nacionalização, embora este efeito não seja estatisticamente significativo (ver tabela 15). Por outro lado, o financiamento misto (público-privado), mostra um efeito positivo e estatisticamente significativo ($p < 0,05$) na nacionalização partidária, quando comparado com o financiamento privado. Estes resultados indicam que a natureza e a composição do financiamento eleitoral têm impacto relevante sobre a capacidade dos partidos se nacionalizarem, influenciando a sua presença territorial e coerência organizacional a nível nacional.

As variáveis de controlo incluídas no modelo, nomeadamente: crescimento económico, competição eleitoral (alternância no poder), natureza do parlamento (unicameral ou bicameral), sistema de governo (presidencialista, semipresidencialista ou parlamentar), nível de democracia (livre, parcialmente livre ou não livre) e dimensão demográfica (população total), revelaram-se, em geral, significativas na explicação da nacionalização.

Na terceira etapa desta investigação, procedeu-se a uma análise qualitativa aprofundada, com foco no caso de Moçambique, país identificado como paradigmático na região. Foram exploradas três dimensões analíticas: evolução organizativa e/ou ideológica dos partidos; clivagens territoriais e ligações entre partidos e cidadãos, e; financiamento partidário.

A análise demonstrou que o partido FRELIMO, devido à sua trajetória enquanto movimento de libertação nacional e posterior transição para partido político em 1977, apresenta os mais elevados níveis de nacionalização, resultado da sua implantação territorial desde o período pós-colonial, muitas vezes numa lógica de sobreposição entre partido e Estado. Em contraste, a RENAMO, nascida como movimento armado de oposição ao regime pós-independência, consolidou-se com base numa legitimidade de natureza militar, muitas vezes circunscrita a apenas algumas regiões do país, Centro e Norte. O MDM, fundado em 2009 por dissidentes da RENAMO, procurou afirmar-se como uma alternativa política desmilitarizada, distanciando-se das duas forças

beligerantes históricas, o que conferiu algum grau de estabilidade da nacionalização deste partido, mas sem mostrar grandes chances de progressão ao longo do tempo.

A evolução organizativa e/ou ideológica dos partidos, aliada à natureza das suas ligações aos cidadãos, revelou que os partidos moçambicanos apresentam um carácter menos programático, enquadrando-se num modelo que recorre sobretudo a apelos locais, i.e., desenvolvimento de políticas locais. No entanto, as práticas clientelistas estão presentes entre partidos e suas elites, mas também entre partidos e seus eleitores. A relação entre a FRELIMO e os seus eleitores, por exemplo, é fortemente marcada pelo clientelismo, sustentado por redes de apoio social e económico, o que contribui para a sua hegemonia política. Tal indica que as relações partidos-cidadãos são marcadas por vários tipos de apelos e não cabem numa única tipologia.

No que toca ao financiamento, verificou-se que os mecanismos legais favorecem os partidos com representação parlamentar, FRELIMO, RENAMO, MDM. Entretanto, observando-se, particularmente, ao partido FRELIMO, os dados desta pesquisa sugerem que além do apoio estatal, este beneficia-se igualmente de recursos oriundos das suas redes clientelistas. Geograficamente, a FRELIMO mantém o seu bastião no Sul e no Norte do país, enquanto a RENAMO domina o Centro e partes do Norte, nomeadamente nas províncias da Zambézia, Sofala, Manica e Nampula. A cidade da Beira, na província de Sofala, constitui o principal reduto do MDM, refletindo a fragmentação regional do apoio eleitoral.

Este estudo oferece um contributo relevante para a literatura sobre nacionalização e sistemas partidários em África, demonstrando que os padrões de nacionalização entre os países variam significativamente. Os resultados aqui apresentados abrem pistas para pesquisas futuras ao mostrar que:

a) Alguns efeitos variam dependendo do tipo de regime (ou qualidade da democracia), já que, por exemplo, a importância do financiamento público é maior em regimes democráticos;

b) Há efeitos heterogéneos das variáveis de diversidade etnolinguística e religiosa que tanto reforçam como diminuem a nacionalização, isto é, enquanto a diversidade étnica tem um efeito positivo sobre a nacionalização, a diversidade linguística apresenta efeitos negativos.

c) A diversidade religiosa apresenta efeito nulo, podendo-se concluir que esta última variável em nada contribui para explicar a nacionalização.

Além disto, a utilização do coeficiente de Gini (Bochsler, 2010) como instrumento metodológico para aferir o grau de nacionalização dos partidos e sistemas partidários

na região subsaariana representa, igualmente, uma contribuição importante, já que é aplicado a uma amostra maior de casos e cobre mais anos do que em estudos anteriores. O estudo de caso de Moçambique ilustra as especificidades de um sistema de partido dominante, marcado pela ausência de alternância no poder, por uma paz frágil e por um regime híbrido em que a contestação eleitoral é recorrente.

Os resultados desta tese demonstram, em primeiro lugar, que vários dos fatores que influenciam a nacionalização noutras regiões do mundo têm efeito também em África (ainda que novos efeitos e relações tenham sido testados). Neste sentido, este estudo corrobora e enriquece o debate sobre este tema, convidando a mais estudos comparativos que considerem países africanos.

Em segundo lugar, ao valorizar as conjunturas críticas associadas às lutas de libertação nacional, aos processos de construção dos estados pós-coloniais e às transições para a democracia, o estudo reforça a importância da análise histórica na compreensão dos fenómenos políticos contemporâneos. Estes momentos revelaram-se determinantes para a construção de um quadro explicativo das dinâmicas da nacionalização no continente africano.

Em terceiro lugar é difícil compreender a nacionalização fora do quadro de construção do Estado moçambicano e do modelo “partido-Estado” que caracteriza o caso moçambicano. Este modelo não é apenas específico a Moçambique, ilustra também outros casos africanos, como Angola, Tanzânia ou Zimbábue por exemplo, em que existe uma forte sobreposição entre a organização do Estado e a do partido, entre a ideologia do Estado e a do partido dominante. Além disso, o papel do Estado enquanto principal *gatekeeper* no campo político africano constitui um elemento central para a compreensão da forma como este condiciona o acesso aos recursos e favorece, de modo sistemático, os partidos incumbentes em detrimento da oposição.

Em quarto lugar, a análise dos partidos, ainda que com dados escassos, permite-nos compreender de que forma se posicionam e se vão transformando ao longo do tempo para nutrir e solidificar as suas bases de apoio. Assim, a nacionalização não é apenas fruto de história e estrutura, mas também de agência.

6.1. Linhas de pesquisa futura

A realização desta pesquisa abre espaço para várias linhas de investigação futuras. Em primeiro lugar, sugerimos que, futuramente, poderiam realizar-se mais estudos qualitativos para explorar e compreender melhor a variação na nacionalização dos partidos e sistemas partidários em contextos distintos, quer em África assim como em outros quadrantes. Aprofundando-se, igualmente, as análises sobre a influência dos diferentes modelos de descentralização dentro dos estados unitários, por exemplo, bem como reflexões mais aprofundadas das características dos sistemas de governo em vigor na região subsaariana.

Em segundo lugar, apesar deste estudo ter contribuído para a criação e consolidação de bases de dados sobre resultados eleitorais e elementos sociais e económicos como elementos explicativos da nacionalização. A escassez de dados sólidos constituiu um desafio considerável, pelo que pesquisas futuras poderão também ser orientadas para o aprimoramento da base de dados sobre as matérias supracitadas, o que contribuirá para conferir maior robustez às análises do fenómeno.

Em terceiro lugar, futuras investigações poderiam concentrar-se na análise do impacto do financiamento partidário, não apenas em termos dos montantes recebidos pelos partidos políticos, mas também na transparência e prestação de contas no uso desses recursos. Este tipo de análise poderia fornecer uma base mais consolidada para compreender a relação entre financiamento e nacionalização, permitindo a construção de modelos explicativos mais consistentes.

Em quarto lugar, considerando que a análise proposta nesta pesquisa não foi ainda suficientemente explorada no contexto africano, fica ainda em falta a incorporação de variáveis de cultura política que mostrem, por exemplo, as redes de ligação entre partido e sociedade em diferentes distritos ou círculos eleitorais. Faltam análises mais aprofundadas que permitam mapear o processo de penetração dos partidos e de que forma as elites locais são cooptadas, contribuindo para a nacionalização.

Em quinto lugar, no que diz respeito a dados sobre partidos em África, nota-se ainda uma enorme lacuna de informação, o que limita a amplitude das análises. Por exemplo, tivemos acesso a poucos dados para poder explorar dimensões relacionadas com a evolução organizativa e/ou ideológica dos partidos. Seria importante que mais estudos fizessem este esforço de explorar dados ao nível dos partidos, já que vários países africanos, incluindo Moçambique, ainda têm escassez de bases de dados sólidas sobre partidos políticos.

Em sexto lugar, consideramos que pesquisas futuras poderão também estabelecer comparações, sobretudo, entre países com experiência de guerra que tendem a criar clivagens e solidariedades mais duráveis com potencial de influenciar na dinâmica da nacionalização.

Finalmente, falta ainda aprofundar as consequências ou efeitos da nacionalização dos partidos ou sistemas partidários na melhoria de políticas públicas e, conseqüentemente, na construção da democracia.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrahamson, Hans e Nilsson, Anders (1995). *Mozambique: The Troubled Transition: From Socialist Construction to Free market Capitalism*. Zed Books.

Abramowitz, Alan (1991). Incumbency, Campaign Spending, and the Decline of Competition in U.S. House Elections. *The Journal of Politics*, Vol. 53 (01), pp. 34-56. doi:10.2307/2131719.

Acemoglu, D. e James A. Robinson (2006). *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Aldrich, Jhon (1995). *Why Parties? The Origin and Transformation of political Parties in América*. Chicago: University of Chicago Press.

Amah, Okechukwu (2019). *Globalisation and Ledership in Africa. Developments and Challengers for future*. Lagos: Palgrave Macmillan, doi: https://doi.org/10.1007/978-3-319-98764-4_1.

Amorim Neto, Octavio, and Gary W. Cox. 1997. "Electoral Institutions, Cleavage Structures, and the Number of Parties." *American Journal of Political Science* 41: 149–74.

Andersen, David *et al.* (2014). *State capacity and political regime stability*. Democratization, 21(7), pp. 1305-1325.

Apter, David (1955). *The Gold Coast in Transition*. Princeton University Press.

Apter, David (1972). *Ghana in Transition*. Princeton University Press.

Arriola, L. R. (2003). Ethnicity, Economic Conditions, and Opposition Support: Evidence from Ethiopia's 2005 Elections. *Northeast African Studies*, 10(1), 115–144. <http://www.jstor.org/stable/41931367>

Arriola, Leonardo (2013). *Multiethnic Coalitions in Africa: Business Financing of Opposition Election Campaigns*. New York: Cambridge University Press.

Ashiagbor, Sefakor (2005). *Party Finance Reform in Africa. Lessons Learned from four countries: Ghana, Kenya, Senegal & South Africa*. Washington: National Democratic Institute for International Affairs.

Austin, Dennis. 1970. *Elections in Ghana 1969*. Indian Council for Africa.

Bach, Daniel (2011). *The African neopatrimonial state as a global prototype*. Heidelberg Papers in South Asian and Comparative Politics, Democracy, Governance and Citizenship: A comparative Perspective of Conceptual Flow, 59, pp.33-41. Halshs-00593997.

Bardi, Luciano, and Peter Mair. 2008. The Parameters of Party Systems. *Party Politics*, 14 (2): 147–166.

Basedau, Mathias (2005). *A preliminary inquiry into the causes of one-party dominance in contemporary sub-Saharan Africa*. Paper presented at the ECPR Conference in Budapest.

Basedau, Mathias and Alexander Stroh (2008). *Measuring Party Institutionalization in Developing Countries: A New Research Instrument Applied to 28 African Political Parties*. GIGA, Working Papers, 69, February 2008, pp. 5-28.

Basedau Mathias and Alexander Stroh (2012). *How ethnic are African parties really? Evidence from four francophone countries*. *International Political Science Review* 33(1): 5–24.

Bekoe, Dorina A. (2008). *Implementing Peace Agreements. Lessons from Mozambique, Angola, and Liberia*. New York: Palgrave Macmillan.

Bertelsen, Bjørn Enge (2016). *Violence Becomings. State Formation, Sociality, and Power in Mozambique*. New York: Berghahn.

Biezen, Ingrid (2003). *Financing Political Parties and Election Campaigns – guidelines*. Council of Europe Publishing, pp. 1-79.

Bleck, Jaimie, Nicolas Van de Walle (2019). *Electoral Politics in Africa Since 1990. Continuity in Change*. New York: Cambridge University Press.

Blyth, M. (2002). *Great Transformations: Economic Ideas and Political Change In The Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.

Boahen, Albert Adu (2010). *A África Diante do desafio colonial*, in Boahen, Albert (Ed.), *História Geral da África II. África sob dominação colonial, 1880-1935*. UNESCO, pp. 1-20.

Bochsler, Daniel (2006). *The Nationalization of Political Parties. A Triangle Model, Applied on The Central and Eastern European Countries*. Central and European Online Library (04), pp. 06-37.

Bochsler, Daniel (2010). *Measuring party nationalization: A new Gini-based indicator that corrects for the number of units*. *Electoral Studies* (29), pp. 155-168.

Bogaards, Matthijs, and Françoise Boucek, (eds) (2010). *Dominant Political Parties and Democracy: Concepts, Measures, Cases and Comparisons*. London: Routledge.

Bogaards, Matthijs (2008). *Dominant Party Systems and Electoral Volatility in Africa: A Comment on Mozzafar and Scarritt*. London: SAGE Publications. Vol. 14 (1), pp. 113-130.

Bogaards, Matthijs (2004). *Counting parties and identifying dominant party systems in Africa*. *European Journal of Political Research*. Vol: 43, pp.173-197.

Bogaards, M., Basedau, M., & Hartmann, C. (Eds.). (2013). *Ethnic Party Bans in Africa* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315873336>.

Bolleyer, Nicole and Saskia Ruth (2017). *Elite Investments in Party institutionalization in New Democracies: A Two-Dimensional Approach*, Journal of politics. Volume 80, number 1, pp. 1-15.

Boone, Catherine (2003). *Decentralization as Political Strategy in West Africa*. Comparative Political Studies, Vol. 36 (4), pp. 355-380, DOI: 10.1177/0010414003251173.

Boone, Catherine et al (2022). *Regional Cleavages in African politics: Persistent electoral blocs and territorial oppositions*. Political Geography, pp. 1-24. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2022.102741>

Brady, David W., Robert D'Onofrio, and Morris P. Fiorina (2000). The Nationalization of Electoral Forces Revised. In *Continuity and Change in House Elections*, eds. David W. Brady, John F. Cogan. Stanford, California: Stanford University Press, pp. 130-148.

Bragança, Aquino e Immanuel Wallerstein (1982). *The African Liberation Reader*. Vol. I. London: Zed Press.

Branton, R. P. (2009). The Importance of Race and Ethnicity in Congressional Primary Elections. *Political Research Quarterly*, 62(3), 459–473. <http://www.jstor.org/stable/40232393>.

Bratton, Michel and Nicolas Van de Walle (1994). *Neopatrimonial Regimes and Political Transitions in Africa*. World Politics, 46, pp.453-489. DOI: 10.2307/2950715.

Bratton, Michel and Nicolas Van de Walle (1997). *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in comparative Perspective*. Cambridge University Press.

Bratton, Michel (2009). Sub-Saharan Africa, in SChristian W. Haerpfer, Patrick Bernhagen, Christian Welzel, and Ronald F. Inglehart [Eds] (2009). *Democratization*, 2nd Edition. Oxford: Oxford University Press, pp. 384-397.

Brito, Luís de (1988). *Une relecture nécessaire: la genèse du parti-État FRELIMO*. Politique Africaine. Vol. 29, pp.16-17.

Brito, Luís (2019). *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*. Maputo: IESE.

Brito, Luís (2019). *Multipartidarismo, Geografia do Voto e Descentralização em Moçambique*, in Chichava, Sérgio (Org). *Desafios para Moçambique 2019*. IESE, pp. 45-54.

Bryce, James (1921). *Modern Democracies*. New York: Macmillan.

Burchard, S. M., & Djak, I. (2013). History of Elections, Ethnicity and Electoral Violence in Kenya. In *Elections and Electoral Violence in Kenya: Insights from the 2007*

Elections - Implications for the 2013 Elections (pp. 2–7). Institute for Defense Analyses.
<http://www.jstor.org/stable/resrep36554.5>.

Bussotti, Luca (2023). *Moçambique: O papel das eleições na “transição inversa” (2009-2019)*. Cadernos de Estudos Africanos, nº 45, pp. 61-83.

Cabaço, José Luís de Oliveira (2007). *Moçambique: identidades, Colonialismo e Libertação*. Tese Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Antropologia, São Paulo.

Cahen, Michel (1993). *Check on Socialism in Mozambique - What Check Socialism?* Review of African Political Economy. Nº 57; pp. 46-59.

Cahen, Michel (1997). *Entrons dans la nation”. Notes pour une étude du discours politique de la marginalité : le cas de la RENAMO du Mozambique*. In *Politique africaine*, nº 67. La France et les migrants africains, pp. 70-88. Doi: <https://doi.org/10.3406/polaf.1997.6069>.

Cahen, Michel. (2000). *Mozambique : L'instabilité comme gouvernance? Politique Africaine*. 80 (80): pp. 111-135.

Cahen, Michel (2019). *Não Somos Bandidos. A vida diária de uma guerrilha de direita: a Renamo na época do Acordo de Inkomati (1983-1985)*. Lisboa: ICS.

Cahen, Michel (2024). *7 - 10 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques (Moçambique): uma tentativa de independência branca? A Revolução dos Cravos sob o olhar dos seus opositores. La Révolution des Ceillels sous le regard de ses opposants*. Casa de Velázquez; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Mar 2024, Lisbonne, Portugal.

Claggett, William, William Flanigan, and Nancy Zingale (1984). *Nationalization of the American Electorate*. American Political Science Review 78 (1): 77-91.

Claggett, William (1987). *The Nationalization of Congressional Turnout: A Research Note*. University of Utah, Sage Publications. Vol. 40(3), pp. 527-533.

Clarence-Smith, W. G. (1985). *The Third Portuguese Empire, 1825–1975: A Study in Economic Imperialism*. Manchester University Press.

Caramani, Danielle (2004). *The Nationalization of Politics. The formation of national electorates and party system in western Europe*. New York: Cambridge University Press.

_____. (2005). *The Formation of Nationalization Party Systems in Europe: A Comparative Analysis*. Scandinavian Political Studies 28(4):295-332.

Carbone, Giovanni (2007). *Political Parties and Party Systems in Africa: Themes and Research Perspectives*. World Political Science Review. Vol 3, 3:1, pp. 1-29.

Carotheres, Thomas (2002). *The End of the Transition Paradigm*. Journal of

Democracy 13:1, pp. 5-21.

_____ (2007). *How Democracies Emerge: The Sequencing Fallacy*. Journal of Democracy, Vol 18:1. January 2007, pp. 12-27.

Cartwright, John. R. (1970). *Politics in Sierra Leone 1947–67*. Toronto: University of Toronto Press.

Chabal, Patrick, Jean-Pascal Daloz (1999). *Africa Works: Disorder as Political Instrument*. Oxford: James Currey.

Cheeseman, Nic (2018). Understanding African politics: Why we need to bring the state back in. In Cheeseman, Nic. (2018). *Institutions and Democracy in Africa: How the rules of the game shape political engagements*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-39.

Cheeseman, Nic (2018). *Political Institutions and Democracy in Africa: A Research Agenda*. In Cheeseman, Nic. (2018). *Institutions and Democracy in Africa: How the rules of the game shape political engagements*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 351-375.

Chichava, Sérgio (2007). *Le <vieux Mozambique>. Étude sur l'identité politique de la Zambézie*. [Tese de Doutorado, Université Bordeaux IV]. Centre d'Étude d'Afrique Noire.

Chichava, Sérgio (2010). *Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambique?* Cadernos IESE nº 02/2010, Maputo: IESE, pp. 1-32.

Chichava, Sérgio (2008). *Uma província 'rebelde'. O significado do voto zambeziano a favor da Renamo*. in de Brito et al [Org]. Cidadania e Governação em Moçambique. Comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Maputo: IESE, pp. 15-46.

Chichava, Sérgio (2009). *O inimigo é o modelo! Breve leitura do discurso político da Renamo*. Maputo: IESE, IDelIAS_Nº19.

Chichava, Sérgio (2019). *Desempenho Eleitoral do MDM e seus Dissidentes nas Eleições Autárquicas de 2013 e 2018*. Maputo: IESE, IDelIAS. Boletim Nº 112.

Chiriyankandath, James L. (1987). 1986 Elections in the Sudan: Tradition, Ideology, Ethnicity: And Class? *Review of African Political Economy*, 38, 96–102. <http://www.jstor.org/stable/4005902>

Chhibber, Pradeep, and Ken Kollman (2004). *The Formation of National Party Systems: Federalism and Party Competition in Canada, Great Britain, India, and the United States*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

CIP (2019). *Financiamento Público à Campanha Eleitoral: Não há Transparência, Prestação de Contas nem Responsabilização*. Disponível em: <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2019/08/Financiamento-Público-à-Campanha-Eleitoral.pdf>. Acedido em: 11 de Setembro 2020.

Clapham, Christopher (1993). *Democratization in Africa: obstacles and prospects*. Taylor & Francis, Vol. 14 (03), pp. 423-438.

Coelho, João P. Borges (2003). *Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas*. Lusotopie, pp. 175-193.

Coleman, J. S. and C. G. Rosberg (eds) (1964). *Political Parties and National Integration in Tropical Africa*. Los Angeles: University of California Press.

Collier, Ruth B. and David Collier (2002). *Shaping The Political Arena. Critical Junctures, The Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America*, Indiana: University of Notre Dame Press.

Cranenburgh, Oda Van (2006). *Namibia: Consensus institutions and majoritarian politics*. Democratization (13)4, pp. 584-604.

Creswell, Jhon et al (2003). *Advanced mixed methods research design*. In A. Tashakkori and C. Teddlie (eds.). *Handbook of mixed methods in social and behavioral research*, Thousand Oaks, California; Sage, pp. 209-240.

_____ (2006). *Choosing a Mixed Methods Design*” In Designing and Conducting Mixed Methods Research. Thousand Oaks/US: Sage Publications, 53–106.

Creswell, J. and Vicki P. Clark (2007). *Designing and conducting mixed methods research*, California, Sage.

_____ (2018). *Designing and Conducting Mixed Methods Research*. 3rd Edition, California: Sage.

Dalton, R. J. e M. Wattenberg (2000) (ed). *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford, Oxford University Press.

Dhal, Robert (2000). *Sobre a democracia*. Brasília: Universidade de Brasília.

David Potter (Editor), et al. *Democratization*, 1997. Editora Open University.

Denisova, T., Kostelyanets, S. (2023). From Warlords to Politicians: Transforming Rebel Movements Into Political Parties. *Journal of the Institute for African Studies RAS*, 2(63). DOI:10.31132/2412-5717-2023-63-2-57-67.

Doorenspleet, Renske and Lia Nijzink (2013). *One-Party Dominance in African Democracies*. Lynner Rienner Publishers.

Diamond, Larry (1988). *Class, Ethnicity and Democracy in Nigeria. The Failure of the First Republic*, London: Macmillan Press.

Dimond, Lary (2002). *Elections without Democracy: thinking about Hybrid regimes*. *Journal of Democracy*, 13:2, pp. 21-35.

Diamond, Larry (2015). *Facing Up to the Democratic Recession*. in Diamond, Larry and Marc F. Plattner [Ed.] (2015). *Democracy in Decline?* Baltimore: Johns Hopkins University Press. Pp. 98-118.

Dinerman, Alice (1994). *In Search of Mozambique: The Imaginings of Christian Geffray in La Cause des Armes au Mozambique*. *Antropologie d'une Guerre Civile*, Journal of Southern African Studies, Vol. 20(4), pp. 569-586.

Duverger, Maurice (1980). *Os Partidos Políticos*, Rio de Janeiro: Zahar-UnB.

Edgell, A. et al (2017). When and where do elections matter? A global test of the democratization by elections hypothesis, 1900-2010. *Democratization*, 1-23.

Elischer, Sebastian (2013). *Political Parties in África. Ethnicity and party Formation*, New York: Cambridge University Press.

Erdmann, Gero (2007). *The Cleavage Model, Ethnicity and Voter Alignment in Africa: Conceptual and Methodological Problems Revisited*. GIGA, number 63, pp. 1-31.

Bochsler, D. (2010). Measuring party nationalisation: A new Gini-based indicator that corrects for the number of units. *Electoral Studies*, 29(1), 155–168. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2009.06.003>

Bourdoukan, Adla Youssef (2009). O Bolso e a Urna: financiamento político em perspectiva comparada, Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política, São Paulo, pp. 1-151.

Brady, D. W., D'Onofrio, R., & Fiorina, M. P. (2000). The Nationalization of Electoral Forces Revisited. In D. W. Brady, J. F. Cogan, & M. P. Fiorina (Eds.). *Continuity and Change in House Elections* (pp. 130–148). Stanford University Press.

Caramani, D. (2004). *The Nationalization of Politics: The Formation of National Electorates and Party Systems in Western Europe*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>.

Caramani, D. (2005). The Formation of National Party Systems in Europe: A Comparative-Historical Analysis. *Scandinavian Political Studies*, 28(4), 295–322. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9477.2005.00134.x>.

Caramani, D. (2007). Party systems. In D. Caramani (Ed.), *Comparative Politics* (2nd ed., pp. 318–347). Oxford University Press.

Check, Nicasius, et al. (2019), *The Integrity of Political Finance System in Africa: Tackling Political Corruption*, International IDEA Policy Paper No. 20, pp. 1-33.

Cox, G. (1999). Electoral Rules and Electoral Coordination. *Annual Review of Political Science*, 2(1), 145–161.

Do Rosário, Domingos e Elísio Muendane (2016). *Se Faire Recenser? Oui, mais voter?" Le cens caché du matériel du vote au cours des élections de 2014 au Mozambique*. *Politique africaine* (144), pp. 73-94.

Do Rosário, Domingos e Egídio Guambe (2004). *Decentralising Fraud: New Models of Electoral Manipulation during the 2019 General Elections in Mozambique*, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 49(4), pp. 677-695, <https://doi.org/10.1080/03057070.2023.2291897>.

Elischer, S. (2013). Political Parties in Africa. In *Political Parties in Africa*. <https://doi.org/10.1017/cbo9781139519755>

Erdmann, Gero (2007). *Party Research: Western European Bias and the African Labyrinth*. In Basedau, Matthias, Gero Erdmann and Andreas Mehler [Eds]. *Votes, Money and Violence. Political Parties and Elections in Sub-Saharan Africa*. University of Kwazulo-Natal Press, pp. 34-64.

Erdmann, Gero; Elischer, Sebastian; Stroh, Alexander. (2011). "Can historical institutionalism be applied to political regime development" in Africa. *GIGA Research programme*. N° 166, pp. 1-31.

Erdmann, Gero (2007). *The Cleavage Model, Ethnicity and Voter Alignment in Africa: Conceptual and Methodological Problems Revisited*. GIGA Research Programme: Legitimacy and Efficiency of Political Systems. Nr. 63, December 2007.

Fanon, Frantz (2015). *Os Condenados da Terra*. Lisboa: Letra Viva.

Falola, Toyin and Matthew Heaton (2012). *A History of Nigeria*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511819711>.

Forquilha, Salvador C. (2006). Des "autoridades gentílicas" aux "autorités communautaires": Le processus de mobilisation de la chefferie comme ressource politique: État, chefferie et démocratisation au Mozambique: Les cas du district de Cheringoma [Tese de doutoramento, Université Bordeaux IV]. Centre d'Étude d'Afrique Noire.

Finn, D. M. (2009). *Transformation of Rebel Movements into Political Parties in Transition from Civil Conflict: A study of Rebels Decision-Making amid Violence in El Salvador and Zimbabwe*. *Electronic Theses and Dissertations*. 199. <https://digitalcommons.du.edu/etd/199>.

Hicken, A., & Selway, J. (2011). *Social Structure and Party Nationalization*.

Handbook for the Observation of Campaign Finance (2015), OSCE'S Office for Democratic Institutions and Human Rights (ODIHR), pp. 1-77.

Jones, M. P., & Mainwaring, S. (2003). The Nationalization of Parties and Party Systems: An Empirical Measure and an Application to the Americas. *Party Politics*, 9(2), 139–166. <https://doi.org/10.1177/13540688030092002>.

Lago, I., & Montero, Jo. R. (2010). The Nationalisation of Party Systems Revisited: A New Measure Based on Parties' Entry Decisions, Electoral Results, and District Magnitude. *Paper to Be Presented at the Annual Meeting of the Canadian Political Science Association, Concordia University, Montreal, 1-3 June 2010*.

Mills, A., Durepos, G. and Wiebe, E. [Eds.] (2010). Encyclopedia of Case Study Research, Volumes I and II. Thousand Oaks, CA: Sage. DOI:<https://doi.org/10.4135/9781412957397.n242>.

Morgenstern, S., Swindle, S. M., & Castagnola, A. (2009). Party Nationalization and Institutions. *The Journal of Politics*, 71(04), 1322–1341. <https://doi.org/10.1017/S0022381611000715>

Sartori, G., & European Consortium for Political Research. (2005). *Parties and party systems : a framework for analysis*. ECPR.

Methods. In J. Box Steffensmeier, H. Brady e D. Collier (Eds). *Oxford Handbook of Political Methodology*. Oxford University Press, pp. 756-774.

Franck, Raphael and Ilia Rainer (2012). *Does the leader's ethnicity matter? Ethnic favoritism, education and health in sub-Saharan Africa*. *American Political Science Review* 106(2): 294–325.

Fry, Peter (2000). *Cultures of difference: The aftermath of Portuguese and British Colonial Policies in Southern Africa*. *Social Anthropology* 8:117-143.

Gates Jr, Henry and Kwame Anthony Appiah (2010). *Encyclopedia of Africa*. Oxford University Press.

Gauja, Anika (2010). *Political Parties and Elections. Legislating for Representative Democracy*, Ashgate Publishing Company.

Geffray, Christian (1991). *A Causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*”, Porto: Edições Afrontamento.

Generoso de Almeida, Cláudia (2017). *La reacción de la guerra civil tras elecciones: la acción de los beligerantes durante la implementación de los acuerdos de paz de Angola y de Mozambique*. [Tese de Doutoramento em Ciência Política, Administração e Relações Internacionais]. Universidad Complutense de Madrid, Espanha. <https://docta.ucm.es/entities/publication/d2d533e2-5ef8-4150-bdf7-9c3f8041043c>.

Gerring, John (2004). *What is a Case Study and What is it Good for?* *American Political Science Review*. Vol. 98(2), pp. 341-354.

Gerring, John (2007). *Case Study Research. Principles and Practices*. New York: Cambridge University Press.

Ghaleigh, Navaraj (2006). *Expenditure, Donations and Public Funding under the United Kingdom's Political Parties*. Elections and Referendums Act 2000 - And Beyond? In Ewing, KD. and Issacharoff, Samuel (Ed.). *Party Funding and Campaign Financing in International Perspective*, Oxford: Hart Publishing, pp. 35-56.

Gibson, Nigel (2001). *Ideology, Political Education, and South Africa's Transition from Apartheid*. In Ndegwa, Stephen (Org). *A Decade of Democracy*. Brill: Lieden, pp. 65-86.

Giliomee, Hermann (1995). *Democratization in South Africa*. Academy of Political Science. Vol. 100(1). Spring, pp. 83-104.

Golosov, Grigorii (2014). *Factors of party system nationalization*. International Political Science Review, pp. 1-15.

Golosov, Grigorii (2016). *Party system nationalization in Sub-Saharan Africa: Empirical evidence and explanatory model*. International Area Studies Review, pp. 1-18. DOI: 10.1177/2233865916629383.

Gottschalk, Keith and Vincent Maphai (2003). *Parties, politics and the future of democracy*. In David Everatt and Vincent Maphai (Eds.). *The real state of the nation. South Africa after 1990*, Braamfontein, pp. 51-74.

Guiliche, Jaime (2025). *The Role of Parliament in Overseeing Public Debt in Mozambique*, Public Debt Integrity Series, Westminster Foundation for Democracy (WFD), pp. 1-27.

Guiliche, Jaime (2021). *Governança Eleitoral em Contextos de Transições inacabadas: explicando o processo de democratização e os Desafios da Gestão Eleitoral em Moçambique*. In Da Silva, Isabel; Viscardi Cláudia e Filipa Raimundo [Org]. *Representação política e cidadania no espaço da lusofonia*, Pernambuco: EDUPE, pp. 243-282.

Gunther, Richar and Larry Diamond (2001). *Types and Functions of Parties*. In Larry Diamond and Richard Gunther [Eds]. *Political Parties and Democracy*, 3-4. Baltimore: Jhons Hopkins University Press.

Gunther, Richard and Diamond, Larry. (2003). *Species of Political Parties. A New Typology*. Party Politics, 9 (2), pp. 167-199.

Haggard, Stephan and Robert Kaufman (2016). *Democratization during the Third Wave*. Ann. Rev. Polit. Sci, 19:125-144.

Hague, Rod and Martin Harrop (2007). *Comparative Government and Politics. An introduction*. 7th Edition Revised and Updated. New York: Palgrave.

Hall, Peter; Taylor, Rosemary. (1996). *Political Science and the Three New Institutionalisms*. Paper presented at the MPIFG Scientific Advisory Board, May 9.

Hanlon, J. e Teresa Smart (2008). *Há Mais Bicicletas - Mas Há Desenvolvimento?* Maputo: Missanga Idéias e Projectos.

Harrison, Graham (1996). *Democracy in Mozambique: The significance of Multi-party Elections*. Review of African Political Economy. Nº 67, pp. 19-35.

Heywood, Andrew (2013). *Politics*. 4th Edition. Palgrave Foundations.

Hilgers, Tina (2012). *Democratic Processes, Clientelistic Relationships, and the Material Goods Problem*. in Hilgers, Tina [Ed.]. *Clientelism in Everyday Latin American Politics*, New York: Palgrave Macmillan, pp. 3-24.

Hodgkin, Thomas (1961). *African Political Parties*. An Introductory Guide. London: Penguin Books.

Hoffman, B. D., & Long, J. D. (2013). Parties, Ethnicity, and Voting in African Elections. *Comparative Politics*, 45(2), 127–146. <http://www.jstor.org/stable/41714179>

Huntington, Samuel (1965), "Political Development and Political Decay". *World Politics*, 17 (3): 386-430.

Huntington, Samuel P. (1968) *Political order in changing societies*. New Haven and London: Yale University Press.

Huntington, Samuel (1991). *A Terceira Onda: A Democratização no Final do Século XX*. São Paulo: Editora Ática.

Hay, Colin (2006). Constructivist institutionalism. In Rhodes, R.A.W.; Binder, Sarah; Rockman, Bert. (Eds). *The Oxford Handbook of Political Institutions*. New York: Oxford University Press, 56-74.

Rogerson, C. M (1981). *The communal Villages of Mozambique: an experiment in rural socialist transformation*. *Geography*, Vol. 1(66), pp.232-235,

Hilbe, Joseph (2015). *Practical Guide to Logistic Regression*. London: Taylor & Francis Group. Pp. 1-151.

Hyden, Goran (1980). *Beyond Ujamaa in Tanzania. Underdevelopment and uncaptured Peasantry*. London: Heinemann Educational Books Ltd.

Hyden, Goran (2018). *Institutions, power and policy outcomes in Africa*. *APPP Discussion Paper*.

Igreja, Victor (2008). *Memories as Weapons: The Politics of Peace and Silence in Post-Civil War Mozambique*, *Journal of Southern African Studies*, 34(3), pp. 539-556, <https://doi.org/10.1080/03057070802259720>.

Immergut, Ellen. (2002). *Historical institutionalism in political science and the problem of change*. Essay presented at the Conference Paradigms of Change held at the Center for development Research in Bonn, 23-25 May.

Ingram, Paul; Silverman, Brian (2002). In Ingram, Paul; Silverman, Brian. (Org). *The new institutionalism in strategic management*. Kidlington: Elsevier Science, 19. 1-32.

Ishiyama, John (2011a). *Explaining ethnic bloc voting in Africa*. Democratization, Vol. 19(04), pp. 761-788. <http://dx.doi.org/10.1080/13510347.2011.623354>.

Ishiyama, John, and Anna Batta (2011). *Swords into plowshares: The organizational transformation of rebel groups into political parties*. Communist and Post-Communist Studies 44(4), pp:369-379.

Ivankova, Nataliya, Creswell, John and Sheidon Stick (2006). *Using Mixed-Methods Sequential Explanatory Design: From Theory to Practice*. Vol (18) 1. Sage Publications, February 2006, pp. 3-20.

Jalali, Carlos (2015). *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005. Da Revolução ao Bipartidarismo*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.

Janda, Kenneth (1980). *Political Parties: A Cross-National Survey*. New York: The Free Press.

Jeque, José Malaire (2022). “Feridas” do III Congresso do MDM e Desafios de Lutero Simango, Maputo: UEM. Diálogos de Governança. Nº 006, pp. 1-4.

Johns, Sheridan, and R. Hunt Davis Jr (1991). *Mandela, Tambo and the African National Congress: The Struggle against Apartheid, 1948–1990: A Documentary Source*. New York: Oxford University Press.

Jones, M. P., and Scott Mainwaring (2003). *The nationalization of parties and party systems: An empirical measure with application to the Americas*. Party Politics. Vol. 9(2), 139-166.

Jung, C. and Ian Shappiro (1995). *South Africa’s Negotiated Transition: Democracy, Opposition, and The New Constitutional Order*. Political & Society (23), pp. 269-308.

Kabner, Malte (2009). *The Influence of the Type of Dominant Party on Democracy. A comparison Between South Africa and Malaysia*. Bonn: Spring.

Kasfir, Nelson (1979). *Explaining Ethnic Political Participation*. World Politics. Vol. 31(03), pp. 365-388. <https://doi.org/10.2307/2009994>.

Katz, Richard (1973). *The Attribution of Variance in Electoral Returns: An Alternative Measurement Technique*. American Political Science Review 67, pp. 817-828.

Khisa, M., Msami, J., e Therkildsen, O. (2023). *Campaign financing and revenue bargaining in Tanzania and Uganda*. In Kjær, M.A, Ulriksen, S.M, Bak, A. K. (Eds). *The*

Politics of Revenue Bargaining in Africa., Oxford University Press. (pp.190-2013). Oxford University Press (2024). DOI: 10.1093/oso/9780192868787.003.0009.

Kilson, Martin L. (1963). *Authoritarian and Single-Party Tendencies in African Politics*. World Politics. Vol. 15(2), pp. 262-294. doi:10.2307/2009376.

Klaas, B. (2018). *Electoral Rules: The Relationship between Political Exclusion and Conflict*. In N. Cheeseman (Ed.). *Institutions and Democracy in Africa: How the Rules of the Game Shape Political Developments* (pp. 238-259). Cambridge: Cambridge University Press.

Krook, Mona Lena (2010). *Women's Representation in Parliament: A Qualitative Comparative Analysis*. Washington: Political studies. Vol. 58(50), pp. 886-908.

Kura, Sulaiman B. (2007). *Contemporary African political parties: institutionalization for the sustainability of democracy*. Journal of African Elections. Vol. 6 (1), pp. 41-90.

Lago-Peñas, Ignacio and Santiago Lago-Peñas (2010). *Decentralization and Nationalization of Party Systems*. Environment and Planning C: Government and Policy. Vol. 29, pp. 244-263, doi:10.1068/c1014r.

La Palombara, J and M. Weiner (1966). *The Origin and Development of Political Parties*. Princeton: Princeton Legacy Library.

La Palombara, Joseph and Jeffrey Anderson (1992). *Political Parties*. In Hawkesworth, Mary and Maurice Kogan [Eds.]. *Encyclopedia of Government and Politics*. Vol. 1. London and New York: Routledge. Pp. 393-412.

LeBas, Adrienne (2011). *From Protest to Parties. Party-Building and Democratization in Africa*. Oxford: Oxford University Press.

LeBas, Adrienne (2018). *The Survival of Authoritarian Successor Parties in Africa. Organizational Legacies or Competitive Landscapes?* In Loxton, James e Scott Mainwaring (Eds). *Life after Dictatorship. Authoritarian Successor Parties Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press.

Levitsky, Steven and Lucan Way (2010). *Competitive Authoritarianism; hybrid regimes after the cold war*. New York: Cambridge.

Levitsky, Steven (2015). *The Myth of Democratic Recession*. In Diamond, Larry and Marc F. Plattner [Ed.] (2015). *Democracy in Decline?* Baltimore: Johns Hopkins University Press, pp. 58-76.

Lindeke, William A. (1995). *Democratization in Namibia: Soft State, Hard Choices*. Studies in Comparative International Development, Spring. Vol. (30)1, pp. 3-29.

Lijphart, Arend (1971). *Comparative Politics and the Comparative Method*. The American Political Science Review. Vol.65, pp. 682-693.

Lindberg, Staffan (2006) and Minion K.C. Morrison (2014). *Are African Voters Really*

Ethnic or Clientelist? Survey Evidence from Ghana. Political Science Quarterly. Vol.123(1), Spring, pp.95-122.

Lindberg, Staffan (2006). *Democracy and Elections in Africa*. Baltimore. Maryland.

_____ ed. (2009). *Democratization of Elections: A New Mode of Transition*. Johns Hopkins University Press.

Linz, Juan and Alfred Stepan (1996). *Toward Consolidated Democracies*. Journal of Democracy. Vol. VII (2), pp. 14-33.

Lipset, Seymour and Stein Rokkan (1967). *Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: An Introduction*, by Seymour M. Lipset and Stein Rokkan. In Lipset, Seymour M. and Stein Rokkan [Org]. *Party System and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*. New York: The Free Press, pp.1-64.

Lodge, T. (2001). *How Political Parties Finance Electoral Campaigning in Southern Africa*. Journal of African Elections. Vol. 1(1), 53-60.

Long, J. D., & Gibson, C. C. (2015). *Evaluating the Roles of Ethnicity and Performance in African Elections: Evidence from an Exit Poll in Kenya*. Political Research Quarterly, 68(4), 830–842. <http://www.jstor.org/stable/24637819>.

Lowndes, Vivien e Mark Roberts (2013). *Why Institutions Matter. The New Institutionalism in Political Science*. New York: Palgrave.

Lupo, Noam (2008). *Nationalization and Party Institutionalization in Twentieth Century Argentina*. Paper presented on Annual Meeting of the Midwest Political Science Association, pp. 1-19.

Lynch, Gabrielle and Gordon Crawford (2010). *Democratization in Africa 1990-2010: an assessment*. Democratization, Vol. 18: 2, 275-310.

Lyons, Terrence (2016). *From victorious rebels to strong authoritarian parties: prospects for post-war democratization*. Vol. 23(6), Democratization, pp. 1026-1041.

Macagno, Lorenzo (2009). *Fragmentos de uma Imaginação Nacional*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 24 (70), pp. 17-35.

Macamo, Elísio (2002). *A Transição Política em Moçambique*. Caderno de Estudos Africanos, Centro de Estudos Africanos – CEA, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Pp.1-21.

Macamo, Elísio (2014). *Cultura Política e Cidadania em Moçambique: Uma Relação Conflituosa*. In Brito, Luís et al [Orgs]. *Desafios para Moçambique 2014*, Maputo: IESE, pp. 41-60.

Macuane, José J., Buur, Lars and Celso Monjane (2017). *Power, Conflict and natural Resources: The Mozambican Crisis Revisited*. African Affairs, pp. 1-24.

Mainwaring, Scott and Mark P. Jones (2003). *The Nationalization of Parties and Party Systems. An empirical Measure and an Application to the Americas*. Vol IX (2). London: Sage Publications, pp. 139-166.

Mainwaring, Scott and Mariano Torcal (2005). *Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização*. Campinas: Opinião Pública. Vol. XI (2), Outubro de 2005, pp.249-286.

Mainwaring, Scott, and Timothy R. Scully [eds.] (1995). *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford. California: Stanford University Press.

Maliyamkono, T L and F E Kanyongolo (2003). *When Political Parties Clash*. Dar es Salaam: TEMA Publisher Company Ltd.

Manning, Carrie (1998). *Constructing Opposition in Mozambique: Renamo as Political Party*. Journal of Southern African Studies, 24(1): 161-189.

Manning, Carrie (2008). *The Making of Democrats. Elections and Party Development in Postwar Bosnia, El Salvador, and Mozambique*. New York: Palgrave Macmillan.

March, James; Olsen, Johan. (1984). *The new institutionalism: organizational factors in political life*. The American Political Science Review. Vol. 78 (3): 734-749.

Marx, Anthony (1995). *Contested Citizenship: The Dynamics of Racial Identity and Social Movements*. International Review of Social History (40), pp. 159-183.

Maschietto, Roberta (2023). *Os desafios e a resiliência da democracia em Moçambique*. CEBRI-Revista, pp. 155-175.

Mattes, Robert (2011). *Forging Democrats: A Partial Success Story? In* Shapiro, Ian and Kahreen Tebeau [Eds]. *After Apartheid. Reinventing South Africa?* University of Virginia Press, pp. 72-104.

McCauley, Jhon F. (2014). *The Political Mobilization of Ethnic and Religious Identities in Africa*. American Political Science Review. Vol. 108 (04), pp. 801-816. doi:10.1017/S0003055414000410.

McCauley, Jhon F. (2017). *The Logic of Ethnic and Religious Conflict in Africa*. New York: Cambridge University Press.

Meneses, Maria P. (2009). *Poderes, direitos e cidadania: o 'retorno' das autoridades tradicionais em Moçambique*. Revista Crítica de Ciências Sociais. Número 87, Dezembro 2009, pp. 9-42.

Meneses, Maria P. (2015). *Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência em Moçambique*. Revista Crítica de Ciências Sociais (106), pp. 9-52.

Meyns, Peter; Nabudere, Dani W. (1989). *One-Party-State in Africa and its Assumed Philosophical Roots*. In Meyns, Peter; Nabudere, Dani W. (Eds). *Democracy and the One-Party-State in Africa*. Hamburg: Institut Fur Afrika-Kunde, pp. 1-24

Michels, Robert (1982). *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB.

Miezah, Hilary (2018). *Elections in African Developing Democracies*. London: Palgrave Macmillan.

Migdal, Joel (1988). *Strong Societies and Weak States. State-Society Relations and State Capabilities in the third World*. New Jersey: Princeton University Press.

Mitchinson, Naomi (1984). *One party rule in Africa*. The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs, 73:289, pp. 38-44, DOI: <https://doi.org/10.1080/00358538408453617>.

Moller, Bjorn (2006). *Religion and Conflict in Africa. What a Special Focus on East Africa*. Copenhagen: DIIS Report.

Mondlane, Eduardo (1969). *Lutar por Moçambique*. 1ª Edição Moçambicana. Maputo: Coleção “Nosso Chão”.

Morgenstern, Scott; Swindle, Stephen and Andrea Castagnola (2009). *Party Nationalization and Institutions*. The Journal of Politics. Vol. 71(4):1322-1341.

Morier-Genoud, Eric, Michel Cahen and Domingos do Rosário [Eds] (2018). *The War Within. New Perspectives on the Civil War in Mozambique (1976-1992)*. Woodbridge, James Currey.

Morse, Yonatan (2019). *How Autocrats Compete. Parties, Patrons, and Unfair Elections in Africa*. Cambridge: Cambridge University.

Mozaffar, Shaheen. (2005). *Introduction*. Party Politics. Vol. 11(4):395-398. Mozaffar, Shaheen and Scarritt, James. (2005). *The puzzle of African party systems*. Party Politics. Vol. 11(4):399-421.

Müller, Wolfgang (2000). *Political Parties in Parliamentary Democracies: Making Delegation and accountability work*. European Journal of Political Science Review, pp. 635-652.

Mutch, Robert E. (2014). *Buying the Vote. A History of Campaign Finance Reform*. New York: Oxford University Press.

Mutwol, Julius (2009). *Peace agreements and civil wars in Africa*. Amherst, NY, Cambria Press, p. 49.

Mustillo, Thomas (2017). *Party nationalization following democratization: modelling change in turbulent times*. Democratization, pp. 1-22. DOI:10.1080/13510347.2016.1253556.

Neuberger, Benyamin (1974). *Has the Single-Party State Failed in África?* African

Studies Review. Vol. 17(01), pp. 173-178.

North, Douglass (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press.

Nuvunga, Adriano, Salih, Mohamaed (2010). *Mozambique's 2009 Elections: Framing Democratic Consolidation in Context*. Journal of African Elections. Vol. 9(1). DOI:[10.20940/JAE/2010/v9i1a3](https://doi.org/10.20940/JAE/2010/v9i1a3).

Nuvunga, Adriano e Adalima, José (2011). *Mozambique Democratic Movement (MDM) an analysis of a new opposition party in Mozambique*. Studies on Political Parties and Democracy, Maputo: Friedrich Ebert Stiftung, pp. 1-35.

Nuvunga, Adriano (2019). *From former liberation movement to four decades in government: the maintenance of the Frelimo state*. In Bereketeab, Redie (Ed). National Liberation Movements as Government in Africa. New York: Routledge, pp. 57-71.

Nwangwu, C. (2025). Political Financing and Vulnerability: Social Protection and Election Campaign Financing in Nigeria. Centre for Africa-China Studies, University of Johannesburg. 62:878-891. <https://doi.org/10.1007/s12115-025-01074-z>.

Nwokora, Zim (2012). *The distinctive politics of campaign finance reform*. Party Politics. Vol. 20(6), pp. 918-29. <http://dx.doi.org/10.1177/1354068812462922>.

OLOO, A., Twaweza Communications, & Heinrich Böll Stiftung. (2015). *The Triumph of Ethnic Identity over Ideology in the 2013 General Election in Kenya*. In K. Njogu & P. W. Wekesa (Eds.). *Kenya's 2013 General Election: Stakes, Practices and Outcome* (pp. 48–63). Twaweza Communications. <https://doi.org/10.2307/j.ctvh8r0bc.8>

Ordeshook, Peter, and Olga Shvetsova. 1994. *Ethnic Heterogeneity, District Magnitude, and the Number of Parties*. American Journal of Political Science 38:100-23.

Orre, A., Forquilha, S. (2012). *Uma Iniciativa Condenada ao Sucesso. O fundo distrital dos 7 milhões e suas consequências para a governação em Moçambique*. In Weimer, B. [org.]. *Moçambique: Descentralizar o Centralismo. Economia Política, Recursos e Resultados*, Maputo: IESE.

Osei, Anja (2012). *Party System Institutionalization in Ghana e Senegal*, University of Konstanz: Journal of Asian and African Studies. Vol. 48(5), pp. 577-593.

Paget, Dan (2019). *Election Campaigns and Political Mobilization Africa*. Oxford Research Encyclopedias, pp. 1-21. Doi: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.876>.

Panebianco, Angelo (1988), *Political Parties: Organization and Power*, New York: Cambridge University Press.

Panebianco, Angelo (2005). *Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.

Patton, Michael (1996). *Utilization-Focused Evaluation*. Third Edition. Los Angeles: SAGE Publications.

Pereira, J., Shenga, C. (2005). *Fortalecimento da Democracia Parlamentar nos Países da SADC*. Moçambique. Relatório do País. Pretória: SALLA.

Pestana, Maria e João Gageiro (2014). *Análise de Dados para Ciências Sociais: A complementaridade do SPSS*. 6ª Edição. Lisboa: Edições Silabo, pp. 139.

Pempel, T.J (1990). *Uncommon democracies; the one-party dominant regimes*. Ithaca and London: Cornell University Press.

Peters, B. Guy. (1999). *Institutional Theory in Political Science: the 'new institutionalism'*. London: A Cassell imprint.

Pinkney, Robert (2003). *Democracy in the Third World*. 2nd Edition, London: Lynne Rienner Publisher.

Pitcher, Anne (2002). *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000*. New York: Cambridge University Press.

Pitcher, Anne (2003). *Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique*. *Análise Social*. Vol. XXXVIII (168), 200, pp. 793-820.

Plattner, Marc (2015). *Introduction*. In Diamond, Larry and Marc F. Plattner [Ed.] (2015). *Democracy in Decline?* Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Procopiuck, Mario. *O Institucionalismo no Âmbito Político-Administrativo*. In Procopiuck, Mario. (2012). *Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária*. São Paulo: Atlas, pp. 109-125.

Pryzers, Scott; Cross, William and Richard Katz (2008). *Personalism, Personalization and Party Politics*. In Pryzers, Scott; Cross, William and Richard Katz [Ed], *The Personalization of Democratic Politics and the Challenge of Political Parties*, London: ecpr press, pp. 1-18.

Puhle, Hans-Jurgen (2003). *Still the Age of Catch-allism? Volksparteien and Parteienstaat in Crisis and Re-equilibration*. In Gunther, Richard, Montero, José and Juan J. Linz [Eds]. *Political Parties. Old Concepts and New Challenges*, New York: Oxford University Press, pp. 58-83.

Randall, Vicky and Lars Svasand (2002). *Party Institutionalization in New Democracies*. Vol VIII (1). London: Sage Publications, pp. 5-29.

Randall, Vicky (2006). *Political Parties and Social Structure in Developing World*. In Katz, Richard and William Crotty (Orgs). *Handbook of Party Politics*. London: SAGE Publications. Pp. 387-395.

Rhodes, R.A.W. *Old Institutionalism*. In Rhodes, R.A.W.; Binder, Sarah; Rockman, Bert. (2006). *The Oxford Handbook of Political Institutions*. New York: Oxford University Press, pp. 90-110.

Riedl, Rachel Beatty (2008). *Institutions in New Democracies: Variations in African Political Party Systems*. PhD Dissertation. Princeton. Department of politics of the Princeton University.

Riedl, Rachel Beatty (2014). *Authoritarian Origins of Democratic Party Systems in Africa*. New York: Cambridge University Press.

Riedl, Rachel (2018). *Institutional Legacies: Origins, Variations and Political Effects*. In Cheeseman, Nic (Ed.), *Institution and Democracy in Africa*, Cambridge University Press, pp. 41-60.

Riedl, Rachel, and Roberts, Kenneth (2022). *Critical Junctures, Contingency, and Models of Institutional Change*. In Collier, David and Munck, Gerardo (Eds.). *Critical Junctures and Historical Legacies. Insights and Methods for Comparative Social Science*, London: Rowman & Littlefield, pp. 139-158.

Rockman, Bert. (2006). *The Oxford Handbook of Political Institutions*. New York: Oxford University Press, pp. 56-74.

Rose, Richard and Derek W. Urwin (1975). *Regional Differentiation and Political Unit in Western Nations*. Sage Series Number 06-007. Beverly Hills, CA: Sage.

Rose, Richard and Cary Peiffer (2019). *Bad Governance & Corruption*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-92846-3>.

Rummel, R.J. (2023). *Mortos pelo Governo. Como os Estados Matam Aqueles que Deviam Proteger*. 1ª Edição. A Alma dos Livros.

Rupiya, Martin (1998). *Historical context: war and peace in Mozambique*. In Armon, Jeremy; Hendrickson, Dylan and Alex Vines (Eds). *The Mozambican Peace Process in Perspective*. International Review of Peace Initiative. London: Conciliation Resource. Issue 3, pp. 10-17.

Salih, Mohamed and Per Nordlund (2007). *Political Parties in Africa: Challenges for Sustained Multiparty Democracy*. African Regional Report, Sweden, IDEA, pp. 1-144.

Schafer, Jessica (2007). *Soldiers at Peace. Veterans and Society After the Civil War in Mozambique*. New York: Palgrave MacMillan.

Sanches, Edalina and Nádia Júlio (2021). *Shifting Power Dynamics? The Role of Civil Society Organizations in the Policymaking for Mozambique's Extractive Sector*, Forum for Development Studies, pp. 1-22, <https://doi.org/10.1080/08039410.2021.1998214>.

Sanches, Edalina Rodrigues (2010). *Institucionalização dos Sistemas Partidários na*

África Lusófona - o caso cabo-verdiano. Cadernos de Estudos Africanos. Instituto de Ciências Sociais (ICS). Lisboa (20), pp. 111-138.

Sanches, Edalina Rodrigues (2010). *The Dynamics of party competition Africa: a theoretical approach*. 20th ECPR Standing Group Summer School Political Parties in Modern Democracies, Université Libre de Bruxelles and Vrije Universiteit Brussel, pp. 1-16.

Sanches, Edalina Rodrigues (2014). “Novo contexto, mas velha política”: a evolução do sistema partidário moçambicano entre 1994 e 2014. In Espaço Lusófono (1974-2014). Trajectórias Económicas e Políticas. CESA, CSG e ISEG-Universidade de Lisboa, pp 34-83.

Sanches, Edalina Rodrigues (2018). *Party Systems in Young Democracies: Varieties of Institutionalization in Sub-Saharan Africa*. New York: Routledge.

Sanches, Edalina Rodrigues (2019). *Partidos Políticos: temas e itinerários de pesquisa*. In Edalina Sanches et al. [Org]. Para que servem os Partidos Políticos? Editora Escolar. Pp. 09-44.

Sanches, Edalina Rodrigues (2024). Métodos Mistos. In Susana Rogeiro Nina et al. (Coord.), *Manual de Métodos de Investigação em Ciência Política*. Coimbra: Almedina, pp. 153-176.

Sanders, Elizabeth (2006). *Historical institutionalism*. In Rhodes, R.A.W.; Binder, Sarah; Rockman, Bert. (Eds). *The Oxford Handbook of Political Institutions*. New York: Oxford University Press. 39-55.

Sartori, Giovanni (1976). *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*. Cambridge, New York: Cambridge University Press.

Seawright, Jason and John Gerring (2008). *Case Selection Techniques in Case Study Research. A menu of Qualitative and Quantitative Options*. Sage Publications. Vol. 61 (2), pp. 294-308.

Scarrow, Susan (2013). *Intra-Party Democracy and Party Finance*. In Cross, William and Richard Katz [Eds.]. *The Challenges of Intra-Party Democracy*. Oxford: Oxford University Press, pp. 150-169.

Schattschneider, Elmer (1942). *Party Government*. New York: Holt Rinehart & Winston.

_____ (1960). *The Semi-Sovereign People: A Realist's View of Democracy in America*. New York: Holt, Rinehart, and Winston.

Schedler, A. (2002). *The menu of manipulation*. *Journal of Democracy*. Vol. 13(2), pp. 36-50.

Schmidt, Vivien. (2008). *Discursive institutionalism: the explanatory power of ideas and discourse*. Annual review of Political Science, pp.303-326.

Shin, Doh Chull (2006). *Democratization: Perspectives from Global Citizenries*. Center for the Study of Democracy. University of California, Irvine, pp. 1-23.

Silva, Patrícia e Costa, Edna (2024). *Estudo de Caso*. In Susana Rogeiro Nina et al. (2024), *Manual de Métodos de Investigação em Ciência Política*. Coimbra: Almedina, pp. 129-151.

Skocpol, Theda (1979). *State and Social Revolutions. A comparative Analysis of France, Russia, and China*. New York: Cambridge University Press.

Smith, B.C. (2003). *Understanding Third World Politics. Theories of Political Change and Development*. 2nd Edition. New York: Palgrave Macmillan.

Southall, Roger (2016a). *From party dominance to competitive authoritarianism? South Africa versus Zimbabwe*. In Boggaards, Matthijs and Sebastian Elischer (Eds.). *Democratization and Competitive Authoritarianism in Africa, Comparative Governance and Politics Special Issue 6*. Springer Vs: Hamburg, pp. 99-116.

Southall, Roger (2016b). *Liberation Movements in Power. Party & State in Sothern Africa*. University of Kwazulu-Natal Press.

Sumich, Jason and João Honwana (2007). *Strong Party, Weak State? Frelimo and State Survival Through the Mozambican Civil War: An Analytical Narrative on State-Making*. Working Paper 23, London: Crisis States Research Centre.

Sumich, Jason (2008a). *Politics after the Time of Hunger in Mozambique: A Critique of Neo-Patrimonial Interpretation of African Elites*. Journal of Southern African Studies. Vol. 34 (1), pp. 111-125.

Sumich, Jason (2008b). *Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana*. Análise Social, XLIII (2º), pp. 319-345.

Sundquist, James (1973). *Dynamics of the Party System: Alignment and Realignment of Political parties in the United States*, Washington. DC: The Brookings Institution.

Stokes, Susan (1999). *Political Parties and Democracy*. Annual Review of Political Science. Vol. 2: 243-267.

Strøm, K. (2000). *Parties at the Core of Government*. In Dalto, R., Wattenberg, M. (Eds). *Parties without Partisans. Political change in Advanced Industrial Democracies* (pp. 180-207). New York: Oxford University Press.

Suttner, Raymond (2006). *Party Dominance "Theory": of what value?* South African Association of Political Studies. Vol. 33(3), pp. 277-297.

Teorell, J., Wahman, M. (2017). *Institutional stepping stones for democracy: How and why multipartyism enhances democratic change*. Democratization. Vol. 25(1), pp.78-97.

Thelen, Kathleen; Steinmo, Sven (1992). *Historical institutionalism in comparative politics*. In Steinmo, Sven; Thelen, Kathleen; Longstreth, Frank. [Eds]. *Structuring Politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge: Cambridge University Press. 1-32.

Tilly, Charles (1975). *Reflections on the history of European state-making*. In: Tilly, Charles (Org). *The formation of National States in Western Europe*, Princeton, Princeton University Press.

Tilly, Charles (2013). *Democracia*. Metrópoles, Rio de Janeiro: Vozes.

Van de Walle, Nicholas (2003). *The 2002 legislative election in Cameroon: A retrospective on Cameroon's stalled democracy movement*. Journal of Modern Africa Studies 41(2), pp. 297-321.

Van de Walle, Nicolas & Kimberley Smiddy Butler (1999). *Political Parties and party systems in Africa's illiberal democracies*. Cambridge Review of International Affairs. Vol. 13(1), pp. 14-28

Van de Walle, Nicolas (2007). *Meet the new boss, same as the old boss? The evolution of political clientelism in Africa*. In Kitschelt, Herbert and Steven I. Wilkinson [Eds]. *Patrons, Clients, and Policies. Patterns of Democratic Accountability and Political Competition*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 50-67.

Van de Walle, Nicolas (2014). *The Democratization of Clientelism in Sub-Saharan Africa*. In Brun, Diego and Larry Diamond (2014). *Clientelism, Social Policy, and the Quality of Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. Pp. 230-252.

Van Gorp, Johannes (2015). *Ideas and the study of political parties: the added value of the discursive institutional approach*. Revista Uruguaya de Ciência Política, Vol. 24 (2): 15-28.

Vines, Alex et al (2015). *Mozambique to 2018: Managers, Mediators and Magnates*. London: Chatham House. The Royal Institute of International Affairs. Pp. 1-48.

Vines, Alex (2020). *Uma retrospectiva dos 25 anos de democracia moçambicana*. In Do Rosário, Domingos; Guambe, Egídio e Ericínio de Salema [Orgs]. *Democracia Multipartidária em Moçambique*, EISA, pp. 81-104.

Vogt, Manuel (2019). *A Theory of Ethnic Cleavages, Group Mobilization, and conflict in Multiethnic States*. Oxford University Press, <https://doi.org/10.1093/oso/9780190065874.001.0001> .

Wahman, Michael (2015). *Nationalized incumbents and regional challengers:*

Opposition- and incumbent party nationalization in Africa. Party Politics. Columbia, pp.1-14.

Weber, Max (2000). *A Política como Profissão*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 52-53.

Weber, Max (1919, 2015). *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Martin Claret.

Weimer, Bernhard e João Carrilho (2017). *A Economia Política da Descentralização em Moçambique: Dinâmicas, Efeitos, Desafios*. Maputo: IESE.

White, John Kenneth. *What is Political Party*. In Katz, Richard, Crotty, William (2006), *Handbook of Party Politics*. London: SAGE Publications. Pp. 5-15.

Wiegink, Nikkie (2014). *Beyond Fighting and Returning. Social Navigations of Former Combatants in Central Mozambique*, CPI Wohrmann.

Wiegink, Nikkie (2015a). *Former Military Networks a Threat to Peace? The Demobilisation and Remobilisation of Renamo in Central Mozambique*. *Stability: International Journal of Security & Development*, 4(1): 56, pp.1-16, DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/sta.gk>.

Wiegink, Nikkie (2015b). *It Will Be Our Time to Eat: Former Renamo Combatants and Big-Man Dynamics in Central Mozambique*. *Journal of Southern African Studies*. Vol. 41(4), pp. 869-885.

Williams, Robert (2000). *Conclusion: Problems and Prospects*. In William, Robert [Eds.], *Party Finance and Political Corruption*. London: Palgrave Macmillan, pp. 199-210.

Wolinetz, Steven B. (2002). *Beyond the Catch-all party in Public Office: Approaches to the Study of parties and Party Organization in Contemporary Democracies*. In Gunther, Richard, Montero, José and Juan J. Linz [Eds.], *Political Parties. Old Concepts and New Challenges*. New York: Oxford University Press, pp. 136-165.

Young, Crawford (1999). *The Third Wave of Democratization in Africa: Ambiguities and Contradictions*, in Joseph, Richard [Ed.], *State Conflict, and Democracy in Africa*, London: Lynne Rienner Publishers. Pp. 15-38.

Zeff, Eleanor (1981). *New Directions in Understanding Military and Civilian Regimes in Ghana*. *African Studies Review*. Vol 24(1), pp. 49-72.

Legislação/ Boletins da República/Estatutos dos Partidos Políticos

Lei n° 4/90, de 26 de Setembro. *Boletim da República*. Maputo: Imprensa Nacional.

Lei n° 5/90, de 26 de Setembro. *Boletim da República*. Maputo: Imprensa Nacional.

Lei 2/2019 de 31 de Maio, estabelece o quadro jurídico para a eleição do Presidente da República e dos deputados da Assembleia da República, Maputo: Imprensa Nacional. Estatutos do Partido RENAMO - Boletim da República de Moçambique – BR, Série III, número 24 de 6 de Fevereiro de 2020.

Estatutos do Partido FRELIMO, Coleção 12º Congresso, Cidade da Matola, Província de Maputo, 27 de Setembro de 2022.

Websites

<https://www.bochsler.eu/index.php?page=party-nationalisation> – Matriz de cálculo de NP e NSP desenvolvida por Bochsler (2010). Consultada em 22/07/2023

Internet Encyclopedia of Philosophy (IEP) – disponível em: <https://iep.utm.edu/paracase/> - acedido a 13 de Janeiro de 2025.

CIA World Factbook - <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>

Constitute Project - <https://www.constituteproject.org/>

International Monetary Found (IMF) - <https://www.imf.org/en/Home>

World Bank - <https://www.worldbank.org/ext/en/home>.

Anexos:

- **Anexo A1:** Lista de entrevistados em Moçambique
- **Anexo A2:** Mapa de Moçambique
- **Anexo A3: C:** Guião de entrevistas
- **Anexo A4:** Guião de entrevistas
- **Anexo A5:** Comparação dos índices de nacionalização por província em cada partido político
- **Anexo A6:** Nacionalização dos partidos políticos por província (1994-2019)
- **Anexo A7:** Modelo de Regressão Logística com *treshold* mais baixo (considerando partido nacionalização igual ou superior a 0.5)

Anexo A1 - Lista de entrevistados em Moçambique

Nome	Instituição	Posição	Data
Figuras Políticas			
1. Figura Política 1	FRELIMO	Presidente da Comissão de Administração Pública e Poder Local (4ª Comissão) na Assembleia da República	09.09.2020
2. Figura Política 2	FRELIMO	Deputado na Assembleia da República	30.06.2024
3. Figura Política 3	FRELIMO	Deputado na Assembleia da República	14.07.2024
4. Figura Política 4	RENAMO	Ex-Deputado do Partido RENAMO	27.08.2020
5. Figura Política 5	RENAMO	Membro da Liga Juvenil da RENAMO e Estudante na Universidade de São Paulo, Brasil	28.08.2020
6. Figura Política 6	RENAMO	Deputado e Relator da Bancada Parlamentar da RENAMO	01.09.2020
7. Figura Política 7	RENAMO	Deputado do Partido RENAMO	11.09.2020
8. Figura Política 8	MDM	Chefe da Bancada Parlamentar do MDM	31.08.2020
9. Figura Política 9	MDM	Deputado na Assembleia da República	27.08.2020
10. Figura Política 10	MDM	Deputado na Assembleia da República	04.09.2024
Órgãos de Administração Eleitoral			
11. OAE ⁶² 1	CNE	Funcionário da CNE	02.08.2024
12. OAE 2	STAE	Funcionário do STAE	07.08.2024
Académicos			
13. João Pereira	Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique	Professor na Universidade Eduardo Mondlane e Diretor da Fundação MASC	27.08.2020

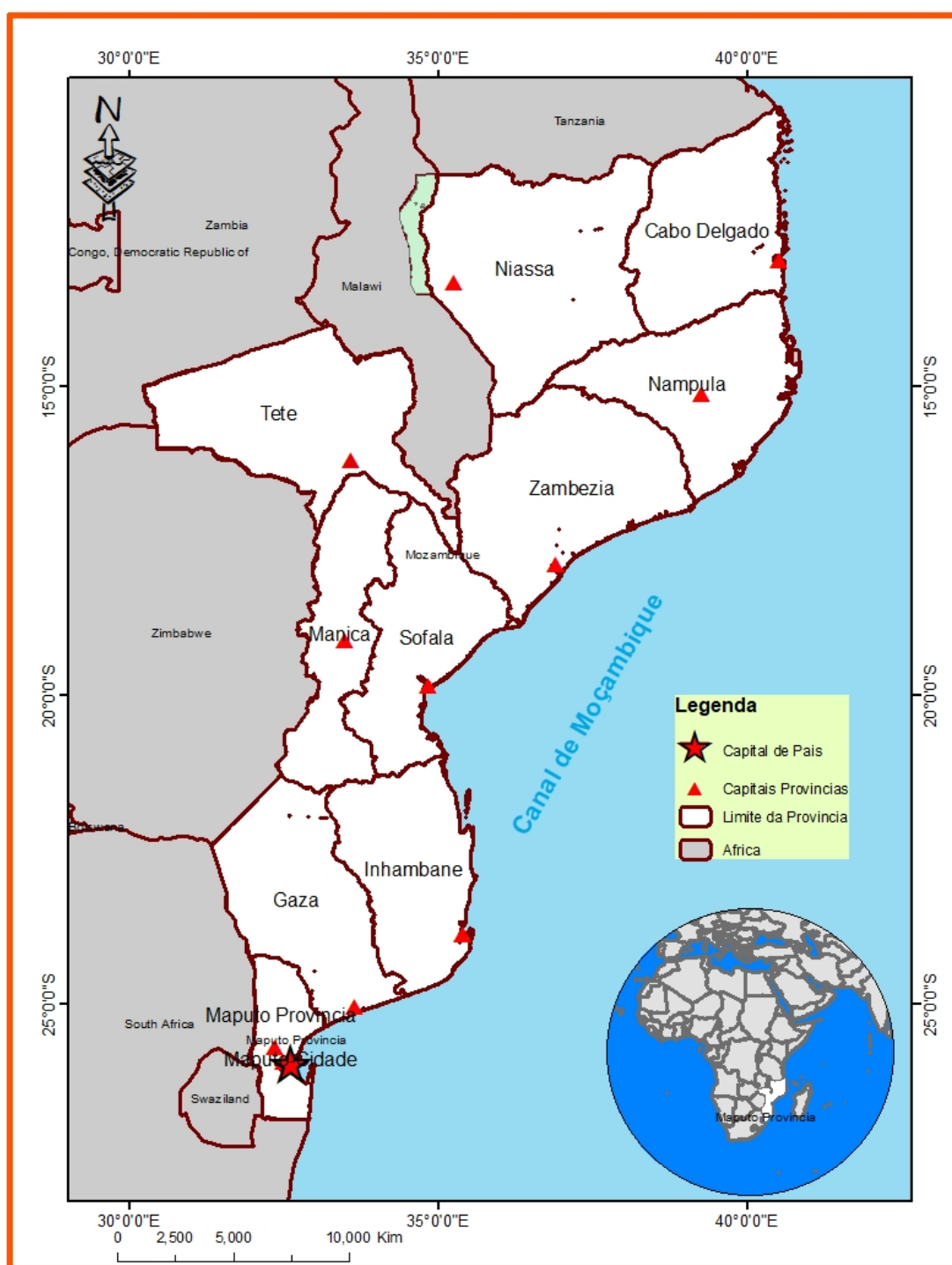
⁶² OAE – foi a codificação assumida para garantir anonimato aos entrevistados provenientes dos órgãos de administração eleitoral em Moçambique

14. Régio Conrado	Universidade de Bordeaux França	Doutorando em Ciência Política	29.08.2020
15. Elísio Macamo	Universidade de Basel, Suíça	Professor Catedrático na Universidade de Basel, Suíça; Diretor de Certificação de Estudos Avançados em Assuntos Africanos e Competência; Diretor dos Programas de Mestrado e Doutoramento em Estudos Africanos	08.09.2020
16. Egídio Guambe	Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique	Professor na Universidade Eduardo Mondlane	15.03.2021
17. Académico	Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique	Professor na Universidade Eduardo Mondlane	24.03.2021
18. Sónia Chone	Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique	Professor na Universidade Eduardo Mondlane	24.03.2021
19. Francisco da Conceição	Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique	Professor na Universidade Eduardo Mondlane	30.03.2021
20. Académico	Universidade Pedagógica de Maputo	Professora na Universidade Pedagógica de Maputo	17.02.2023
21. José Malaire Jeque	UniLicungo	Professor na UniLicungo e Doutorando em Políticas Públicas no ISCTE-IUL	30.03.2021
22. Académico	Universidade Mondlane	Professor na Universidade Eduardo Mondlane	06.03.2024
Jornalistas			

23. Lázaro Mabunda	MISA – Moçambique	Jornalista Investigativo/Oficial de Programas do MISA Moçambique	03.09.2020
24. Tomás Vieira Mário	Sekelekane	Jornalista e activista social	23.09.2020
25. Jornalista 3	Independente	Jornalista	02.09.2024
26. Jornalista 4	Independente	Jornalista	02.09.2024
27. Jornalista 5	Independente	Jornalista	05.09.2024
28. Jornalista 6	Independente	Jornalista	06.09.2024
OSC/ONG's			
29. Lorena Mazive	Instituto Moçambicano para a Democracia Multipartidária (IMD)	Oficial de Programas do IMD	07.09.2020
30. Miguel de Brito	International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA)	Diretor do Programa do IDEA para Moçambique	10.09.2020
31. Membro da Sociedade Civil	Centro de Estudos Urbanos	Directora Executiva de uma Organização da Sociedade Civil em Moçambique	16.12.2023
32. Paulo Machava ⁶³	Membro de uma organização da sociedade civil moçambicana	Ativista Social	17.12.2023

⁶³ Nome fictício adotado para garantir o seu anonimato. O entrevistado preferiu igualmente não vincular as suas opiniões à organização em que exerce a atividade de ativista social.

Anexo A2 – Mapa de Moçambique



Anexo A3 – Guião de entrevistas

GUIÃO DE ENTREVISTAS 1

Apresentação

O meu nome é Jaime Guiliche. Sou doutorando em Ciência Política no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. A minha tese analisa a nacionalização partidária na região Austral de África, tomando como ponto de partida uma análise comparativa ampla (de 27 países da região subsaariana) para, posteriormente, concentrar-se no estudo de caso de Moçambique. Pretende-se aferir até que ponto os partidos incumbentes são nacionalizados e qual é o grau de estabilidade e consistência da oposição. Eu gostaria de lhes fazer algumas perguntas sobre a política moçambicana (processos eleitorais, enquadramento e estabilidade legislativa, competição político-partidária, financiamento de partidos políticos) que certamente contribuirão para a compreensão do tema em estudo.

Permissão para registo e confidencialidade

Antes de iniciar a entrevista, gostaria de pedir a sua permissão para gravar e tomar notas da nossa conversa. A entrevista será usada exclusivamente para a minha pesquisa de doutoramento. Por favor, sinta-se à vontade para pedir que eu pare de gravar ou tomar notas durante a nossa conversa. Caso eu decida citar diretamente partes desta entrevista, poderei atribuí-las a si ou prefere que seja em anonimato? Posso entrar em contato, caso tenha outras perguntas ou pedidos de esclarecimentos?

Assinalar com **X** a opção do entrevistado

Prefiro o anonimato	
---------------------	--

Pode citar, mas deverá recorrer ao anonimato para algumas passagens da entrevista	
---	--

Pode citar livremente	
-----------------------	--

Parte I – Questões Gerais

1. Como avalia as eleições em Moçambique? [Transparência, qualidade das eleições, participação] [TODOS]
2. Como avalia o desempenho dos órgãos de gestão eleitoral em Moçambique? [TODOS]
3. O processo de construção do Estado e da guerra civil servir para explicar a atual situação política nacional? [TODOS]

4. Na sua opinião, quais as principais características da competição dos partidos políticos em Moçambique? [TODOS]

Parte II – Fundação dos partidos políticos

5. Quais foram as principais motivações para a fundação do seu partido?

6. Qual foi a principal base de apoio no momento de fundação do partido?
[OSC, grupos étnicos/linguísticos, sindicatos, grupos cívicos]

7. Como avalia a organização, consistência e estabilidade do seu partido político?

8. Qual a orientação ideológica do seu partido?

9. Como avalia o mecanismo de seleção de candidatos para integrar a lista partidária para o parlamento?

10. Existem dados sobre o atual número de membros do seu partido?

Parte III – Dimensão da nacionalização partidária

11. Na sua opinião, que fatores contribuem para os atuais níveis de nacionalização partidária do partido incumbente? *[o nível de homogeneidade de apoio eleitoral pelo território]*

12. Qual é a sua opinião sobre o domínio de um único partido em Moçambique? [TODOS]

13. O que explica a continuidade do domínio de um único partido? [TODOS]

14. Para o caso do seu partido, o que pode estar a ditar o nível de apoio eleitoral pelo território nacional?

15. A campanha eleitoral influencia, de alguma forma, no nível de apoio eleitoral? [TODOS]

16. A orientação ideológica tem alguma influência na determinação do apoio eleitoral no país? [TODOS]

17. Na sua opinião, quais os principais constrangimentos para o seu partido nas eleições? [legislação, fontes de financiamento, outros fatores...]

18. Acha que a oposição no país é forte o suficiente para impor pesos e contrapesos ao partido no poder? [TODOS]

19. Os partidos políticos concorrem em igualdade de circunstâncias no país? [TODOS]

20. O acesso e controlo de recursos é uma variável com potencial de explicação dos resultados eleitorais em Moçambique? [TODOS]

21. As fragmentações étnicas e linguísticas têm alguma influência no nível de apoio eleitoral dos partidos políticos? [TODOS]

22. A comissão política do seu partido tem representação dos diferentes grupos étnicos e linguísticos nacionais?

23. Como avalia o nível de respeito pela liberdade de imprensa no país?
[Jornalistas]

24. Como avalia a contribuição das OSC para o processo democrático em Moçambique?

Fim!

Obrigado!

Anexo A4 – Guião de entrevistas

Guião de entrevistas 2

I. Resumo do contexto e foco da investigação:

Esta pesquisa visa contribuir para o aprofundamento da investigação sobre a nacionalização partidária na região Austral de África, tomando como ponto de partida uma análise comparativa ampla (de 27 países da região subsaariana) para, posteriormente, concentrar-se no estudo de caso de Moçambique. Pretende-se aferir até que ponto os partidos incumbentes são nacionalizados e qual é o grau de estabilidade e consistência da oposição.

Permissão para registo e confidencialidade

Antes de iniciar a entrevista, gostaria de pedir a sua permissão para gravar e tomar notas da nossa conversa. A entrevista será usada exclusivamente para a minha pesquisa de doutoramento. Por favor, sinta-se à vontade para pedir que eu pare de gravar ou tomar notas durante a nossa conversa. Caso eu decida citar diretamente partes desta entrevista, poderei atribuí-las a si ou prefere que seja em anonimato? Posso entrar em contato, caso tenha outras perguntas ou pedidos de esclarecimento?

Assinalar com **X** a opção do entrevistado

Prefiro o anonimato		Pode citar, mas deverá recorrer ao anonimato para algumas passagens da entrevista		Pode citar livremente	
---------------------	--	---	--	-----------------------	--

Pretende-se, nesta fase, interagir (entrevistar) diferentes atores, políticos, académicos e/ou membros de OSC's, para aprofundar o seguinte:

1. Na sua opinião, que fatores contribuem para os atuais níveis de nacionalização partidária do partido incumbente? [De acordo com os dados analisados na tese, a FRELIMO possui níveis elevados de nacionalização partidária. O Partido possui scores de apoio eleitoral, quase que uniformes pelo território nacional].

2. Para o caso da RENAMO, o que pode estar a ditar o seu nível de apoio eleitoral pelo território nacional? [Apesar da RENAMO possuir scores de nacionalização abaixo da FRELIMO, este partido mantém-se acima da média]

3. O nível de institucionalização do partido RENAMO terá alguma relação com o seu nível de inserção pelo território (nacionalização)? [Aqui, pretende-se refletir sobre o número de congressos realizados; descontinuidade organizacional; competição pela liderança do partido; instabilidade interna; renovação das elites... etc]

4. Existe uma efetiva competição político-partidária em Moçambique? Se não, o que determina/influencia esta situação?

5. Acha que a oposição no país é forte o suficiente para impor pesos e contrapesos ao partido no poder?

6. O que seria necessário para a formação de um sistema partidário mais sólido em Moçambique?

7. A assimetria no acesso e controlo de recursos pode ser vista como um fator com potencial de determinar o rumo dos resultados eleitorais no país?

8. A fragmentação étnica e linguística têm alguma influência no nível de apoio eleitoral dos partidos políticos?

9. De modo geral, como avalia as eleições em Moçambique desde 1994 até à atualidade? As eleições são livres e genuínas? Pode justificar a sua resposta?

10. Até que ponto o processo de construção do Estado em Moçambique é suficientemente capaz de explicar as atuais dinâmicas do regime no país?

Fim!

Obrigado!

Anexo A5 – Nacionalização dos Partidos Políticos por província (1994-2019)

Província/ Círculo Eleitoral	Partidos Políticos	1994	1999	2004	2009	2014	2019
Niassa	FRELIMO	0,86	0,82	0,83	0,94	0,82	0,93
	RENAMO	0,80	0,84	0,63	0,68	0,80	0,84
	MDM	0,00	0,00	0,00	0,66	0,70	0,81
Cabo Delgado	FRELIMO	0,91	0,91	0,83	0,95	0,93	0,92
	RENAMO	0,76	0,79	0,64	0,70	0,70	0,73
	MDM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	0,85
Nampula	FRELIMO	0,81	0,85	0,79	0,79	0,92	0,96
	RENAMO	0,88	0,87	0,73	0,74	0,91	0,92
	MDM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,83	0,84
Zambézia	FRELIMO	0,82	0,82	0,84	0,89	0,89	0,95
	RENAMO	0,89	0,92	0,65	0,86	0,90	0,89
	MDM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,77	0,84
Tete	FRELIMO	0,67	0,69	0,81	0,95	0,70	0,89
	RENAMO	0,79	0,77	0,61	0,55	0,71	0,62
	MDM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,68	0,71
Manica	FRELIMO	0,74	0,77	0,79	0,92	0,90	0,90
	RENAMO	0,87	0,87	0,57	0,78	0,90	0,76
	MDM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,72	0,69
Sofala	FRELIMO	0,58	0,64	0,77	0,84	0,85	0,86
	RENAMO	0,92	0,90	0,53	0,53	0,85	0,81
	MDM	0,00	0,00	0,00	0,46	0,48	0,44
Inhambane	FRELIMO	0,93	0,93	0,83	0,98	0,95	0,96
	RENAMO	0,68	0,79	0,64	0,73	0,77	0,80
	MDM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,78	0,89
Gaza	FRELIMO	1,00	0,99	0,80	1,00	0,97	0,98
	RENAMO	0,87	0,82	0,59	0,67	0,65	0,57
	MDM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,57	0,66
Província de Maputo	FRELIMO	0,97	0,96	0,68	0,97	0,81	0,85
	RENAMO	0,65	0,68	0,40	0,67	0,60	0,63
	MDM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,61	0,80
Cidade de Maputo	FRELIMO	0,97	0,97	0,75	0,94	0,89	0,97
	RENAMO	0,77	0,80	0,50	0,89	0,85	0,57
	MDM	0,00	0,00	0,00	0,73	0,74	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Anexo A6: Modelo de Regressão Logística com treshhold mais baixo (considerando partido nacionalização igual ou superior a 0.5)

```

loogi<-glm(formula = NPP ~ EA + Get + GL + GR + DM + FC + Parlamento +
  T.Pop + Tip_Democ + AP + PNP, family = binomial(link = "logit"),
  data = base_dados1)
summary(loogi)

##
##
## Call:
## glm(formula = NPP ~ EA + Get + GL + GR + DM + FC + Parlamento +
##      T.Pop + Tip_Democ + AP + PNP, family = binomial(link = "logit"),
##      data = base_dados1)
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)    12.25796  1385.39896   0.009  0.99294
## EAEstado_Unitario    2.89943    7.10284   0.408  0.68312
## Get              0.05307    0.03971   1.336  0.18143
## GL             -0.04448    0.03526  -1.262  0.20707
## GRCMTO          -14.79540  1385.37870  -0.011  0.99148
## GRCO            -15.68112  1385.37889  -0.011  0.99097
## GRCTMO          -16.72047  1385.37851  -0.012  0.99037
## GRCTO           -15.61520  1385.37827  -0.011  0.99101
## GRHCMO          -14.13358  1385.37837  -0.010  0.99186
## GRMC             0.47971  1881.96324   0.000  0.99980
## GRMCO           -16.03750  1385.37845  -0.012  0.99076
## GRMTCO          -15.52818  1385.37845  -0.011  0.99106
## DM               0.02502    0.01594   1.570  0.11651
## FCPublico        1.77718    1.41332   1.257  0.20859
## FCPublico_Privado  0.41163    0.92005   0.447  0.65458
## ParlamentoUnicameral  0.84985    0.79799   1.065  0.28689
## T.Pop           -0.06956    0.04391  -1.584  0.11316
## Tip_DemocNao_Livre  1.25106    1.32743   0.942  0.34595
## Tip_DemocParcialmente_Livre  0.33318    1.18482   0.281  0.77855

```

```

## APSim                -0.54220      1.30360 -0.416  0.67747
## PNPSim                2.10987      0.67294  3.135  0.00172 **
##
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
## Null deviance: 334.29 on 242 degrees of freedom
## Residual deviance: 271.33 on 222 degrees of freedom
## AIC: 313.33. (Valor de AIC mais elevado)
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 15

stepAIC(loogi, trace = FALSE)- (Função usada para selecionar variáveis ótimas
como preditoras para a nacionalização dos partidos políticos)

##
## Call: glm(formula = NPP ~ Get + GL + DM + Parlamento + T.Pop + PNP,
## family = binomial(link = "logit"), data = base_dados1)

(Resultado das variáveis propostas pela função anterior)
##
##
## Coefficients:
## (Intercept) Get GL
## 0.02952 0.02886 -0.02128
## DM ParlamentoUnicameral T.Pop
## 0.01589 0.94734 -0.05357
## PNPSim
## 2.16659
##
## Degrees of Freedom: 242 Total (i.e. Null); 236 Residual
## Null Deviance: 334.3
## Residual Deviance: 286.2 AIC: 300.2

loogi1<-glm(formula = NPP ~ Get + GL + DM + Parlamento + T.Pop + PNP,
family = binomial(link = "logit"), data = base_dados1)
summary(loogi1)

```

```
##
## Call:
## glm(formula = NPP ~ Get + GL + DM + Parlamento + T.Pop + PNP,
##     family = binomial(link = "logit"), data = base_dados1)
##
## Coefficients:
##             Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)    0.029520  0.309442  0.095 0.924000
## Get            0.028858  0.007829  3.686 0.000228 ***
## GL            -0.021284  0.012724 -1.673 0.094386 .
## DM             0.015887  0.003739  4.249 2.15e-05 ***
## Parlamento Unicameral 0.947345  0.369824  2.562 0.010419 *
## T.Pop          -0.053573  0.012138 -4.414 1.02e-05 ***
## PNPSim         2.166592  0.665334  3.256 0.001128 **
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
## Null deviance: 334.29 on 242 degrees of freedom
## Residual deviance: 286.16 on 236 degrees of freedom
## AIC: 300.16. (AIC relativamente baixo quando comparado com o modelo imediatamente anterior)
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

AIC(loogi, loogi1, loog)

##             df             AIC
## loogi    21 313.3281    #Modelo com todas as variáveis (Cut de 50%)
## loogi1   7 300.1647    #Modelo ajustado (Cut de 50%)
## loog    21 178.0400    #Antigo modelo com todas as variáveis (Cut de 80%)
```

Considerações gerais: O modelo aplicado para a análise dos dados ao longo da tese (ver tabela 15: Modelo explicativo de regressão logística - nacionalização dos partidos políticos), segundo a estatística de comparação do desempenho dos modelos de Informação de Akaike (AIC), que serve para comparar modelos (os que possuem

menor AIC são melhores) revela-se mais adequado quando comparado com o modelo com um threshold mais baixo para analisar a nacionalização dos partidos políticos. Além disso, o modelo que parte de 0,5 com todas as variáveis praticamente não consegue explicar as variações dos índices de nacionalização. De acordo com o p-valor dos coeficientes deste modelo, todas as variáveis não são significativas, exceto PNP (Partido No Poder), ou seja, apenas a variável: partido no poder é importante para descrever a nacionalização de partidos.